

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS - CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH
DEPARTAMENTO DE HISTORIA - DH

Por
Rudy Nick Vencatto

**A INVENÇÃO DA FLORESTA INTOCADA:
Olhares e Representações sobre o Parque Nacional do Iguçu
(1939-2016)**

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Fabio Freire Montysuma.

Florianópolis – SC
2016

Rudy Nick Vencatto

**A INVENÇÃO DA FLORESTA INTOCADA:
Olhares e Representações sobre o Parque Nacional do Iguaçu
(1939-2016)**

Tese apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Fabio Freire Montysuma.

Florianópolis – SC
2016

ATA DE DEFESA

“A invenção da floresta intocada: olhares e representações sobre o Parque Nacional do Iguaçu (1939-2016)”

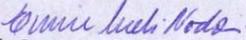
Rudy Nick Vencatto

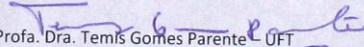
Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de:

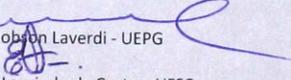
DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

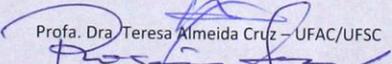
Orientador: Prof. Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma

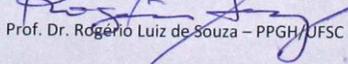
Banca Examinadora


Prof. Dra. Eunice Sueli Nodari (Coorientadora) –
PPGH/UFSC


Prof. Dra. Temis Gomes Parente – UFT
Prof. Dr. Robson Laverdi - UEPG

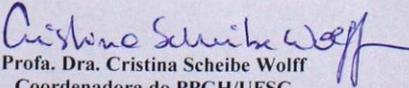

Prof. Dr. Elton Laurindo da Costa – UFSC


Prof. Dra. Teresa Almeida Cruz – UFAC/UFSC


Prof. Dr. Rogério Luiz de Souza – PPGH/UFSC

Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (Suplente interno) -
PPGH/UFSC

Prof. Dr. Roberto Carlos Massei (Suplente externo) - UENP


Prof. Dra. Cristina Scheibe Wolff
Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 15 de dezembro de 2016

A todos os homens e mulheres que por meio
de suas memórias reviveram a floresta.

AGRADECIMENTOS

Durante todo o processo de pesquisa, muitas pessoas cruzaram os caminhos que trilhei e de maneira singela gostaria de agradecer a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para o enriquecimento de minhas experiências de vida.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, que fizeram parte da minha formação e me auxiliaram no processo de amadurecimento teórico. Em especial, agradeço ao meu orientador Marcos Fábio Freire Montysuma por ter aceitado a encarar junto comigo esta pesquisa. Sou extremamente grato pela confiança depositada e pelos ensinamentos ministrados.

Agradeço a todos os depoentes que compartilharam suas experiências de vida e seus sentimentos. Obrigado pela recepção e carinho, mas acima de tudo, pela confiança em me receber em suas casas e contar um pedaço de suas vidas.

Agradeço ao Instituto Federal do Paraná – IFPR, instituição em que atuo como docente, pela oportunidade de me contemplar com afastamento pelo período de um ano. Foi um momento muito importante para o desenvolvimento da pesquisa.

Em especial agradeço a minha esposa, amiga, amada e companheira de jornada, Franciele Aparecida de Araujo, pessoa que esteve ao meu lado desde o início deste processo, quando ainda pleiteava uma vaga no programa de Pós-Graduação em História, nível Doutorado, da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Foram muitos os momentos de angústias e até mesmo dificuldades financeiras, e apesar de todos os percalços, superamos juntos. Trilhamos os caminhos desta pesquisa nos lançando em estradas e entorno do Parque Nacional do Iguaçu que jamais tínhamos sequer ouvido falar. Foi uma experiência magnífica viver tudo isso junto com ela. Espero que possamos trilhar outras tantas aventuras.

Por fim, agradeço a minha amada filha Heloisa, que nasceu no ano de 2015, em meio a toda tensão de uma pesquisa. Agradeço por ter nos preenchido de alegria e proporcionar forças para seguir apreendendo um universo de experiências que estão ao nosso redor. Foram muitas as vezes, quando no cansaço da madrugada, durante a feitura da tese, fui surpreendido pela sua presença na porta do quarto, a qual, com um rostinho de sono, corria para os meus braços e se deitava sobre meu peito. Filha eu te amo, você me enche de forças.

RESUMO

Esta pesquisa problematiza o processo de criação e manutenção do ideal de natureza selvagem instituído para e sobre o Parque Nacional do Iguazu (PNI). Nessa direção, investiga vestígios e relações socioambientais imbricadas à instituição do parque como área de proteção ambiental. Decretado oficialmente em 10 de janeiro de 1939, pelo então Governo de Getúlio Vargas, o Parque Nacional do Iguazu, passou por modificações que ampliaram sua porção territorial culminando em processos de expropriação nas décadas de 1960-1970. Na década de 1980, o PNI foi estabelecido como Unidade de Conservação livre da presença humana e posteriormente foi declarado como Patrimônio Natural da Humanidade. Nas décadas seguintes, os esforços para eternizar o parque como uma floresta em seu estado original e intocada foram ampliados, silenciando paulatinamente um passado marcado pela presença humana e exaltando as belezas cênicas das Cataratas do Iguazu, principal atrativo turístico do parque. Localizado em uma região de fronteira entre Brasil e Argentina, sua formação está também relacionada às preocupações do Estado quanto aos domínios da fronteira nacional. Nesse sentido, a pesquisa historiciza discussões ambientais que passaram a vigorar no Brasil a partir do final do século XIX, motivadas por embates e questões externas vividas pelo país. Além disso, discute o movimento intelectual e político, que ao longo dos séculos XIX e XX, passou a construir valores e sentidos sobre natureza, que posteriormente a definiria em sua relação com a cultura enquanto instâncias dicotômicas. A pesquisa se aporta em um conceito de paisagem que visa compreender a natureza imbricada a partir das experiências humanas, a qual passa a ser entendida e reivindicada por meio das referências e olhares culturais lançados sobre ela em diferentes conjunturas e temporalidades. Metodologicamente, utiliza-se da História Oral, o que permitiu refletir sobre as diferentes formas como os sujeitos envolvidos neste processo interpretam e ressignificam a natureza. Através do uso das imagens, das narrativas orais e outros documentos oficiais, a pesquisa se colocou a perceber como construção do mito moderno da natureza intocada auxiliou para o silenciamento e ocultação das relações humanas estabelecidas no interior da floresta.

Palavras-Chave: Parque Nacional do Iguazu; Natureza intocada; Fronteira; Memória.

RESUMEN

Esta investigación analiza el proceso de creación y manutención de el ideal de naturaleza salvaje instituido para el Parque Nacional de Iguazú (PNI). En esta dirección, investiga rastros y relaciones socioambientales imbricadas a la institución del parque como área de protección ambiental. Decretado oficialmente el 10 de enero 1939, por el entonces gobierno de Getulio Vargas, el Parque Nacional de Iguazú, sufrió modificaciones que expandieron su porción territorial que culminó en procesos de expropiación en las décadas de 1960 a 1970. En la década de 1980, el PNI fue establecido como Unidad de Conservación libre de la presencia humana y más tarde fue declarado Patrimonio Natural de la Humanidad. En las décadas siguientes, los esfuerzos para perpetuar el parque como un floresta en su estado original y intocada se ampliaron silenciando gradualmente un pasado marcado por la presencia humana y la exaltando las bellezas escénicas de las Cataratas del Iguazú, principal atractivo turístico del parque. Localizado en una región de frontera entre Brasil y Argentina, su formación también está relacionada con las preocupaciones del Estado sobre los dominios de la frontera nacional. En este sentido, la investigación historiza las discusiones ambientales que entraron en vigor en Brasil desde finales del siglo XIX, motivadas por conflictos y problemas externos vividos por el país. Además, analiza el movimiento intelectual y político que a lo largo de los siglos XIX y XX, pasó a construir valores y significados para la naturaleza, que posteriormente a estableció en su relación con la cultura como instancias dicotómicas. La investigación contribuye a un concepto de paisaje que tiene como objetivo comprender la naturaleza entrelazada con las experiencias humanas, entendida y reclamada por las referencias y miradas culturales lanzadas sobre ella en él diferentes conjeturas y temporalidades. Metodológicamente, utiliza la Historia Oral, que permitió la reflexión sobre las diferentes formas en que los sujetos involucrados en este proceso interpretan y resinifican la naturaleza. A través del uso de imágenes, relatos orales y otros documentos oficiales, la investigación se permitió percibir cómo la construcción del mito moderno de la naturaleza salvaje ayudó a silenciar y ocultar las relaciones humanas establecidas en el interior de la floresta.

Palabras clave: Parque Nacional de Iguazú; Naturaleza intac
Frontera; Memoria.

LISTA DE IMAGENS

FOTOGRAFIAS

| | |
|--|-----|
| Fotografia 1 Casamento em São José do Iguaçu - PNI, década de 1970. | 40 |
| Fotografia 2 Escola em São José do Iguaçu, PNI, 1971..... | 41 |
| Fotografia 3 São José do Iguaçu, PNI, 1972..... | 42 |
| Fotografia 4 Centro de Visitantes. | 75 |
| Fotografia 5 Bilheterias do Centro de Visitantes. | 77 |
| Fotografia 6 Embarque Centro de Visitantes. | 78 |
| Fotografia 7 Entrada do Museu Memória das Cataratas. | 79 |
| Fotografia 8 Ônibus de transporte de visitantes. | 81 |
| Fotografia 9 Ônibus de transporte de visitantes - estacionamento. | 82 |
| Fotografia 10 Início do percurso de visitação. | 83 |
| Fotografia 11 Percurso de visitação. | 84 |
| Fotografia 12 Início de visitação na trilha das Cataratas..... | 85 |
| Fotografia 13 Entrada da Trilha do Poço Preto. | 89 |
| Fotografia 14 Blocos de concreto com pegadas de animais silvestres. . | 91 |
| Fotografia 15 Início da Trilha do Poço Preto. | 92 |
| Fotografia 16 Laranja Apepu: Trilha do Poço Preto. | 94 |
| Fotografia 17 Trilha do Poço Preto: trajeto de bicicleta. | 95 |
| Fotografia 18 Trilha do Poço Preto: veículo motorizado. | 96 |
| Fotografia 19 Picada na Trilha do Poço Preto..... | 97 |
| Fotografia 20 Trilha do Poço Preto: gramado. | 98 |
| Fotografia 21 Trilha do Poço Preto: gramado 2. | 99 |
| Fotografia 22 Fim da Trilha do Poço Preto: Embarque Rio Iguaçu. ... | 100 |
| Fotografia 23 Porto Bananeiras..... | 101 |
| Fotografia 24 Porto Bananeiras: deque. | 102 |
| Fotografia 25 Entrada do Macuco Safári. | 106 |
| Fotografia 26 Parte interna da portaria do Macuco Safári. | 107 |
| Fotografia 27 Veículo elétrico: Macuco Safári. | 108 |
| Fotografia 28 Macuco Safári: trilha percorrida em veículo elétrico. .. | 110 |
| Fotografia 29 Macuco Safári: percurso a p . | 111 |
| Fotografia 30 Macuco Safári: um olhar além da trilha. | 112 |
| Fotografia 31 Macuco Safári: escadarias. | 114 |
| Fotografia 32 Piscina no Salto Macuco: visão frontal. | 116 |
| Fotografia 33 Piscina no Salto Macuco: visão lateral. | 117 |
| Fotografia 34 Capa da obra Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu. | 122 |
| Fotografia 35 Escadaria de acesso ao leito do Rio Iguaçu, 1938. | 130 |

| | |
|---|-----|
| Fotografia 36 Hotel das Cataratas, 1925-1937. | 131 |
| Fotografia 37 Hotel das Cataratas, 2015. | 132 |
| Fotografia 38 Entorno do PNI, BR 277: Placa de entrada. | 138 |
| Fotografia 39 Céu Azul, BR 277, PNI. | 140 |
| Fotografia 40 Entrada principal do município de Céu Azul, BR 277, PNI. | 141 |
| Fotografia 41 Céu Azul: Vista aérea. | 143 |
| Fotografia 42 Posto de Informação e Controle: Céu Azul. | 144 |
| Fotografia 43 Placas de respeito aos animais silvestres. | 145 |
| Fotografia 44 Entre lugar: cultivo mecanizado. | 147 |
| Fotografia 45 Entre lugar: cultivo mecanizado 2. | 148 |
| Fotografia 46 BR 277 Final da extensão do PNI no trecho Céu Azul / Santa Tereza. | 152 |
| Fotografia 47 Entorno do PNI: São Miguel / Foz do Iguaçu. | 170 |
| Fotografia 48 Entorno São Miguel / Foz do Iguaçu: torre de observação. | 171 |
| Fotografia 49 Ruínas de uma residência: São Miguel do Iguaçu / Foz do Iguaçu. | 173 |
| Fotografia 50 Ruínas: vestígios de ocupação. | 174 |
| Fotografia 51 Ruínas: São Miguel do Iguaçu / Foz do Iguaçu. | 175 |
| Fotografia 52 Ruínas e animais de criação. | 176 |
| Fotografia 53 Animais de criação. | 176 |
| Fotografia 54 Estrada do Colono: Capanema. | 178 |
| Fotografia 55 Estrada do Colono: Capanema 2. | 179 |
| Fotografia 56 Estrada do Colono: Capanema 3. | 179 |
| Fotografia 57 Estrada beira parque em Céu Azul. | 181 |
| Fotografia 58 Cruz / Céu Azul. | 183 |
| Fotografia 59 Final da estrada beira parque / Céu Azul. | 184 |
| Fotografia 60 Comunidade Apepu / Entorno. | 221 |
| Fotografia 61 Fragmentos de dobradiça e pilar de uma provável porteira. | 229 |
| Fotografia 62 Pés de laranja. | 230 |
| Fotografia 63 Pés de laranja 2. | 231 |
| Fotografia 64 Laranja Comum / Área aberta. | 233 |
| Fotografia 65 Trapoeraba e Espada de São Jorge. | 234 |
| Fotografia 66 Hibisco colibri ou Malvavisco. | 235 |
| Fotografia 67 Ruínas de um poço. | 236 |
| Fotografia 68 Fragmentos de balde de metal. | 237 |
| Fotografia 69 Fragmentos de um poço artesiano: Residência 2. | 238 |
| Fotografia 70 Colunas de sustentação: Residência 2. | 239 |
| Fotografia 71 Fragmentos de tacho ou cocho. | 240 |

| | |
|---|-----|
| Fotografia 72 Tonel de lata. | 241 |
| Fotografia 73 Fragmentos de louça ou cerâmica. | 242 |
| Fotografia 74 Pedços de tijolos. | 243 |
| Fotografia 75 Fragmentos de uma residncia 3. | 244 |
| Fotografia 76 Fragmentos de uma residncia 4. | 245 |
| Fotografia 77 Chinelo de borracha..... | 246 |

MAPAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 1 rea de abrangncia do Parque Nacional do Iguaçu..... | 14 |
| Mapa 2 Entorno do Parque Nacional do Iguaçu: BR 277. | 136 |
| Mapa 3 Entorno São Miguel do Iguaçu / Foz do Iguaçu..... | 169 |
| Mapa 4 Capanema: Antiga Estrada do Colono. | 177 |
| Mapa 5 Estrada beira parque em Céu Azul..... | 181 |
| Mapa 6 Ilhas no Rio Iguaçu. | 188 |
| Mapa 7 Ilha do Cavalo. | 192 |
| Mapa 8 Ilha do Keka. | 193 |
| Mapa 9 Ilha do Sol. | 194 |
| Mapa 10 Ilha do Arno 1. | 202 |
| Mapa 11 Ilha do Arno 2. | 203 |
| Mapa 12 Ilha do Arno 3. | 203 |
| Mapa 13 Rio Silva Jardim: Cancha Comprida. | 207 |
| Mapa 14 Mapa topografia: ruínas de São José do Iguaçu. | 227 |
| Mapa 15 Localização das ruínas de São José do Iguaçu. | 228 |

LISTA DE SIGLAS

CPF – CENTRO DE PESQUISAS FLORESTAIS.

CITLA – COMPANHIA DE COLONIZAÇÃO CLEVELÂNDIA INDUSTRIAL E TERRITORIAL LTDA.

DPU – DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO.

IAP – INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ.

IBDF – INSTITUTO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS.

ICMBio – INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA.

PIC-OCOÍ – PROJETO INTEGRADO DE COLONIZAÇÃO OCOÍ.

PNI – PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU.

UFPR – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| CONSIDERAÇÕES INICIAIS..... | 13 |
| CAPÍTULO 1 - O PROCESSO DE CRIAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REAFIRMAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU | 29 |
| 1.1 NATUREZA E CULTURA: PAISAGEM, MEMÓRIA E SENTIDOS | 29 |
| 1.2 O PROCESSO AMBIENTAL NO BRASIL | 50 |
| 1.3 FORMAÇÃO E RECONHECIMENTO DO PNI..... | 59 |
| CAPÍTULO 2 – PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: IMAGENS, MEMÓRIAS E PAISAGENS | 70 |
| 2.1 REVISITANDO O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU | 70 |
| 2.2 – ESTAÇÃO POÇO PRETO: UMA AVENTURA NA FLORESTA OU UMA FLORESTA PLANEJADA PARA AVENTURA? | 87 |
| 2.3 MACUCO SAFÁRI: O SELVAGEM PLANEJADO | 104 |
| 2.4 - PROJETO MEMÓRIA DAS CATARATAS | 120 |
| CAPÍTULO 3 – O ENTORNO REVISITADO | 134 |
| 3.1 A FLORESTA, O ASFALTO E A PLANTAÇÃO. | 134 |
| 3.2 RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E OS MORADORES DO ENTORNO..... | 153 |
| 3.3 PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: PAISAGENS DO ENTORNO. | 167 |
| CAPÍTULO 4 – PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: UM ESPAÇO DA PRESENÇA HUMANA..... | 185 |
| 4.1 QUESTÕES FUNDIÁRIAS NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: AS ILHAS DO RIO IGUAÇU. | 185 |
| 4.2 UM RIO REDESENHADO..... | 196 |
| 4.3 POMARES SELVAGENS: O NATURAL REFLORESTADO... .. | 209 |
| 4.4 SÃO JOSÉ DO IGUAÇU: MEMÓRIAS E RUÍNAS..... | 224 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 247 |
| FONTES..... | 253 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 257 |

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Bem vindos ao Parque Nacional do Iguaçu, uma unidade de conservação federal administrada pelo ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e tombada pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. Para sua maior segurança, conforto e comodidade, solicitamos que permaneçam sentados durante todo o percurso e que fiquem atentos as informações a seguir.¹

Alguns devem estar se perguntando, porque iniciar uma obra de tal maneira. O primeiro parágrafo não é mera formalidade nem tão pouco uma apresentação desconexa do objeto de pesquisa. Trata-se de um trecho de uma gravação que se repete inúmeras vezes em todos os ônibus que percorrem o trajeto de visitação no Parque Nacional do Iguaçu – PNI, conduzindo diariamente centenas de pessoas desde o Centro de Visitantes até os demais atrativos presentes no parque.

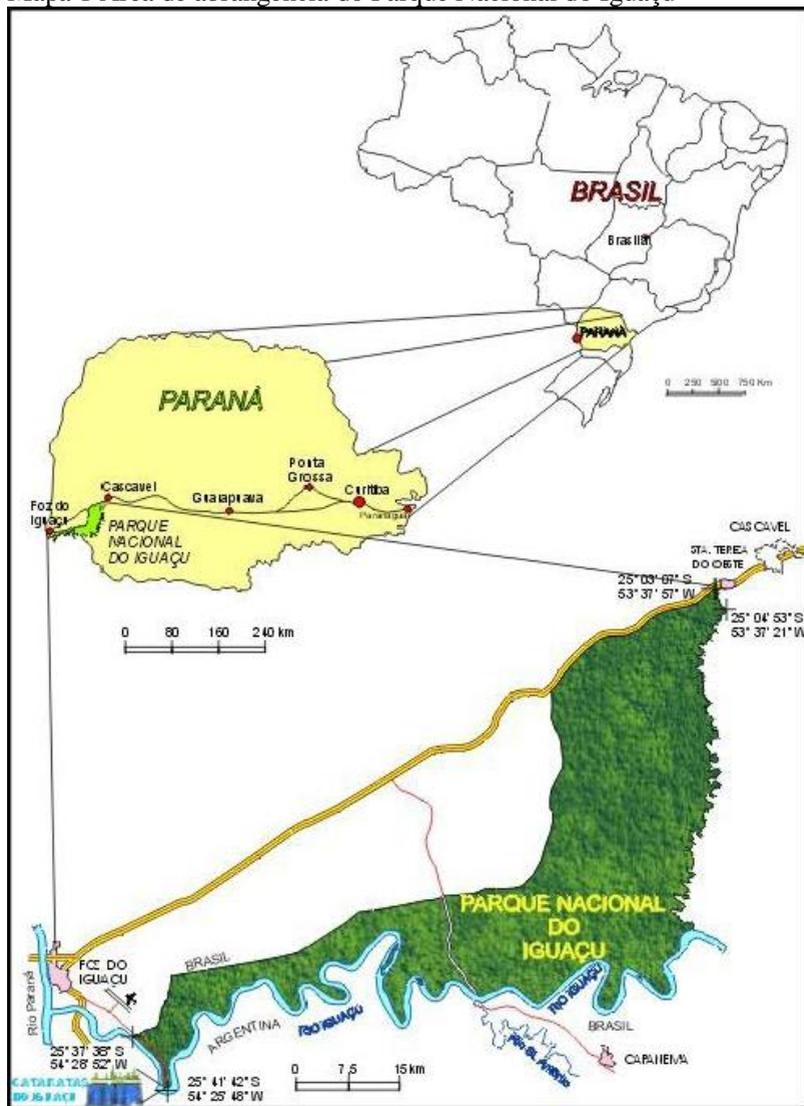
Pensar o PNI como proponho nesta tese, significa estar atento a todas as formas e conteúdos que de alguma maneira confeccionam significados e valores para o espaço de floresta que busco analisar. Toda e qualquer intervenção humana presente hoje ou em outra temporalidade deve ser ponto de reflexão e assim, convido o leitor para juntos, vislumbrarmos os sentidos que ao longo dos anos foram sendo criados para e sobre o PNI, envolvendo-o em um imaginário que lentamente o transformou em um espaço selvagem constituído livre da presença humana.

Localizado no Oeste do Paraná a 700 quilômetros da capital Curitiba, o Parque Nacional do Iguaçu – PNI, forma um conjunto de terras transfronteiriças de áreas naturais protegidas, englobando porções territoriais da Argentina e do Brasil. Sua área total preenche um espaço de 2.528,825 km² (252.882,5 ha), sendo 1.852,625 km² (185.262,5 ha) no lado brasileiro e 676,20 km² (67.620 ha) em solo argentino.² Para elaboração desta tese é importante salientar que minha preocupação esteve centrada em compreender os sentidos construídos para a floresta presente no lado brasileiro deixando assim o lado argentino como

¹ Mensagem inicial presente nos ônibus que realizam o transporte dos visitantes no interior do Parque Nacional do Iguaçu. Trata-se de uma gravação em dois idiomas, português e inglês, a qual tem como objetivo orientar os visitantes durante o trajeto entre o Centro de Atendimento até a área onde encontram-se os saltos. Como método realizei a gravação de todo o percurso guiado captando o áudio reproduzido nos veículos.

possibilidade para novas investigações. No mapa a seguir é possível observar a atual área de abrangência do PNI que proponho para esta análise.

Mapa 1 Área de abrangência do Parque Nacional do Iguaçu



Fonte: (RICOBOM, 2001, p. 83).

Por meio de análise de imagens será possível visualizar os aspectos selvagens construídos e reconstruídos pelos discursos e mãos humanas. Esta preocupação que lanço nesse momento se constitui como o cerne central da obra. Olhar para o PNI significa também tentar perceber os diferentes discursos e representações sobre a natureza que foram sendo (re)construídos ao longo dos anos e acima de tudo, enxergar nos dias de hoje quais são os atores sociais que se relacionam com o parque e quais suas concepções sobre a floresta e os valores a ela conferidos.

É importante destacar que o PNI é um espaço de floresta de Mata Atlântica e possui uma diversidade de espécies de animais e plantas silvestres e de qualquer forma, trata-se de um espaço no Oeste do Paraná recortado para resguardar a chamada vida selvagem. Todavia, há uma diferença entre o espaço demarcado e o imaginário que se constrói para ele. Por mais selvagem que pareça ser não podemos negar a presença humana que de diferentes maneiras e temporalidades moldou e continua a redefinir a floresta. Como Simon Schama alerta, é necessário estar atento aos mitos criados que definem as paisagens para esta natureza histórica. Entretanto, há uma grande dificuldade em se discernir a antiguidade dos mitos, pois muitas vezes os lugares antigos, são remodelados por elementos da contemporaneidade como por exemplo, elementos que vão redefinir os valores de um parque como floresta primitiva ocultando assim, as marcas humanas ali presentes. (SCHAMA, 1996, p.26).

Para realização dessa tarefa optei por problematizar as práticas e discursos produzidos por diferentes grupos que de alguma maneira se relacionam com o parque. Neste sentido, estão inseridos neste processo os órgãos responsáveis pela administração e proteção do PNI; os ex-moradores expropriados na década de 1970 e os atuais moradores do entorno da floresta.

O Plano de Manejo de 1981, o Plano de Manejo de 1999, o Inventário de Reconhecimento do Parque Nacional do Iguaçu de 1969, a obra *Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu*, fruto do projeto Memória das Cataratas, publicada em 2009, entre outros decretos e leis, constituem o conjunto de fontes que serão analisadas para perceber como os órgãos oficiais de proteção e controle das florestas, bem como, os agentes que hoje administram o parque, construíram, ao longo dos anos, valores e representações para e sobre a floresta.

Cabe destacar que o próprio site da empresa Cataratas do Iguaçu S.A tornou-se uma fonte de análise, pois além de ser uma das maiores ferramentas de divulgação do parque, é também, o primeiro

contato que muitas pessoas que desejam conhecer ou obter informações acerca do parque estabelecem, principalmente turistas que não residem na região Oeste do Paraná ou até mesmo no Brasil. As imagens contidas neste site bem como o conteúdo divulgado incorporam o arcabouço de fontes que perpetuam e reafirmam o ideal da natureza intocada.

O conjunto principal de fontes concentra-se nos relatos orais cedidos pelos moradores do entorno do parque com também pelos agentes ambientais que trabalham na gestão e proteção do parque. Compreender as diferentes visões e concepções desses sujeitos significa perceber a multiplicidade de sentidos que a floresta ocupa num conjunto de ações políticas e também nas práticas cotidianas de muitos sujeitos no Oeste do Paraná.

Para melhor compreensão do cenário analisado é muito importante que o leitor tenha clareza de quem são as pessoas que constituem os diferentes grupos sociais presentes nesse eixo de análise. Para isso optei por dividir os depoentes em categorias facilitando a percepção dos sentidos que emergem nas narrativas bem como, o entendimento sobre o espaço onde estas falas são constituídas. Estabelecer uma relação entre narrativa, espaço, posição social ocupada pelo depoente configura-se como exercício fundamental que irá auxiliar na luminescência dos fragmentos presentes nas diferentes narrativas.

As narrativas coletadas durante todo o processo de pesquisa estão divididas em três categorias ou grupos. O primeiro grupo é formado pelos órgãos de gestão, fiscalização, proteção e empresas de exploração turística do parque. Neste grupo estão presentes biólogos do ICMBio que atuam no parque, agentes de gestão do parque, agentes de fiscalização e proteção, e por último, funcionários da empresa Macuco Safári, empresa que aproximadamente vinte e cinco anos explora as atividades de turismo de aventura no interior da unidade de conservação.

O segundo grupo de depoentes é formado por moradores do entorno que residem em diferentes cidades do Oeste e Sudoeste do Paraná, em sua maioria, pequenos e médios produtores rurais. Foram realizadas entrevistas em sete dos quatorze municípios que abrangem o entorno do parque e constituem um conjunto de quatorze relatos. A escolha foi aleatória optando pelas localidades onde os moradores encontravam-se mais próximos da floresta e pelos lugares onde o acesso até as residências foi encontrado.

Um terceiro grupo que trago para a reflexão é formado por ex-moradores do PNI, expropriados na década de 1970. Os relatos foram coletados no município de São Miguel do Iguazu, região Oeste do Paraná, local onde se encontra uma parcela significativa das famílias

envolvidas neste processo. Cabe destacar que muitas dessas entrevistas foram realizadas ainda no ano de 2009 e 2010 durante meus primeiros passos nessa temática.

É importante destacar que ainda no mês de novembro de 2014, foi aprovado e autorizado pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade a realização de pesquisa de campo dentro da unidade de conservação. Assim, durante o ano de 2015 realizei várias incursões na floresta com objetivo de coletar, por meio dos recursos fotográficos, impressões das paisagens existentes nos lugares habitados por moradores na década de 1960 e 1970, e em outros pontos onde as manifestações humanas de alguma maneira modificaram a forma de existir da floresta. Este conjunto de imagens é utilizado e compreendido na obra de duas maneiras: como fonte para análise e reflexão e também como elementos auxiliares que permitem visualizar o espaço discutido e analisado. Deixo claro que não hesitei em utilizar tais recursos que me permitiram ampliar as percepções sobre e para o PNI.

Para pensar e analisar a diversidade de entrevistas e seus significados procurei principalmente por meio do italiano Alessandro Portelli um aporte capaz de abastecer a discussão teórica sobre as fontes orais. Imerso do olhar teórico estimulado por Portelli, o primeiro passo importante foi refletir não apenas com as entrevistas isoladamente, mas principalmente compreender a entrevista de maneira adjacente em uma relação capaz de entrelaçar entrevistado e entrevistador. Para isso, utilizei Portelli (1997), e seu trabalho *Forma e significado na História Oral*, que possibilitou a esta obra elementos reflexivos importantes.

Partindo dessa premissa o primeiro ponto importante a ser analisado é entender a entrevista como um momento de troca de olhares, em que entrevistado e entrevistador estão, ao mesmo tempo, investigando e sendo investigados. A entrevista deve ser entendida como uma experiência mútua de reciprocidades, ou, nas palavras do autor: “Uma entrevista é uma troca de dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Os dois sujeitos interagindo, não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida.” (PORTELLI, 1997, p.9).

No seio das discussões acadêmicas e principalmente no campo da historiografia, a qual possui como estigmas a busca pelas verdades e as heranças documentais formadas pelo positivismo do século XIX, existem uma série de críticas sobre os usos dos relatos orais, que perduram entre diversos pesquisadores das ciências humanas. Lidar com fontes orais requer cuidados assim como qualquer outro documento. Para Portelli (1981), em seu texto *O que faz a história oral diferente*, as

fontes orais têm em comum características autônomas e funções que requerem instrumentos interpretativos diferentes e específicos e como outras fontes estão carregadas de subjetividades.

Segundo Portelli (1981), ao trabalhar com fontes orais, dois aspectos devem ser levados em consideração: primeiramente a origem das narrativas e posteriormente o conteúdo evidenciado nesses relatos. Para ele, as fontes orais, muitas vezes, fornecem informações sobre grupos sociais iletrados ou cuja história escrita é ou falha ou deteriorada. Seguindo nesse viés de Portelli, as experiências rememoradas fornecem informações que possibilitam a reflexão sobre a vida diária e a cultura material de diferentes grupos humanos (PORTELLI, 1981, p. 30).

Nos meandros das reflexões teóricas de Portelli, a História Oral ao invés de se apresentar como reveladora de eventos permite conhecer os significados presentes nas ações humanas, possibilitando às entrevistas, desvendar aspectos desconhecidos de acontecimentos já analisados na historiografia. Nas palavras do autor, “Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez.” (PORTELLI, 1981, p. 31). Sendo assim, as memórias que emergem nas narrativas não são apenas depósitos de sentidos, são também processos ativos de criação de significados que variam nas temporalidades e conjunturas distintas.

Outro teórico que me auxiliou na percepção e compreensão das noções de cultura e valores presentes nas diferentes narrativas desses sujeitos entrevistados foi o crítico literário Raymond Williams (2001). Para aqueles que viveram dentro dos limites do PNI, suas práticas cotidianas provenientes do meio rural, bem como as narrativas que são construídas a partir delas, possibilitaram perceber como este universo experimentado foi sendo ressignificado durante os processos de ocupação/colonização e desapropriação. As maneiras de se relacionar com os valores inerentes à terra não foram de todo apagadas em suas lembranças ou vidas cotidianas. No processo narrativo das experiências de vida dentro do PNI, emergem sentimentos de perda e angústia pois uma parte de sua história foi apagada pela criação do parque.

Lidar com uma obra dessa magnitude significa trabalhar com uma gama de conceitos que dialogam constantemente com o autor e as fontes coletadas. O fato de Williams (2001), ser um dos teóricos escolhidos para ajudar a pensar esta pesquisa é porque o teórico me possibilita perceber que os conceitos são elementos historicamente constituídos, os quais fixam sentidos, imagens e margens de significações que, muitas vezes, imobilizam o passado no passado.

Todavia, antes de serem utilizados como paradigmas, os conceitos devem ser revistos e problematizados em seu movimento, levando em consideração o espaço e o tempo em que foram constituídos. Com este olhar sóbrio será possível aplicar análises que não a cristalizam os sentidos que foram vividos em outras temporalidades.

Olhar para as narrativas sejam elas orais ou escritas significa também, pensar a categoria de linguagens. Em Williams encontrei um aporte que me permite entender a linguagem não apenas como um reflexo do social, mas como prática e ação humana. Para o autor a linguagem é a relação da experiência e da troca desta com o mundo. Sendo assim, a linguagem é constitutiva e constituinte dos sujeitos, e só ocorre por meio da ação política histórica social.

Outra categoria utilizada nessa obra é a de “cultura”. Vislumbrando das perspectivas de Williams, cultura não é um fenômeno, ela se constitui como movimento histórico. Nesse movimento cultura se constitui como um campo dinâmico de disputas que possui outras três categorias inter-relacionadas: residual, emergente e permanente. O “residual” é aquilo que foi constituído no passado, mas que ainda está ativo no processo cultural, não apenas como elemento do passado, mas como algo efetivo do presente. O “emergente” abrange os novos significados e valores, novas práticas, aquilo que está sendo criado continuamente. Nesse campo de disputa a diferenciação entre o que é novo e o que permanece é difícil de ser estabelecida. É nesse impasse que surge a terceira categoria onde as definições de ambas só podem ocorrer se relacionadas com um sentido pleno de “permanente”. Todas estas categorias permitem compreender as transformações. (WILLIAMS, 1979, p. 125).

Mas ao lidar com linguagens onde as culturas emergem por meio das narrativas rememoradas, as experiências são elementos trazidos para reflexão e análise. Segundo Williams por mais que a experiência seja algo narrado individualmente esta por sua vez é constituída em um processo imbricado com o social. Bebendo dessa perspectiva é possível por meio dos relatos orais perceber muito mais do que relatos individuais ou familiares, mas um conjunto de fatores que atingiram diferentes sujeitos num mesmo tempo e espaço constituindo valores, sentimentos e remodelando noções e concepções daquilo que é considerado natureza.

Pensar que Williams trabalha com as categorias apenas no âmbito intelectual é um erro. O teórico e crítico literário propõe uma ação política construindo uma perspectiva de análise que insere maior ação aos sujeitos e permite ao historiador colocar-se no movimento de

análise de sua problemática. O historiador nesse sentido não se constitui como sujeito externo ao problema pesquisado, ele está imbricado nesse emaranhado de análises constituindo sentidos e valores para as experiências narradas, mas ao mesmo tempo sendo constituído por eles.

Para pensar sobre os processos de construção e reconstrução dos ideais de natureza ao longo principalmente do século XX, alguns teóricos podem ser destacados como as principais vertentes teóricas para esta obra. É certo que outros autores foram utilizados ao longo da problemática, porém ficarão evidentes durante os diferentes temas presentes em cada capítulo. Cabe aqui nesse primeiro momento fazer uma breve apresentação dos pensamentos que nortearam as análises lançadas sobre a natureza muitas vezes mitificada.

O primeiro autor que destaco é Keith Thomas (2010), e sua obra *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. Com o objetivo principal de compreender a maneira pela qual homens e mulheres, de diferentes níveis sociais perceberam e classificaram o mundo natural ao seu redor, o autor traça um recorte temporal de aproximadamente trezentos anos, no qual é possível perceber o surgimento de novas sensibilidades em relação aos animais e plantas e a construção de ideais que definiram valores para a paisagem. Nesse processo, alguns dogmas que definiam o lugar do homem na natureza lentamente passaram a ser descartados. Por meio das fontes literárias e legislações do período e locais trabalhados, o autor expõe os pressupostos, os raciocínios e os sentimentos dos ingleses no início da época moderna com relação as outras espécies de seres vivos.

O arcabouço de fontes utilizado por Keith Thomas permite pensar na prática historiográfica lançada sobre a legislação ambiental que ao longo do século XX moldou o Parque Nacional do Iguaçu no espaço Oeste do Paraná. Os olhares lançados pelos ingleses na obra de Thomas podem ser pensados de maneira relacional aos modelos e valores construídos para os parques nacionais brasileiros e principalmente para a floresta do PNI. Neste sentido, a obra de Thomas, para além de um importante referencial teórico constitui-se como um exercício significativo que estimula nesta tese a busca por fontes e os caminhos que podem ser percorridos.

A partir do momento que passei a vislumbrar a floresta como objeto de análise, senti a necessidade de compreender como a floresta do PNI poderia ser pensada para além de um espaço natural. Na busca por leituras e referenciais, um dos primeiros autores que me permitiu olhar com cautela para aquilo doravante denominado como selvagem foi

Alfred Crosby, e a partir deste, outros teóricos ajudaram a compor a trama de conceitos e significados que ajudaram a interpretar e redescobrir o PNI.

Por meio do trabalho de Alfred Crosby (2011), *Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900* é possível perceber a variedade e multiplicidade de plantas e animais que foram inseridos no Continente Americano por meio do expansionismo europeu. Imerso desse olhar o autor levanta uma reflexão que impulsiona os leitores a pensar sobre a instabilidade do ambiente natural. Para Crosby, muitas espécies que se julgam nativas de um lugar, foram em algum tempo inseridas por populações humanas, espalhando-se e levando a crer que sempre existiram em um determinado espaço. Compreender que espécies doravante tomadas como nativas foram em outros tempos, introduzidas consciente ou inconscientemente por migrações humanas, significa perceber os sujeitos num processo relacional com a natureza e o PNI como resultado também das ações humanas.

Nesse processo onde homem e natureza se constituem de maneira imbricada, a obra do historiador Warren Dean (1996), *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*, permite compreender como a floresta de Mata Atlântica foi ao longo dos séculos remodelada através das ações humanas. Nesse processo de mudança, muitas espécies de animais e plantas inseridas pelo homem, assim como também Crosby menciona, passam ao longo dos anos a ocupar o status de original e natural. Essas considerações me auxiliam a observar o quanto a floresta que hoje constitui o PNI, tomada como natural em seu estado original possui variações que foram definidas ao longo dos anos através das diferentes intervenções humanas.

Assim como Thomas alerta para as mudanças de percepções e sentimentos que irão redefinir o espaço físico ao redor dos sujeitos, a categoria paisagem é pensada nesta tese de maneira relacional com a cultura. Para refletir sobre o tema utilizei a obra de Simon Schama (1996), *Paisagem e memória*, a qual contribui para refletir sobre o processo de mitificação da natureza. Para Schama, natureza, antes de qualquer coisa, significa “paisagem”, algo construído a partir do social, da cultura dos sujeitos, de suas lembranças e memórias, instrumentos criadores de sentidos para os espaços tomados como naturais.

Schama flui nesta obra perpassando por todos os capítulos formando a base para as discussões e interpretações das fontes coletadas e do próprio olhar lançado pelo historiador para a floresta. Compreender

que o espaço observado e analisado antes de tudo é também fruto das concepções e significados forjados pela bagagem cultural que cada indivíduo carrega consigo, é peça fundamental para uma leitura consciente do objeto em questão.

Tendo em vista que a natureza aqui pensada está e foi definida como um espaço de proteção ambiental, procurei em Antonio Carlos Santana Diegues (2001), *O mito moderno da natureza intocada*, um aporte conceitual que permite pensar o processo de constituição dicotômica entre homem e natureza. Nesse campo de disputa os ideais preservacionistas e conservacionistas foram ao longo do século XX, (re)definindo legislações que passaram a fortalecer os espaços naturais e a determinar o que deve ser entendido enquanto paisagem.

Para lidar com o conjunto de imagens, que foram produzidas e coletadas ao longo da pesquisa, o sociólogo José de Souza Martins, (2008) em sua obra *Sociologia da Fotografia e da Imagem*, me permitiu compreender que as imagens são elementos capazes de revelar as insuficiências da palavra como documento da consciência social e como matéria-prima do conhecimento. Entretanto, o movimento de interpretação é recíproco e muitas vezes podem revelar suas próprias insuficiências. Ao trazer estes elementos, pretendo discutir o quanto esta área de reserva ambiental esteve imersa em uma série de disputas no tempo e espaço. Estes embates estão relacionados com uma amplitude de questões que no decorrer do processo histórico culminaram com um processo de desapropriação legitimada pela construção da dicotomia entre homem e natureza.

De uma maneira geral a tese busca analisar os diferentes sentidos e representações que o Parque Nacional do Iguaçu assume na memória dos grupos humanos que com ele se relacionam e/ou relacionaram. Para isso é necessário historicizar o processo de constituição do parque buscando compreender as conjunturas e discursos que, ao longo do tempo, edificaram uma natureza primitiva. Identificar os grupos humanos que vivem no entorno do parque e as marcas da presença humana no PNI, construções, estradas, trilhas e espaços frutos das expropriações na década de 1970 são tarefas que permitirão redefinir olhares sobre a natureza cristalizada.

Apesar das concepções de análises de imagens levantadas por José de Souza Martins, foi somente em Boris Kossoy que encontrei um referencial teórico e metodológico capaz de suprir as angústias e perguntas lançadas para as fotografias produzidas no espaço e tempo, mas principalmente do próprio ato do fazer fotográfico. Em sua obra *Fotografia & História*, foi possível vislumbrar as distintas relações entre

o documento fotográfico e as informações visíveis e invisíveis que constituem a produção da imagem.

Para Kossoy, a câmera obscura tornou-se um instrumento capaz de desenhar um momento, construir uma paisagem de algo que por algum motivo e em um dado momento, foi priorizado como fundamental para conservar uma imagem. Sendo assim, “Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época.” (KOSSOY, 2014. p.40)

Partindo desta premissa é possível entender que são as motivações culturais, sociais ou econômicas que levam o fotógrafo a estabelecer um recorte em meio ao espaço que deseja de alguma maneira materializar ao longo do tempo. Este recorte será gravado seguindo os desejos e intenções do artista por trás da câmera, mas que não desqualificam ou reduzem a importância da imagem gravada. O produto final, a fotografia, torna-se a paisagem que auxiliará na construção imagética de um lugar no espaço e tempo. Para ele,

O produto final, a fotografia, é portanto resultante da ação do homem, o fotógrafo, que em determinado espaço e tempo optou por um assunto em especial e que, para seu devido registro, empregou os recursos oferecidos pela tecnologia. (KOSSOY, 2014. p.41)

Segundo Kossoy, o assunto, o fotógrafo e a tecnologia, são três elementos fundamentais para a realização de uma fotografia, os quais, tornam-se agentes constitutivos da imagem, cristalizando-a no espaço e tempo. A fotografia passa a ser um “[...] registro visual fixo de um fragmento do mundo exterior, conjunto dos elementos icônicos que compõem o conteúdo: as informações de diferentes naturezas nele gravadas.” (KOSSOY, 2014. p.43)

Uma categoria de análise muito importante lançada por Kossoy trata-se do filtro cultural produzido pelo fotógrafo. Segundo Kossoy, é possível que dois fotógrafos produzam diferentes imagens de um mesmo local ou assunto retratados. Para Kossoy, o que vai diferenciar, ou servir como balizador é o filtro cultural formado pelo artista atrás da câmera. É a bagagem cultural de cada fotógrafo que definirá os sentidos e as sensibilidades que serão empregados na confecção de um recorte fotográfico. Em suas palavras:

O registro visual documenta, por outro lado, a própria atitude do fotógrafo diante da realidade; seu estado de espírito e sua ideologia acabam transparecendo em suas imagens, particularmente naquelas que realiza para si mesmo enquanto forma de expressão pessoal. (KOSSOY, 2014.p.46)

Partindo da leitura de Kossoy é possível afirmar que toda fotografia foi produzida seguindo certas intenções e finalidades. Estes registros por sua vez, serão sempre constituídos como meios de informação e conhecimento e carregarão consigo seu valor documental e iconográfico. De qualquer forma, estas imagens não estarão livres de valores estéticos, pois, para serem produzidas ou captadas, deve ser levado em consideração a atmosfera na qual foi arquitetada e a preocupação plástica que nortearam e conduziram o fotógrafo. Segundo Kossoy:

Há um olhar e uma elaboração estética na construção da imagem fotográfica. A imaginação criadora é a alma dessa forma de expressão; a imagem não pode ser entendida apenas como registro mecânico da realidade dita factual. (KOSSOY, 2014. p.53)

Outro trabalho de Boris Kossoy que me auxiliou a pensar as imagens do PNI esmiuçadas nesta tese, trata-se da obra *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. Nesta por sua vez, Kossoy aborda que as imagens fotográficas são forjadas não apenas por elementos de realidades, mas também de ficção. Neste conjunto se faz necessário analisar os mecanismos mentais presentes na produção da imagem, os quais são responsáveis pelas representações e signos. Também neste contexto o autor destaca que é de fundamental importância analisar a construção da interpretação da imagem quando esta atinge o receptor. Estar atento a estes dois elementos constitui-se como uma árdua tarefa que o historiador precisa realizar.

Segundo Kossoy as imagens fotográficas formam um poderoso instrumento na construção de valores e sentidos para a opinião pública. Com os avanços tecnológicos, essa alternativa tornou-se mais eficaz, pois foi capaz de atingir um maior número de pessoas.

As diferentes ideologias, onde quer que atuem, sempre tiveram na imagem fotográfica um poderoso instrumento para a veiculação das idéias e da conseqüente formação e manipulação da opinião pública, particularmente, a partir do momento em que os avanços tecnológicos da indústria gráfica possibilitaram a multiplicação massiva de imagens através dos meios de informação e divulgação. E tal manipulação tem sido possível justamente em função da mencionada credibilidade que as imagens têm junto à massa, para quem, seus conteúdos são aceitos e assimilados como a expressão da verdade. (KOSSOY, 2002. P.20)

Quando penso no conjunto de imagens que foram produzidos sobre e para o PNI, é difícil deixar de refletir sobre a multiplicidade de interesses e motivações que levaram cada fotógrafo a cristalizar um pequeno fragmento da floresta que hoje forma o parque. Olhar para as imagens produzidas em diferentes temporalidades a partir dos cuidados metodológicos e teóricos apontados por Kossoy permite pensar o processo de construção do espaço selvagem, e perceber de forma cautelosa os mitos construídos para a floresta ao longo do tempo. Segundo Kossoy, “Decifrar a realidade interior das representações fotográficas, seus significados ocultos, suas tramas, realidades e fições, as finalidades para as quais foram produzidas é tarefa fundamental a ser empreendida.” (KOSSOY, 2002. p.23)

Sendo assim, para debruçar-se sobre o universo fotográfico a fim de enxergar aquilo que está além da imagem cristalizada, devemos encarar a fotografia antes de mais nada como uma representação a partir do real e que forma assim, o documento real que deve ser analisado. Porém este trabalho deve ser realizado levando-se em consideração todo o processo de criação da imagem, que por sua vez é alimentado pelo filtro cultural do sujeito por trás da câmera.

Outra categoria de análise explorada nesta tese refere-se a memória, a qual transita pela tese, ora dando voz aos sujeitos silenciados, ora sendo utilizada pelos órgãos de controle do parque como mecanismo de difusão dos ideais de nautreza intocada. Para lidar com os usos da memórias, utilizei como aporte teórico principal dois referenciais: Maurice Halbwachs, *A Memória Coletiva* (2004) e Michael Pollak, *Memória, Esquecimento, Silêncio*. (1989).

Para Maurice Halbwachs, as memórias são processos coletivos e antes de serem frutos de manifestações individuais, estão relacionadas às lembranças constituídas no interior dos grupos sociais. As idéias, os sentimentos, as paixões, muitas vezes atribuídas para o indivíduo, são para Halbwachs, inspiradas e motivadas pelas relações existentes nos diferentes grupos e diferentes conjunturas..

Neste sentido, a memória individual, construída a partir das referências e lembranças próprias de cada grupo, refere-se, também, aos posicionamentos e concepções construídos pela memória coletiva, olhar este, que deve sempre ser analisado considerando-se o lugar ocupado pelo sujeito no interior do grupo e das relações mantidas com outros meios (HALBWACHS, 2004. p.55).

Halbwachs ajuda a pensar as reconstruções e/ou simulações que as lembranças podem submeter. A partir da memória coletiva é possível recriar lembranças ou representações de um passado edificado na percepção de outras pessoas por meio daquilo que imaginamos ter acontecido ou até mesmo pela própria internalização dos discursos coletivos e de uma memória histórica. Para Halbwachs, a lembrança “é uma imagem engajada em outras imagens” (HALBWACHS, 2004. p. 76-78).

Também segundo Halbwachs, as lembranças e o processo de rememorar estão pautados na reconstrução por meio de informações e reflexões coletadas a partir do tempo presente: “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada” (HALBWACHS, 2004.p. 75-6).

Outro autor que me ajuda a pensar na categoria de memória é Michael Pollak, principalmente no âmbito das narrativas dos sujeitos que permaneceram silenciadas da memória pública do PNI. Para Pollak, historicizar estas memórias marginalizadas permite desvendar novos horizontes de um mesmo problema. Além disso, Pollak chama atenção para o campo de disputas existente entre as memórias oficiais e as memórias subterrâneas. Este processo que visa incorporar as memórias marginalizadas e/ou silenciadas promove embates pela afirmação e sobretudo pela busca de uma identidade das minorias ressaltando assim, novos elementos outrora obscurecidos. (POLLAK, 1989. p.31)

Para alcançar os objetivos propostos a tese encontra-se dividida em quatro capítulos. No *Capítulo I O processo de criação, ampliação e reafirmação do Parque Nacional do Iguaçu*, o texto percorre os meandros das legislações e o aparato teórico que ao longo do século XX

definiram e constituíram o PNI como uma unidade de conservação. Trata-se de um capítulo com maior densidade teórica que visa discutir com as concepções e conceitos de natureza e paisagem que emergiram em outros países ainda no século XIX, passaram a definir e influenciar a legislação ambiental brasileira, e consequentemente, o modelo e parques nacionais empregado no Brasil.

Com relação ao *Capítulo 2 Parque Nacional do Iguaçu: imagens, memórias e paisagens*, têm como objetivo discutir o complexo aparato simbólico construído sobre e para a floresta do PNI e principalmente, para as áreas destinadas a exploração turística. As percepções, constituídas durante o processo de formação do parque são remodeladas e mantidas pelos órgãos e empresas que administram e exploram o turismo no parque. Perceber como o mito da natureza intocada é construído e quem são os sujeitos envolvidos nesse processo constitui-se a tarefa principal deste capítulo.

No *Capítulo 3 O Entorno Revisitado*, os usos da História Oral, permitiram perceber como o espaço ao longo das margens de toda a floresta está repleto de sentimentos e significados diversos. Enquanto para alguns ela se constitui como o lugar da paz e tranquilidade, para outros ela pode ser o mau vizinho ou até mesmo, algo pouco expressivo onde sua presença quase não é notada. Nesse capítulo, as complexidades de percepções sobre a natureza nos permite refletir sobre a visão unilateral construída para o PNI e os diferentes embates e tensões existente no processo calcado em um ideal de natureza intocada.

O *Capítulo 4 Parque Nacional do Iguaçu: um espaço da presença humana*, traz para esta tese a pluralidade de ações e marcas criadas pelas práticas humanas dentro da floresta outrora tomada como original e selvagem. Perceber as cicatrizes em meio a floresta que se redefinem e/ou são redefinidas no espaço e tempo, instiga a desvendar o passado humano que em diferentes temporalidades remodelou a paisagem do PNI. Nesse capítulo cultura e natureza aparecem de maneira imbricada em relações de tensão e reciprocidades, formando neste, talvez o mais revelador e emocionante dos capítulos, capaz de redefinir os olhares e concepções daqueles que um dia pensaram no parque sobre os moldes dos neomitos tão fortemente frisados por Diegues.

De maneira geral, esta tese vem ao encontro das angústias de um historiador que ao longo de sua vida, cresceu na região Oeste do Paraná e por muito tempo acreditou que o PNI fosse um espaço constituído sem a presença humana. A partir do momento que diferentes indícios passaram a levantar novas possibilidades de interpretações do

espaço delimitado para a constituição do parque, fez-se necessário seguir a diante em busca de respostas para acalantar as inquietações que buscavam entender o silêncio e os mitos construídos para a floresta. Diante deste movimento espero que ao longo dos capítulos seja possível ao leitor compreender com a floresta foi sendo revelada e desvendada e como a vida humana mesmo silenciada pela memória pública difundida, foi protagonista da paisagem hoje existente no PNI.

Caminhar pelas trilhas do parque destinadas a exploração turística ou até mesmo pelas trilhas abertas momentaneamente durante o processo investigativo, tronou-se uma experiência sensorial de grande importância não somente para aguçar os olhares do historiador, mas principalmente para auxiliar na feitura das análises e no processo de construção textual. Certamente não será possível transferir para estas linhas todo o universo paisagístico vivenciado e sentido na floresta, porém, mesmo diante das dificuldades, desprendi toda minha energia na tentativa de trazer ao leitor um melhor panorama e um maior número de detalhes da floresta que está sendo pensada.

Sendo assim, cabe agora percorrer os caminhos propostos na tese, caminhos estes que, como trilhas na floresta, conduzem o leitor por reflexões e análises das mais diversas limitações e muitas vezes, antes de revelar quaisquer respostas podem instigar novas reflexões. Seja historicizando o processo de formação do parque, descrevendo a paisagem do seu entorno, ou até mesmo, refletindo sobre as memórias constituídas sobre e para a floresta, percorrer esta tese será uma experiência que de alguma maneira modificará a forma de olhar e entender o Parque Nacional do Iguaçu e o seu complexo sistema de visitação turística.

CAPÍTULO 1 - O PROCESSO DE CRIAÇÃO, AMPLIAÇÃO E REAFIRMAÇÃO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

O objetivo geral dessas áreas naturais protegidas é preservar espaços com atributos ecológicos importantes. Algumas delas, como parques, são estabelecidas para que sua riqueza natural e estética seja apreciada pelos visitantes, não se permitindo, ao mesmo tempo, a moradia de pessoas em seu interior. (DIEGUES, 2001. p.13)

1.1 NATUREZA E CULTURA: PAISAGEM, MEMÓRIA E SENTIDOS

Para pensar na criação do Parque Nacional do Iguaçu - PNI é necessário primeiramente revisitar os meandros ideológicos que ao longo da história da humanidade foram remodelando a percepção humana sobre o espaço ao seu redor. Entender que a natureza se constitui em uma relação imbricada com a cultura é uma das tarefas deste capítulo e um exercício significativo para a compreensão e análise da problemática levantada.

Na medida que vamos desvendando os valores imbuídos para e sobre a natureza, a cortina que confere beleza e sentido cênico às paisagens estabelecidas para a visualização humana, é aberta e possibilita identificar os contornos formados nas diferentes temporalidades. Perceber como esse processo de valorização e criação da natureza se constitui permite ao leitor compreender com maior afinco os discursos e representações que serão empregados na construção do PNI.

O discurso do original e intocado se faz presente principalmente por meio dos órgãos responsáveis pela administração e proteção e das empresas que exploram as atividades turísticas no parque. No site da empresa Cataratas do Iguaçu S/A, esses valores são reafirmados e a floresta que outrora fora ocupada por centenas de famílias, surge como o recanto primitivo em seu estado natural, silenciando assim, as memórias e trajetórias humanas.

O Parque integra o mais importante contínuo biológico do Centro-Sul da América do Sul, com mais de 600 mil hectares de áreas protegidas e outros 400 mil em **florestas ainda primitivas**. [grifo meu] (CATARATAS DO IGUAÇU S/A)

Para outros sujeitos, os agricultores colonos que a ocuparam na década de 1960 o PNI, a floresta era o espaço selvagem que deveria ser domesticado pela presença humana para produzir as condições materiais de existência. A floresta para esses grupos representava o espaço do atraso, o lugar que deveria ser substituído pela civilização e ocupação humana.

Para o senhor Severino Berres, ex-morador do PNI, ocupar tal espaço, traz em sua memória um momento de angústia e incerteza pois precisariam em um espaço curto de tempo fazer a terra produzir para sobreviver. Em suas palavras, “Não sei se tu podia imaginar, não sei se tu imagina como é que é no mato, no meio do mato, descarregar aquela mudança e ficar, agora tu fica ali, isso não é fácil”. (BERRES, 2009). Nesse processo de ocupação da floresta, os animais lentamente foram introduzidos e dentre eles, estava o cão, utilizado como símbolo de proteção contra o lugar selvagem. Em sua memória:

Então esse cachorro cuidava ali e não deixava chegar um bichinho, um, cachorro do mato essas coisas, gato do mato também, que vinha pegar as galinha. E tinha muito daqueles ali né, era até filhote a gente achava no meio do mato, de gato do mato né. (BERRES, 2009)

Para os agentes de proteção, o PNI é a paisagem natural ainda presente em uma região devastada pelo ciclo de desenvolvimento e colonização das fronteiras, motivado principalmente a partir dos anos 1960. Ilhado em meio às fazendas e pequenas propriedades, o PNI possui um grande valor para a preservação de muitas espécies de plantas e animais silvestres. Para que a manutenção seja feita, os discursos do belo e do sagrado são reivindicados nas representações que fazem a manutenção do imaginário do parque.

Com relação aos moradores do entorno, a floresta, ao mesmo tempo em que constitui o espaço para lazer, gera também o lugar da preocupação. Isso se materializa através dos felinos de grande porte que fazem parte da população de animais presentes no parque. Ocorre o temor de ataques aos animais de criação em suas propriedades. Matar esses felinos para proteger o bem privado constitui crime ambiental, entretanto, não existe nenhuma forma de ressarcimento dos prejuízos daí decorrentes. E nesse caso, restam apenas as palavras evasivas do senhor Ego Mahl “esse vizinho bom e mau”.

Para o senhor Arno Gauer, apesar do Rio Iguaçu, constituir um grande divisor entre sua propriedade e o PNI, a preocupação com os grandes felinos se faz presente e suas memórias narram diversas experiências de encontros e situações que o preocuparam ao longo de sua vida. Em suas lembranças narra um episódio recente ocorrido ainda no ano de 2012 quando uma onça rondava a propriedade atacando as criações dos demais vizinhos.

Ele veio, foi atrás do terneiro no galpão. Pegou um terneiro e vinha atrás pra pegar outro. E vinha e de repente, era o choque, era tudo nas roças. Foi lá, aquele rastrão de tigre atrás. Daí ele convidou o cunhado dele, diz, olha tem uma onça atrás desses terneiro de novo. (GAUER, 2013).

O imaginário construído entorno dos ataques ou aparições dos grandes felinos nas propriedades dos moradores do entorno é algo muito presente nas narrativas. A maioria dos entrevistados relatou sons, cheiros e visualizações de onças em suas propriedades bem como os danos causados aos seus bens. É interessante notar como esse animal silvestre aguça e ocupa lugares nas narrativas constituindo-se muitas vezes como o principal eixo de referência sobre as adversidades presentes no espaço de floresta. A onça certamente apareceu nessa pesquisa como um dos principais motivadores do imaginário selvagem para os moradores do entorno.

São plurais e multiculturais as possibilidades de entender a natureza. Para alguns o selvagem é o belo, para outros pode ser o assustador. Entretanto, antes de entender essa diversidade é necessário compreender como se construiu ao longo da história humana noções e definições daquilo que seria chamado de selvagem em contrapartida com o que seria domesticado e faria parte do dia a dia humano. Nesse sentido lanço algumas perguntas para nortear a discussão: O que define um espaço enquanto selvagem? O que define a natureza? Quando e como natureza passou a ser entendida de maneira dicotômica a cultura?

Essa ideia de problematizar o chamado meio ambiente, o tal mundo natural não é nova, nem inventada pelos moradores do PNI, pois já está posta em Keith Thomas, autor do livro *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*, permite perceber com a natureza foi vivida nos trezentos anos que marcaram o início da modernidade. Para o autor a grande preocupação e relação de mutualidade com a natureza passou a ser mais

evidente principalmente depois do advento industrial, quando o cenário europeu tornou-se cada vez mais um lugar da devastação. Perceber como o ideal de violência sobre o mundo natural foi sendo substituído por valores de pertencimento é uma das brilhantes tarefas na obra de Thomas.

Selecionando precisamente a Inglaterra, como eixo espacial de sua análise, Thomas questiona como a pequena nobreza inglesa do início do século XX idealizou conscientemente uma paisagem rural que tanto fornecia lucro como recreação. Para o autor o processo de industrialização estimulou a inspiração e o olhar para o campo e para o selvagem:

À medida que as fábricas se multiplicavam, a nostalgia do morador da cidade refletia-se em seu pequeno jardim, nos animais de estimação, nas férias passadas na Escócia, ou no Distrito dos Lagos, no gosto pelas flores silvestres e a observação de pássaros, e no sonho com um chalé de fim de semana no campo. (THOMAS, 2010, p.16).

Partindo de pressupostos religiosos, o autor leva-nos a perceber o quanto a religião cristã moldou na Inglaterra Tudor e Stuart, o mundo natural. Segundo o autor, havia uma percepção de que o mundo fora criado para o bem do homem e as demais espécies estariam a ele subordinadas. (THOMAS, 2010, p. 21). Os relatos bíblicos da criação proporcionaram concepções de que os animais domésticos foram criados para o trabalho e os selvagens para serem caçados. Nesse processo, a natureza ocupava a função de subsidiar os interesses humanos.

Segundo Thomas, a teologia forneceu os alicerces morais que delimitaram o predomínio do homem sobre a natureza. É importante ressaltar que a tradição religiosa do início do século XVI na Inglaterra, não mantinha laços ou qualquer vínculo com venerações a natureza encontrada em religiões orientais. “Desde o tempo dos anglo-saxões, a Igreja cristã na Inglaterra colocou-se contra o culto das nascentes e dos rios”. (THOMAS, 2010, p.29). Entretanto com o passar do tempo, as doutrinas cristãs foram retomadas e deram novos sentidos e valores para a relação estabelecida entre homens e natureza.

Nesse processo outro movimento ideológico ocupou papel significativo na construção de noções de superioridade e distinção humana sobre a natureza. Com o Iluminismo em ascensão no século

XVIII, o cartesianismo emergiu como um grande divisor entre animais e homens, negando a existência da alma dos animais e justificando ainda mais o domínio humano sobre as demais espécies, porém, abrindo espaço para inúmeras discussões em torno no tema. (THOMAS, 2010, p. 47). Em outras palavras:

Ao traçar uma sólida linha divisória entre homem e os animais, o principal propósito dos pensadores do início do período moderno era justificar a caça, a domesticação, o hábito de comer carne, a vivissecção e o extermínio sistemático de animais nocivos ou predadores. (THOMAS, 2010, p. 55).

Com o avanço da ciência sobre terreno que outrora fora ocupado pela teologia, a história natural eclodiu como estudo que visou classificar as diferentes espécies de animais e plantas. As categorias eram criadas, classificadas e analisadas a partir das preocupações dos possíveis usos que seriam aplicados aos humanos. As plantas eram em sua grande maioria estudadas para a aplicação na medicina. Com relação aos animais, estes por sua vez, eram enquadrados em três categorias: comestíveis e não comestíveis, ferozes e mansos, úteis e inúteis. (THOMAS, 2010, p. 73)

Apesar da criação da fronteira entre homens e animais, foi por volta do século XVIII que essa distância passou a ser encurtada. Os amplos trabalhos e observações aproximaram cada vez mais os homens e seus objetos de pesquisa, fazendo com que muitos pesquisadores passassem a realizar trabalhos com o intuito de investigar e compreender a complexidade e possibilidade da inteligência animal.

Foi a experiência direta, e não a tradição clássica, que mais estimulou a crença crescente na inteligência animal. A observação dos animais de estimação, aliada à experiência com os domésticos, forneceu apoio à visão de que os mascotes podiam ser racionais, sensíveis e compreensivos. (THOMAS, 2010, p.172)

Segundo Thomas é importante observar esse quadro de aumento da estima de cientistas e intelectuais pelos animais. Para o autor esse é um processo importante na compreensão do rompimento da fronteira entre homens e animais a qual foi construída pela teologia e por teóricos anteriores. Cabe destacar que esse movimento não é único pois os

moradores do campo, formados pelo conhecimento popular, tiveram ampla parcela no processo de mudança que ganhou forças principalmente no século XIX. (THOMAS, 2010, p. 180).

Com a extinção dos parques e áreas de caça tão comuns a antiga nobreza feudal e a expansão dos cercamentos para fins agropecuários, houve ampla diminuição das florestas. Se os sentimentos afetivos pelos animais estavam aumentando, as florestas passaram a incorporar novos sentidos e valores. Parte dessas mudanças ocorreram por questões práticas como, por exemplo, a necessidade do uso da madeira para construção, uso doméstico e combustível. Segundo Thomas, “as matas inglesas foram intensamente manejadas, como um recurso autorrenovável e valioso, desde pelo menos os primeiros tempos normandos.” (THOMAS, 2010, p. 280).

Para Keith Thomas, a derrubada ilegal de árvores sofria penalidades já no começo do século XVII e havia uma diversidade de critérios e regulamentos que limitavam e controlavam o acesso à lenha, aos bosques e ao subsolo. É importante perceber que esse uso das florestas modificou o espaço que mais tarde seria tomado como natural, vindo a ocultar as florestas que foram replantadas em outras temporalidades. Nas palavras do autor:

Quando se permitia o corte nas florestas reais, fazia-se um cercamento temporário, para proteger o crescimento das árvores replantadas. Em muitas áreas, em outras palavras, as matas já tinham deixado de ser selvagens e hostis, tendo se tornado domésticas, parte essencial da economia do campo. (THOMAS, 2010, p. 281).

Partindo dessa premissa, havia uma série de mecanismos legais que exigiam o plantio de árvores na Inglaterra moderna. “A obrigação de plantar árvores estava inscrita em muitos contratos e regulamentos senhoriais quinhentistas.” (THOMAS, 2010, p. 283). Cabe refletir que essas ações são responsáveis por constituir lugares moldados pelas mãos humanas mas que ao longo do tempo, serão recobertos por mitos e valores que as obscurecerão e irão reivindicar um espaço natural. Segundo Keith Thomas, “Nem todas as árvores de cercas vivas, em que a Inglaterra é tão rica, surgiram nesse país por meios naturais, há suficiente evidência para sugerir que árvores foram plantadas desde os tempos normandos.” (THOMAS, 2010, p. 282).

Penso nas narrativas sobre o processo de ocupação do PNI e das centenas de famílias que trouxeram consigo, diversas mudas de árvores para serem plantadas no novo espaço. para compor sua subsistência no novo local ocupado.

Então nós fomos lá e colhemos vergamota, laranja, cortemos tudo assim com pontinha da árvore né, tudo com tesoura né. E aqui encima, (se refere ao parque), não tinha fruta não tinha nada, ai não tinha nada pra come (risadas). É, bergamota, laranja, isso não existia ali, não, não, era mato virgem. (BERRES, 2009)

O senhor Severino Berres permite refletir sobre a originalidade da floresta reivindicada pela memória pública oficial e difundida no parque para os visitantes. Ao analisar suas lembranças é possível ponderar que muitas dessas árvores que migraram com as pessoas no processo de ocupação, continuam plantadas dentro da área do PNI, redefinindo assim o cenário natural por meio da ação humana. É possível por meio desta narrativa pensar na diversidade de plantas que foram trazidas e hoje compõem a floresta de maneira quase naturalizada. Perceber essas ações significa não deixar os mitos primitivos recobrirem as transformações contemporâneas.

Atualmente, muitos são os discursos que reivindicam o espaço hoje recortado como parque como o lugar do selvagem original. É importante destacar que durante o processo de constituição da unidade de conservação, o parque foi gradativamente aumentando sua área de abrangência e incorporando espaços que haviam passados por modificações oriundas do processo agrícola de ocupação do Oeste do Paraná. A inclusão de novas áreas modificadas e o processo de ocupação já mencionado alteraram a floresta e deixaram marcas significativas que contradizem o neomito selvagem construído.

Nesse movimento apresentado por Thomas é certo dizer que o crescimento das cidades estimulou os anseios humanos pelo campo e pelas florestas levando os homens a buscar refúgios da vida moderna e muitas vezes a sacralizar estes lugares como fontes de inspiração e beleza para ser apreciada.

Para os adultos, os parques naturais e as áreas preservadas cumprem uma função que não é diferente da que os bichos de pelúcia têm para as crianças; são fantasias que cultuam os valores

mediante os quais a sociedade, como um todo, não tem condições de viver. (THOMAS, 2010, p. 426).

Para Keith Thomas, foi por volta de 1800, que as barreiras entre humanidade e outras formas de vida tornaram-se cada vez mais tênues e ampliaram as possibilidades de olhares sobre a natureza e sobre as ações legais que poderiam delimitar as áreas de preservação. Se em um primeiro momento o discurso teológico fora utilizado para subjugar a natureza ao homem, agora ganharia forças para delimitar o espaço perdido por meio da industrialização. Neste sentido, a natureza passou a ser comparada pelos discursos preservacionistas como o jardim do Éden, ou seja, o espaço original e natural que deveria ser preservado para a contemplação. É sob esse viés que muitos parques nacionais foram difundidos pelo mundo ao longo do século XX.

Sobre a originalidade dos espaços naturais, a obra de Alfred W. Crosby³, *Imperialismo Ecológico: A expansão biológica da Europa 900-1900* apresenta discussões que permitem repensar a naturalidade de plantas e animais e o processo de expansão de inúmeras espécies pelo mundo, motivadas pelas ações humanas. De uma forma geral, a obra de Crosby problematiza o processo de expansão das populações europeias principalmente por volta dos anos 900 a 1900, porém, sem perder de vista um recorte temporal mais longínquo. O foco de sua discussão concentra-se na invasão biológica lançada pelas levas europeias em outras regiões do planeta, as quais constituíram aquilo que denominou de “biota portátil”⁴.

O autor levanta uma reflexão que impulsiona os leitores a pensar sobre a instabilidade do chamado ambiente natural. Para Crosby, muitas espécies que se julgam nativas de um lugar, foram em algum tempo trazidas pelos europeus, espalhando-se e levando a crer que sempre existiram em um determinado espaço. Perceber que espécies doravante tomadas enquanto nativas foram em outros tempos, introduzidas consciente ou inconscientemente por migrações humanas,

³ Nascido em Boston em 1931, o autor estadunidense atuou em diversas universidades americanas e estabeleceu-se em na Universidade do Texas em Austin. Aposentou-se no ano de 1999 e suas pesquisas ao longo de sua carreira contemplaram principalmente, questões voltadas para a história biológica, assumindo como maior preocupação as ações e interferências causadas pelos processos evolutivos de diferentes espécies de seres vivos.

⁴ Conjunto de animais, plantas e doenças que navegaram com os europeus efetivando projetos de colonização e dominação de novas terras.

significa perceber os sujeitos humanos e assim, a cultura, num processo relacional com a natureza.

Compreender o processo de expansão da biota portátil referida por Crosby permite repensar a floresta do PNI. Segundo Eugênio Sauzen e Claudete Terezinha Sauzen, ex-moradores do PNI, a floresta possui muitas plantas que não são nativas e foram inseridas pelas famílias que ocuparam o parque nas décadas de 1960 e 1970.

Uma coisa importante do parque, não sei se era época ou se era o solo o que tinha muito era fruta. Lá plantava uma frutífera ela ficava saudável, deve ter até hoje lá meio abandonado, nos lugar onde tinha pomar deve ter vestígio hoje ainda. Tem gente que sabe que tem né.(SAUZEN, Eugenio. 2009)

É quem tinha mato que nem nós tinha um mato de frutífera a laranja, só a laranja meu pai tinha 82 pé, só laranja comum e aquilo era fechado, eu acho que isso hoje ainda existe deve de existir porque. (SAUZEN, Claudete. 2009)

Chama atenção o sentido semelhante empregado em ambas memórias narradas. O sentimento de esperança de que as árvores plantadas ainda fazem parte do parque aparecem como ponto de reflexão nos dois relatos. Para além de perceber o quanto o espaço do PNI está repleto de marcas humanas cabe repensar nos sentidos que ele ocupa nas memórias desses sujeitos. Perceber no PNI um lugar marcado por suas mãos significa também manter vivo o passado quase silenciado pela formação da unidade de conservação.

É significativo pensar no caráter da biota portátil e sua capacidade de modificação dos espaços. Caminhar pelas linhas do Imperialismo Ecológico de Crosby possibilita estar atento a estes agentes. Entretanto, é de suma importância não cair nas amarras e deixar de lado a bagagem cultural que desloca-se com estes movimentos migratórios levando consigo, transformações e adaptações. Cultura e natureza estão imbricadas não somente no olhar que é lançado sobre está última mas também nas próprias ações que delimitam e reescrevem aquilo que é dito natural.

Segundo Simon Schama (1996), é importante estar atento, pois, antes mesmo de estarmos lidando com uma natureza, estamos lidando com uma paisagem. Para o autor, são os olhares lançados sobre a natureza que instituem significados para estes espaços e não o

movimento contrário. Assim, é possível entender que paisagem é cultura e memória. As lembranças, neste caso, tornam-se parte do processo que constitui a paisagem e define valores e sentidos para o meio natural.

O objetivo de Schama é apresentar o que ainda pode ser encontrado e revelar, a riqueza, a antiguidade e a complexidade da tradição paisagística com relação aos modos de ver a natureza. Para ele, “Nem todas as culturas abraçam a natureza e a paisagem com igual ardor. O que os mitos da floresta antiga significam para uma cultura europeia nacional pode se traduzir em algo totalmente diverso em outra cultura.” (SCHAMA, 1996, p. 25).

No ano de 2014 o PNI foi ocupado por populações indígenas as quais, reivindicavam em seus discursos “a floresta como o lugar original de sua pertença” diferentemente das narrativas dos agricultores os quais, vislumbravam a mata como algo que deveria ser derrubado para dar espaços de civilidade. “Vir ao Parque Nacional é recuperar um território que **sempre foi nosso**. Precisamos das matas para alimentar nossa cultura. Nós Guaranis, pensamos no futuro.” [Grifo meu] (CGN. *Mandado determina reintegração de posse do Parque Nacional*. Dia 06 de maio de 2014. Cascavel, PR.)

Chamo atenção para o grifo realizado no parágrafo anterior. Neste relato de resistência e luta pela terra, os sentidos de pertença foram invocados imbricados a temporalidades que antecedem até mesmo o período pré-colombiano. Na busca por novos espaços de aldeamento, estas populações indígenas reivindicaram a floresta do PNI como o seu lugar de origem e pertença, sentidos estes que perpassam os valores ambientais criados para os modelos de parques nacionais instituídos no país, os quais, têm como objetivo, excluir a presença humana das áreas destinadas a preservação.

Segundo Schama, os segredos para entender os olhares cristalizados e definidores da natureza estão nos mitos criados e nas paisagens estabelecidas para a natureza histórica. A paisagem, ou melhor, o olhar sobre o meio dito natural, muitas vezes carregado de valores que sacralizam este lugar, é construído na memória e se manifesta enquanto cultura, remodelando-se ao longo das temporalidades:

Os mitos e lembranças da paisagem partilham duas características comuns: sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições com as quais ainda convivemos. (SCHAMA, 1996, p. 26).

A reflexão proposta por Schama permite reconhecer a ambiguidade dos mitos da natureza e ajuda a compreender que a paisagem nem sempre é mero local de prazer ou um cenário sedativo e uma topografia arranjada que estimula os olhos. Para o autor, todas as paisagens, desde o parque urbano às trilhas na montanha, possuem a marca das obsessões humanas. Segundo ele, paisagem é cultura antes de ser natureza, ou seja, uma construção da imaginação que se projeta sobre a mata, a água e as rochas (SCHAMA, 1996), pois são frutos das intervenções humanas, e não o contrário.

Ao analisar em sua obra um espaço de fronteira nacional na Polônia impregnado por discursos que visavam legitimar o lugar do selvagem e natural, Schama percebeu que a área investigada nem sempre foi daquela maneira. As florestas analisadas em seu estudo não apresentavam características que levavam a crer que as plantas ali presentes estavam em seu estado original e intocadas. Muito pelo contrário, a floresta apresentava marcas da presença humana, pois possuía luz, espaço e variedade. Nas próprias palavras do autor:

Havia gente nas florestas: assentada, ativa, ganhando a vida com os recursos a sua volta; uma sociedade robusta, com ritmos sazonais de movimento, comunicação, religião, trabalho e prazer. Mesmo nas matas mais extensas havia estradas para as carroças e trilhas para os pedestres, e seus adeptos as conheciam tão bem quanto as vias romanas. (SCHAMA, 1996, p. 151).

Ao pensarmos no PNI, é possível compreender os apontamentos e reflexões propostos por Schama. Havia gente habitando o lugar que hoje é reivindicado como selvagem. Muitas de suas marcas, edificadas na floresta, foram recobertas pela vegetação, mas de qualquer maneira ressignificaram o meio natural ao seu redor. Estas famílias viveram e reconstruíram seus modos de vida dentro do PNI e, apesar do processo de expropriação e reflorestamento é possível ponderar nas mudanças que impuseram a natureza.

A imagem a seguir retrata um casamento realizado dentro do PNI na década de 1970, no distrito de São José do Iguçu. Nas memórias dessas duas famílias, que acabara de se unir por meio dos laços de matrimônio, o PNI ocupa o lugar que confere sentidos e significados para esse passado. Os espaços de sociabilidades construídos

dentro do parque deixaram de existir, levando consigo os lugares da memória. Visualizar estas imagens significa para esses sujeitos, fazer a manutenção na memória de um passado hoje silenciado pela memória pública difundida e apagado pela floresta e pelos mitos da natureza intocada.

É possível por meio da fotografia identificar que estes agrupamentos humanos inseriram na paisagem. Mesmo se tratando de um casamento, o local escolhido para a realização da imagem está com muita vegetação rasteira demarcando os anos iniciais de assentamento das comunidades. Com base na imagem têm-se uma melhor visibilidade da proporção das relações humanas perpetradas na paisagem do PNI. Na imagem em questão, o espaço desmatado refere-se a apenas uma das centenas de propriedades rurais que existiram no interior do parque, o que leva a ponderar na diversidade de manifestações e marcas deixadas neste lugar.

Fotografia 1 Casamento em São José do Iguazu - PNI, década de 1970.



Fonte: Acervo de Otálcio Knapp.

Além disso, é de extrema importância refletir sobre o olhar do fotógrafo no momento da captação da imagem. O espaço que fora preparado para a realização da fotografia, com a colocação de cadeiras em meio a troncos e tocos, indica que o solo ainda não estava preparado para o cultivo, ou, poderia estar sendo utilizado como local de criação de animais. De qualquer forma, ao utilizar como plano de fundo a enorme

clareira, o fotógrafo conseguiu transmitir a ideia do sucesso da colonização que avançava na fronteira oeste do Brasil na década de 1970, colocando estes sujeitos como protagonistas deste processo.

Na imagem a seguir é possível visualizar a escola construída no mesmo distrito de São José do Iguçu. O espaço da edificação bem como, o entorno da escola, representa uma grande área na qual a vegetação foi removida para dar lugar a ocupação humana. Por mais eficaz que a tentativa de minimizar esse impacto possa ter ocorrido, a pastagem, as árvores frutíferas que compunham esses lugares, os pilares da fundação, deixaram rastros e modificaram o mundo natural. Olhar para o PNI depois de contemplar e refletir sobre estas imagens, torna-se uma tarefa difícil de ser realizada, sem deixar de pensar na diversidade de mudanças inseridas pelas populações que viveram na floresta nas décadas de 1960 e 1970.

Fotografia 2 Escola em São José do Iguçu, PNI, 1971.



Fonte: Acervo de Reni Mallman Rocha.

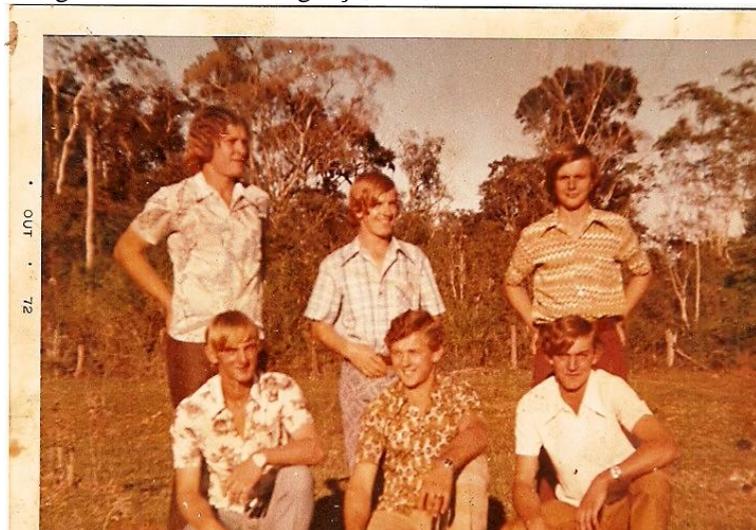
Me chama atenção o exercício realizado pelo fotógrafo na tentativa de enquadrar todo o espaço escolar planejado e naquela época, presente no PNI. Não há uma maior preocupação em retratar os rostos dos sujeitos, os quais, pelo aglomerado ao qual estão dispostos no centro da imagem, torna-se difícil contar quantos são os envolvidos. De maneira mais clara, a intenção do fotógrafo está em eternizar, por meio

da imagem, a estrutura física da instituição escolar que se fazia presente em uma região de expansão na fronteira nacional, enquadrando de maneira meticulosa toda a extensão da escola.

Onde hoje existe floresta, outrora havia relações humanas. As rodas de conversas, o trabalho no campo, os lugares de memória, os espaços de uso coletivos, o dia a dia de centenas de pessoas em um determinado momento foram rompidos para legitimação do espaço destinado a compor a paisagem selvagem e natural. O processo de mudança foi gradativo mas em um espaço de tempo de aproximadamente vinte anos poucas foram as marcas possíveis de serem identificadas.

A imagem a seguir, retrata um pouco da vida humana que um dia experimentou o espaço hoje destinado a floresta. Apesar de se tratar de uma fotografia planejada, onde seus personagens posam para autor atrás da lente, ainda assim, trata-se de uma memória de extrema importância para pensar na diversidade de sentidos criados para o PNI. É certo que, para estes sujeitos eternizados na imagem, o parque, antes de ser lembrado como um espaço selvagem emerge em suas memórias e narrativas como um lugar de experiências e reciprocidades.

Fotografia 3 São José do Iguaçu, PNI, 1972.



Fonte: Acervo de Severino Berres.

Seguindo nesse viés, a paisagem não pode ser meramente compreendida como repouso para os sentidos. Paisagem antes de qualquer coisa é obra da própria mentalidade composta por uma variedade de lembranças. Paisagem e cultura não podem ser compreendidas de maneira dicotômica, e desta forma, os discursos que passaram a instituir os parques pelo mundo afora devem ser compreendidos imbricados com as diferentes conjunturas políticas, econômicas, sociais e culturais presentes em cada país em diferentes temporalidades. De acordo com Schama:

A atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do *Homo sapiens*. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda a nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda natureza que temos. (SCHAMA, 1996, p. 17).

Segundo Schama, para os fundadores do moderno ambientalismo, Henry David Thoreau e John Muir, “A ideia era que a natureza selvagem estava em algum lugar, no coração do Oeste americano, esperando que a descobrissem, e que seria o antídoto para os venenos da sociedade industrial.”(SCHAMA, 1996, p. 17). Para o autor, estes sentidos que buscam uma natureza selvagem são produtos do desejo e da elaboração dessa cultura em seu tempo.

Um ponto interessante em sua obra é a análise dedicada ao parque Yosemite, ou como denominou, “primeiro Éden americano”. Schama revela os sentidos e valores que foram lapidando o parque por meio de pinturas e fotografias que tinham como objetivo apresentar o meio natural, porém sem evidenciar a presença humana. Neste exercício analítico, Schama convida a refletir sobre o ato de cristalizar um lugar por meio das imagens: “É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos”. (SCHAMA, 1996, p. 17).

Para o autor, não existe possibilidades da natureza selvagem demarcar a si mesma. Foi uma lei do Congresso dos EUA, em 1864, que designou o Yosemite Valley como o lugar de significado sagrado para a nação. As ações de percepção desses espaços, os sentidos construídos por meio das imagens, o ambiente alterado pelas inovações agrícolas, são alguns dos elementos que estimulam a busca e a sacralização dos lugares que ainda não foram drasticamente tocados pelas mudanças tecnológicas e pelo avanço da sociedade moderna industrial. Todavia o fato das unidades de conservação possuírem um grande arcaibouço natural, não significa que não foram tocadas e modificadas ao longo do tempo.

Problematizar não apenas os valores que definem a natureza como paisagem, mas também, as discussões que permearam e legitimaram a difusão de espaços de proteção ambiental pelo mundo a partir da segunda metade do século XIX, são alguns dos objetivos deste capítulo. Em Antonio Carlos Santana Diegues (2001), encontrei um aporte que permitiu compreender a construção dicotômica entre natureza e cultura empregada na efetivação do PNI, baseado em um ideal de natureza selvagem e intocável que ganhou forças e remodelou os mitos do espaço natural.

Diegues instiga a pensar na criação de parques e reservas, levantando uma série de discursos teológicos e científicos que foram cruciais na definição de legislações que passaram a criar unidades de conservação da natureza, principalmente em países que até então eram tidos como de Terceiro Mundo. De uma forma geral, para Diegues, o objetivo de demarcação destas áreas era e é, preservar espaços com atributos ecológicos importantes, não sendo permitida moradia de pessoas em seu interior. Ainda conforme o autor, a concepção que defende a preservação destas áreas provém do século XIX, criadas primeiramente nos Estados Unidos, a fim de proteger a vida selvagem que, segundo seus idealizadores, estava ameaçada pela civilização urbano-industrial (DIEGUES, 2001, p. 13).

Foi através da expansão do naturalismo do século XIX, que o modelo de parque nacional passou a ser montado, e com base neste, “a única forma de proteger a natureza era afastá-la do homem, por meio de ‘ilhas’ onde este pudesse apenas admirá-la.” (DIEGUES, 2001, p. 13). Os lugares recortados e demarcados tinham também por objetivo serem vistos como espaços “selvagens”, onde o homem urbano pudesse se revigorar do trabalho monótono das cidades. Para Diegues, esse

movimento instituiu e definiu os “neomitos”, ou seja, a existência de um mundo natural selvagem e intocável, uma espécie de paraíso perdido.⁵

Neste ponto é crucial uma breve reflexão com os apontamentos feitos anteriormente seguindo as aspirações de Keith Thomas. Se em um primeiro momento da modernidade europeia, os discursos teológicos legitimaram a ascensão humana sobre a natureza, permitindo assim, ao homem, subjugar e explorar plantas e animais para sua subsistência, na segunda metade do século XIX, os discursos teológicos passaram a ser utilizados na tentativa de reaver a natureza perdida. O original e natural tornou-se presente e os sentidos sagrados ocuparam os lugares ainda não manchados pelas mãos humanas.

As duas correntes teóricas que buscavam discutir estes espaços ambientais emergiram com força nos Estados Unidos do século XIX e exerceram grande influência no movimento de conservação dentro e fora deste país. Estas vertentes instituidoras das políticas ambientais foram o “Conservacionismo dos Recursos Naturais” e o “Preservacionismo” (DIEGUES, 2001, p. 28).

O movimento de conservação tinha como objetivo o uso racional dos recursos naturais e foi criado pelo engenheiro florestal Gifford Pinchot. Segundo Diegues, este engenheiro obtinha como base de sua reflexão uma conjuntura que transformava a natureza em mercadoria. Por meio desse movimento, a concepção de natureza estabelecida baseou-se em três princípios básicos: garantir o uso dos recursos naturais pela próxima geração, prevenir os desperdícios e utilizar os recursos naturais para benefício da maioria da população. (DIEGUES, 2001, p. 29)

As ideias desenvolvidas pelo engenheiro Pinchot foram as precursoras do que chamamos nos dias atuais de desenvolvimento sustentável. De uma maneira geral, o enfoque dessa corrente visava garantir o maior bem possível para o benefício da maioria da população, incluindo até mesmo as gerações futuras, reduzindo a produção de dejetos e controlando o consumo dos recursos naturais não-renováveis.

Enquanto a conservação dos recursos tinha como objetivo garantir o uso adequado dos recursos naturais, o movimento

⁵ Segundo Diegues, esse neomito, ou mito moderno, vem impregnado do pensamento racional representado por conceitos como ecossistema, diversidade biológica, mas que parecem reproduzir o mito do paraíso perdido, um lugar desejado e procurado pelo homem depois de sua expulsão do Éden. É interessante observar, pois, assim como Diegues, Schama também traz em suas reflexões a ideia do paraíso perdido quando se refere à criação da reserva de Yosemite nos Estados Unidos como o primeiro Éden americano. (2001, p. 14)

preservacionista, segundo Diegues, estava preocupado em reverenciar a natureza, evidenciando valores estéticos e espirituais do mundo natural. Para o autor, esta corrente estava preocupada em proteger a natureza contra o desenvolvimento moderno, industrial e urbano (DIEGUES, 2001, p. 30).

Se olharmos para o PNI, o modelo utilizado na implantação do parque caminha pelas duas correntes, ora utilizando um discurso preservacionista que ressalta os valores estéticos da floresta definidos enquanto importantes para a constituição da paisagem, ora empregando este mesmo espaço para a exploração turística. As duas concepções estão imbricadas no processo de manutenção do parque e são responsáveis pelas ações adotadas dentro e fora da unidade de conservação. Sob essa ótica, a natureza apresenta seu valor cênico mas também econômico, gerando lucros e impedindo a permanência de pessoas no seu interior.

Dirigido pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), órgão federal responsável pela gestão das Unidades de Conservação do Brasil, o Iguaçu é exemplo de integração entre a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais. (CATARATAS DO IGUAÇU S/A)

Mesmo citando Henry David Thoreau e Marsh como os grandes pensadores do preservacionismo nos Estados Unidos, para Diegues, o teórico mais importante neste movimento foi John Muir. “Para esse autor, não somente os animais, mas as plantas, e até as rochas e a água eram fagulhas da Alma Divina que permeavam a natureza.” (DIEGUES, 2001, p. 31). Assim como Keith Thomas alerta, Diegues também destaca o apoio científico que o preservacionismo recebeu da disciplina de História Natural e, em particular, da Teoria da Evolução, de Charles Darwin. (DIEGUES, 2001, p. 31)

Apesar dos conflitos existentes entre as vertentes conservacionistas dos recursos naturais e os movimentos preservacionistas, as áreas destinadas a implantação de unidades de conservação e parques nacionais aumentaram significativamente nos Estados Unidos, passando de 14 milhões de acres em 1933 para cerca de 20 milhões em 1946. Estas políticas ambientais lentamente foram implantadas nos demais países do continente americano, culminando

oficialmente no Brasil em 1937, com a criação do Parque Nacional de Itatiaia. (DIEGUES, 2001, p. 32)

Com o fortalecimento destas correntes de pensamentos que passaram a modificar as concepções e olhares do homem sobre a natureza, o primeiro Parque Nacional criado no mundo foi o Parque de Yellowstone, em 1872, resultado principalmente das ideias preservacionistas que ganhavam forças nos Estados Unidos. Ao olharmos para o processo histórico do PNI, os discursos que irão ao longo do século XX legitimar sua criação e ampliação estão envoltos em ideais de uma natureza intocada, a qual deveria ser mantida em seu estado original.

As percepções que definem o que é a natureza selvagem não devem ser vislumbradas como argumentos unânimes para todas as populações. Enquanto para uns o selvagem ganha traços de algo distante ou perigoso, para outros ele é domesticado e faz parte do cotidiano de suas vidas. Diegues chama atenção neste sentido, quando fala das populações indígenas que viviam em áreas que mais tarde foram destinadas para a criação do parque de Yellowstone. O que para uma população urbano-industrial era entendido como selvagem, para outros sujeitos estava ligado e fazia parte do seu modo de viver, não representava uma ameaça, nem tampouco era algo assustador.

Segundo Diegues, a criação dos parques nos Estados Unidos não ocorreu de maneira menos agitada. Desde o início ela foi criticada principalmente pelas populações indígenas remanescentes, em sua maioria, removidas de seus territórios pelos movimentos de expansão e “Conquista do Oeste”. Citando Kerm (1993), o autor apresenta a fala de um chefe Sioux que afirma: “Nós não consideramos selvagens as vastas planícies abertas, os maravilhosos montes ondulados, as torrentes sinuosas. Para o homem branco a natureza era selvagem, mas para nós, ela era domesticada.” (DIEGUES, 2001, p. 28).

Pensando na reflexão proposta por Schama sobre paisagem, exposta nos parágrafos anteriores, é possível apreender como a visão cristalizadora daquilo que passou a ser considerado enquanto natureza foi se debruçando sobre diferentes formas de viver e se relacionar com o espaço ocupado. Se, para os indígenas, o espaço tomado como selvagem era sua realidade de vida, da qual tiravam sua sobrevivência produzindo sentidos e valores, para o habitante do espaço urbano-industrial, era o mundo natural verdadeiro ainda existente que deveria ser preservado sem a presença humana.

É possível perceber como os valores de uma natureza espiritualizada entendida como lugar marcado pelas características

originais e sem as interferências humanas, foram paulatinamente implantados também de maneira autoritária e violenta. Para aqueles que viviam nos espaços que passaram a ser julgados por uma visão unilateral como áreas selvagens não modificadas pela ação humana, restou apenas a desapropriação forçada e a homogeneização das relações socioambientais.

Observando o fluxo de expansão das unidades de conservação sobre os moldes estabelecidos nos Estados Unidos é possível perceber como outros países incorporaram estas ações ao longo do tempo. Ainda no século XIX, mais precisamente em 1885, o Canadá criou seu primeiro parque nacional, a Nova Zelândia em 1894, a África do Sul e a Austrália em 1898. Na primeira metade do século XX, o México em 1903, o Chile em 1926 e o Brasil em 1937, todos com objetivos similares ao de Yellowstone: “proteger áreas naturais de grande beleza cênica para usufruto dos visitantes.” (DIEGUES, 2001, p. 99).

Para observar as primeiras reflexões sobre as relações entre homem e natureza desencadeadas no Brasil, é necessário voltar-se para período colonial, marcado principalmente pela influência dos cronistas e pelos relatos de viajantes que, impregnados por visões e concepções advindas da Europa, tentavam compreender e desvendar o território ocupado. Apesar das concepções forjadas pelo conhecimento do velho mundo, foi ainda durante o período colonial que iniciou-se o processo de criação de imagens de um território colonial atraente, marcado pelas florestas, animais e frutos, na tentativa de mover os olhares europeus. (PÁDUA, 1987).

Conforme José Augusto de Pádua, mesmo com o processo de exploração predatória desencadeado neste período, a retórica de louvação à natureza foi mantida tendo seu início com alguns cronistas, passando pelo nativismo colonial e penetrando no romantismo do século XIX (PÁDUA, 1987, p. 20). Segundo o autor, carregado por uma essencialização da paisagem natural, o romantismo no Brasil se apresentou de forma acrítica às reflexões da relação entre homem e natureza, obscurecendo as práticas exploratórias existentes no Brasil (PÁDUA, 1987, p. 22).

No século XIX, José Bonifácio adicionou maiores reflexões diante das relações entre cultura e natureza. Entre suas preocupações estava, “inaugurar um novo tipo de relacionamento entre o homem e a natureza no Brasil.” (PÁDUA, 1987, p. 29). Sua concepção debruçava-se sobre os valores conservacionistas que tinham como objetivo utilizar o meio natural de maneira racional para garantir um desenvolvimento social e material.

Neste processo os interesses econômicos e políticos presentes nas intenções de conservação da natureza não podem passar despercebidos. Para Bonifácio, segundo Pádua, as matas permitiam o aumento da renda do Estado, pois garantiam autossuficiência para arsenais, estaleiros e reduzia a dependência externa e as importações. Para que este modelo viesse a funcionar, Bonifácio pregava uma organização na estrutura de exploração e manejo dos recursos naturais, evitando os desperdícios e o fim das reservas (PÁDUA, 1987, p. 32).

Segundo Pádua, “A ruptura com a dinâmica de destruição da natureza no Brasil era um tema central para Bonifácio [...]” (PÁDUA, 1987, p. 36). Para o autor, Bonifácio teve um papel fundamental nas tentativas de criação de um projeto nacional que refletisse sobre o relacionamento com a natureza. Mesmo que estas ideias não tenham sido efetivadas em sua plenitude naquele momento, ainda sim, deve-se levar em consideração o surgimento no século XIX, no Brasil, de uma discussão que já apresentava preocupações e buscava compreender a relação existente entre cultura e a natureza.

Foi também no século XIX que o cientificismo brasileiro ganhou espaço e se apresentou de maneira agressiva sobre os romancistas. Neste processo de embates e contestações, o movimento intelectual buscou, entre outras, estabelecer conceitos e significados menos românticos para a natureza, reconhecendo que ela não possuía monstruosidades como os desertos e vulcões, mas mesmo diante de suas apresentava situações desagradáveis ao ser humano como o calor e a chuva em excesso (PÁDUA, 1987, p. 42).

Intelectuais como André Rebouças procuraram diminuir as imagens de louvação que foram atribuídas para a natureza, construídas historicamente desde o período colonial. Contudo, foi somente por volta de 1914 que um pensamento mais crítico sobre as relações entre os homens e o mundo natural emergiu no Brasil. Os escritos de Alberto Torres ajudaram a compor esta fase inicial, combatendo a civilização moderna e apresentando-a como “[...] imoral, parasitária, monopolista e artificial.” (PÁDUA, 1987, p. 53).

De acordo com Pádua, para Alberto Torres, o Brasil deveria ter uma política ampla de conservação da natureza e de proteção ao homem. Para isso, seria necessário reflorestar, conservar recursos naturais e proteger os trabalhadores mediante a criação de uma legislação que trouxesse benefícios financeiros e legislativos. Apesar destas observações, na prática, o início do século XX não se apresentou desta maneira. No entanto, mesmo pouco influente, a discussão ambiental já estava lançada e gradativamente os espaços naturais passaram a ser

recortados e delimitados como o intuito de preservar determinados espaços e características julgadas importantes para compor a paisagem e a memória natural no país. Nesse processo, os parques nacionais começaram a ser constituídos e muitas vezes, para a implantação destes projetos, as populações humanas serão arrastadas para longe de seus lugares de identidades.

1.2 O PROCESSO AMBIENTAL NO BRASIL

Como já expressei, as discussões para pensar as relações entre homem e o meio natural, ganharam maior impulso no Brasil na primeira metade do século XX. Entretanto, os debates e as reflexões externas ao país não podem ser deixadas de lado, pois influenciaram desde as narrativas de alguns cronistas no período colonial até o pensamento da intelectualidade brasileira, que se formara ainda no século XIX.

Cabe neste momento entender como estes debates foram, ao longo do tempo, instituindo critérios para a formação de Unidades de Conservação, lançando os moldes da Legislação Ambiental Brasileira. Neste processo, muitos eventos, principalmente na primeira metade do século XX, foram os precursores dos atributos que passaram a ser utilizados para instituir valores legais que definem a natureza e os métodos a serem utilizados no processo de preservação e formação dos diversos parques pelo mundo.

Para Maria Cecília Wey de Brito (1995), existem outros elementos que possibilitam pensar o movimento institucional e ajudam a problematizar a constituição do PNI, no ano de 1939. Segundo a autora, “[...] até 1933 já haviam sido estabelecidos parques nacionais em várias partes do mundo. Contudo, não estava estabelecido um conceito universal para essa área natural protegida.” (WEY DE BRITO, 1995, p. 20). A década de 1930 marca o início das discussões mundiais em busca das definições de critérios objetivos para o estabelecimento de parques nacionais.

Engendrado neste movimento, três debates, que ao longo do século XX passaram a definir e remodelar conceitos para a formação de Unidades de Conservação, foram importantes para influenciar a legislação ambiental no Brasil e em outros países. São eles: *Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural 1933*; *Conferência para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América – Convenção Panamericana 1940* e a *I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais 1962*.

Assim, com a finalidade de definir conceitos para os parques nacionais, realizou-se no ano de 1933, em Londres, a *Convenção para Preservação da Fauna e Flora em seu Estado Natural*. Nesta Convenção foram estabelecidos alguns critérios para a demarcação dos parques: Entre estes estão:

- a- que fossem controladas pelo poder público, e cujos limites não poderiam ser alterados, onde nenhuma parte poderia estar sujeita a alienação, a menos que decidido pelas autoridades legislativas competentes;
- b- que fossem estabelecidas para propagação, proteção e preservação da fauna silvestre e da vegetação nativa, e para a preservação de objetos de interesse estético, geológico, pré-histórico, arqueológico e outros de interesses científicos, para o benefício e o desfrute do público em geral;
- c- onde a caça, abate ou captura da fauna, e a destruição ou a coleta da flora, deveriam ser proibidos, exceto sob a direção ou controle das autoridades responsáveis;
- d- onde seriam construídas instalações para auxiliar o público em geral a observar a fauna e a flora.(WEY DE BRITO, 1995, p. 22).

Segundo Wey de Brito, pouco tempo depois da Conferência de 1933, foi realizada em 1940, em Washington, a *Conferência para Proteção da Flora, da Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América – Convenção Panamericana*. Esta Conferência visou discutir as experiências dos países ali representados e os resultados da Conferência de Londres, comprometendo os países sul-americanos a instalar áreas naturais protegidas em seus territórios e a unificar os conceitos e objetivos dessas áreas, como por exemplo, o conceito de parque nacional.

Assim, no âmbito da *Convenção Panamericana*, os *parques nacionais* foram definidos como áreas que deveriam ser estabelecidas para proteção e conservação das belezas cênicas naturais e da flora e fauna de importância nacional, beneficiando o público, que poderia usufruir de paisagens naturais, colocadas sob superintendência do estado. Com exceção da Guiana e da Guiana Francesa, todos os demais países sul-americanos assinaram o documento. O Brasil assinou em 27 de dezembro de 1948, mas só foi ratificado em 26 de agosto de 1965,

entrando em vigor a partir de 26 de novembro de 1965 (WEY DE BRITO, 1995, p. 24).

Os parques nacionais emergiram nestas discussões primárias inseridos em concepções transformaram o espaço natural em objeto de visitação. A floresta passou a ser naturalizada como selvagem e o homem, tornou-se mero observador do mundo natural. Seja o “Éden”, ou “o paraíso perdido”, o modelo de parque nacional adotado vai instituir uma natureza como repouso para o homem urbano que busca refúgio da vida agitada do mundo moderno industrializado. Estes debates ainda não apresentaram preocupações mais amplas para evitar futuras mudanças, como por exemplo, as climáticas nem tão pouco, preservar corredores de biodiversidade permitindo o equilíbrio ecológico e reprodução de diferentes espécies.

Seguindo neste movimento, em 1962 foi realizada a *I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais*, em Seattle (EUA), visando entre outros objetivos, realizar interpretações dos atributos dos parques nacionais e impedir modificações que viessem a pôr em risco a fauna e a flora. Entretanto, foi só a partir de 1969 que um parque nacional deveria possuir uma área relativamente extensa e respeitar as seguintes condições:

- a- que um ou mais ecossistemas não estivessem materialmente alterados pela exploração e ocupação humana, e onde espécies de plantas e animais, e sítios geomorfológicos e habitats fossem de especial interesse científico, educacional, recreativo, ou contivessem paisagens naturais de grande beleza;
- b- que a mais alta autoridade competente do país tomasse medidas no sentido de prevenir ou eliminar, na medida do possível, a exploração ou a ocupação de toda a área, e mantivesse, efetivamente, os aspectos ecológicos, geomorfológicos ou estéticos que justificaram o estabelecimento da referida área;
- c- que fosse permitida a entrada de visitantes sob condições especiais, para fins educativos, culturais e recreativos. (WEY DE BRITO, 1995, p. 24).

Chama atenção o destaque dado aos interesses científico, educacional, recreativo e/ou paisagens cênicas. Estes, por sua vez, eram

atribuídos como elementos significativos para o estabelecimento e fixação de áreas de preservação. Ainda hoje, essas são algumas das justificativas utilizadas. Porém, cabe pensar que o acesso para pesquisa em muitos destes espaços nem sempre é permitido, tendo em vista os interesses dos órgãos e instituições que controlam essas áreas.

Assim, pôde-se perceber que este movimento de âmbito internacional gerou mudanças também no Brasil, que buscou adaptar-se conforme as questões presentes nos embates de cada temporalidade. Posso afirmar que a legislação ambiental brasileira, e com isso o PNI, sofreram pressões e se reconfiguraram conforme o cenário proposto fora de seu contexto interno. As concepções de paisagem foram os principais elementos que motivaram a implantação do PNI, mas não foram os únicos.

Para Tânia L. Bonassa, estas inspirações de uma natureza mitificada marcaram o início da regulamentação ambiental no Brasil. Segundo a autora, tendo em vista as influências externas, foi em 1933 e 1934 que o Governo Vargas decretou uma série de leis com o objetivo de regulamentar o uso dos recursos naturais, estabelecendo assim, uma espécie de marco fundador da legislação ambiental brasileira (BONASSA, 2004. p. 25).

Segundo José Augusto Drummond, a primeira referência aos parques nacionais, estaduais e municipais na legislação foi feita no Decreto Lei 23.793, de 23 de janeiro de 1934, o chamado *Código Florestal*. Por meio deste documento, os parques ou espaços demarcados para tais fins passaram a ser concebidos como monumentos naturais públicos, merecedores de preservação pelo seu valor estético e científico. Através deste Código foi determinada a criação de uma guarda florestal e estabeleceu-se o Conselho Federal Florestal (DRUMMOND, 1999. p. 23).

A década de 1930 pode ser entendida como um marco temporal significativo para uma tomada de posições importantes quanto a questão ambiental brasileira. Foi neste período que o Estado brasileiro criou mecanismos que visaram regulamentar e administrar as áreas de preservação. A instituição de uma guarda florestal, mesmo que pouco eficiente e o estabelecimento de um Conselho Federal Florestal, possibilitam perceber o surgimento de uma estrutura institucional que visava de alguma maneira obter um maior controle de áreas principalmente não ocupadas e colonizadas, ou consideradas estratégicas para o Estado.

Entretanto, a criação de parques nacionais, estaduais e municipais, mediante determinação dos poderes públicos, foi

estabelecida apenas pelo Código Florestal, Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965, mais precisamente disciplinado no art. 5º, cujo texto afirma que o Poder Público criará:

Florestas Nacionais, Estaduais e Municipais com a finalidade de resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da flora, da fauna e das belezas naturais com a utilização para objetivos educacionais, recreativos e científicos; Florestas Nacionais, estaduais e municipais, com fins econômicos, técnicos ou sociais, inclusive reservando áreas ainda não florestadas e destinadas a atingir aquele fim.

PARÁGRAFO ÚNICO: Ressalvada a Parques Nacionais, estaduais e Municipais e reservas biológicas, com cobrança de ingresso a visitantes, destinada ao custeio da manutenção e fiscalização, bem como obras de melhoramento em cada unidade, é proibida qualquer forma de exploração dos recursos naturais nos parques e reservas biológicas criados pelo poder público na forma deste artigo. (BRASIL, 1965).

Mesmo na década de 1960 os argumentos utilizados para fixação de áreas de preservação não fogem às ideias preservacionistas de proteção de uma natureza selvagem, marcada como lugar de visitação para o homem moderno. Alinhado às propostas conservacionistas, a preservação da natureza também possuía como justificativa a garantia dos recursos naturais para a realização de um desenvolvimento sustentável no país. Estes são os elementos norteadores que passaram a embasar os projetos ambientais ao longo do século XX.

No Brasil, a preocupação com a formação de áreas ambientais protegidas só alcançou expressão significativa a partir de 1970, com a *Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação*, e a *Conferência da Ciência e Cultura* promovida pela UNESCO. Estes eventos tiveram como objetivo discutir o estudo das possibilidades de aproveitamento eficiente dos recursos naturais (DRUMMOND, 1998, p. 135).

Sobre o movimento de caráter legal estabelecido nos diversos países, Diegues afirma que a preocupação com a proteção da biodiversidade é somente parte dos motivos para criação de áreas protegidas. Para o autor, outro fator que determina estas ações é a

utilização das áreas preservadas como ferramenta política nas mãos das elites dominantes de países declarados de “Terceiro Mundo”, que buscam na criação destas áreas, ajuda financeira externa (DIEGUES, 2001, p. 75).

Estas reservas, em sua maioria, preservam recursos de grande valor para o país, no qual, através de uma exploração “consciente” e “racional”, apresentam um discurso conservacionista em busca do desenvolvimento sustentável, atraindo capital estrangeiro de diversas áreas para investimento (PÁDUA, 1987, p. 58). Com isso, certamente muitas das áreas destinadas à preservação e utilização do Estado com fins científicos atraem outros setores como, por exemplo, na atualidade, as indústrias farmacêuticas que investem milhões dentro do país.

Para Paulo Procópio Burian, o ambientalismo tal como é conhecido atualmente surgiu e consolidou-se nas últimas décadas do século XX, quase paralelamente ao processo nomeado de globalização. No caso do Brasil, esse movimento veio se fortalecendo desde meados da década de 1980, motivado, na época, “principalmente pelo período de preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, realizada no Rio de Janeiro em 1992.” (BURIAN, 2006, p. 27).

Dentre as questões levantadas por Burian, a que mais chama atenção é a de que, embora reconhecidamente o modelo de crescimento intensivo e com maiores impactos sociais e ambientais tenha tido suas raízes ainda no final do século XIX, os problemas ambientais permaneceram em uma aparente calma durante boa parte do século XX, só emergindo com força num período mais recente. Segundo Burian, apesar do cenário alarmante, a questão ambiental durante boa parte do século XX permaneceu na marginalidade, até mesmo dentro do universo acadêmico (BURIAN, 2006, p. 28).

No final do século XX, juntamente com a aceleração do processo de globalização, tornou-se cada vez mais perceptível o fortalecimento das discussões ambientais, não só no Brasil, como no mundo todo. Todavia, em termos institucionais, ainda não existe uma visão homogênea com relação ao processo, pois mesmo com o crescimento das preocupações ambientais estimulados pela pressão de movimentos sociais de cunho ambientalista, os resultados concretos destas políticas públicas ainda são discutíveis (BURIAN, 2006, p. 33).

Para Enrique Leff, o movimento ambientalista assimilou o discurso do ambientalismo moderno internacional difundido na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 e da Comissão Mundial Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento em

1987. Segundo o autor, o movimento acabou tornando-se uma espécie de porta-voz das causas ambientais de desenvolvimento sustentável (LEFF, 2000, p. 309).

Entretanto, a capacidade de reversão dos processos degradadores do ambiente e construção de uma racionalidade produtiva sustentável é ainda limitada. Para Leff, (2000, p. 309), os grupos ambientalistas forjam suas identidades ideológicas sem ao menos definirem uma política eficaz que possa desenvolver também as estratégias de poder.

Foi na fase colonial e também durante o Brasil Império que a preocupação ambiental ganhou alguma atenção durante o processo de formação da intelectualidade brasileira, sob influência de pensadores europeus do final do século XVIII (BURIAN, 2006, p. 35). Foi nesta temporalidade que figuras como José Bonifácio, Joaquim Nabuco e André Rebouças elaboraram projetos significativos que buscavam estabelecer o desenvolvimento do país através do uso racional dos recursos naturais.

No Brasil, a preocupação com os recursos naturais estava centrada no uso racional do solo e na preservação dos recursos, possuindo como finalidade maior a manutenção das reservas para uso da nação e ampliação do seu “desenvolvimento”. Segundo Burian, o modo como se colocava a questão ambiental na época colonial não tinha enfoque centrado na “necessidade de preservar a natureza devido ao seu valor intrínseco, ou então uma postura mais crítica quanto ao paradigma ocidental de progresso econômico.” (BURIAN, 2006, p. 35).

Para Burian, o desenvolvimento da crítica ambiental dentro da Sociologia foi um dos fatores condicionais para a emergência de ambivalências e contradições no cenário de 1980. Ainda no final do século XX, houve o reconhecimento nesse campo de que as relações entre sociedade e natureza eram muito mais complexas, elevando preocupações ambientais e promovendo consequências institucionais (BURIAN, 2006, p. 35).

Segundo Roni Wunder (2003),⁶ o processo de licenciamento ambiental no Brasil obteve a incorporação de seus principais

⁶ Roni Wunder propõe uma reflexão sobre o Setor Elétrico brasileiro e a legislação ambiental no Brasil com relação ao estabelecimento e funcionamento de processos de interação social quando da implementação de projetos de desenvolvimento. A integração dos agentes sociais intervenientes nos projetos de desenvolvimento, como usinas hidrelétricas, por exemplo, é um aspecto de difícil resolução, haja vista que requer o reconhecimento mútuo sobre a importância dos interesses manifestados e sobre a legitimidade de ação dos participantes da interação.

instrumentos e normas na década de 1980,⁷ os quais, fortaleceram as diretrizes adotadas pelo país para garantir o chamado “desenvolvimento econômico” em relação à melhoria da qualidade ambiental e à proteção dos recursos naturais. Segundo o autor, a *Constituição Federal de 1988* é o marco mais importante em relação aos instrumentos jurídicos, pois buscou estabelecer critérios para a exploração racional e menos nociva dos recursos naturais encontrados no território nacional (WUNDER, 2003, p. 71).

O Capítulo VI, do Título VIII, da *Constituição Federal de 1988* trata especificamente sobre o tema, quando determina em seu Artigo 225 que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: (...)

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade. (BRASIL, 1988).

É importante destacar que em 1981, houve a criação da Lei nº 6.938, de 31 de agosto, que estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente, que tinha como objetivo principal a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental visando assegurar o desenvolvimento sócioeconômico, a segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Apesar do autor expor estes instrumentos e normas da legislação caracterizados pela busca de uma qualidade ambiental no território, ainda assim fica no ar uma pergunta: será mesmo a preocupação com o meio ambiente o objetivo das mudanças na legislação ou talvez os interesses de setores econômicos que visavam gradativamente explorar os espaços destinados a preservação?

⁷ Sobre esta preocupação que eclodiu a partir dos anos 1980, com relação aos conflitos socioambientais, existe uma quantidade significativa de estudos em diferentes áreas do conhecimento que ajudam a pensar algumas questões, contribuindo para lançar olhares aos processos que aconteceram até mesmo antes desta década.

Para Wunder, a Política Nacional do Meio Ambiente tem como principal objetivo compatibilizar o desenvolvimento econômico e social. Assim, estabelece-se por meio desta Lei, a necessidade de definir as áreas prioritárias de ação do governo, o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias nacionais voltadas para o uso racional de recursos ambientais, a divulgação de dados e informações ambientais e, a formação de uma consciência pública voltada para a preservação e o equilíbrio ecológico (WUNDER, 2003, p. 72). Fica assim estabelecido ao poluidor a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e, ao usuário, a necessidade de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos. Como assevera Wunder:

Embora tenha sido promulgada em 1981, muitas das determinações contidas na Política Nacional do Meio Ambiente só foram regulamentadas em 23 de Janeiro de 1986, por meio da Resolução nº 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, na qual foram atribuídas as responsabilidades aos órgãos públicos com atuação na área ambiental e se disciplinou os meios institucionais cabíveis para regulamentar a preocupação com a melhoria da qualidade ambiental. (WUNDER, 2003, p. 72).

Entretanto, este desenvolvimento que busca se justificar na preservação de recursos, calcado em valores estereotipados de uma civilização urbana industrial, naturaliza e homogeneiza as ações do “homem” nos espaços habitados. As distintas formas de se relacionar com o meio são estigmatizadas e colocadas sob um único olhar, forjado principalmente pelas correntes preservacionistas que lentamente dissociaram o homem da natureza. As diversas populações que se inter-relacionam com estes espaços tomados enquanto naturais acabam sofrendo com estes estigmas, culminando até mesmo em processos de expropriações.

É correto dizer que a movimentação por uma legislação ambiental é mais perceptível no Brasil a partir da década de 1980. Juntamente com esta reflexão de Wunder, cabe lembrar que o ano de 1981 foi o marco de criação do primeiro Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu, período em que o parque passou a ser visualizado oficialmente enquanto livre da presença humana.

1.3 FORMAÇÃO E RECONHECIMENTO DO PNI

Apesar do Parque Nacional do Iguaçu ter sido criado oficialmente na década de 1930, é preciso entender que este marco temporal não foi o responsável pela demarcação definitiva dos limites do parque. Além disso, as discussões e intenções de criação do PNI vão além deste recorte temporal e remontam ao início do século XX ou até mesmo ao final do século XIX.

Para Arnaldo Eugênio Ricobom, (2001), a primeira ideia de formação de um parque aos arredores da área atualmente conhecida como Cataratas do Iguaçu,⁸ foi lançada pelo engenheiro e político André Rebouças, no final do século XIX, o qual, motivado pela criação do parque de Yellowstone, já em 1876, destacou a importância da criação do Parque da Ilha do Bananal e do Parque das Sete Quedas.⁹ Trata-se da intelectualidade brasileira citada anteriormente, no final do século XIX e início do século XX, apresentando preocupações com as relações sócio-ambientais e o crescimento da sociedade urbano e industrial.

Porém, apesar das intenções de criação de um parque nos arredores das quedas da atual Cataratas do Iguaçu ainda no século XIX, foi apenas em 28 de julho de 1916 que o Governo do Estado do Paraná, por meio do Decreto nº 653, desapropriou uma área de 1.008 ha à margem direita do rio Iguaçu, junto aos Saltos de Santa Maria, que pertenciam a Jesus Val.¹⁰ Com este documento, a área foi declarada como de utilidade pública, para nela se estabelecer uma povoação e um parque (BRASIL, 1981. p. 9).

⁸ Atualmente os saltos que fazem parte do Parque Nacional do Iguaçu são conhecidos como Cataratas do Iguaçu. Entretanto, foi no século XIV, em 31 de janeiro de 1542, que o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, comandando uma expedição que atravessou a região, habitada pelos índios Kaingangue e Tupi-Guarani, rumo à colônia de Assunção, batizou-a de Saltos Santa Maria. Mais tarde elas se tornaram conhecidas pelo nome definitivo, Cataratas do Iguaçu. YGUAZÚ, para os índios guaranis que havia mais de 2 mil anos habitavam a região, significa “água grande”. (CATARATAS DO IGUAÇU S/A.) Acesso em 12 de fevereiro de 2009.

⁹ O engenheiro André Rebouças tinha como preocupação atualizar o Brasil em relação ao progresso material e social da Europa e dos Estados Unidos. Formada pela Academia Militar do Rio de Janeiro, militou pela abolição e participou de várias associações abolicionistas, foi presidente do Centro Abolicionista, criado na Escola Politécnica, onde foi professor. Apesar do racismo de sua época, foi provavelmente o primeiro homem negro do mundo a possuir um diploma de engenheiro. Empenhou-se num projeto de modernização social, institucional e material do país (RICOBOM, 2001, p. 156).

¹⁰ Os documentos encontrados sobre o processo fundiário do parque não fazem menção em específico à figura de Jesus Val.

Os saltos de Santa Maria hoje conhecidos como Cataratas do Iguaçu, foram o ponto principal de visitação turística no PNI. Em geral, a maioria das pessoas que visitam este espaço destinado ao público, não compreendem ou não conhecem área total de abrangência do parque e o contexto dos conflitos sociais que seu processo de formação engendrou. Entre eles, destaque para a desapropriação na década de 1970 e o fechamento da Estrada do Colono na década de 1980, que culminou no isolamento de duas cidades e rompeu os acessos que contribuíam para o desenvolvimento econômico e entre outros elementos, para a manutenção dos laços de solidariedade e vizinhança na região Oeste e Sudoeste do Paraná. Na década de 1980, a estrada foi fechada com base em variadas justificativas, em sua maioria tendo por objetivo garantir a proteção ambiental.

Para Bonassa, a intenção de criação de um parque onde hoje está localizado o PNI, nas primeiras décadas do século XX, esteve mais relacionada com a possibilidade de dominação e manutenção das fronteiras nacionais do que com os interesses e preocupações ambientais. Tendo em vista que no período de criação do PNI, o Brasil não possuía uma Legislação Ambiental e, principalmente, pelo fato de que a área pleiteada para se tornar reserva está situada em um espaço de fronteira nacional com a Argentina, tais alegações possuem certa relevância e não devem ser excluídas do debate.

Segundo Bonassa, a criação oficial do parque, em 1939, pode ser atribuída a dois fatores: “1º) ao início de uma regulamentação ambiental no Brasil e 2º) sobretudo, devido as estratégias políticas dos governos (Federal e Estadual) a fim de dominar as fronteiras do Brasil/Estado do Paraná.” (BONASSA, 2004, p. 22). Desta forma, estes fatores não devem ser vistos isoladamente, uma vez que tiveram base em questões políticas e econômicas mais amplas.

Assim como Bonassa aponta que a criação do PNI teve como motivação questões de segurança nacional, o trabalho de Simon Schama indica questões semelhantes. No texto de Schama, a criação e a demarcação da reserva ambiental estudada, localizada na fronteira Nordeste da Polônia, fora motivada por fatores de divisão de fronteiras e estabelecimento de um espaço de segurança nacional. Como diz o autor, “Para o Estado soviético, no entanto, como para muitos de seus predecessores, a floresta era assunto de segurança nacional.” (SCHAMA, 1996, p. 83). Este espaço abordado era o local de limites fronteiriços, um lugar de fronteiras nacionais assim como é o PNI na fronteira agrícola de ocupação do Oeste do Paraná e na fronteira nacional com a Argentina.

Com relação à delimitação de uma área de segurança nacional no Brasil, este processo está vinculado à criação de algumas leis que ao longo dos anos foram sendo reestruturadas. A primeira delas, Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, é reforçada pela Lei nº 136 de 14 de dezembro do mesmo ano, pelo Decreto-Lei nº 431, de 18 de maio de 1938 e pelo Decreto-Lei nº 4.766, de 1º de outubro de 1942, que definia crimes militares e contra a segurança do Estado.

Com a preocupação em relação aos limites fronteiriços criou-se uma área de segurança delimitada em todo o território nacional, que estabeleceu um espaço nas regiões de fronteira demarcado como área sensível. Com isso, a criação do PNI, que faz divisa com a Argentina e está muito próximo do Paraguai, está imbricada nas intenções de criação de áreas utilizadas para manter a segurança do país. O PNI, como um vazio demográfico, passou a ser uma estratégia de segurança da região de tríplice fronteira.

Gradativamente, o processo de expansão da área demarcada com o objetivo de formação do atual PNI foi adquirindo novas proporções. Em 20 de outubro de 1930, por meio do Decreto nº 2.153, do General Interventor Federal do Paraná, foram desapropriados mais 3.300 ha, visando estabelecer uma futura povoação e um parque nacional. Quero chamar a atenção ao fato de que é neste período que oficialmente a palavra “nacional” surge em um decreto referente ao parque. Mais um elemento que fixa a ideia de criação do parque, instituindo os limites geográficos e reestruturando seu território (BRASIL, 1981).

Após a criação oficial do PNI em 1939, ocorreu na década seguinte, um movimento da comunidade científica brasileira, apoiada pelo Chefe da Seção de Parques Nacionais, do Serviço Florestal, que solicitou a ampliação do parque. Assim, em 1944, o PNI foi ampliado através dos decretos nº 6.506, de 17 de maio, nº 6.587, de 14 de junho e nº 6.664, de 07 de julho, estendendo a área total quase aos limites atuais. Com estes decretos, foram desapropriados por utilidade pública os lotes números 114, 115 e 116 pertencentes a terceiros (PARANÁ, 1975, p. 135).

Os lotes foram, incorporados ao patrimônio do Parque Nacional do Iguaçu, estabelecendo uma expansão territorial considerável, mas ainda não definindo os limites atuais. Porém, como não houve indenizações por parte do Governo Federal aos antigos proprietários, estes acabaram revendendo as terras, os quais deram origem a vários núcleos populacionais, como Santo Alberto, São José do Iguaçu, Índios, Iguaculândia, Capoeirinha, entre outros (RICOBOM, 2001, p. 36).

Neste caso, os migrantes que vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram, em sua grande maioria, os compradores de terras dentro do atual PNI. Um fator importante para se pensar refere-se a tramitação de documentos que legalizou a compra e venda, tendo em vista que boa parte das propriedades eram escrituradas. Acredito que as possíveis discordâncias entre os governos municipal, estadual e federal foram os agentes facilitadores neste processo.

Portanto, deve-se atentar para o conjunto de “problemas” que estes espaços representam para o Estado, pois são vistos como espaços de fragilidade em que a segurança nacional deveria ser reforçada. Desta forma,

O principal motivo para o estabelecimento do Parque Nacional do Iguaçu relaciona-se ao domínio de fronteiras. Inúmeras estratégias foram efetivadas na região, com a finalidade de assegurar a soberania nacional – através de políticas do Governo Federal e constituir um território paranaense – por meio de medidas adotadas pelo Governo do Estado. (BONASSA, 2004, p.30).

Segundo Bonassa, as ações do Governo do Estado do Paraná e do Governo Federal a respeito de questões fundiárias entraram em conflito, estabelecendo oportunidades para fissuras no movimento de legalização de terras nesta faixa de fronteira. É importante é perceber como essas políticas foram margeando fronteiras e como a ocupação do Oeste do Paraná, a partir da década de 1940, está inserida enquanto mecanismo ativo deste processo. Certamente, os embates entre os diferentes órgãos e governos, municipal, estadual e federal, promoveram uma ocupação em uma área que já estava demarcada como reserva ambiental.

É possível neste momento ponderar que a instituição do parque, por decreto, na década de 1930, está mais relacionada com a consolidação da fronteira nacional do que com as preocupações ambientais. Todavia, os debates de cunho ambiental instituintes do PNI não podem ser deixados de lado nesta análise, e nem pensados de forma dicotômica. Estes debates continuaram sendo desenvolvidos ao longo dos anos seguintes, instituindo padrões e critérios para a paisagem que deveria ser preservada.

Em um apanhado geral, o PNI foi criado oficialmente em 10 de janeiro de 1939 pelo Governo Vargas, por meio do Decreto nº 1035, e ampliado no ano de 1944 com os Decretos nº 6.505 de 17 de maio, nº 6.587 de 14 de junho e nº 6.664 de 07 de julho. Todavia, com os assentamentos populacionais ocorridos na década de 1960, somente no ano de 1967, em obediência à Portaria nº 42/67 do Ministro da Agricultura, iniciou-se o processo de regularização fundiária do parque (BRASIL, 1981 p. 11). Com a conclusão do levantamento populacional em 1972, baseado no acordo firmado entre IBDF e INCRA, iniciou-se a desapropriação dos moradores que viviam em seu interior. Este processo estendeu-se até o ano de 1978, quando o último dos moradores passível da desapropriação deixou o parque. Apesar destes episódios, o PNI permaneceu com alguns problemas fundiários pendentes os quais, só passaram a ser discutidos a partir dos anos 2000. Sobre estes, tratarei com mais detalhes em outro capítulo.

Dentre todos os documentos de criação, ampliação e manejo do PNI, o que me chamou maior atenção nas leituras desse processo de formação do parque foi o *Inventário de Reconhecimento do Parque Nacional do Iguaçu – 1968*, o qual contou com a participação do Centro de Pesquisas Florestais (CPF) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), e do Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF). Este é o primeiro documento e estudo mais detalhado dos recursos e das características contidas no parque e por isso, o considero umas das fontes mais significativas para compreender o processo de legitimação do PNI. Além disso, representa o papel do Estado frente aos interesses ambientais, justamente em uma temporalidade onde o espaço de reserva estava sendo ocupada pelas migrações.

Este documento encontra-se dividido em seis partes: *Apresentação, Agradecimento, Introdução, Método de Trabalho, Cálculo do Volume Médio de Madeira e do Erro Padrão por Unidades de Amostra de 2ha das Florestas do Parque* e, por último, *Considerações Finais*. Investigar com profundidade cada item do inventário permite compreender os sentidos e valores que nos anos de 1968, permearam as concepções da equipe que realizou o levantamento, mas principalmente, das políticas de proteção ambiental vigentes na época.

Apesar de ter sido criado oficialmente em 10 de janeiro de 1939, percebe-se que o reconhecimento do PNI é um processo mais amplo e complexo. Posso ponderar que mesmo com quase três décadas de formação, o conhecimento sobre a área total do parque era algo vago para muitos dos órgãos governamentais responsáveis, seja o IBDF e/ou

a Polícia Florestal. O fato de estar definido institucionalmente não significava que sua extensão territorial estava sob controle de invasões ou quaisquer outras práticas danosas. É certo dizer que mesmo nos dias de hoje, com a ampliação da estrutura de proteção, a floresta do PNI é ainda território pouco explorado pelas equipes de controle e muito utilizado pela caça predatória.

Um dos objetivos descritos no inventário estava centrado na ideia e conhecer os atributos do parque, ou seja, a floresta. “Para preservá-lo convenientemente, porém, a primeira condição era conhecê-lo bem.” (PARANÁ, 1968, p.5). Mesmo com aproximadamente 29 anos de criação o território do PNI ainda era considerado desconhecido. É evidente que os órgãos imbuídos da administração e controle do parque não possuíam conhecimento sobre a sua extensão total da reserva, mesmo com uma demarcação já efetivada e reestruturada ao longo.

Para a realização do levantamento de dados, houve um trabalho conjunto entre o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF e a equipe da Escola de Florestas da Universidade Federal do Paraná, os quais promoveram estudos para elaborar o que seria um “inventário florestal preliminar” do PNI. Assim:

Com o conhecimento e divulgação desse levantamento, não só ficam removidas quaisquer dúvidas quanto à efetiva área do famoso próprio que é a atração internacional, como fixadas bases seguras sobre as quais a administração alicerçará seu comportamento. (PARANÁ, 1968, p. 5).

Para o IBDF, o levantamento realizado pelo Inventário de Reconhecimento permitiria tomar as medidas cabíveis para o controle e administração do espaço de reserva. Para este órgão, após os estudos estariam removidas quaisquer dúvidas quanto à efetiva área do parque. Entretanto mesmo diante das afirmações expressas no inventário, ao longo dos demais capítulos será possível entender que o PNI, figura como uma colcha de retalhos repleta de fissuras as quais, em diferentes temporalidades, eclodem em novas problemáticas. Se no ano de 1968 o espaço do parque fora entendido como uma área em absoluto controle, os desdobramentos que serão apresentados nos demais eixos desta tese mostram o contrário.

O primeiro capítulo do inventário tem como objetivo apresentar um parecer mais amplo dos aspectos físicos que contemplam o parque partindo de uma breve historicização das questões fundiárias que

delimitaram o PNI. Em um segundo momento, através de uma descrição “científica”, traz informações sobre as “Características ecológicas”, tais como, a geologia, solos e clima (PARANÁ, 1968, p. 10). Me chamou atenção que, apesar das observações científicas realizadas no documento, em nenhum momento as interferências humanas são contempladas no processo de formação da floresta do PNI. O Inventário de Reconhecimento parte do princípio de que a floresta do PNI é um conjunto de plantas em seu estado original e as populações humanas permanecem silenciadas neste processo.

É possível ponderar que o primeiro capítulo do documento está fortemente pautado em levantar os valores comerciais inseridos no parque possuía, dado às preocupações lançadas sobre determinadas espécies de árvores. Chama atenção o valor comercial expresso no documento antes mesmo de qualquer menção a importância socioambiental. É possível deparar-se com a seguinte afirmativa: “As espécies mais importantes de ocorrência no Parque são o cedro, marfim, peroba e seguido por uma dezena de outras, de grande valor comercial.”(PARANÁ, 1968, p. 10). Esta forma de olhar para a floresta está fortemente ligada as concepções conservacionistas oriundas do século XIX que transformavam a natureza em mercadoria e buscavam desenvolver o território nacional por meio de políticas ambientais capazes de garantir um desenvolvimento sustentável.

O segundo capítulo, “Método de Trabalho”, procura de maneira geral, justificar a necessidade do estudo e elaboração do inventário, ao mesmo tempo em que está imbuído de realizar o levantamento científico da área investigada. Como consta no documento: “[...] avaliar o potencial florestal do Parque Nacional do Iguazu.”(PARANÁ, 1968, p. 15). Mas a quem serve descobrir o potencial florestal do parque? O que e quem determina aquilo que é potencial e aquilo que não é? Seria o valor de mercado dos recursos naturais estudados o agente delimitador de sentidos? Mesmo diante dos questionamentos, a impressão colhida é que tanto órgão de controle como a instituição científica envolvidos neste processo de reconhecimento, debruçaram sobre a floresta olhares e concepções que a transformaram em um espaço pautado nas possibilidades econômicas que poderiam ser exploradas.

Seguindo com a análise do inventário:

Um dos objetivos básicos da Administração do Parque é o de usar as informações deste inventário para coordenar programas de recreação pública através de trabalhos de paisagismo nas florestas e

áreas turísticas do Parque, bem como possibilitar programas de pesquisa dendrológicas, entomológicas, botânicas e outras. (PARANÁ, 1968, p. 15).

Com a realização do inventário de reconhecimento na década de 1968, os interesses de exploração do parque por meio de atividades recreativas e de visitação são expressos como elementos norteadores dos trabalhos realizados na feitura do documento. As noções de conservação aliadas ao uso sustentável dos recursos, constituem as principais características dos envolvidos na elaboração do inventário.

Outro ponto fundamental a ser observado no documento é a noção de parque já trabalhado através de Diegues, no qual a presença de vida humana não é permitida. Nota-se a construção de uma visão em que tais espaços são tomados apenas como áreas de “recreação” ou “pesquisa”, e que de certa forma o turismo se beneficiaria. Assim, o parque, como bem público, passa a ser direito daqueles que têm condições de pagar para vê-lo.

É importante destacar que no ano de 1998, com o processo de concessão a empresas privadas do espaço destinado a visitação no PNI, a empresa Cataratas S/A, ganhadora do processo, teria investido cerca de R\$ 30 milhões na revitalização do espaço, incorporando centro de visitantes, ônibus elétricos, espaço com lojas e um restaurante panorâmico. O centro de visitantes fica na entrada do parque e seus 3.000 m² são constituídos por bilheterias, banheiros, centro de informações, ambulatório, lojas e posto bancário. Adentrar o parque depois deste período tornou-se uma atividade cada vez mais difícil, devido aos valores cobrados.

Com relação à importância dada às pesquisas, é possível apreender que as aspirações científicas do documento estavam voltadas para reconhecer e identificar os valores econômicos presente na área do parque. Segundo o texto do inventário, “A administração do Parque tendo interesse em obter uma estimativa do volume mercantil das espécies de valor econômico na área, necessário se fez obter dados para esta estimativa.” (PARANÁ, 1968, p. 16). Assim, investigação proposta pelo inventário teve como principal objetivo identificar os recursos naturais reconhecidos como valiosos.

Como expresso no documento: “Os dados foram lançados por espécie e reportados somente para aquelas de maior valor econômico.” (PARANÁ, 1968, p. 23). As preocupações ambientais de cunho preservacionista não ganharam forças naquele momento. Existe uma

preocupação maior, por meio de uma vertente conservacionista, em identificar os recursos naturais para que possam, de alguma maneira, garantir um determinado desenvolvimento sustentável, ou apenas, selecionar o valor de mercado presente naquele espaço. Os interesses voltados ao PNI naquele momento estavam muito mais calcados na obtenção dos valores econômicos presentes do que nos ideais de preservação da natureza, e muito menos na importância destes espaços para a manutenção da vida humana.

Apesar das concepções conservacionistas eclodirem com ênfase no documento, foi no último capítulo, *Considerações Finais*, que os valores preservacionistas emergiram e contribuíram para reivindicar um discurso ambiental de reafirmação do mundo natural original: “Essa área, pela sua extraordinária beleza, mereceu ser preservada para que as gerações futuras pudessem admirá-la em seu estado original.” (PARANÁ, 1968, p. 29). Sob esse viés, o PNI tornou-se, neste documento, uma natureza ausente da presença humana, recortada e selecionada para que o ser humano pudesse apenas observar os espaços tomados como selvagens e naturais.

Cabe destacar que mesmo reivindicando um espaço formado pela natureza original, o próprio inventário não foi capaz de esconder a presença humana e as marcas dessa ocupação. Ao trazer as características físicas do parque na década de 1968, o *Inventário de Reconhecimento* faz menção a uma considerável área denominada de roçados. “Roçados: Ocupa uma área de 1% a 2% da área total. Nesse tipo estão enquadradas as áreas de cultura e áreas de pastagens.” (PARANÁ, 1968, p. 16). Apesar da pequena citação é possível a partir desta, pensar nas comunidades que estavam inseridas neste espaço demarcado.

Cultivo e pastagens em uma floresta de Mata Atlântica só podem ser possíveis com a presença humana. Entretanto, em nenhum momento no documento a presença destas famílias foi referenciada. Mesmo assim, ao trazer as características físicas do parque, de forma implícita, fez menção às vilas já estruturadas dentro do PNI, com centenas de famílias ali presentes.

O silêncio relativo à presença humana no PNI tem por fim a necessidade de atender a legislação criada, tanto a nacional, quanto a internacional, que definem conceitos para parques nacionais. As populações humanas presentes neste espaço, são entendidas como ameaça ao meio natural. Relatar a existência destas pessoas em 1968 em um documento de grande relevância e que tinha como objetivo, realizar

um inventário geral das características do parque, colocaria em perigo a paisagem selvagem que estava sendo construída para o parque.

O *Plano de Manejo de 1981*, primeiro plano de manejo que passou a vigorar no PNI, diferentemente do *Inventário de Reconhecimento*, que silenciou a presença de colonos na área demarcada como parque, este dedicou cinco parágrafos tratando do processo de desapropriação dessas famílias. Apesar de mencionar as populações que viviam em seu interior, o objetivo do documento é apenas apresentar o resultado final desse processo, ou seja, estabelecer o parque como lugar livre presença humana.

Um ponto interessante é a situação do parque apresentada no ano de 1981. Segundo o Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu de 1981, “A área do parque não foi devidamente medida, havendo assim, divergências entre as fontes que a fornecem [...]” (BRASIL, 1981, p. 11). Seguindo nesta afirmação, trago um trecho do *Inventário de Reconhecimento* que possibilita pensar e problematizar esta questão: “Com a obtenção dos mapas compilados dos mosaicos, tornou-se possível calcular a área real do parque.” (PARANÁ, 1968, p. 19).

É possível perceber divergências entre as duas concepções expressas nos documentos. Se em um primeiro momento, o inventário de 1968, garantia o reconhecimento e o cálculo exato da área do parque, justificando suas ações por meio do levantamento científico realizado com a participação de membros da UFPR, em um segundo momento, já em 1981, o Plano de Manejo reconheceu que os problemas ocorridos na década de 1970 foram frutos das falhas de demarcações e medidas das áreas consideradas como parque.

É importante frisar que os elementos contidos no Inventário de Reconhecimento foram a base para os demais documentos que passaram a ser produzidos para o parque, entre eles, o Plano de Manejo de 1981 e o Plano de Manejo de 1999. Durante este processo, a floresta do PNI, já recortada e delimitada, passou a ser entendida como um espaço natural intocado e mesmo diante da presença de centenas de pessoas no seu interior nas décadas de 1960-1970, os discursos de uma paisagem sacralizada e original foram fortemente empregados e reforçaram o imaginário público do parque que mais tarde ocultaria quase por completo as interferências humanas na floresta.

Nesse processo de delimitação e formação do PNI, a paisagem destinada para a visitação e contemplação foi lentamente remodelada de acordo com os interesses políticos e econômicos presentes em diferentes conjunturas. O parque de 1939 é diferente do parque dos anos 1960 e completamente distinto do PNI hoje encontrado. É possível dizer, que a

floresta na atualidade está maior e mais densa do que na década de 1970, mas em hipótese alguma podemos afirmar que a área demarcada está composta por uma natureza em seu estado original e intocado. Neste sentido, o PNI deve ser entendido como um conjunto de manifestações humanas que ao longo do século XX remodelaram as paisagens da floresta e conseqüentemente do parque.

É importante compreender que durante o processo de formação do parque, uma área ganhou maior destaque e empenho na preparação do espaço para a recepção e acolhimento das populações que desejassem conhecer a paisagem doravante destinada apenas para contemplação. Esta área em específico contempla o espaço que confere acesso às Cataratas do Iguaçu e ao longo dos anos foi sendo adaptada e remodelada na tentativa de oferecer aos visitantes uma maior experiência sensorial da paisagem selecionada.

Cabe neste sentido investigar como este cenário hoje cristalizado e pouco problematizado, foi ao longo dos anos sendo adaptado e recortado com o intuito de atender as exigências e padrões paisagísticos os quais, definiram quais lugares deveriam ser lembrados e quais permaneceriam ocultos diante dos visitantes. Compreender que as belezas cênicas são frutos das manifestações culturais, que demarcam e selecionam os espaços que devem ser eternizados na memória, é peça fundamental para o prosseguimento das análises aqui levantadas.

Neste sentido, é certo dizer que o PNI, antes mesmo de ser entendido como o lugar da natureza sacralizada, ou o Éden perdido, deve ser analisado no conjunto das relações socioambientais que ao longo do século XX definiram a natureza e estabeleceram a paisagem. Seja por meio das narrativas daqueles que se relacionam ou já se relacionaram com o parque, ou através da observação e análise do conjunto de imagens e memórias composto para o PNI, será possível compreender que natureza e cultura, ou, cultura e paisagem, se constituem em uma relação imbricada gerando e remodelando sentidos ao longo das temporalidades.

CAPÍTULO 2 – PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: IMAGENS, MEMÓRIAS E PAISAGENS

Consta que os historiadores devem chegar ao passado sempre através de textos, às vezes através de imagens; coisas que colhem, sem nenhum risco, na redoma das convenções acadêmicas; devem olhar, mas não tocar. No entanto, um dos meus professores mais queridos, um arruaceiro intelectual e escritor de extraordinária coragem, sempre dizia que era preciso vivenciar um local, usar o “arquivo dos pés”. (SCHAMA, 2009. p.34)

2.1 REVISITANDO O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU

Entrar no Parque Nacional do Iguaçu é uma experiência que aguça os sentidos e desperta diferentes sensações. O som das águas e o cheiro da mata ganham destaque sensorial aos visitantes. Entretanto, é necessário estar atento para outros sons, cheiros e principalmente, para o cenário outrora construído pelas mãos humanas mas que no decorrer dos anos e no conjunto dos fatores apresentados, foi sendo obscurecido aos olhares dos visitantes. O som dos pássaros em gravações temáticas, as fontes e represas, o som dos veículos, o cheiro de fritura ou o corte de árvores estrategicamente realizado com o intuito de favorecer a visualização do cenário, são apenas alguns destes elementos imbricados nesta trama entre o selvagem e o humano.

Perceber as ações humanas e as relações socioculturais construídas neste espaço de reserva ambiental é tarefa obrigatória para o historiador que se propõe a pensar no âmbito das perspectivas da História Ambiental. De qualquer forma, trata-se de uma tarefa árdua e que muitas vezes foge até mesmo dos olhares mais atentos deixando rastros que mais tarde poderão ser levantados e analisados por novos pesquisadores. Para o cumprimento desta tarefa não poupei esforços no uso das imagens buscando interpretar as construções de sentidos reivindicados ao PNI bem como, as intervenções humanas presentes no espaço demarcado da floresta.

Sendo assim, chamo atenção para o parágrafo inicial da tese disposto nas Considerações Iniciais. Dar início a tese de tal forma não foi uma escolha ao acaso. O objetivo deste movimento foi antever o leitor dos caminhos traçados, mas principalmente, inserir uma centelha dos elementos artificiais presentes no conjunto de visitaçao do PNI.

Vivenciar o PNI como visitante ocorre em meio a um lastro de artificialidades que foram pensadas e projetadas para impactar e encantar os sujeitos. Analisar esta experiência de visitação é um dos objetivos deste capítulo e assim convido o leitor a fazer parte deste passeio pelo parque, mas sem deixar de atentar para os elementos humanos que compõem a paisagem e eclodir o ao longo do trajeto.

Imagine-se agora como um visitante. Após deixar o veículo no estacionamento, realizar a compra de ingressos, percorrer o Centro de Visitantes até o lugar de embarque e adentrar em um ônibus, você está agora sentado aguardando o início do percurso imerso de curiosidades e de expectativas frente à floresta que está prestes a ser vislumbrada. Iniciado o deslocamento surge a gravação que irá acompanhá-lo por todo o trajeto:

Bem vindos ao Parque Nacional do Iguaçu, uma unidade de conservação federal administrada pelo ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e tombada pela UNESCO como Patrimônio Natural da Humanidade. Para sua maior segurança, conforto e comodidade, solicitamos que permaneçam sentados durante todo o percurso e que fiquem atentos as informações a seguir.¹¹

A gravação que narra o percurso de visitação é apresentada em dois idiomas, Português e Inglês. O mais interessante é pensar que, mesmo se tratando de uma reserva ambiental de terras fronteiriças sendo delimitado também, no território da Argentina, em nenhum momento o idioma Espanhol é contemplado na narração do percurso. Esse modelo de apresentação é algo que me incomodou antes mesmo de sequer me imaginar como pesquisador, quando, na primeira década do século XXI, ainda entrava no parque apenas como visitante. De qualquer forma, por algum motivo, aquela gravação causava a sensação de que o lugar fora planejado para “inglês ver”.

Continuando nosso trajeto pelo PNI, o visitante sentado em sua poltrona do ônibus, sente o clima agradável e a sensação térmica confortável, porém, ela não é natural. Trata-se de um ambiente climatizado formado pelo ar-condicionado que refrigera todo o veículo.

¹¹ Trata-se do mesmo trecho com o qual inicie a tese, porém devido a necessidade de abordagem optei por traz -lo novamente neste capítulo como forma de dar clareza a toda a gravação presente no percurso realizado pelos visitantes no interior do parque.

É importante destacar que nem todos os ocupantes optam pelos lugares climatizados. Para aqueles que preferem ficar mais perto da natureza e sentir o vento tocar o rosto, existe a opção dos veículos abertos inclusive de dois pisos, onde o visitante poderá contemplar as florestas sem o filtro que o vidro forjado pelas mãos humanas pode trazer.

Nesse exato momento, os sons dos pássaros ficam mais fortes e para os ouvidos mais leigos, torna-se difícil distinguir quais espécies estão formando a trilha sonora do passeio. Em nosso imaginário podemos pensar em diferentes aves e na sua diversidade de cores e cantos constituindo o cenário. Certamente o que resta não somente para o leitor, mas também para os visitantes do PNI, é imaginar, pois os sons das aves que adentram os ouvidos do visitante também não são naturais, são gravações que formam o plano de fundo da mensagem que continua a dar as instruções aos passageiros.

Em um breve resumo, o cenário deste contato inicial com o parque é nosso passageiro sentado na poltrona de um ônibus climatizado, ouvindo a gravação de sons de pássaros e atento ao passeio que vai sendo projetado. Num primeiro momento a sensação é de que estamos entrando em uma floresta de mata densa e fechada, pois os galhos das árvores passam muito próximos do veículo. Para o visitante que optou pelo veículo aberto, não é raro a tentativa de afastar-se ou desviar-se de uma possível colisão com algum galho. Esta leve nostalgia não dura muito, pois esse trajeto não passa de aproximadamente cem metros. Logo, a floresta fica distante e o percurso passa a ser agora em uma rodovia toda asfaltada que levará os visitantes até o local onde se encontram as quedas que formam as Cataratas do Iguazu, mantendo uma distância da mata de aproximadamente quinze metros em ambos os lados da rodovia.

Distraído olhando ao redor na busca por animais silvestres, mais uma faixa da gravação é iniciada rompendo os murmúrios dos passageiros e o som do veículo.

Próxima parada Estação Poço Preto, trilha de nove quilômetros em meio à floresta que pode ser percorrida a pé ou de bicicleta. Inclui ainda passeio de barco pelo Rio Iguazu até as ilhas da Taquara e dos Papagaios, com a opção de caiaque inflável. O retorno é através da trilha das

bananeiras. Este é um passeio opcional, o valor não está incluso no ingresso do parque.¹²

Esta é a primeira parada programada que o ônibus faz durante o percurso. Os visitantes dispostos a pagar pelo passeio que tem um tempo de duração de em média três a quatro horas descem do veículo e se dirigem até uma pequena cabana ao lado da rodovia. Normalmente a grande maioria permanece no ônibus assim como nosso passageiro, o qual continuará sentado em seu lugar climatizado aguardando o ponto em que poderá descer.

Seguindo o passeio, continuamos pela rodovia e em ambos os lados é possível ver a floresta sem tocá-la. Como pesquisador e também visitante do PNI, nas diversas vezes que estive presente no parque, é possível afirmar que durante esse trajeto os olhares ficam atentos na tentativa de encontrar algum animal silvestre pelo caminho. Na maioria das vezes eles não aparecem, quando raro, alguma cotia ou quati. O mais certo a dizer é que, ao nosso visitante, resta imaginar e alimentar a expectativa do que lhe espera pelo menos no final do passeio.

Após alguns minutos uma nova gravação anuncia o momento da segunda parada a qual, ocorre no Macuco Safári. Trata-se de mais um ponto no PNI onde a visita não está inclusa no valor do ingresso. Esse passeio ocorre de duas formas: primeiramente o visitante percorre uma trilha na mata em uma carreta puxada por um veículo elétrico e logo em seguida poderá fazer um trajeto a pé até o leito do Rio Iguaçu. Após isso, a visita continua dentro do Rio Iguaçu onde, por meio de barcos infláveis, os visitantes são levados próximo às quedas podendo até mesmo sentir a força das águas batendo em seus corpos. Mais uma vez são poucos os que descem do ônibus, tendo em vista principalmente o auto custo do ingresso.

O ônibus se coloca em movimento e após alguns minutos ocorre a última etapa da gravação anunciando o ponto de início da trilha que permite o acesso às Cataratas do Iguaçu. Nosso visitante começa a se preparar para descer do veículo e nesse momento algo lhe chama atenção: conforme o ônibus se aproxima da última parada uma grande construção em tons de salmão emerge destoando da paisagem estabelecida pelo verde da floresta. Trata-se do Hotel das Cataratas, uma grande construção que já hospedou diversas autoridades em mais de 50 anos de funcionamento. O ônibus cessa o movimento, as portas se

¹² Continuação da gravação apresentada nos ônibus que conduzem os visitantes dentro do PNI.

abrem, nosso visitante desce e agora seu percurso passa a ser a pé, na tentativa de visualizar e sentir a natureza que estará ao seu redor.

Este breve relato ao qual convidei o leitor para fazer uso de sua imaginação na tentativa de ler as peculiaridades presentes nessa trajetória narrada, trata-se de uma experiência entre tantas outras que acontecem todos os dias no PNI durante seu horário de funcionamento. Certamente cada pessoa sente e percebe o parque de diferentes formas, porém, o que não pode ser deixado de lado são os mecanismos utilizados na construção e manutenção de um ideal de natureza selvagem e intocada que se configuram do início ao fim do passeio.

Seja para o visitante comum, se assim posso dizer, aquele que paga apenas o valor do ingresso que lhe confere o direito de conhecer as Cataratas do Iguaçu, ou para o visitante mais agraciado financeiramente, o qual poderá desfrutar dos demais atrativos turísticos presentes no parque, há todo um cenário construído para acolhê-lo e encantá-lo, o que não significa que seja o único. As imagens no Centro de Visitantes, os sons nos veículos, os objetos comercializados no interior do parque, são apenas alguns exemplos de elementos que constroem passo a passo a paisagem no imaginário do visitante.

Lentamente a natureza sacralizada em seu estado natural vai ganhando espaço e a ação humana presente no interior do parque vai sendo minimizada. Nesse processo o artificial se mistura com o natural e sua presença é quase imperceptível. O clima refrigerado do ônibus, o asfalto em meio à mata, as construções oficiais e residências, as trilhas feitas pelo homem, são elementos que aos poucos cedem espaço para um único discurso que tem como objetivo construir o ideal do belo e do selvagem.

Apesar da narrativa que teve como objetivo apresentar passo a passo como ocorrem as visitas no PNI, faz-se necessário analisar com maior cautela cada espaço aqui narrado. O Centro de Visitantes, o estacionamento, os ônibus, o itinerário, possuem elementos simbólicos peculiares que nos fornecem informações preciosas para compreender a problemática em questão. Sendo assim, inicio convidando a pensar o local responsável pelo primeiro contato que o visitante estabelece no PNI, ou seja, o Centro de Visitantes.

O Centro de Visitantes é um local de extrema importância para esta análise, pois além de compor uma estrutura significativa e planejada para acolhimento turístico, ele foi construído e projetado com o objetivo de encantar e principalmente construir no início do percurso, expectativas e entusiasmos quanto ao que pode ser encontrado durante o trajeto de visitação. As imagens nas paredes, as colunas em madeira, o

Museu, a loja de lembranças, os mascotes, são apenas alguns dos elementos que se apresentam como precursores dos sentidos que serão construídos ao longo do trajeto. Cabe neste sentido, esmiuçar cada detalhe deste lugar de memória e analisar o seu papel no processo de construção da paisagem no PNI.

Neste sentido, a imagem que primeiramente recorto para esta análise foi retirada do site da empresa Cataratas do Iguaçu S/A, a qual explora a atividade turística neste espaço. Trata-se de uma fotografia aérea que busca retratar e dar ampla visibilidade ao Centro dos Visitantes. Em um primeiro olhar fica evidente as motivações do fotógrafo, que teve como maior preocupação centralizar todo o espaço do Centro de Visitantes. Na imagem, nenhuma estrutura física significativa ficou de fora.

É possível vislumbrar o estacionamento, o ponto de chegada e parada de veículos, o início do trajeto de visitação e principalmente, toda a extensão da grandiosa edificação próxima a mata, com sua fachada desenhada para os olhares dos visitantes. Uma pessoa que nunca esteve no parque ao se deparar com essa imagem acessando o site em busca de informações pode se sentir confortável e seguro ao perceber que o local está em condições impecáveis para recepção turística. Uma imagem que atende principalmente os objetivos dos administradores do parque e emerge como uma vitrine importante criando expectativas daquilo que está por vir.

Fotografia 4 Centro de Visitantes.



Fonte: CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 12/05/2013.

Cabe ressaltar que este não é o único lugar de acesso do PNI. Existe outra entrada ao lado, que em outros tempos, fora a entrada principal do parque. Nos dias de hoje, tornou-se apenas uma entrada de cunho administrativo. Chama atenção que apesar de estar tão próxima do Centro de Visitantes, ela não foi contemplada na imagem. É evidente que se esta fotografia fosse feita por outro ângulo, o impacto não seria o mesmo. Conferir destaque ao ponto de entrada com suas cores, espelho d'água e ao fundo a floresta, são elementos fundamentais nesse processo de encantamento.

Com base na imagem anterior, é possível continuarmos a desvendar as particularidades deste espaço pertencente ao parque. Após deixar o veículo no estacionamento, o visitante irá deslocar-se a pé, até a recepção no Centro de Visitantes. Durante este deslocamento não são raras as vezes que somos abordados por agentes de turismo que possuem como principal função, vender atrativos turísticos do parque, como por exemplo, os passeios de aventura que não estão inclusos no ingresso convencional. Há de se destacar que estes agentes de turismo fazem parte de um complexo sistema de exploração do PNI, onde o parque torna-se a mercadoria a ser vendida, por preços elevadíssimos.

O interesse normalmente está em “atender” quem não é da região e principalmente, estrangeiros que não viajam em grupos. Todas as vezes que estive no parque durante a pesquisa fui abordado e ao dizer que era da região não houve mais o interesse na continuação da abordagem. É importante pensar que estes agentes de turismo representam muitas vezes o primeiro contato que muitos visitantes realizam com o PNI, e como vendedores, esforçam-se em enaltecer o imaginário da natureza e as belezas naturais que os turistas podem encontrar. Sendo assim, constituem-se como agentes que propagam significados sobre e para o parque.

O Centro de Visitantes está equipado com centro de informações, bilheteria, posto bancário, escritório de atendimento do ICMBio, banheiros e fraldários, telefones públicos, cafeteria, lojas e um museu de imagens do parque. Sobre este último, tratarei com mais detalhes em um item específico. (CATARATAS DO IGUAÇU S/A). Já dentro do centro de visitantes é possível visualizar com clareza os guichês da bilheteria conforme a fotografia a seguir. Diferente da imagem anterior, esta é de minha autoria e o objetivo foi demonstrar o espaço interno do Centro de Visitantes.

Fotografia 5 Bilheterias do Centro de Visitantes.



Fonte: Acervo do autor.

O destaque nessa imagem está voltado para as bilheterias. Para além de evidenciar o fluxo de pessoas que transitam diariamente pelo parque, gostaria de chamar atenção para o imenso painel na parte superior da foto. A partir deste momento, as imagens que remetem aos animais silvestres tornam-se mais frequentes em diferentes etapas do percurso de visitação. É possível visualizar nesta obra pintada, tucanos, borboletas e diversas outras aves em meio as folhagens. A posição da obra não foi escolhida ao acaso. Está estrategicamente colocada no ponto de entrada e passagem das milhares pessoas que visitam o parque todos os anos, mas principalmente, está acima da bilheteria, trajeto obrigatório para entrada no parque. É quase impossível chegar no PNI sem ao menos lançar olhares para estas imagens, as quais, dão o pontapé inicial no imaginário do visitante.

A imagem a seguir pode ser considerada continuação da anterior, porém em outro ângulo. Esta fotografia foi realizada de frente a bilheteria mas teve como objetivo mostrar o ponto de entrada para o embarque e acesso aos ônibus. Chamo atenção para as alterações e marcações realizadas nesta fotografia para assim, pensar as particularidades do lugar.

Fotografia 6 Embarque Centro de Visitantes.



Fonte: Acervo do autor.¹³

No lado esquerdo da fotografia é possível identificar a entrada da loja de souvenirs e no lado direito, mesmo não sendo contemplado na imagem, estão localizados a cafeteria, o centro de informações e os banheiros. Estão marcados nas cores, azul, verde e vermelho, os três pontos principais para esta reflexão. Em primeiro lugar, chamo atenção para o portal que estabelece o local de entrada para o embarque, marcado na cor verde. A entrada para embarque encontra-se centralizada em todo o centro de visitantes. É comum que os visitantes comprem seus ingressos e logo se dirijam ao embarque, e mesmo assim, são obrigados a passar de frente as lojas e cafeteria, uma estratégia para a circulação de pedestres neste espaço.

Todavia quero destacar não somente a entrada de embarque mas principalmente a entrada para o museu, representada nesta foto pela cor vermelha bem ao fundo da imagem. O museu, fruto de um projeto que buscou reconstruir a memória do parque, está praticamente isolado em todo este espaço, em um lugar pouco transitado no final da extensão do saguão. Confesso que foi difícil perceber a entrada do museu pois é

¹³ A imagem foi modificada com o intuito de melhor orientar o leitor na dimensão espacial do Centro de Visitantes e na identificação dos pontos analisados.

comum estar mais preocupado com o embarque do que com outras questões. De qualquer forma vale pensar na pouca relevância que o museu recebeu, na organização espacial do Centro de Visitantes.

Fotografia 7 Entrada do Museu Memória das Cataratas.



Fonte: Acervo do autor.

Diferente de outros painéis ou fachadas, a entrada do museu não vislumbra cores da mata, muito menos esboça algo que impactasse a imagem das Cataratas do Iguaçu. O museu é tomado pela penumbra em uma alusão ao passado, ao velho, ao antigo, aquilo que é vestido enquanto lembrança. O museu de imagens contém um grande arquivo digitalizado disponível para os visitantes. De forma geral, tem como objetivo apresentar os usos do espaço das Cataratas do Iguaçu ao longo dos anos e em sua grande maioria o acervo foi equipado por meio de doações de fotografias feita por terceiros.

O mais interessante em pensar o espaço do museu é perceber sua representatividade no site oficial da empresa que administra o parque. Ao acessar o link Centro de Visitantes, a primeira informação que aparece faz menção ao museu. Mesmo estando em um ponto de pouco acesso e visibilidade, no site da empresa ele aparece como parte do roteiro com os seguintes dizeres: “A porta de entrada para o Parque

Nacional do Iguaçu: turistas recebem informações e visitam museu interativo no Centro de Visitantes.”(CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 09 de agosto de 2015) Certamente ele não deixa de fazer parte do roteiro mas colocá-lo como ponto principal do Centro de Visitantes é dar muito crédito para um espaço pouco utilizado e principalmente, um lugar que de certa forma foi colocado em segundo plano na divisão espacial adotada.

Dando prosseguimento ao nosso passeio pelo PNI, faz-se necessário embarcar de forma atenciosa nos ônibus que transportam os visitantes, mas primeiramente chamo atenção para a seguinte citação:

O transporte de visitantes no interior do parque é feito por modernos ônibus panorâmicos, que proporcionam uma ampla visão das belezas naturais do parque. Durante todo o trajeto, o visitante pode apreciar a natureza em suas formas mais exuberantes, tendo a possibilidade de ver, sentir e viver plenamente esse Patrimônio da Humanidade. [...] A frota da empresa é composta de 18 ônibus, sendo cinco articulados com capacidade para transportar 72 pessoas e oito double-decks, para 67 passageiros. Os ônibus possuem pintura temática exclusiva, representando algumas das espécies de animais mais conhecidos do parque. (CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso 09 de agosto de 2015)

Esta citação, retirada do site da empresa Cataratas S.A, evoca os valores cênicos da natureza intocada por meio de mensagens que reforçam no imaginário do visitante o selvagem, o espaço natural livre da interferência humana. As “belezas naturais do parque”; “natureza em suas formas mais exuberantes”; “sentir e viver plenamente”; são elementos que conferem sentidos e valores para aquilo que será vislumbrado futuramente realizando assim a manutenção dos elementos representativos do PNI.

Ainda nesta análise, “Possuem pintura temática exclusiva, representando algumas espécies de animais mais conhecidos do parque.”. Esta frase destaca um detalhe importante para a reflexão. Os ônibus não são meros veículos de transporte, eles configuram enquanto sistemas significativos de propagação de informação e dos sentidos que buscam ser representados. As figuras de animais, as cores fortes e os sons no seu interior fazem parte de um conjunto de informações

pensadas de forma cautelosa para encantar e ressignificar no imaginário a natureza sacralizada. Para uma parcela de visitantes, alguns destes animais só serão vislumbrados por meio das imagens retratadas pelo trajeto.

Destaco duas fotografias que ajudam a entender os elementos simbólicos que conferem sentidos e reavivam as particularidades dos animais silvestres. Além disso, é interessante notar que os ônibus que circulam no parque possuem nomes, como se fossem sujeitos. Cada veículo recebe o nome do animal que está estampado em sua lataria e assim passam a ser tratados pelos funcionários da empresa e muitas vezes pelos próprios visitantes. Uma relação intrigante que confere identidade aos veículos.

Fotografia 8 Ônibus de transporte de visitantes.



Fonte: CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 12 de maio de 2013.

Fotografia 9 Ônibus de transporte de visitantes - estacionamento.



Fonte: Acervo do autor.

As imagens dos ônibus apresentadas buscam dar clareza nas informações e análises realizadas. Seja nos veículos com dois pisos e vista panorâmica ou naqueles bipartidos, as cores e animais são peças-chaves em toda a trama de subsídios que ajudam a formar os valores do PNI. Na imagem a seguir, também retirada do site da empresa Cataratas S/A, que destaca-se o início do percurso de visita mencionado anteriormente. É exatamente este o momento que tem-se a falsa sensação de estar entrando em um local de mata densa com os galhos das árvores passando muito próximo dos passageiros que estão na parte superior do ônibus.

A experiência vivenciada permite lançar reflexões sobre a paisagem. É certo que depois de inúmeras vezes adentrando o PNI, a expectativa inicial já não é a mesma. Entretanto, durante o período de pesquisa pude acompanhar os olhares dos visitantes, as narrativas e suas expressões. De uma maneira geral, havia alegria, sorrisos, entusiasmo e muita atenção debruçada sobre a floresta. Talvez, assim como um dia também imaginei, cada sujeito naquele momento só desejasse visualizar algum animal silvestre em liberdade, porém, com já mencionado, entre o real e aquilo que foi planejado, muitas vezes as únicas experiências

colhidas no espaço natural, são aquelas que foram pensadas e recortadas para o visitante.

Fotografia 10 Início do percurso de visitação.



Fonte: CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 12 de maio de 2013.

Como destaquei anteriormente, este percurso de entrada logo será modificado dando espaço para uma rodovia bem distanciada da orla da mata. Acredito que muitas pessoas não percebem este momento inicial como uma ferramenta importante utilizada pela empresa, que tem como objetivo aproximar o visitante da floresta e tornar seu processo de visitação o mais fascinante possível. Além disso, cabe destacar que o início de percurso não é o mesmo desde a formação do parque. Este trajeto passou a vigorar após o processo de concessão do parque e a reconfiguração da infraestrutura de recepção. Não é apenas um pequeno trajeto inicial, ele foi projetado para valorizar o ideal da natureza preservada.

Mas se este cenário se altera quais são suas características? É possível afirmar que ao longo do percurso da rodovia existe um gramado muito bem cuidado e também em alguns pontos calçadas para pedestres. Estas calçadas estão localizadas próximas aos locais com

maior concentração de pessoas, como por exemplo, nos pontos onde há turismo de aventura; Estação Poço Preto e Macuco Safári e também, próximo ao Hotel das Cataratas. Em meio a floresta intocada existem calçadas para o trânsito de pedestres, até mesmo para aqueles que almejam visitar o espaço silvestre de salto alto ou sapato social. De qualquer forma é fácil perceber que o parque foi sendo alterado pelas mãos humanas para atender a demanda de visitantes que cresce todos os anos. O parque é mutável e as mãos humanas realizam as mudanças artificiais em grandes proporções.

Fotografia 11 Percurso de visitação.



Fonte: Acervo do autor.

Ao realizar esta fotografia tive como objetivo mostrar as calçadas que estavam sendo contruídas e ampliadas durante algumas visitas de campo que realizei. Ao visualizar esta construção não pude deixar de pensar nos objetivos da grande extensão de calçadas tendo em vista que o trajeto é realizado quase em sua maioria por meio de transporte coletivo. De qualquer maneira é interessante pensar que mesmo diante de tanta intervenção humana e da imensa inserção do concreto em meio a floresta, o discurso da natureza selvagem continua a ser perpetuado pelos meios oficiais de divulgação do parque.

Por fim, nosso trajeto de visitação a bordo do ônibus de visitantes está prestes a ser encerrado. Isso significa que todos os passageiros serão deixados no início da trilha das Cataratas para realizar o percurso a p , vislumbrando todo o cenário das quedas d' gua. A última fotografia que trago para esta reflexão, é uma das mais significativas para pensar no PNI não enquanto um espaço selvagem e natural mas sim como paisagem. Esta por sua vez traz, me permite dizer que para além do natural presente no PNI, existe também um espaço artificial e redesenhado pelas mãos humanas que tem como objetivo encantar e ampliar as experiências e sensa es dos sujeitos durante o processo de visita o do parque.

Diante disso, antes de olhar e pensar a imagem, uma pergunta deve ser feita: o que mais chama aten o na imagem a seguir?

Fotografia 12 Início de visita o na trilha das Cataratas.



Fonte: CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 15 de agosto de 2013.

Certamente o ônibus com o seu verde quase florescente é algo em destaque nesta imagem porém, não é exatamente este o ponto que quero abordar. Esta imagem em questão representa o primeiro contato que qualquer visitante estabelece com as Cataratas do Iguaçu, principal atrativo do parque. É neste ponto que todo visitante passa, mas acima de tudo, é a partir deste ponto que se inicia o processo de conhecimento e

experiência sensorial com as Cataratas do Iguçu. Se não fosse pelo ônibus em primeiro plano, a imagem seria quase digna de um cartão postal.

Apesar destes detalhes não são eles que mais chamam atenção. Em segundo plano, ao fundo temos as Cataratas do Iguçu e sua presença ressalta aos olhos de quem visualiza a fotografia. A imagem foi feita com este intuito mas ela nos traz mais do que isso. Existe um sentido implícito quase invisível aos olhares menos atenciosos ou encantados com as belezas cênicas. A pergunta que deve ser feita para dar luz a esta névoa é por que neste ponto do parque é possível visualizar com tanta clareza as Cataratas do Iguçu. A resposta para esta questão é simples. Porque a natureza foi redesenhada. Para que se tornasse possível visualizar as Cataratas do Iguçu foi necessário impedir o crescimento da floresta cortando árvores e redefinindo o espaço natural.

Assim, é possível identificar na imagem uma grande lacuna na vegetação, um recorte na paisagem que se enquadra nos preceitos de Schama, ou seja, uma paisagem que é também cultural. Além disso, existe outro ponto fundamental que ajuda a entendê-la. A fotografia não foi realizada de forma aérea apesar de apresentar um ângulo de cima para Ela foi retratada tendo como ponto de partida o Hotel das Cataratas que se encontra em uma parte mais elevada. Neste caso, a paisagem redesenhada está exatamente de frente ao hotel e por isso deve apresentar uma visão que agrade os olhares dos hóspedes e estar livre da presença de árvores que possam atrapalhar a visualização. Por esse e outros motivos esta é uma das imagens que mais retratam os artificios e as paisagens remodeladas presentes no PNI. Mas é antes de tudo uma propaganda indireta do hotel, posto que somente dele, e daqueles apartamentos situados na parte da frente, se pode contemplar com vista privilegiada as cataratas.

Segundo Schama, a natureza não demarca a si mesma e por isso deve ser entendida como paisagem, ou seja, fruto das manifestações e interesses humanos. Por mais que as formações naturais estejam presentes, neste caso, as Cataratas do Iguçu, são as motivações culturais que elegem os espaços que devem ser sacralizados na memória. Neste caso, acredito que presença do Hotel das Cataratas foi o agente principal para a definição da paisagem. Ao que tudo indica, a vegetação foi cortada para oferecer aos hóspedes uma visão privilegiada, realçando as características cênicas e reformulando o espaço natural.

Após este breve passeio pelos caminhos que o ingresso do parque permite acessar, é chegada a hora de vasculhar outros pontos do

parque onde as atividades turísticas possuem custos mais elevados e não estão inseridas no valor do ingresso. Nos próximos dois sub-itens deste capítulo será possível adentrar no espaço de floresta e investigar se o mito moderno da natureza selvagem pode ser sustentado. Gostaria de ressaltar que para ter acesso a estes pontos no parque, contei com o auxílio do ICMBio que concedeu cortesias para que a pesquisa fosse realizada e assim pude caminhar por trajetos que jamais havia realizado.

Ter a oportunidade de investigar como as empresas que exploram o ecoturismo no parque administram e apresentam a floresta para os visitantes, foi uma das experiências mais interessantes, pois pude perceber os discursos e os mecanismos que transformam a floresta em um objeto de mercado. Apesar das tentativas de evidenciar uma natureza em seu estado original e intocada, o que consegui apreender a respeito foram espaços cuidadosamente elaborados por profissionais, para garantir aos visitantes experiências sensoriais, olfativas e visuais, que possam inspirar suas memórias, mesmo que para isso, o próprio espaço da floresta tenha que ser modificado.

2.2 – ESTAÇÃO POÇO PRETO: UMA AVENTURA NA FLORESTA OU UMA FLORESTA PLANEJADA PARA AVENTURA?

Próxima parada, Estação Poço Preto. Trilha de nove quilômetros em meio a floresta que pode ser percorrida a pé ou de bicicleta. Inclui ainda passeio de barco pelo Rio Iguaçu até as ilhas da Taquara e dos Papagaios com a opção de caiaque inflável. O retorno é através da Trilha das Bananeiras. Este é um passeio opcional, o valor não está incluso no ingresso do parque.¹⁴

Primeiro ponto de parada durante o trajeto de ônibus, a Estação Poço Preto não é um destino para todos os visitantes. Para os menos agraciados financeiramente, realizar este percurso trata-se de uma tarefa difícil tendo em vista o alto custo do passeio. Em 2014, ano da realização do trabalho investigativo, o valor do ingresso custava R\$ 250,00 por pessoa, um custo considerável que a muitos visitantes não conseguem pagar.

Conhecer mais este pedaço do quebra-cabeça que forma o PNI foi uma experiência gratificante. Debruçado como um turista foi empolgante e divertido pedalar, remar, caminhar e conversar com as outras pessoas. Entretanto, estar ali como pesquisador, observando as

¹⁴ Trecho retirado da gravação informativa que é veiculada nos transportes coletivos presentes no interior do parque.

fissuras presentes no parque, as névoas que cobrem os vestígios humanos foi uma tarefa delicada que me proporcionou identificar uma série de indícios humanos que remodelaram a natureza tomada hoje como intocada.

Apesar da experiência empírica ser o ponto principal desta análise, inicio lançando olhares para as informações que estão destinadas no site oficial da empresa que administra o parque. É importante mais uma vez frisar que para entender o processo de construção do ideal da natureza selvagem estabelecida para e sobre o PNI, é necessário estar atento para os outros meios e veículos que promovem e legitimam estes discursos, propagando o imaginário do parque para todo o mundo no fluxo de informações guiados pela internet, neste caso, o site oficial da empresa, que torna-se nesta tese uma fonte para ser analisada.

Para quem acessar e buscar informações dos passeios através do site da empresa Cataratas do Iguaçu S/A, vai encontrar as seguintes informações:

Relembre o caminho que os índios da região usavam para contornar as Cataratas do Iguaçu. O passeio Trilha do Poço Preto pode ser definido hoje como um Safári Ecológico. São 9 km que podem ser feitos com caminhada, bicicleta ou carro elétrico. A trilha é realizada com guias bilíngües que falam sobre a fauna e flora do Parque Nacional do Iguaçu. (CATARATAS DO IGUAÇU, S/A, acesso em 06 de julho de 2015)

É interessante pensar que apesar da questão indígena ser apresentada logo no início deste parágrafo, não há no PNI algum projeto destinado para esta memória. É mais intrigante ainda saber que a trilha do Poço Preto é também um sítio arqueológico pouco ou quase nada, divulgado para os visitantes. Apesar dos agentes que administram o parque terem o conhecimento que o PNI fora também território indígena, não há uma política de pesquisa e construção desta memória. A história indígena passa quase despercebida na memória pública do parque.

Outro ponto importante é a definição da trilha enquanto Safári Ecológico. Ao utilizar a palavra safári que remete a expedição ou grande viagem, o sentido de exploração do lugar selvagem, da natureza exuberante, o espírito do aventureiro que é lançado em meio a floresta

perigosa é aqui reivindicado. Estas pequenas mensagens que estão presentes em anúncios no próprio parque ou no site oficial, constroem e dão sentidos no imaginário do visitante. Não é raro percorrer os caminhos da trilha com olhos atentos buscando os animais selvagens. Ao final do percurso, quando o visitante perceber que visualizar animais silvestres no meio do dia não é algo assim tão fácil, talvez um gostinho de desilusão o acompanhe pelo restante da visitação.

Trago a imagem a seguir para demonstrar o local que marca a entrada da Trilha do Poço Preto e refletir acerca dos sentidos empregados na construção da natureza selvagem. Trata-se de uma construção simples, com banheiros e um guichê de cobrança de ingressos. O verde também presente em outras construções e as colunas de madeira de reflorestamento se misturam com a vegetação em seu entorno. O caiaque inflável e a bicicleta estrategicamente posicionados defronte à entrada são atrativos para os visitantes que almejam um passeio com maior adrenalina. Os dizeres na placa, Safári Ecológico buscam instigar no imaginário as possibilidades de contato com a vida silvestre. Diante deste cenário não é difícil perceber o jogo de marketing empregado que mistura as características do parque com atividades de aventura na tentativa de atrair um maior número de clientes.

Fotografia 13 Entrada da Trilha do Poço Preto.



Fonte: Acervo do autor.

Durante o tempo que permanecemos na portaria aguardando o guia, me chamou atenção alguns blocos de concretos prostrados no início da trilha. Cada um dos sete blocos trazia uma marca de pegadas de algum animal silvestre presente no parque, bem como uma placa explicativa sobre o animal em questão. Em um primeiro momento achei interessante a proposta, pois auxilia no processo de conhecimento da fauna constitutiva do PNI, orientando o visitante que vai adentrar a trilha para que, se durante o trajeto, se deparar com algum rastro possa identificar qual animal esteve naquele local.

Porém, para além do caráter instrutivo aos visitantes que irão percorrer a trilha, os blocos de concreto fazem parte do conjunto de materiais artificiais que visam dar conta das expectativas do Safári Ecológico anunciado. Em todo nosso percurso durante o trabalho de conhecimento da Trilha do Poço Preto, não encontramos sequer alguma das pegadas gravadas nos blocos de concreto e apresentadas na portaria da trilha. Não estou aqui negando a presença destes animais no parque, porém, quero destacar que os discursos que o transformam em um espaço natural e intocado não se sustentam na medida em que cada vez mais elementos artificiais passam a suprir e legitimar estes ideais. Neste caso, o natural não só está apenas imbricado com artificial como também, é por ele moldado.

Dentre os animais silvestres existentes no PNI, os escolhidos para compor o hall da fama e terem suas pegadas gravadas foram: o Cateto, a Jaguatirica, a Onça Pintada, a Lontra, a Anta, o Veado Mateiro e o Graxaim. A prática de sacralizar a presença destes animais por meio de objetos construídos pelo homem representa também o conjunto de significados que são construídos para o parque e com isso, a paisagem para ele desenhada. A presença selvagem ou o ideal de natureza intocada não pode existir sem os elementos culturais que constroem sentidos. Segue na imagem a seguir um dos exemplares citados.

Fotografia 14 Blocos de concreto com pegadas de animais silvestres.



Fonte: Acervo do autor.

Seguindo em nosso passeio, ou como a empresa prefere denominar, Safári Ecológico, após visualizar as pegadas gravadas no cimento é chegado o momento tão esperado: adentrar a mata, o espaço selvagem. Qual a frustração nesta etapa inicial? Perceber que o trajeto se inicia por um longo percurso feito em madeira, dando a impressão de estar caminhando sobre um assoalho. O que pude sentir e perceber foi que, para um percurso que reivindica o imaginário de um safári, o contato inicial com a trilha seguiu na contramão da proposta. Certamente nem todos sentem da mesma maneira, mas para um historiador em busca dos elementos humanos e artificiais, tais estruturas não passaram despercebidas.

A passarela que oferece entrada para a floresta possui uma extensão de aproximadamente 320 metros e ao final deste percurso os

visitantes têm-se acesso a uma trilha mais larga onde é possível seguir pelo restante do caminho, se assim preferir, de bicicleta. Caso este seja o interesse, cada pessoa recebe um capacete e uma bicicleta para fazer uso até o final da trilha.

Fotografia 15 Início da Trilha do Poço Preto.



Fonte: Acervo do autor.

Existe um sentido prático que pode ser pensado para entender a existência destas passarelas de madeira. Elas estão nestes lugares para auxiliar na acessibilidade dos visitantes e principalmente permitir que pessoas que dependam de cadeiras de rodas possam sentir um pouco do cenário proposto. Após percorrer o percurso estas pessoas seguiriam o restante da trilha por meio de um veículo motorizado disponibilizado para tais fins. Esta é a hipótese que prefiro utilizar como eixo nesta análise.

Entretanto existe outra possibilidade para a existência destas passarelas. Na obra de Diegues, *O mito moderno da natureza intocada*, o autor deixa claro ao mencionar que uma das justificativas muito utilizadas para a formação dos parques nacionais está ligada a fuga do espaço urbano e industrial e a busca por repouso nos lugares tomados como reservas ou, paraísos perdidos (DIEGUES, 2000). Ora, pensar os parques nacionais como pontos de repouso para as mentes cansadas pela agitação das cidades requer também, ressignificar o espaço para permitir e facilitar o acesso. Como exigir um grande desempenho em uma caminhada de pessoas que talvez nunca tiveram contato com as

dificuldades de locomoção em uma floresta? Neste caso, coube a administração do parque adaptar a floresta para proporcionar acesso aos sujeitos que irão visitá-la reestruturando o espaço natural, demarcado como natureza intocada.

Sendo assim, o visitante que iniciar o seu safári ecológico pela Trilha do Poço Preto terá também como trilha sonora o som dos passos no assoalho de madeira que se estende pela floresta, algo um tanto quanto estranho para quem almeja conhecer o espaço selvagem. “Tudo começa numa passarela suspensa de 320 metros, no coração do Parque Nacional, seguida da trilha em mão única, que podem ser observadas belíssimas espécies nativas do Parque.”. (CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 09 de dezembro de 2015)

Dois pontos me chamaram atenção na citação do parágrafo anterior, “coração do Parque Nacional” e “espécies nativas”. Primeiramente devemos levar em consideração que são informações retiradas do site da empresa que administra e explora o parque e assim, deve-se pensar no caráter mercadológico dos termos empregados. De qualquer forma, ao utilizar o termo coração do parque nacional, não fica claro quais os motivos ou características que estão sendo usadas para denominar este espaço como coração. O que é possível afirmar é que a trilha não está localizada em um ponto de difícil acesso e muito menos em uma área isolada do parque. Chamar de coração do parque parece dar muito crédito para as características pouco expressivas da trilha e por se tratar de um ponto periférico da floresta e não no centro do parque.

Outro item importante a ser pensado é o conjunto de plantas que compõem a paisagem da trilha. Certamente as espécies oriundas da Mata Atlântica estão presentes durante todo o percurso, mas também é necessário lançar olhares sobre as espécies que não fazem parte do cenário natural e mesmo assim, encontram-se inseridas no parque. Elas estão presentes também na trilha do Poço Preto, como por exemplo, a própria Laranja Apepu e a Uva do Japão, muitas vezes tomadas pelos visitantes como espécies nativas. Estas espécies para além da disseminação realizada por meio dos animais, trazem consigo referencia de um passado de intervenções humanas que não pode ser negado ou obscurecido pela história.¹⁵

¹⁵ Ver: Rodolfo, Allyne Mayumi; Cândido, José Flávio; Temponi, Lívia Godinho; Gregorini, Marina Zanin. *Citrus aurantium L. (laranja-apepu) e Hovenia dulcis Thunb. (uva-do-japão): espécies exóticas invasoras da trilha do Poço Preto no Parque Nacional do Iguazu, Paraná, Brasil*. Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 6, supl. 1, p. 16-18, set. 2008. Os

O mais interessante é perceber que não há nenhum esforço da empresa que administra e explora estes locais no PNI, em explicar ou expor estas informações aos visitantes. O objetivo é apenas retratar o parque como um local nativo, intocado e selvagem muito semelhante ao mito da natureza intocada apresentado por Diegues. O parque apresentado ao visitante está repleto de nuvens de fumaça que ocultam a presença e intervenção humana no seu processo de constituição, fazendo-se necessário assim, desvendar a paisagem remodelada em meio aos escombros do passado. A imagem a seguir retrata a presença destas plantas no interior da Trilha do Poço Preto.

Fotografia 16 Laranja Apepu: Trilha do Poço Preto.



Fonte: Acervo do autor.

As espécies invasoras são apenas um dos indícios humanos escondidos no PNI. Muitas vezes estes indícios estão vinculados por tanto tempo no espaço que ocupam que passam a ser naturalizados como parte constitutiva da paisagem. Com o passar dos anos as pessoas deixam de questionar as origens destas espécies ou até mesmo as

autores realizam um estudo de caso na Trilha do Poço Preto que busca levantar a quantidade de espécies invasoras presentes por toda a extensão da trilha.

construções artificiais que figuram em meio à floresta e estas por sua vez, tornam-se parte fundamental na imagem do parque e na legitimação dos sentidos a ele conferido.

Seguindo pelo passeio ao longo da trilha do Poço Preto, como já foi mencionado, é possível realizá-lo de bicicleta ou até mesmo em veículo motorizado. A grande maioria dos visitantes opta por fazer o passeio de bicicleta e apenas os mais idosos ou com problemas físicos realizam o trajeto em veículo motorizado. As bicicletas de uma maneira geral estão em condições e uso e o deslocamento só pode ser realizado em grupos, culminando em algumas paradas durante o trajeto para visualização de alguns espaços específicos. Tratam-se de lugares selecionados sob o crivo mercadológico da empresa que visa impactar e atrair o visitante estimulando o olhar contemplativo da natureza. Além disso, o espaço é um lugar de exploração turística e como tal, deve cumprir sua função, ou seja, impactar e encantar para desta forma, vender ingressos.

Fotografia 17 Trilha do Poço Preto: trajeto de bicicleta.



Fonte: Acervo do autor.

É importante pensar nas características do veículo utilizado na trilha, o qual foi personalizado para atender o imaginário do Safári

Ecológico vendido aos visitantes. Trata-se de uma espécie de carretinha equipada com vários bancos puxada por um jipe. Possui a cor verde predominante e permite aos passageiros ter uma visão em todos os ângulos aumentando assim o contato com a floresta. Para aqueles que almejam conhecer um pequeno pedaço da floresta sem sentir o suor da pedalada ou caminhada de nove quilômetros, cabe a estes realizar o trajeto sentado no conforto de seu banco.

Fotografia 18 Trilha do Poço Preto: veículo motorizado.



Fonte: Acervo do autor.

As duas fotografias anteriores retratam um pouco as características da trilha, após o visitante deixar para trás a passarela de madeira pela qual havia iniciado a sua caminhada pelo interior da floresta. Ao longo deste percurso o que a trilha revelou foi uma floresta repleta de luz, com pontos de clareira, grama, e muitas picadas ou pequenas trilhas. Foi impossível realizar esta parte do trabalho sem lembrar da obra de Simon Schama *Paisagem e Memória*, onde o autor relata a diversidade de indícios humanos encontrados na floresta na Polônia tomada como espaço natural.

A imagem a seguir apresenta uma das várias picadas ou pequenas trilhas encontradas durante o percurso da Trilha do Poço

Preto. Infelizmente não foi possível adentrar estas pequenas trilhas tendo em vista que estávamos realizando um roteiro guiado não sendo permitido se afastar do grupo. De qualquer forma foi possível perceber que a floresta reivindicada como o espaço natural intocado está repleta de marcas humanas, sejam elas de um passado remoto ou até mesmo recente. Encontrar estas fissuras na paisagem permite identificar com maior clareza os mitos construídos e ressignificados para e sobre o PNI.

É possível visualizar na próxima imagem a pequena trilha que se encontra centralizada na fotografia, a qual estabelece um percurso entre as duas árvores de maior destaque.

Fotografia 19 Picada na Trilha do Poço Preto.



Fonte: Acervo do autor.

É possível que esta e outras picadas tenham sido realizadas pelos próprios agentes ambientais ou funcionários da empresa que explora estas áreas, com o intuito de efetivar a manutenção na Trilha do Poço Preto. Também podem ter sido utilizadas para fins científicos nos diversos projetos do campo biológico e botânico desenvolvidos no parque. De qualquer maneira, para além destes fatores é possível sentir

nesta pequena proporção do PNI que a floresta está repleta de manifestações humanas.

Outra característica encontrada na trilha do Poço Preto são os diversos pontos que se assemelham com áreas de lazer. Apesar de estar em uma floresta de Mata Atlântica, chamou-me atenção a quantidade de lugares ao longo da trilha, constituídos por pequenos gramados que se misturam com o restante da paisagem do parque. A sensação ao passar por estes pontos não é a anunciada no início da trilha como um Safári Ecológico, mas sim, de estar passeando por um parque urbano com gramado a disposição dos visitantes. Sendo assim, é importante refletir sobre os fatores que contribuíram para a progressão deste gramado em meio à floresta. Apesar das gramíneas desempenharem um papel significativo na reestruturação do solo, muitas delas são classificadas como espécies exóticas. Além disso, o fato de existir gramados no interior do PNI remete a pensar nas ações que esta floresta vêm sofrendo ao longo do tempo.

Fotografia 20 Trilha do Poço Preto: gramado.



Fonte: Acervo do autor.

Para uma floresta divulgada no site da empresa que administra o parque ou até mesmo pela gestão, como um espaço primitivo, as intervenções e marcas humanas que surgem de maneira gritante aos olhos daqueles que estão aptos para ver, mostram outras realidades. Se levarmos em consideração apenas os indícios da expropriação ocorrida na década de 1970, é possível afirmar que uma parcela significativa da floresta investigada é fruto do plantio esporádico de plantas que migraram com as famílias que participaram do processo de ocupação e colonização do espaço Oeste do Paraná, oriundas principalmente dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Além disso, após o processo de desapropriação, muitas destas plantas que resistiram e foram incorporadas na paisagem da floresta, podem ter se espalhado por outras áreas por meio dos animais que consomem os seus frutos, ampliando ainda mais a área de abrangência.

Fotografia 21 Trilha do Poço Preto: gramado 2.



Fonte: Acervo do autor.

Após uma longa pedalada de nove quilômetros é chegada a hora de desembarcarmos de nossas bicicletas e seguirmos em nosso passeio, visitação, ou Safári Ecológico, pelas águas do Rio Iguaçu. A partir deste

momento, a Trilha do Poço Preto será deixada para trás permanecendo na lembrança daqueles que puderam pagar para conhecê-la. As bicicletas são deixadas de lado e os visitantes aproveitam para realizar um descanso e utilizar os banheiros existentes no local de embarque. A construção é simples mas como nas demais existentes na encosta do Rio Iguaçu, elas remodelam a paisagem evitando o crescimento das árvores e favorecendo a visualização e contemplação do rio. Chama atenção pois, para visualizar a natureza a solução encontrada foi impedi-la de avançar em alguns pontos. Para contemplar o rio fez-se necessário cortar desta paisagem as árvores que o escondiam. Uma relação um tanto quanto contraditória para uma unidade de conservação, mas que se enquadra nas propostas de sacralização da paisagem.

Fotografia 22 Fim da Trilha do Poço Preto: Embarque Rio Iguaçu.



Fonte: Acervo do autor.

Seguindo pelo Rio Iguaçu, uma parte do percurso é realizada em barco motorizado e outra em caiaques infláveis com capacidade para duas pessoas cada, estes últimos são opcionais. A visitação segue rio abaixo até o porto Bananeiras que dá acesso a Trilha das Bananeiras,

onde é realizado o percurso final, uma trilha de aproximadamente um quilômetro e meio. Chamou-me atenção a estrutura do porto na Trilha das Bananeiras, um espaço com lanchonete e um grande deque de frente ao Rio Iguaçu.

Não diferente de outros pontos do parque onde a exploração turística ocorre, o Porto Bananeiras emerge como uma infra-estrutura que acolhe com conforto os visitantes. Mesmo inseridos na floresta, a paisagem foi planejada para unificar contemplação da natureza e conforto. Para além dos olhares que os visitantes lançam sobre a floresta é de extrema importância levar em consideração os olhares daqueles que selecionaram e definiram estes lugares como partes importantes para serem lembradas. As noções culturais dos sujeitos que arquitetaram as paisagens de contemplação no parque, ajudam a conferir valores e significados para a natureza mitificada.

Fotografia 23 Porto Bananeiras.



Fonte: Acervo do autor.

Fotografia 24 Porto Bananeiras: deque.



Fonte: Acervo do autor.

Com relação as duas imagens supracitadas, ambas foram produzidas no Porto Bananeiras e devem ser observadas de maneira conjunta. Em um primeiro momento trazem como objetivo dar clareza acerca da infra-estrutura presente neste ponto do parque. Chamo atenção principalmente para a área de lazer e alimentação constituída pelo deque de frente ao rio. Ao olhar com cautela o ângulo das imagens, é possível visualizar que a fotografia do cais foi produzida de cima do deque. Na sequência, é fica evidente que o deque permite uma visão ampla de toda a extensão do rio.

Eis aqui mais um entre tantos outros lugares no PNI onde a paisagem foi redesenhada pelas mãos humanas com intuito de ampliar a percepção sobre o espaço contemplado como selvagem. A paisagem neste sentido não demarca a si mesma, são as pessoas e suas bagagens culturais que definem aquilo que é belo. Se por outro lado, não houvesse esse espaço redefinido, a margem do rio estaria repleta de galhos, árvores e cipós que na melhor das hipóteses, dificultaria o acesso e visão do rio. De qualquer forma, esta seria a floresta nativa do lugar, uma floresta que talvez não agradasse os olhares dos visitantes.

Relendo estas imagens e minhas anotações de campo, fico pensando quantas pessoas achariam agradável estar nestes lugares se não houvessem cadeiras, mesas, água encanada, banheiros, carros, bicicletas, placas, luz elétrica, e tantas outras tecnologias criadas pelo homem e inseridas na floresta. Quantas pessoas gostariam de contemplar a natureza em seu estado natural, como assim é chamada nas propagandas do site da empresa que administra o parque? Quantas pessoas gostariam de vivenciar uma floresta sem trilhas bem definidas e sem uma estrutura que permitisse ao visitante ao mesmo tempo que se encontra em uma floresta, poder se sentir em meio a uma cidade pisando em um asfalto?

Em hipótese alguma estou reivindicando que o parque não deva ser adaptado para receber pessoas. Gostaria apenas de ressaltar a importância de figurar na memória pública do PNI que, para além de ser uma floresta é também, um espaço da presença humana, remodelado e que ao longo de seu processo de formação, foi constituído pelos sujeitos que com ele se relacionaram. Para além de um espaço selvagem, é necessário assumir que o parque é uma paisagem em movimento e transformação. A própria presença das trilhas no interior do PNI ressignificam a paisagem da floresta chamada sacralizada em seu estado original.

Infelizmente durante este trabalho de campo na Trilha do Poço Preto não foi possível encontrar nenhum dos animais silvestres apresentados no início da trilha no hall da fama ou outras espécies, a não ser alguns panapanás e aves diversas. É certo que muitos dos animais que habitam o PNI possuem hábitos noturnos e por este motivo torna-se raro encontrá-los pelas trilhas e passeios disponíveis aos visitantes, que por sua vez, são demasiadamente barulhentos e contribuem, mesmo sem desejar, para mantê-los longe dos lugares por onde transitam.

Por fim, depois de nove quilômetros de pedalada, algumas remadas no caiaque inflável e uma caminhada de aproximadamente um quilometro e meio, é chegada a hora de deixar a Trilha das Bananeiras e encerrar o passeio que se iniciou na Trilha do Poço Preto, mas não sem antes refletir sobre o que Diegues vai chamar de mito moderno da natureza intocada.

Se você é daqueles que adoram um contato com a natureza, não pode perder o passeio Trilha das Bananeiras. Esteja pronto para esquecer o mundo e se apaixonar pelo Parque Nacional do Iguaçu. Seja para relaxar, buscar inspiração ou fugir do

estresse do trabalho ou estudos, o passeio pela Trilha das Bananeiras é sempre motivador. (CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 16 de outubro de 2014)

Segundo Diegues, noções como estas apresentadas na citação fazem parte das concepções do início do século XX, que foram eixo central nas definições e demarcações dos parques nacionais pelo mundo. Para o naturalismo do século passado, a única forma de proteger a natureza era afastando-a do ser humano, que passaria a ocupar um lugar secundário, apenas para contemplação e admiração do espaço natural. “Esses lugares paradisíacos serviriam também como locais selvagens, onde o homem poderia refazer as energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono.” (DIEGUES, 2001.p.13).

Ao me deparar com as informações encontradas no site da empresa Cataratas do Iguaçu S/A, e principalmente com as informações que ressaltam aos olhos durante um processo de visitação no PNI, fica evidente que estas concepções ainda estão presentes e contribuem na definição do PNI enquanto uma floresta que também pode ser entendida como um neomito. De qualquer forma, nem todos aqueles que vivenciam o parque percebem ou sentem estas relações, muitos apenas se encantam sem ao menos problematizar ou sequer pensar no processo de formação destas unidades de conservação. Ao nosso visitante, que embarcou nessa aventura que visa redescobrir o PNI, cabe agora continuar o percurso em outros pontos e atrativos do parque que permitem problematizar e pensar nas paisagens engendradas na floresta.

2.3 MACUCO SAFÁRI: O SELVAGEM PLANEJADO.

Quando visitamos um lugar, existe sempre aquele momento ou espaço que elegemos como o mais atrativo e marcante. O Macuco Safári figura como uma espécie de menina dos olhos do PNI, mas infelizmente, exclusiva e limitada aos que podem pagar para senti-lo. Falo isso primeiramente como morador da região. Desde que o atrativo passou a vigorar no parque, no início dos anos 2000, inúmeras foram as vezes em que estive no parque como visitante ou pesquisador e permaneci na sede de realizar o passeio sem poder fazê-lo, pois não havia como pag -lo, porque não   acessível aos locais, tendo em vista que foi projetado para o turismo de alta aquisição, posto que ali tudo tem preço elevado, fora da realidade social e econ mica local.

Desta vez foi diferente, mas meu olhar também estava atento para questões que em outros tempos, passariam despercebidas. Vivenciar o passeio do Macuco Safári me permitiu perceber as tramas simbólicas que conferem sentidos e visam destacar o *espaço selvagem* e principalmente, as ações humanas no tempo marcadas na paisagem do PNI. A selva apresentada nas propagandas do site da empresa que administra o parque, bem como as que estão em diversas partes do centro de visitantes, apresentam um passeio repleto de emoções e muitas vezes assustador. Todavia, a experiência nos mostra caminhos distintos e uma floresta com árvores de pequeno porte, com muita luz, trilhas, escadas e uma piscina artificial. Uma coisa é certa, o meu imaginário de visitante estava preparado para algo diferente daquilo que encontrei como pesquisador e pude concluir que mesmo nos locais vendidos como espaços primitivos, as marcas humanas estavam presentes e remodelaram a paisagem natural.

O ponto alto deste atrativo turístico programado está na última parte quando é possível navegar em botes infláveis motorizados pelas águas inquietas do Rio Iguaçu, com direito a um banho de cachoeira em uma das quedas das Cataratas do Iguaçu. Poder estar perto das quedas, acredito que seja o maior motivador daqueles que fazem a escolha por este passeio. Entretanto, para gozar desta experiência o visitante precisará desembolsar uma quantia de R\$170,00 (cento e setenta reais), valores vigentes no ano de 2014, uma cifra considerável que nem todos conseguem bancar. Ressalto mais uma vez que esta pesquisa contou com o apoio do ICMBio, que permitiu o livre acesso no parque e aos atrativos que nele estão inseridos.

Sem mais delongas é chegada a hora de elucidar o Macuco Safári, o qual já evoca no próprio nome um imaginário de desbravamento do espaço selvagem. A palavra safári traz os sentidos de expedição e aventura em meio a floresta quase inexplorada, como Hollywood ajudou a construir no imaginário das pessoas, através dos filmes mostrando safaris na África, e nas regiões ditas selvagens. Aos visitantes que aguardam sua vez na fila de espera, resta imaginar a experiência que estará prestes a surgir. Assim, inicio esta problemática analisando a porta de entrada do Macuco Safári, uma construção significativa em meio ao parque.

Fotografia 25 Entrada do Macuco Safári.



Fonte: Acervo do autor

Diferente da Trilha do Poço Preto, equipada com uma portaria pequena e simples, o Macuco Safári construção arrojada, com colunas em madeiras descritas como de reflorestamento, loja de souvenir, guarda volumes, banheiros e vestiários, cadeiras de rodas disponíveis aos visitantes e um estacionamento próprio, são alguns dos itens presentes na entrada do passeio. A julgarmos pela estrutura física do local, é possível concluir que trata-se de um espaço com grande circulação de visitantes e talvez, o pote de ouro no fim do arco-íris da empresa Macuco Ecoaventura.

A fotografia feita da entrada do passeio é de minha autoria e tive dificuldade para enquadrar toda a estrutura. De qualquer forma, vê-se ao fundo da imagem o estacionamento próprio, destinado principalmente a veículos que conduzem excursões de grupos, no canto esquerdo, a loja de souvenir e bem ao centro a fachada e ponto de venda de ingressos. Como nos demais lugares, o verde é a cor predominante e as colunas em madeira completam o pacote estético que tem como objetivo misturar estas estruturas a floresta.

Fotografia 26 Parte interna da portaria do Macuco Safári.



Fonte: Acervo do autor.

Para o visitante que optou em conhecer esta parte do PNI, cabe agora aguardar o transporte e guia que irá conduzi-lo pela floresta. A loja de souvenirs, bem no centro da imagem acima, é o atrativo na recepção. As lembranças comercializadas também são peças que auxiliam na montagem do imaginário selvagem. As representações de animais silvestres em camisetas, cartões, imãs de geladeira, réplicas, muitas vezes tornam-se a única materialização dos animais que não foram vistos durante todo o processo de visitação do parque. Do início ao fim do passeio o visitante estará imerso nesse cenário adaptado para recebê-lo.

A primeira parte da visita o é realizada em veículo elétrico, não é permitido descer do transporte e os visitantes são orientados pelo guia a não tocar na floresta, devido o perigo escondido em suas folhas, como aranhas e outros insetos. O contato com a mata é exclusivo para contempla o e o visitante torna-se um passageiro que mesmo estando tão próximo, permanece de certa forma distante. Chamo aten o para imagem a seguir retirada do site da empresa. Ela traz em destaque um dos veículos elétricos que realizam o transporte de passageiros pela floresta. Mais uma vez os animais enfeitam as laterais do veículo e

ampliam o imaginário selvagem do passeio. A onça e o veado mateiro aparecem como elementos simbólicos significativos deste espaço selvagem, sua presença representada nas imagens aguça as esperança dos visitantes durante cada curva realizada.

Fotografia 27 Veículo elétrico: Macuco Safári.



Fonte: CATARATAS DO IGUAÇU S/A.

O baixo ruído sonoro emitido pelo veículo ajuda a perceber os sons da floresta com maior facilidade, mas a aventura propagandeada torna-se um tanto quanto amena à medida que o veículo avança e os animais não aparecem. Cada pessoa sente o parque de diferentes maneiras, mas pelo preço elevado do passeio, muitos acabam esperando algo a mais e não foram raras as pessoas que esboçaram certa decepção por aquilo que foi prometido e a experiência vivida.

Durante a pesquisa tive a oportunidade de entrevistar Sandra Soares, funcionária pública, 45 anos e que visitava o PNI pela primeira vez. Diferente de outras entrevistas que foram realizadas na residência dos depoentes e pude desfrutar dos usos da História Oral com maior cautela, este relato foi produzido ao final do processo de visitação, em movimento, com pouca disponibilidade de tempo de ambos os sujeitos envolvidos, entrevistado e entrevistador, mas de qualquer maneira, me auxilia a pensar esta problemática. Nas palavras de Sandra,

Olha, eu esperava mais. Pelo preço que paguei achei que teria mais emo o. Ainda bem que o passei de barco valeu a pena porque o da floresta

foi muito simples. O guia ainda parecia que estava com pressa. Não sei, esperava mais. (SOARES, 2015)

Apesar do passeio ser vendido como uma espécie de Safári, no imaginário da visitante, os elementos necessários para realizar a manutenção destes símbolos e significados foram pouco presentes ou não atingiram os seus objetivos. O fato da depoente destacar que “esperava mais”, significa entender que os valores construídos para o passeio do Macuco no PNI não evocaram as mesmas impressões que os próprios agentes e guias almejavam atender..

Nesta etapa inicial me chamou a atenção uma fala proferida pelo guia que nos conduzia. Em determinado momento, o veículo fez uma parada e o guia começou a explicar sobre algumas plantas existentes no parque como o Palmito Juçara e Laranja Apepu. Em sua fala, o guia apresentou a Laranja Apepu como uma planta nativa da região, ou seja, parte natural do parque. Aqui está o equívoco. A Laranja Apepu é uma espécie exótica no parque, uma invasora que ao longo dos anos passou a ser percebida como agente constitutivo natural da paisagem, e pode ser encontrada em outros pontos do parque, como por exemplo da Trilha do Poço Preto, já apresentada nesta tese.

É certo que alguns guias não possuem formação acadêmica no campo ambiental para discernir tais questões, mas é exatamente este o fator mais importante nesta análise. Justamente por não conhecerem a planta de forma científica, apresentam-na como parte natural do PNI, reproduzindo assim, um neomito do parque. Identificar aquilo que foge a regra na floresta estudada é parte fundamental para a compreensão da paisagem selvagem construída. A Laranja Apepu tem marcas humanas, assim como diversas outras espécies de laranjas e flores presentes no PNI, as quais, muitas vezes são percebidas pelos visitantes como elementos constitutivos de uma floresta nativa. Desvendar estes mitos é parte fundamental do trabalho do historiador

Além disso, é importante entender que um guia é funcionário de uma empresa e, independente de sua formação técnica ou não, há normas e protocolos que devem ser cumpridos bem como, a própria formação e treinamento que a empresa contratante determina para os seus funcionários. Neste caso, o guia é a empresa falando e sua narrativa é planejada e proferida para impactar da melhor forma possível nos visitantes. Eles falam aquilo que deve ser dito, da forma pela qual foram qualificados e assim, estabelecem a manutenção das imagens da floresta primitiva e do espaço explorado financeiramente.

Apesar de estarmos em um veículo motorizado a trilha a ser percorrida é bem estreita, diferente da Trilha do Poço Preto onde nos deslocávamos em grupos andando em bicicletas. Muitos galhos passam próximo aos passageiros e ajudam a ampliar a experiência sensorial sobre a floresta. Destaco na imagem a seguir uma parte do trajeto realizado no veículo elétrico capaz de demonstrar como o espaço foi preparado para a visitação. Uma espécie de corredor foi aberto em meio a floresta para atender os interesses da empresa que explora esta parte do parque e dos visitantes que pagam os altos custos do passeio.

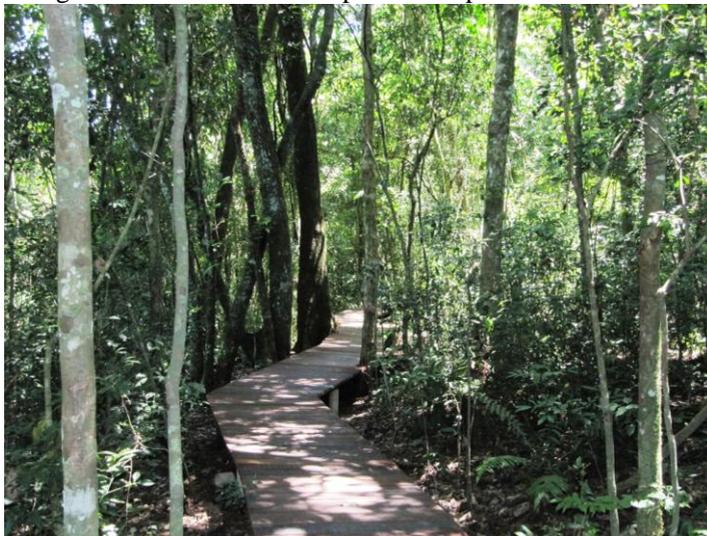
Fotografia 28 Macuco Safári: trilha percorrida em veículo elétrico.



Fonte: Acervo do autor.

Depois de percorrermos aproximadamente três quilômetros (3km), é chegada a hora de colocar as pernas para funcionar. A segunda parte do passeio estende-se por uma trilha de seiscentos metros (600m), e para minha surpresa, mais uma vez a passarela de madeira estava presente. Ao invés de percorrer sobre o chão da floresta, o visitante é levado a caminhar em uma trilha de madeira que mais parece um assoalho, e assim o faz, esbanjando ruídos e batidas de pés dignas de serem ouvidas em grandes casarões. O som da floresta cede lugar ao ranger produzido pelo conjunto de tábuas, pregos e solas de calçados, sempre regado com o bom e velho tom de voz contínuo dos visitantes. Até mesmo os turistas mais desavisados poderão caminhar em meio a floresta sem qualquer problema, tendo em vista toda a adaptação realizada para atender as mais diversos públicos.

Fotografia 29 Macuco Safári: percurso a pé.



Fonte: Acervo do autor.

A caminhada é o momento que o visitante fica mais próximo da floresta e a trilha em madeira permite que até mesmo os mais desavisados possam realizar o percurso sem grandes dificuldades.¹⁶ Já para os cadeirantes, esta etapa não pode ser realizada pois logo a trilha ganha novos obstáculos que veremos a seguir. Resta a estes continuar a descida até o rio por meio do veículo motorizado.

A segunda etapa, um trecho de 600 metros para quem tem disposição e energia, leva o grupo numa caminhada pelas trilhas que conduzem a cachoeira batizada de Salto Macuco. No caminho podem ser observadas orquídeas, palmitos, bromélias, árvores centenárias, além dos animais silvestres, que de vez em quando atravessam a trilha, animando ainda mais o passeio. (CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 23 de outubro de 2014)

¹⁶ Ver: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br/atrativos-do-parque/macuco-safari>

A caminhada como já era de se esperar, revelou uma floresta repleta de marcas humanas que vão além das estruturas montadas pela equipe que explora este trecho do parque na atualidade. Além disso, foi possível identificar laranjeiras e uma vegetação prematura, muito longe das árvores centenárias apresentadas na citação que antecede este parágrafo. Talvez muitas destas árvores centenárias possam estar presentes no parque e até mesmo nesta parte estudada, porém, estamos falando de um espaço que já fora ao longo dos anos remodelado por diferentes processos de ocupação e reestruturação do parque, os quais, deixaram marcas e reconstituíram a vegetação da floresta

Para repensar este espaço, chamo atenção para a imagem a seguir, uma fotografia produzida a partir da trilha de madeira que revela um olhar do pesquisador sobre a floresta. As árvores centenárias outrora anunciadas dão lugar a uma vegetação jovem e em estado de recuperação. A quantidade de luz que entra com facilidade na floresta, permite pensar que as árvores centenárias já não ocupam este lugar há muito tempo. Mais uma vez, a floresta divulgada não é a mesma da floresta vivenciada. Suas características são distintas e as marcas humanas ocultas no discurso legitimador da natureza intocada, aparecem de forma peculiar em meio às folhas e musgos ou até mesmo, nas próprias plantas que hoje ocupam o parque.

Fotografia 30 Macuco Safári: um olhar além da trilha.



Fonte: Acervo do autor.

É interessante pensar o quanto um parque tombado como Patrimônio Natural da Humanidade muitas vezes apresenta cenários semelhantes a bosques e parques urbanos. Trilhas em madeira, asfalto, concreto, grandes estruturas de acolhimento aos visitantes, e principalmente, uma vegetação que permite sem muitos esforços percorrer a Mata Atlântica. É certo que estes fatores não podem ser generalizados, pois de qualquer maneira, o PNI possui diferentes características, mas são exatamente estas diversidades que devem ser explicitadas e analisadas, e não ocultadas e/ou naturalizadas como o discurso ambientalista e comercial perpetra.

Imagine-se em deslocamento por uma floresta que foi lhe apresentada como um dos poucos redutos de Mata Atlântica em seu estado original e de repente, fosse surpreendido por uma escadaria de pedras. Não seria um tanto quanto estranho realizar um safari ecológico em meio a floresta intocada e perceber que outrora fora planejada e modificada pelas mãos humanas? E se nesta mesma floresta você percebesse que as águas que se lançam entre as rochas, formam ao longo do seu percurso uma piscina que não é natural? Apesar dos detalhes gritantes, nem todos os visitantes conseguem perceber e problematizar estes fatores que por sua vez, são incorporados de maneira natural na paisagem.

A imagem a seguir, a qual produzi, apresenta uma das escadarias presentes na trilha do Macuco Safári. Diferente de outras partes da trilha, como por exemplo as passarelas de madeira, que são estruturas atuais, estas escadas estão neste lugar a muito mais tempo do que a própria empresa que explora este trecho no parque. As escadarias em questão remontam aos anos de 1950 – 1960, quando o parque apresentava outras dinâmicas de visitação. Naquela temporalidade, era permitido aos visitantes realizar churrascos, piqueniques e a se banhar nas águas do Rio Iguaçu. As escadarias em pedra, espalhadas em várias partes do parque, remontam um período onde os visitantes se relacionavam com o parque de maneira mais intensa.

Por se tratar de um local onde há uma cachoeira, hoje denominada de Salto Macuco, muitas pessoas buscavam este lugar para banhar-se e até mesmo realizar piqueniques com seus familiares. Estas escadarias estão em meio a floresta a mais de cinquenta anos e lentamente foram tornando-se parte da paisagem apresentada. As pedras posicionadas pelas mãos humanas ganharam com o passar dos anos, contornos definidos pelas raízes e sua coloração foi sendo transformada pela umidade do ambiente. Os musgos e folhagens completam o toque

final, e assim, a escadaria tornou-se com o passar dos anos, uma parte do PNI mas também constitutiva da paisagem.

Fotografia 31 Macuco Safári: escadarias.



Fonte: Acervo do autor.

Olhar para estas imagens e pensar no ideal de natureza intocada, ou até mesmo no espaço selvagem em seu estado original, é algo perturbador pois faz-se necessário problematizar a diversidade de paisagens existentes no PNI e não somente na paisagem pretendida pelos órgãos que administram ou pelas empresas que exploram o parque. O PNI é hoje um espaço de diversidade, tanto em espécies de plantas e animais mas principalmente de sentidos e relações socioambientais. As pessoas fizeram e continuam a fazer parte deste espaço de reserva ambiental e as marcas que elas deixaram precisam e devem ser levadas em consideração durante o processo de problematização e historicidade do parque.

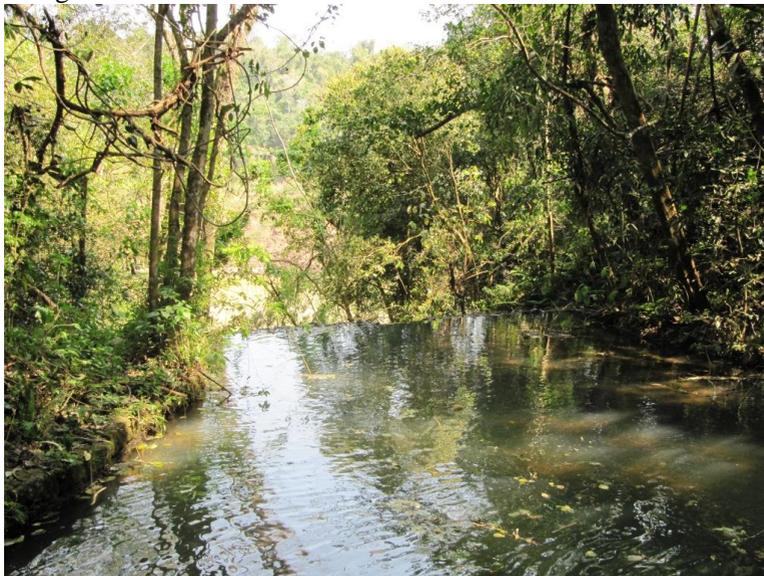
Continuando pelas trilhas do Macuco Safári, seja ela de madeira ou de pedra, em determinado momento surge próximo a trilha, um pequeno lago ou piscina natural formado pelas águas do Salto Macuco. A princípio, da posição que me encontrava, ainda distante e atrás dos

demais membros do grupo, fico surpreso pelo lugar e até mesmo encantado, justamente por se tratar de um espaço ideal para retirar o suor e cansaço do corpo nas águas calmas que se formavam. Conforme fui me aproximando da piscina natural, alguns detalhes me chamaram a atenção. Aquilo que num primeiro momento parecia uma piscina natural formada em meio as rochas era na verdade uma piscina esculpida pelas mãos humanas.

Como seria a sensação de estar entrando em uma floresta intocada, um espaço selvagem em seu estado original e depara-se com uma piscina artificial feita de pedras perfeitamente alinhadas? Assim como as escadarias, esta piscina está presente no parque a mais tempo do que a própria empresa que explora o trecho. As pessoas que frequentavam o parque contruíram esta piscina represando as águas do rio, transformando e adaptando a natureza para o seu convívio. O natural foi modificado e as marcas desta intervenção permanecem e podem ser utilizadas na atualidade.

A primeira fotografia que trago para esta reflexão também é fruto de meu trabalho e foi produzida de cima da ponte que atravessa a piscina. Tentei da melhor forma enquadrá-la para dar transparência na amplitude desta obra dentro do parque. Nas laterais da piscina é possível visualizar as pedras alinhadas e conectadas pelo concreto. Aqui mais do que nas escadarias, a natureza já redesenhou o espaço. As paredes, se não forem bem observadas, são facilmente confundidas com o terreno dando a falsa impressão de estarem ali a mais tempo do que realmente estão.

Fotografia 32 Piscina no Salto Macuco: visão frontal.



Fonte: Acervo do autor.

Me chamou a atenção a forma que os demais integrantes do grupo perceberam este lugar, ou melhor, como não perceberam. Apesar do guia ter realizado uma pequena parada com o intuito de reagrupar todo o pessoal que lentamente se deslocava pelas escadarias, nada foi mencionado sobre a estrutura ali construída. Não se trata de algo feito pela empresa Macuco Ecoaventura, nem tão pouco uma construção recente. Mesmo assim, a julgar pelas sensações e emoções nos semblantes dos demais integrantes do grupo, nada ou pouco foi percebido. O que mais estava em jogo naquele momento para a maioria dos visitantes, era o quão rápido poderiam chegar ao final do trajeto para assim, partir para a última etapa do passeio, anunciada e vendida como a mais emocionante.

Estar presente como pesquisador, ouvindo, visualizando, sentindo e gravando, foi emocionante encontrar mais esta marca escondida no PNI mas também foi desolador perceber que nem todos olharam da mesma forma. A impressão e conclusão que cheguei naquele momento é que, nestes espaços destinados a exploração turística, as estruturas explícitas ou implícitas, para a maioria dos visitantes, passam a fazer parte da paisagem do parque e o natural vai sendo constituído de maneira imbricada com aquilo que foi produzido pelas mãos humanas. A paisagem é naturalizada no imaginário dos visitantes e as

manifestações humanas são percebidas no conjunto de características que fazem parte da floresta, não havendo assim, questionamentos quanto ao processo que deu origem a estas fissuras na paisagem.

Na outra imagem destacada é possível vislumbrar a pequena barragem construída e muito bem projetada a ponto de dar passagem para a água, apenas na parte central, permitindo um maior acúmulo de água neste espaço. Não foi possível localizar nenhuma outra estrutura conectada a esta como por exemplo, uma roda d'água, ou algo que fizesse menção dos objetivos da piscina. Aparentemente o único objetivo foi transformar o lugar em algo que pudesse ser utilizado como espaço de lazer. Assim cabe aqui afirmar que em meio a floresta havia uma piscina que não fora constituída pelas ações da natureza mas sim pelas relações socioambientais construídas ao longo dos anos.

Se nos dias de hoje a floresta do PNI é ponto de passagem de milhares de pessoas todos os anos, nos anos de 1960-1970 fora lugar de permanência e principalmente, espaço de lazer que era utilizado com frequência por dezenas de famílias que residiam em Foz do Iguaçu ou nas cidades e distritos mais próximos. Havia vida humana na floresta do PNI as quais, se relacionavam com o parque de diferentes maneiras, remodelando a paisagem e utilizando-a como forma de lazer e diversão. Fotografia 33 Piscina no Salto Macuco: visão lateral.



Fonte: Acervo do autor.

Após percorrer esse percurso de aproximadamente seiscentos metros, chegamos a última etapa do chamado Safári Ecológico que por sua vez, é realizada no Rio Iguaçu por meio de barcos infláveis motorizados que conduzem os passageiros a pontos muito próximos de alguns saltos das Cataratas do Iguaçu. Infelizmente não foi possível fazer imagens desta etapa, pois preferi me precaver e deixar meu equipamento no guarda-volumes, o que por sinal também precisa ser pago. Para dar continuidade ao passeio, é necessário, se assim preferir, retirar os calçados fechados, colocar uma roupa mais leve e se preparar para o balanço das corredeiras.

Para a aventura dentro d'água o parque disponibiliza barcos infláveis, seguros e eficientes, fabricados de acordo com as necessidades do percurso. Os corajosos aventureiros são levados para sentir o poder das quedas debaixo das Cataratas do Iguaçu, mas não sem antes receber coletes salva-vidas. Tudo pronto, o barco sobe o rio atravessando o cânion, enfrentando a correnteza, numa velocidade média que permite a apreciação da paisagem. O “banho de cachoeira” é indescritível, a neblina e água em profusão pontuam o espetáculo que tem seu ponto alto nos saltos batizados “Três Mosqueteiros”. O piloto aproxima a embarcação para proporcionar um rápido e divertido banho, onde todos saem encharcados. A sensação de estar literalmente embaixo de uma das quedas é indescritível, é como lavar a alma e se sentir renovado. (CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 10 de novembro de 2014)

Algumas palavras e frases presentes na citação são peças chave na interpretação dos sentidos construídos para o PNI. Além disso, deve-se levar em consideração o caráter financeiro que o parque ocupa, e todo o jogo comercial presente nas propagandas e informativos das empresas que exploram as atividades dentro da unidade de conservação. Primeiramente o item em questão destaca o caráter aventureiro daqueles que realizam este circuito e visitação: “Aventura”, “corajosos aventureiros”, “enfrentando a correnteza”. Quando se constrói a imagem do aventureiro existe no outro lado deste discurso a constru o do lugar perigoso, de difícil acesso, cheio de obstáculos ou que transmite medo e

insegurança. Confesso que grande parte do circuito proposto é monótono e quase nada perigoso. As trilhas são de fácil caminhada equipadas até mesmo para permitir que os mais desavisados possam transitar sem grandes dificuldades pela floresta. A grosso modo, a grande aventura que salta aos olhos é o valor exorbitante cobrado pelo passeio, na época, cento e setenta reais (R\$170,00) por pessoa.

Quando chamo de monótono não quero dizer menos atraente ou pouco interessante, apenas destaco que o percurso não cumpre aquilo que é proposto em sua propaganda de venda. Além do mais, ao caminhar pela floresta e perceber a diversidade de marcas e manifestações humanas permite repensar a própria imagem construída em torno de todo o PNI que vislumbra um ideal de natureza em seu estado original. Este espaço da floresta até dado momento não pode ser tomado apenas como fruto das ações naturais, é preciso levar em consideração as ações humanas que ali foram estabelecidas e estas por sua vez, precisam fazer parte da memória pública do parque.

Outro ponto importante citado são os itens: “poder das quedas”, “apreciação da paisagem”, “lavar a alma e se sentir renovado”. Todos eles constroem sentidos transcendentais para a natureza. O poder das quedas e da natureza possuem a capacidade de purificação da alma, do estado de espírito humano. A natureza aparece neste sentido de maneira sacralizada como Diegues atentou, ou seja, o Éden perdido, ou apenas como o lugar em seu estado de pureza original, que deve ser contemplado para permitir a fuga das mazelas do mundo industrial e urbano.

Diante das particularidades apresentadas nesta análise do espaço do Macuco Safári, espero que tenha sido possível expressar como a natureza doravante entendida ou contemplada em seu estado natural, é também construída e planejada para atender os anseios e interesses da empresa que explora as atividades turísticas neste ponto do parque. É possível ponderar que a floresta e o imaginário selvagem surgem neste contexto como uma importante fonte de captação de recursos. Neste processo de visitação, cada visitante, muitas vezes de maneira involuntária, incorpora o mito moderno da natureza intocada e auxilia na perpetuação da paisagem selvagem construída para este lugar. Cabe agora desvendar e entender como a memória do PNI é perpetuada não somente por meio das imagens contidas nos percursos de visitação ou site da empresa Cataratas do Iguau S/A, mas também por meio de projetos memorialísticos que realizam a manutenção destas memórias e legitimam os valores de contemplação conferidos ao parque.

2.4 - PROJETO MEMÓRIA DAS CATARATAS

Até dado momento na análise apresentada ressalta o conjunto de símbolos presentes nos percursos de visitação e recepção, bem como no site oficial da empresa que administra e explora o parque, que procuram em todas as formas reviver o PNI em seu estado original, uma floresta intocada e muitas vezes romantizada como o  den perdido. Este itinerário simbólico não se limita apenas a estes lugares, ele ganhou novos complementos no ano de 2009, por meio do projeto Memória das Cataratas que buscou entre outros objetivos, reafirmar o PNI enquanto um espaço de visitação, contemplação e fuga da vida urbana.

Sendo assim, o ano de 2009 foi marcado pelo Projeto Memória das Cataratas, que de maneira mais ampla, teve como objetivo reunir um acervo fotográfico dos visitantes que passaram pelo PNI ao longo de sua existência. O projeto contou com amplo apoio dos veículos de comunicação regionais e as pessoas puderam fazer envio de suas imagens para compor o acervo que estava sendo construído. Qual foi minha surpresa ao analisar parte deste acervo? As imagens refletem estritamente o contato com as Cataratas do Iguaçu e não com o parque como um todo. Neste conjunto de imagens, o acervo possui um recorte que omitiu outras formas de relação com Parque Nacional do Iguaçu.

Além disso, o papel que os sujeitos ocupam nas fotografias reunidas remete uma função de coadjuvante e contemplador da natureza apresentada ocultando e silenciando outras experiências de pessoas que viviam que se relacionavam com o PNI, para além de uma reserva ambiental. De certa forma cabe pensar que apresentar o PNI para o mundo como um espaço da presença humana, com plantações, criações de animais, construções de uso coletivo, como escolas, igrejas, bares, campos de futebol, não enriqueceria o cenário selvagem e original reivindicado e reconstruído.

O projeto Memória das Cataratas além de estabelecer um lugar de memória e reunir um grande acervo fotográfico, culminou com a publicação de duas obras: *Meu vizinho, o Parque Nacional do Iguaçu* escrito por Marcos S  Correa e *Imagens e Memórias*, coordenado por Ligia Basso. No ano de 2015 o projeto ganhou novos ares e um reforço complementar com a inauguração do Espaço Memória, um museu formado pelo acervo fotográfico digitalizado reunido e organizado, localizado no Centro de Visitantes do PNI, já abordado neste capítulo.

Ao analisar as obras que foram frutos do projeto de memória mais amplo, ambas realizam um recorte no acervo fotográfico que busca evidenciar principalmente as relações de visitação que ocorreram ao

longo do século XX, no espaço delimitado das Cataratas do Iguaçu. Além disso, há um sentido implícito na escolha das imagens que permite visualizar um PNI ausente de conflitos e voltado estritamente às atividades turísticas e lazer. O projeto como um todo ajuda a construir uma memória pública que consagra o PNI como um lugar de grande beleza cênica sem problematizar ou sequer polemizar, o processo de expansão do parque e os conflitos socioambientais.

É neste sentido que Maurice Halbwachs me auxilia e permite lançar olhares reflexivos sobre o projeto memorialístico construído para e sobre o PNI. Ao tratar das memórias individuais como elementos muitas vezes pautados e construídos por meio das memórias coletivas, as quais, são construídas nas relações sociais presentes nos diferentes grupos que um indivíduo transita ao longo de sua vida, Halbwachs me ajuda a perceber que o projeto memória construído para o parque esteve pautado na edificação de um emaranhado de memórias coletivas as quais, estiveram principalmente ligadas a determinados grupos dominantes na região oeste do Paraná.

Apesar do acervo fotográfico ter sido construído pautado muitas vezes em memórias individuais, estas por suas vez também são indícios das relações e experiências construídas coletivamente, relacionado-se com as atividades que foram desenvolvidas no âmbito do PNI. Muitas das imagens retratam festas, visitas de autoridades políticas, obras de infraestrutura, mas para além disso, conferem destaque há algumas famílias que eclodem na memória pública como pioneiras do município de Foz do Iguaçu. Estas memórias coletivas ganham espaço no projeto Memória das Cataratas e ao mesmo tempo que conferem significados para o parque, se revestem de valores construindo também memória sobre alguns grupos com destaque econômico e político.

A própria capa da obra *Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu* (CORREA, 2009) já confere e apresenta o cenário que almeja ser demarcado e rememorado, ou apenas, apresentado. De uma maneira geral, não há uma preocupação em se discutir a analisar a fotografia em questão. A obra é marcada por um conjunto de fotografias que buscam assim, de maneira simples, retratar o parque sem qualquer problematização. A impressão que se obtém ao folhar as páginas é de que as imagens foram empregadas como verdades absolutas neste espaço de memória.

O primeiro ponto negativo da obra é que, apesar de fazer menção ao parque como um todo, como o próprio título menciona, o conjunto de imagens e narrativas foi montado dando ênfase apenas às experiências de algumas famílias no espaço das Cataratas do Iguaçu.

Além disso, a obra surge como um recorte que contempla apenas as festividades e experiências alegres dentro do parque. Há um vazio de conflitos e de uma maneira geral, as imagens retratam sorrisos, datas comemorativas e alguns feitos considerados dignos de serem lembrados. Ao que tudo indica, a obra surge como um importante instrumento para legitimar ainda mais a paisagem do PNI e os usos contemplativos, muito comuns nas correntes preservacionistas que ainda constroem sentidos para os parques mundo afora.

Fotografia 34 Capa da obra *Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu*.



Fonte: (CORREA, 2009).

No início da obra o leitor é conduzido novamente a acreditar no PNI enquanto uma floresta preservada em seu estado original.

É mesmo um parque diferenciado! Com 185 mil hectares sob domínio da Mata Atlântica, mantém ainda em estado original parte de um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo, abrigando riquíssima diversidade de fauna e flora, resguardando espécies ameaçadas de extinção e

conservando no seu interior grande número de rios e córregos. (CORRÊA, 2009. p.07)

Como entender uma floresta em seu estado original? Seria esta, ausente das marcas de construções e instalações humanas ou talvez sem a presença de plantas que só poderiam existir se tivessem sido cultivadas? Poderia ser uma floresta que conseguiu ao longo dos anos, manter-se em processo de reconstituição isolando-se do contato com o ser - humano? De qualquer forma, olhar para o PNI e vê-lo com uma floresta em estado original significa negar todo um passado de presença humana que remodelou e redesenhou a floresta e seus rios. Então qual seria o objetivo de insistir na construção de um imaginário intocado para o PNI?

Primeiramente é necessário levar em consideração, neste caso em específico, quem profere estas palavras. A citação faz parte de um trecho do livro que traz o depoimento do então chefe do parque na época, Jorge Luiz Pegoraro. Como chefe da unidade de conservação, é comum pensar que sua postura neste sentido seja a de manter a imagem de um parque ausente de quaisquer problemas fundiários durante seu processo de formação e demarcação. Silenciar a multiplicidade de conflitos que o PNI engendrou significa reafirmar o mito moderno da natureza intocada e garantir ao PNI a construção de um imaginário selvagem.

Também é de extrema importância pensar que o PNI tal como está hoje constituído, transformou-se em um parque com grande captação de recursos financeiros, dado o alto número de visitantes que passam pelo parque todos os anos. A julgar pela lógica comercial, não seria nada atrativo vincular a imagem de uma reserva em estado de reconstrução, repleto de marcas humanas e de um passado de luta e resistência impetrado por moradores contra a expropriação para delimitação do parque. Esta parte da história permanece oculta nos site da empresa que administra o parque bem como no espaço de memória construído no seu interior.

Ainda sobre este número, no ano de 2015 o PNI registrou a maior visitação de todos os tempos com um total de 1.642.093 pessoas de 172 nacionalidades. Com esta soma de visitantes o PNI tornou-se o segundo parque nacional mais visitado do Brasil, ficando atrás apenas do Parque Nacional da Tijuca, que recebe mais de três milhões de

visitantes por ano.¹⁷ Este número de visitas veio crescendo ao longo dos anos e certamente apresentar ao público outras características do parque que fogem do ideal de uma floresta intocada não figura como algo atrativo para o ecoturismo ou para aqueles que almejam encontrar a natureza em sua plenitude. Quanto a floresta, deste número apresentado, são poucos os que irão percebê-la enquanto um lugar de resistências, ressignificações e permanências humanas.

Continuando na análise da obra em questão, outro trecho do depoimento do chefe do parque chama atenção:

Conhecer este paraíso e não fotografá-lo seria tarefa quase impossível. Por isso, a iniciativa de resgatar e preservar parte de sua memória através das fotografias. O reconhecimento e valorização dos pioneiros da região, os primeiros visitantes ilustres, os administradores, os conflitos e ameaças, a fauna e a flora, a chegada do turismo, enfim, momentos registrados e eternizados através das imagens por várias gerações. (CORRÊA, 2009.p. 07)

Primeiramente é necessário observar mais uma vez o valor e o ideal de paraíso empregado ao PNI. O início da citação não faz menção a floresta, a natureza ou ao parque mas sim ao paraíso, que traz consigo uma bagagem de sentidos que revigora o imaginário do Éden ou do espaço intocado. De certa forma, o cenário presente no espaço das Cataratas do Iguaçu é motivador e encanta olhares, mas tratá-lo como paraíso acaba por limitar as experiências e tensões humanas constituídas no interior do parque como um todo. O PNI não pode ser resumido apenas às Cataratas do Iguaçu e seu processo de formação marcado por resistência e demarcações, deve ser considerado como parte fundamental da memória do parque.

Outro ponto que me chamou atenção neste recorte textual é a menção ao reconhecimento e valorização dos pioneiros da região, os primeiros visitantes ilustres e os administradores do parque. Ao analisar as duas obras como um todo, a impressão que obtive no final foi que, para além de tratar das relações entre natureza e sujeitos, as duas obras tiveram como objetivo traçar uma história oficial, apresentando apenas algumas famílias e autoridades do município de Foz do Iguaçu. Boa

¹⁷ Ver: <http://www.icmbio.gov.br/porta/ultimas-noticias/20-geral/7555-iguacu-recebe-1-6-milhao-de-turistas-em-2015>

parte do acervo utilizado retrata as mesmas famílias em situações diversas no PNI, revivendo assim não apenas a história do parque, mas principalmente de um grupo bem específico de Foz do Iguaçu e região.

Com relação ao título da obra: *Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu*, cabe ressaltar que algumas das imagens apresentadas foram retratadas antes mesmo da criação e demarcação do próprio parque. Como chamar de vizinho aquilo que ainda não estava criado? Como chamar de Parque Nacional do Iguaçu se o mesmo ainda não estava definido como tal? Ao naturalizar estas questões ou deixar de problematizá-las, a obra confere ao PNI uma característica única, ou seja, a de que sempre existiu da forma como está delimitado nos dias atuais. Além disso, leva a crer que mesmo antes de sua criação já era tomado como uma unidade de conservação, como um parque nacional ou até mesmo como uma floresta sem mudanças. Neste sentido, mais uma vez a obra recria sentidos ao parque e omite um passado de interferências humanas, um passado que foi capaz de transformar a floresta em núcleos de populacionais, campos de pastagem e plantio.

Outro depoimento, agora proferido por umas das coordenadoras do projeto Lígia Basso, também é de fundamental importância para a reflexão.

O Projeto Memória das Cataratas é resultado do desenvolvimento de um conceito muito especial para a preservação de unidades de conservação, ampliando, primorosamente, o sentido das reservas naturais e sua relação com as pessoas que as protegem. Por sua vez, o Projeto Memória das Cataratas liga atitudes e histórias para preservar a memória e a cultura da região, zelando pelo seu meio ambiente. [...] Para as atuais e futuras gerações, as imagens e depoimentos do acervo promovem o saber e permitem uma fantástica viagem pelo tempo. As próprias fotografias evocam os momentos como registros de um tempo afastado, porém, resgatado nos instantâneos clicados. Além disso, são mensageiras que trazem vozes escondidas para o nosso século XXI. (CORRÊA, 2009. p.11)

Destaco para análise em primeiro lugar, a autora do depoimento, Lígia Basso. Esta por sua vez é descendente de pessoas tomadas como pioneiras na cidade de Foz do Iguaçu e região Oeste do

Paraná. O sobrenome Basso surge no corpo da obra entre aparições em fotografias ou citações de uso do acervo da família, cerca de doze vezes. Por se tratar de uma obra que tem por objetivo flertar com a história das pessoas e o parque, aparecer dozes vezes significa receber um recorte muito especial neste projeto.

Apesar disso o sobrenome Basso não lidera o ranking de aparições na obra. O primeiro lugar ficou com o sobrenome Schimmelpfeng que por sua vez figurou na obra cerca de vinte e duas vezes. Seu papel de destaque acentua-se principalmente pelo fato de que foi da família Schimmelpfeng que emergiu o primeiro prefeito do município de Foz do Iguaçu no ano de 1914. Os laços políticos e econômicos parecem muitas vezes delimitar quem foram as famílias que fizeram parte deste projeto, mas acima de tudo, construíram uma história para o PNI marcado apenas com a presença de uma elite regional.

Além destas, é possível afirmar que a obra *Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu*, trata-se de um projeto memorialístico que confere destaque a aproximadamente dez famílias, que ocuparam certo grau de relevância nas aparições ao longo do texto. Neste sentido fica evidente que, para além de objetivar narrar experiências de relações socioambientais experimentadas no PNI, o projeto foi também, um veículo de promoção e ressignificação de uma memória coletiva seletiva, uma memória marcada por pioneiros e apenas algumas famílias que ainda nos dias de hoje ocupam setores importantes na região.

Sendo assim uma dúvida permanece em aberto: e as demais pessoas sem condições financeiras de hospedarem-se no Hotel das Cataratas ou de navegarem no Rio Iguaçu, mas que mesmo assim lançavam-se em banhos nas águas das cataratas? Qual o lugar delas neste projeto? Qual o lugar daqueles que moravam no interior do parque nas comunidades que mais tarde foram expropriadas para a efetivação do limite territorial do PNI? Onde estão as pessoas que por ventura não possuíam condições de realizar um registro fotográfico? Mencionar que o Projeto Memória das Cataratas tem como objetivo preservar a memória e a cultura da região e deixar de apresentar os outros sujeitos envolvidos neste processo significa omitir um passado de lutas e enfrentamentos. Olhar para este projeto memorialístico é vislumbrar apenas um único cenário proposto ao PNI, o da natureza intocada e um passado de alegrias e abundâncias vivido apenas por ocupantes de posições socioeconômicas mais elevadas.

Debruçar-se em uma leitura do projeto memorialístico *Meu vizinho o Parque Nacional do Iguaçu*, significa estar imerso em uma trajetória oficializada do parque bem como, estar inserido apenas no

espaço hoje tomado como principal atrativo, as Cataratas do Iguaçu. Entretanto, o PNI abrange uma extensa região e seus limites que sofreram alterações ao longo dos anos, foram palco de enfrentamentos como as expropriações na década de 1970 e os conflitos referentes a abertura da Estrada do Colono nas décadas de 1980 e 1990. O Parque Nacional do Iguaçu e a história estabelecida entre os sujeitos e a floresta vai além do mero local de visitação ao qual foi definido.

Outra parte do Projeto Memória das Cataratas está configurado na obra *Imagens e Memórias*. Diferente da primeira obra que apresenta texto e tenta historicizar o processo de formação do PNI, esta por sua vez é formada por um conjunto de imagens, entre elas fotografias, selos e outros itens que fazem menção ao espaço das Cataratas do Iguaçu e foram julgados como relevantes para compor o corpo da obra. O livro *Imagens e Memória* apresenta uma narrativa estritamente por meio do uso das imagens.

Grande parte das fotografias apresentadas são as mesmas existentes na obra *Meu vizinho o Parque nacional do Iguaçu*. Poucas são as fotografias distintas que foram inseridas, mas de qualquer forma o perfil editorial permaneceu o mesmo, ou seja, as imagens selecionadas exaltam as belezas cênicas das Cataratas do Iguaçu e reivindicam um pioneirismo exclusivo de apenas algumas famílias do município de Foz do Iguaçu, entre elas as mesmas anteriormente citadas.

Sendo assim faz-se necessário também desbravar esta etapa do projeto que de forma cautelosa cumpre seu papel de manutenção do imaginário selvagem do PNI. Conforme o texto de abertura:

Este catálogo reúne fotografias que é uma verdadeira viagem no tempo. As imagens destacam a rotina e o cotidiano dos iguaçuenses, moradores da região e turistas, que, em diferentes épocas viveram como se as Cataratas fizessem parte do quintal de suas casas. (BASSO, 2009. p.01)

Que rotina e cotidiano exatamente a coordenadora da obra se refere? Festas, piqueniques, banhos de rio, encontros com autoridades ou representantes de órgãos governamentais? Ao mencionar o cotidiano e rotina expressa que as ações e situações apresentadas nas fotografias são experiências que aconteciam com frequência na vida das pessoas fotografadas. Mas, qual parcela da população conseguiria manter uma rotina de pouco trabalho e muita distração e contemplação da natureza?

Ao meu ver, as imagens expressam situações não tão corriqueiras como a coordenadora do projeto tenta introduzir ao leitor. Antes de apresentar o cotidiano, são frutos de momentos tão esporádicos que foram capazes de serem planejados e fotografados.

Me chama atenção esta citação pois, durante meu trabalho de campo entrevistando ex-moradores das comunidades de São José do Iguaçu e Santo Alberto, em nenhum momento das entrevistas a visitação e as Cataratas do Iguaçu fizeram parte de suas lembranças. A floresta, a vida no espaço coletivo dentro do parque e o trabalho no campo foram os principais elementos que emergiram nas memórias dos depoentes. Enquanto para a coordenadora da obra o parque se resume às Cataratas do Iguaçu, para estas pessoas que residiam no interior do PNI, estes lugares são quase imperceptíveis. Para elas o parque está marcado por trajetórias que divergem do cenário construído na obra memorialista. Mesmo as Cataratas do Iguaçu formando parte do quintal destes ex-moradores, em suas memórias, elas eclodiram apenas como um vizinho pouco notável.

Ainda na apresentação da obra, “A participação dos pioneiros, moradores do Parque, visitantes, aposentados, funcionários e pesquisadores ajudou a resgatar com romantismo a história das pessoas no Parque e do Parque na vida destas.” (BASSO, 2009, p.01). Aqui mais uma vez se evidencia a característica e objetivo do Projeto Memória, ou seja, recontar uma história pouco pautada nos cuidados metodológicos e teóricos historiográficos, mas sim, envolta em uma escrita romântica que exalta os pioneiros e exclui outros agentes que também fizeram parte deste processo. Se de alguma forma o projeto contou com a participação dos moradores como mencionado na citação, é notável perceber que estes sujeitos não fizeram parte do resultado final das duas obras organizadas e editadas.

No último parágrafo da apresentação, não deixa de ser curioso a forma com a qual a autora se direciona ao PNI, tratando-o como membro de uma mesma família.

Nas páginas que seguem, além das fotografias que eternizam importantes momentos, contém um desejo enorme de que a “grande família” do Parque Nacional do Iguaçu, continue contando para as futuras gerações outras muitas histórias, tão bonitas quanto essas. (BASSO, 2009, p.01).

Apesar de estar explícito que trata-se de um projeto de cunho romântico que eterniza e enaltece o pioneirismo de algumas famílias no PNI, cabe perguntar que grande família é esta reivindicada pela autora. Certamente os ex-moradores que tiveram parte de seus lugares de memória apagados, não fazem parte desta grande família, pois, além de terem vivido uma expropriação e vislumbrem suas propriedades desaparecendo em meio a floresta, foram também, apagados dos projetos memorialísticos do parque e da própria memória pública difundida no interior da unidade de conservação. A grande família que a autora menciona está mais relacionada com uma pequena parcela de pessoas do que com aqueles que ocuparam e viveram no interior do PNI.

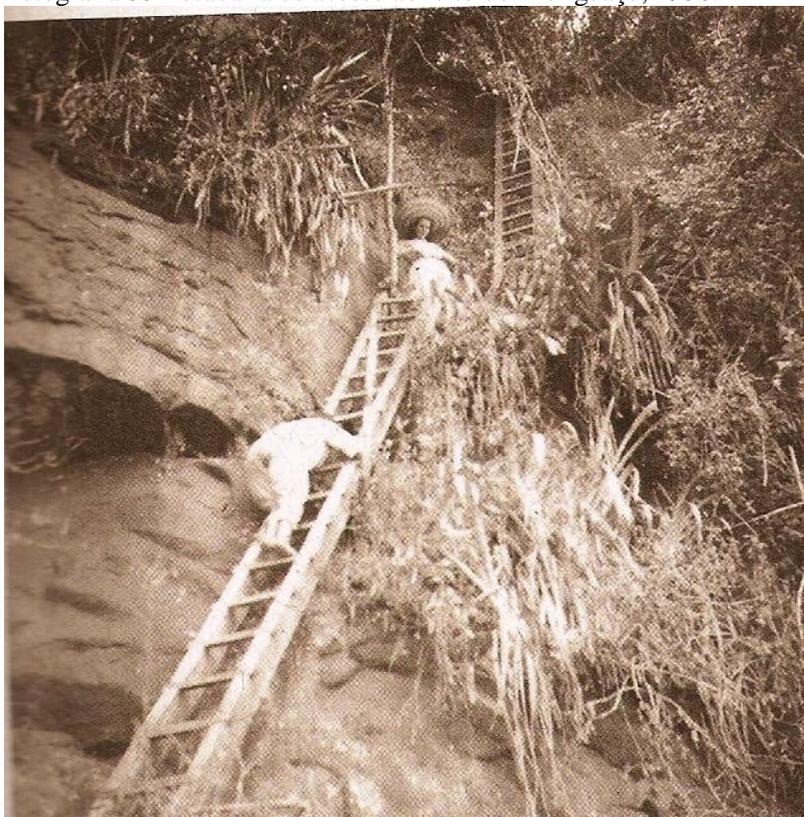
De uma maneira geral o Projeto Memória das Cataratas estabeleceu em suas duas obras um mesmo parâmetro de entendimento do PNI, ou seja, para os organizadores do projeto, o parque foi apresentado como atrativo e espaço de visitação e contemplação antes mesmo de ser instituído como unidade de conservação. Como já alertado anteriormente, esta prática faz com que os demais leitores não atentem para a diversidade de dinâmicas e relações sociais que existiram no espaço delimitado como parque, e deixa de problematizar o processo de ampliação e constituição da unidade de conservação, tomando o atual formato como único e original desde sua criação.

Destaco a seguir algumas fotografias que ajudam a pensar a problemática e estão inseridas nas duas obras do projeto. A primeira delas é uma imagem retirada do acervo da família Schimmelpfeng e destaca as escadarias que davam acesso ao leito do Rio Iguau no ano de 1938. Por mais que se almeja definir este espaço de visitação como Parque Nacional do Iguau, é importante lembrar que o mesmo só foi criado em 1939, um ano depois da imagem retratada. Sendo assim, apesar de reivindicar uma memória do parque, elas o fazem não como parque nacional, mas como um espaço de visitação e lazer muitas vezes destinados apenas a uma elite que possuíam condições financeiras de se hospedar no Hotel das Cataratas, já existente naquele local.

O espaço onde hoje ocorre a visitação das Cataratas do Iguau já era frequentado antes mesmo da criação oficial do parque. Diferente dos dias de hoje, onde tocar é algo pouco praticado e até mesmo desencorajado, nos anos de 1930 o contato com a paisagem era realizado sem grandes impedimentos. A paisagem no PNI não era a mesma e a fotografia eterniza um momento que demonstra o quão complexas foram as relações estabelecidas com o espaço demarcado como reserva ao longo dos anos.

Ao analisar o acervo de imagens é possível entender que as relações entre cultura e natureza estabelecidas nas primeiras décadas de criação do parque, superavam as noções de contemplação, pois as experiências humanas moldavam a paisagem com muito mais afinco. É possível perceber, por meio das fotografias, que lugares atualmente destinados a visitação e compostos por uma vegetação chamada de primitiva, na primeira metade do século XX, eram áreas desmatadas que compunham a paisagem das Cataratas do Iguaçu. Muitos dos lugares hoje chamados de primitivos tiveram sua paisagem de floresta remodelada a menos de um século.

Fotografia 35 Escadaria de acesso ao leito do Rio Iguaçu, 1938.

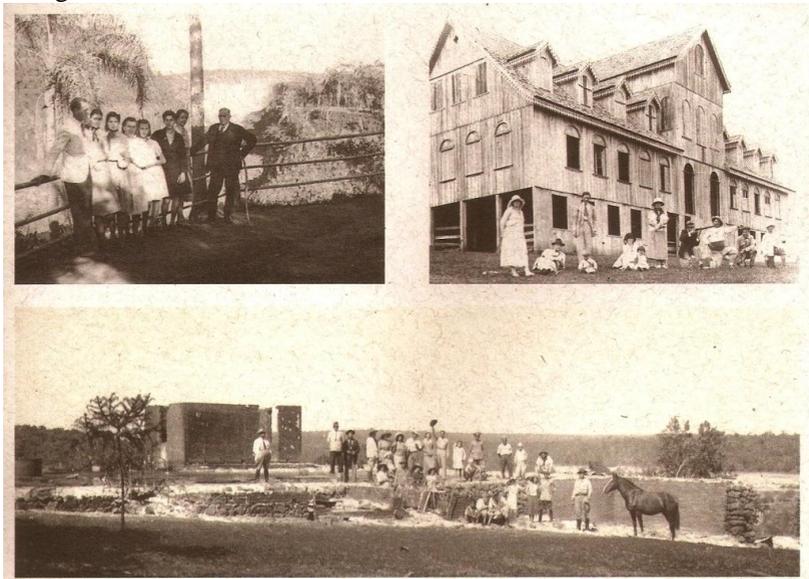


Fonte: (BASSO, 2009. p.53).

As imagens a seguir revelam curiosidade semelhante pois retratam o primeiro Hotel das Cataratas ainda em madeira, bem como sua destruição. O que chama atenção é que a fotografia no canto superior direito, que apresenta o hotel em funcionamento fora retratada aproximadamente quatorze anos antes da própria criação do parque, em 1925. A julgar pelos trajes e posições de destaque apresentadas nas imagens, o Hotel das Cataratas bem como o espaço de visitação ali delimitado não era algo destinado a todas as pessoas, assim como hoje, alguns atrativos no atual PNI também não o são.

O espaço das Cataratas antes mesmo de ser demarcado como parque nacional era também um espaço destinado a poucas famílias ou aos grupos financeiramente mais abastados. Não significa dizer que pessoas com menor poder aquisitivo estavam impedidas de frequentar ou se banhar nas águas do Rio Iguaçu. O que chamo atenção e destaque é que o Projeto Memória das Cataratas, não se trata de reviver a história das pessoas com o parque, mas sim de reconstruir uma história elitista e oficializada para o parque, uma história resumida em poucas famílias.

Fotografia 36 Hotel das Cataratas, 1925-1937.



Fonte: (BASSO, 2009. p.35).

Chamo a atenção para a imagem que retrata o Hotel das Cataratas destruído por um incêndio. Se olharmos rapidamente para a

foto, têm-se a impressão que o hotel fora construído em uma planície, com grandes campos ao fundo. O local ocupado na imagem, é o mesmo dos dias atuais porém, a ausência de árvores remete o quão distinta era a paisagem das Cataratas do Iguaçu na primeira metade do século XX. Ainda sobre está, chamo atenção para a pequena muda de Araucária que de forma isolada compõe a paisagem eternizada pela câmera. Localizada no canto esquerdo inferior, têm-se a impressão de que sua presença neste local de frente ao prédio fora algo planejado, uma paisagem moldada para atender e encantar os olhares dos visitantes que foi sendo construída ao longo do século XX e continua em processo de reformulação.

Se compararmos a paisagem do Hotel das Cataratas ao longo dos anos é possível entender que o espaço destinado para visitação nas Cataratas do Iguaçu, está formado por uma vegeta o secundária e jovial, a qual foi sendo constituída durante os anos de forma o do parque e redesenhada pelas mãos humanas para atender as concep es de paisagem que emergiram em diferentes temporalidades e conjunturas. Atualmente, o espaço do entorno do Hotel das Cataratas não apresenta a mesma paisagem da década de 1930 e a floresta ainda jovem, cresce envolta em discursos que ocultam suas recentes transforma es.

Fotografia 37 Hotel das Cataratas, 2015.



Fonte: CATARATAS DO IGUAÇU S/A, acesso em 18 de janeiro de 2015).

Por fim, mas não menos importante, o Projeto Memória das Cataratas obteve o seu trunfo em 09 de janeiro de 2015, data da inauguração do Espaço Memória das Cataratas localizado no Centro de Visitantes, o qual, já foi tratado neste capítulo.

O Espaço Memória das Cataratas, iniciou com um acervo de 1.500 fotografias digitalizadas, com legendas e disponíveis de forma interativa aos visitantes. (ICMBio, 05 de janeiro de 2015) Além disso existe no acervo depoimentos de pessoas que de alguma maneira se relacionaram com o PNI ao longo do tempo e estão disponíveis em vídeo e áudio para a apreciação dos visitantes. É também neste espaço que são exibidos alguns documentários produzidos pela equipe de execução do projeto, ficando disponíveis diariamente para aqueles que desejam assisti-los. Atualmente o projeto permanece aberto para as contribuições do público.¹⁸

Apesar do grande número de fotografias existentes no acervo do projeto a escolha das imagens utilizadas para compor as duas obras e os painéis do Espaço Memória, contemplaram apenas uma pequena parcela do acervo. Para quem percorrer de forma atenciosa as duas obras organizadas pelo projeto bem como o espaço destinado para divulgação do acervo, não é raro dizer que torna-se uma tarefa exaustiva aos olhares visualizar as mesmas imagens e as mesmas famílias. Se há um acervo tão grande com 1500 fotografias iniciais e o projeto se encontra aberto para novas aquisições, porque as mesmas imagens foram as escolhidas para figurarem como esboço de todo o projeto? Chego a conclusão que antes de apresentar a história das pessoas com o parque, o projeto visou delimitar a história de algumas famílias e autoridades com o parque, deixando evidente o caráter elitista e oficial do projeto.

De qualquer forma é correto dizer que por meio do projeto memória, finalmente as pessoas apareceram em contato com a floresta, porém em hipótese alguma o cenário traçado deu conta de expressar a diversidade das relações humanas existentes na floresta. O que o projeto conseguiu foi exaltar as Cataratas do Iguaçu como espaço de contemplação, definir a floresta do PNI como um espaço intocado e em seu estado natural e acima de tudo, ocultar a presença das mais de 400 famílias que viveram no interior do PNI e redesenharam a floresta deixando suas marcas que perduram até os dias atuais.

¹⁸Ver: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/6683-cataratas-do-iguacu-ganha-espaco-da-memoria>

CAPÍTULO 3 – O ENTORNO REVISITADO

Antes eles tinham nós assim como invasor. Falavam de nós como se fossemos bicho, o pessoal do parque, os invasor. Antes parecia que a gente ia destruir tudo. Antes até cerca elétrica eles derrubaram, passavam com a camionete por cima, passavam no meio da lavoura por desaforo pra estragar planta. Era tudo assim, agora que mudou. Na verdade a gente pensava que eles eram o bicho e eles pensavam que nós era bicho. (BELÃO, 2014)

3.1 A FLORESTA, O ASFALTO E A PLANTAÇÃO.

Estamos na BR 277, em um dos trechos mais perigosos devido o alto fluxo de veículos. Este pequeno seguimento liga o Oeste ao Sudoeste do Estado do Paraná e também ao estado de Santa Catarina. São quase seis horas da tarde do dia 13 de novembro de 2012, devido ao clima e estação do ano, tenho a impressão que o sol está apenas a alguns metros sobre nossas cabeças. O Oeste do Paraná é extremamente quente nesta época do ano.

Após vinte e cinco minutos de deslocamento chegamos ao Posto da Polícia Rodoviária Federal no município de Céu Azul. Logo à frente, sobre a BR277 está fixada uma placa com a seguinte frase: “Bem vindo ao Parque Nacional do Iguaçu – Patrimônio Natural da Humanidade”. Daqui em diante, quem segue no sentido Foz do Iguaçu / Cascavel, terá no seu lado direito como visual, a floresta. São aproximadamente trinta quilômetros (30km), em um trecho onde o marco divisor entre selvagem e civilizado, cultura e natureza é delimitado pela rodovia. Esta por sua vez, como uma serpente negra com listras amarelas e brancas, se arrasta delimitando o contorno do PNI.

Pela janela ao meu lado esquerdo vejo carros, motocicletas, caminhões, casas, lojas e pessoas, estamos no município de Céu Azul. Na janela da direita vejo a mata, os tons de verde, mas também, entre a rodovia e a floresta visualizo uma extensa plantação que se estende por um trecho de aproximadamente vinte e cinco quilômetros (25km). Neste espaço de aproximadamente 10 a 30 metros entre floresta e rodovia e que chamarei de entre lugar, o cultivo de soja define os limites e pinta

de verde a paisagem no horizonte. Quem são as pessoas que exploram estas faixas de terra?

Na condição de passageiro em uma van de transporte coletivo, a floresta não parece ser tão assustadora nem tão selvagem. A cidade do lado esquerdo faz esquecer que do outro lado está o segundo Parque Nacional mais visitado do país. Muitas vezes tenho a falsa impressão de estar passando por uma simples faixa de mata que insiste em permanecer naquela região. Por um breve momento vejo um cachorro passeando pelo entre lugar em meio aos pés de soja. E se ele soubesse que aquele espaço de floresta abriga felinos que fariam de tudo para pegá-lo, estaria ele de forma tranquila bisbilhotando nos arredores do parque?

Daqui de dentro é possível ver na borda da floresta diversos pontos que demarcam entradas ou trilhas. Aparentemente, têm-se a impressão que estas trilhas antes de serem trajetos de animais, constituem marcas feitas pelas mãos humanas em uma floresta secundária repleta de luz. São dezoito horas e quinze minutos e acabamos de passar por um posto de pedágio e ao olhar pela janela direita pude perceber que a floresta possui portão. Mas quem seriam os detentores da chave do cadeado? É neste ponto, no entre lugar, que existe uma cerca e um portão que avançam sobre a floresta na tentativa de evitar desvios e evasões do pedágio. Às dezoito horas e trinta minutos chegamos em Santa Tereza e deste momento em diante a BR277 deixa de fazer limite com o Parque Nacional do Iguaçu e a floresta lentamente vai deixando meu campo de visão. Resta agora continuar o percurso até meu destino e refletir sobre as impressões que obtive em mais um dia de deslocamento ao trabalho. Terça-feira, 13 de novembro de 2012.¹⁹

A narrativa apresentada neste início de texto trata-se de um relato entre os diversos que realizei em meu diário de campo durante os anos de 2012 e 2013. Foi no segundo semestre de 2012 que passei a realizar semanalmente anotações durante meus deslocamentos entre residência e trabalho. Margear o entorno do parque tornou-se um hábito semanal durante este período e assim, resolvi que aqueles momentos seriam de igual importância para a pesquisa, pois para além de mencionarem o olhar do historiador sobre a floresta, me mostrava de forma gritante a ausência de olhares dos demais passageiros. Assim, em

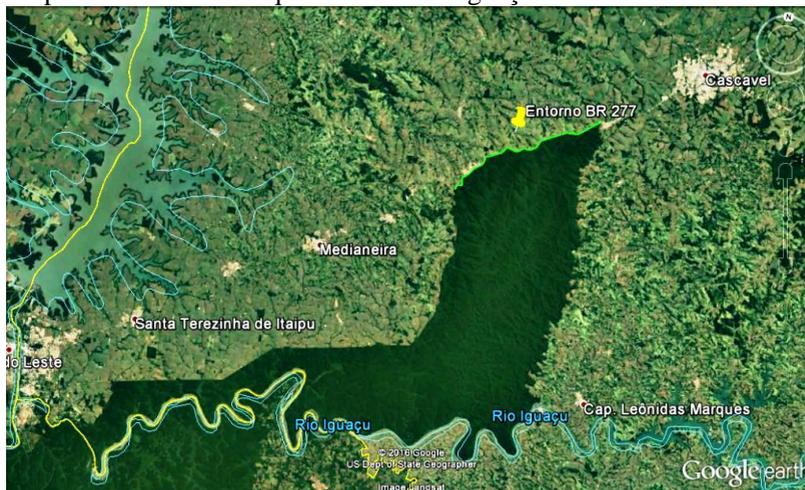
¹⁹ Anotações do meu diário de campo, projeto que desenvolvi durante os anos de 2012 e 2013 com o intuito de colher percepções sobre o PNI.

uma van ou micro-ônibus, caderno e caneta nas mãos, passei a relatar aquilo que percebia durante o trajeto.

Primeiramente é de extrema importância situar o leitor quanto à localização e espaço aqui narrado. Apesar de se tratar de um percurso de pouca extensão, permite levantar uma série de questionamentos sobre as políticas de proteção do parque e principalmente sobre o imaginário do espaço intocado e selvagem construído e reivindicado pelos órgãos que o administram. Também foi de extrema importância perceber o quanto este espaço não configura no imaginário das pessoas, as mesmas emoções e sensações narradas e construídas no espaço das Cataratas do Iguaçu, foco da exploração turística.

A imagem a seguir, gerada por meio da ferramenta do Google Earth, permite visualizar o local exato do entorno ao qual me lancei em diversas páginas e linhas durante semanas na tentativa de sentir e observar a paisagem ao meu redor. O trecho mencionado está representado na imagem por meio de um marcador em amarelo com a descrição “Entorno BR277”, sendo a rodovia por sua vez, demarcada na cor verde neon.

Mapa 2 Entorno do Parque Nacional do Iguaçu: BR 277.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).²⁰

²⁰ Para a confecção do mapa foi utilizado a ferramenta Google Earth.

Ao todo, o percurso realizado é de 31 quilômetros somando entre idas e vindas um total de 62 quilômetros diários e 186 quilômetros semanais. Cabe ressaltar que as reflexões lançadas sobre este pedaço da floresta, não estiveram restritas apenas ao contato realizado por meio das viagens a trabalho. No intuito de colher imagens e perceber a floresta com maior proximidade, realizei diversos trabalhos de campo me deslocando de motocicleta ou muitas vezes a pé em diferentes pontos do percurso. A experiência foi rica e me permitiu sentir uma parte do PNI que mesmo estando tão próxima permanece quase invisível para grande parte das pessoas que passam todos os dias em seu entorno.

O primeiro ponto que começou a chamar minha atenção foi a enorme placa colocada sobre a Rodovia Federal BR277. Esta por sua vez, de cor predominante verde, seguindo os padrões das demais imagens presentes nos espaços destinados à exploração turística, possui animais silvestres simbolizando o espaço selvagem que será percorrido. Impossível não ressaltar a existência e importância destas espécies para a biodiversidade, mas é também imprescindível estar atento ao exercício simbólico que se repete nas imagens e mensagens vinculadas pelo e para o PNI.

É possível identificar na placa de entrada cinco espécies de animais silvestres, sendo elas: tucano, macaco prego, quati, cobra coral e a mais famosa e símbolo do parque, a onça pintada. Para os moradores da região, transitar por este ponto na BR 277 é uma rotina que muitas vezes permite passar despercebido a presença da grande Unidade de Conservação. Percorrer esta parte do PNI não apresenta qualquer semelhança com o palco de visitas armado no seio das Cataratas do Iguaçu.

Fotografia 38 Entorno do PNI, BR 277: Placa de entrada.



Fonte: Acervo do autor.

Me recordo que no ano de 2012, em minhas viagens para cursar as disciplinas do doutorado, em algumas delas, durante o retorno, tive a oportunidade de dividir o espaço do ônibus com turistas estrangeiros que se deslocavam de Florianópolis para Foz do Iguaçu. Todos com quem conversei tinham como roteiro o Parque Nacional do Iguaçu, mais precisamente, as Cataratas do Iguaçu. Ao passarmos pelo percurso de Céu Azul, que geralmente acontecia no amanhecer do dia, com o intuito de colher suas impressões, indagava aos viajantes se eles sabiam que floresta era aquela ao lado, que aparecia através da janela do ônibus. Não foi surpresa alguma constatar que nenhum deles tinha idéia do que se tratava. Ao explicar-lhes que aquilo era parte do PNI, muitos ficavam surpresos mas com olhares desanimados e deixavam transparecer uma sensação de desapontamento por não ter encontrado aquilo que imaginaram.

Obviamente que no decorrer da conversa deixava claro que algo diferente os esperava em Foz do Iguaçu. Alguns perguntavam se estávamos próximos das Cataratas outros se já estávamos em Foz do Iguaçu, mas de uma maneira geral o que pude constatar é que

independente do tamanho do PNI, para os seus visitantes, o que fora apresentado como mais importante é o cenário das Cataratas do Iguaçu, como se todo o resto fosse apenas um complemento, que se por ventura não existisse, não seria tão impactante em suas memórias e sensações.

Continuando em nosso deslocamento pelo entorno do PNI seguindo pela BR 277, é de extrema importância que o leitor consiga perceber as diferenças aqui apresentadas. Se em um primeiro momento o parque apareceu como um lugar que estimulava o imaginário selvagem, com os passeios em meio a floresta, as cores, as mensagens em placas e a trilha sonora nos ônibus de visitação, aqui, surge como uma singela mata que ocupa papel secundário diante da rodovia, da cidade e do trânsito perigoso. As pessoas não sentem o parque da mesma maneira ao longo de sua extensão.

A imagem a seguir busca apresentar este pedaço do PNI, movimentado porém, pouco expressivo no imaginário dos moradores e certamente de muitos motoristas que por ali transitam todos os dias. Por meio da imagem   possível visualizar um pouco do trânsito que passa por esse trecho da BR277. Ao fundo sobre as copas das árvores destaca-se uma das torres de observa o que existem no entorno do parque. Todas que visitei, somando um total de três torres, se encontravam em péssimas condi oes de segurança, com muita ferrugem, falta de manuten o e abandono. Ainda sobre a imagem, ao lado esquerdo está localizado a parte inicial do município de Céu Azul, tendo em destaque uma pequena área industrial que logo dará início ao centro da cidade.

Fotografia 39 Céu Azul, BR 277, PNI.



Fonte: Acervo do autor.

O município de Céu Azul viveu seu processo de formação semelhante aos demais municípios da região de fronteira no Oeste do Paraná, os quais tiveram como motor, uma colonização movida por empresas privadas. Em geral, foi marcado por uma migração de famílias oriundas dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul nos anos de 1950-1960. No ano de 1966, através da Lei Estadual 5.407 de 08 de outubro, foi desmembrado do município de Matelândia e oficializado como município. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL, acesso em 08 de março de 2016). Atualmente conta com uma densidade demográfica de 11.032 habitantes. (IBGE).

Ao longo das imagens apresentadas neste item, o PNI segue pintando em tons de verde o lado direito das fotografias. Entre a cidade e o parque, existe um asfalto que marca o contorno da floresta, e entre o asfalto e a floresta, áreas com gramado, pastagem e até mesmo plantações mecanizadas. Na imagem que apresento a seguir, feita a partir de um olhar focado na busca pelas relações socioambientais e nas paisagens construídas, busquei transcrever com maior clareza possível este espaço onde cultura e natureza se confluem ou se dispersam, onde a cidade e a floresta quase se tocam de maneira cautelosa.

Fotografia 40 Entrada principal do município de Céu Azul, BR 277, PNI.



Fonte: Acervo do autor.

Nas entrevistas que realizei com moradores do entorno em Céu Azul, de uma maneira geral as impressões sobre a floresta apareceram poucas vezes. Diferente de outros municípios onde os moradores entrevistados estavam mais próximos do parque, a floresta foi aqui narrada como coadjuvante no dia a dia e pouco atraente. O distanciamento causado pelo asfalto e a vida urbana, são alguns dos fatores que contribuem nesta percepção. Para alguns destes moradores o parque só é notado ou sentido quando fazem uso do espaço de caminhada existente no Posto de Informação e Controle do PNI.

Conversei com o senhor Luiz Antonio Schneider, 45 anos, casado, morador do município a 23 anos, e ao indagar sobre suas percepções acerca do PNI chamou-me atenção sua fala apresentada.

Na verdade o parque é mais assim um mato que está aí do outro lado né. Não é aquela coisa toda que nem é para os turista que vão em Foz. A gente mora aqui perto, mas nem liga muito sabe, tem que trabalhar, não tem tempo pra essas coisa. Às vezes vamos caminhar lá na pista que tem lá no

posto deles lá, é mais gostoso, mais fresquinho, tem sempre os moleque que vão jogar bola lá também, mas é só isso mesmo. (SCHNEIDER, 2013.)

É interessante pois apesar do parque não ser apresentado na narrativa do senhor Luiz primeiramente como algo tão importante no seu dia a dia, ainda assim, de maneira implícita ele deixou transparecer o quanto estar naquele lugar é reconfortante. Ao mencionar que realizar caminhadas próximo ao PNI, é mais “fresquinho”, emerge nesta narrativa os valores que a natureza ocupa na vida de uma população urbana. A natureza, e neste caso o parque, assume seu papel de lugar natural preservado que traz conforto, tranquilidade e se configura como o oposto da vida urbana e do trabalho.

Em outra entrevista realizada, dona Adelaide Almeida Soares, 50 anos, casada, moradora às margens da BR 277, coloca em pauta questões importantes para pensar este trabalho.

O parque assim para nós que moramos aqui perto, até que é gostoso sabe, a noite é mais fresquinho do que lá no centro, mas falar que nós aproveitamos alguma coisa, não aproveitamos. É um pedaço de mato que ta ali do outro lado, onça essa nunca vimos. O que aparece aqui de vez em quando é gambá, mas isso acho que tem por tudo né. (SOARES, 2013.)

É interessante observar como nas duas narrativas o PNI não aparenta a mesma grandiosidade narrada e apresentada no processo de visitação nas Cataratas do Iguaçu. Enquanto nos espaços destinados há visitação, os discursos promoveram grande carga simbólica para a natureza em seu estado original, e acima de tudo para a grandiosidade da floresta, nestas narrativas foi reduzido a um simples “pedaço de mato”. É certo que não se pode negar as proporções territoriais que o PNI ocupa, bem como seu papel fundamental para a manutenção e existência da biodiversidade, entretanto, é imprescindível perceber que apesar disso, nas memórias destes sujeitos, ele ocupa outros sentidos e valores.

Vivenciar o PNI como turista restrito ao espaço das Cataratas do Iguaçu permite perceber um pequeno espaço de floresta que de certa forma, foi moldado e preparado para que o espaço natural tivesse todas as condições necessárias para receber e encantar os olhares, ou seja, ser capacitado com uma infraestrutura que permitisse aos visitantes sentir

aquilo que está sendo proposto. Por outro lado, experimentar o PNI com outras condições, sem o espetáculo das águas, não comove os mesmos sentimentos, reduzindo a expressão e até mesmo os valores que foram construídos para o parque.

Dando continuidade ao processo de mapeamento e conhecimento do entorno do PNI, trago uma imagem aérea para demonstrar de forma mais clara o município de Céu Azul e sua abrangência diante do parque. Na fotografia é possível identificar com clareza a divisão entre a cidade e a floresta. O limite está definido pela BR 277 e quase ao centro da imagem em destaque com uma seta vermelha, fica localizado o Posto de Informação e Controle. É interessante pensar o quanto uma área tão extensa de floresta pode muitas vezes ser pouco notada e pouco expressiva nas memórias dos sujeitos.

Fotografia 41 Céu Azul: Vista aérea.



Fonte: Prefeitura de Céu Azul. (Modificada pelo autor).²¹

O posto de Informação e Controle existente em Céu Azul, conta com uma infraestrutura de atendimento, um campo de futebol, uma extensa área gramada, um espaço de caminhada, uma torre e por fim, uma trilha que adentra o parque. Esta última, só pode ser percorrida com

²¹ Ver em <https://www.ceuazul.pr.gov.br/municipio/historia>.

autorização prévia e é utilizada principalmente para a visitação de escolas e a promoção da educação ambiental. Na narrativa do senhor Luiz, é este o espaço ao qual faz menção.

Durante a investigação realizada pude constatar que muitos moradores deslocavam-se até este ponto para realizar caminhadas no final do dia. Apesar da pouca expressão do parque nas narrativas, no dia a dia muitos moradores preferem estar mais próximos do parque para a realização de atividades físicas e de forma implícita, optam por estar mais próximos da floresta. Apesar da negação da importância do lugar da floresta em suas memórias, ainda assim, continua ocupando um papel significativo e promovendo uma melhor qualidade de vida. O parque neste sentido ocupa mais uma vez o lugar de contemplação e fuga da vida urbana.

Fotografia 42 Posto de Informação e Controle: Céu Azul.



Fonte: Acervo do autor.

Percorrer a BR 277 às margens do PNI requer atenção aos detalhes que por ventura estão colocados diante do caminho. Se as imagens de animais silvestres aparecem de forma expressiva nos lugares destinados a exploração turística, aqui neste trecho não poderia ser diferente. Neste processo de investigação me chamou a atenção algumas

placas colocadas na beira da pista no percurso entre Céu Azul e Santa Tereza. O objetivo destas placas é chamar a atenção para a vida selvagem que está ao lado, cobrando dos motoristas e até mesmo dos moradores próximos, respeito aos animais silvestres.

Ao longo da rodovia os motoristas poderão encontrar placas com imagens de alusão às espécies de macaco, jacutinga, veado mateiro, quati e a mais famosa de todas, a onça pintada. As imagens além de demarcarem a presença do PNI são fortes ferramentas que ajudam na construção do imaginário selvagem. Elas instruem e educam, mas também alertam para a presença da unidade de conservação que está tão próxima das pessoas. Na imagem em questão, o animal em destaque trata-se de uma ave, a jacutinga, esta por sua vez, muito cobiçada por caçadores.

Fotografia 43 Placas de respeito aos animais silvestres.



Fonte: Acervo do autor.

Marcada pelos dizeres: “Favor respeitar a Jacutinga. A natureza precisa de sossego”, esta placa faz parte de um conjunto de ferramentas que tem como objetivo chamar a atenção para a biodiversidade existente e a importância da formação e manutenção de práticas de proteção ambiental. Entretanto, constitui-se também como uma espécie de

lembrete fixando e legitimando a presença do PNI nesta localidade. Se para algumas pessoas a floresta figura apenas como “um pedaço de mato ali”, as placas ajudam a lembrar que esta parcela do parque é apenas uma parte de algo muito maior, realizando assim a manutenção da paisagem na memória.

O mais interessante é pensar que apesar de estarmos falando de um espaço de floresta, esta por si só não se demarca enquanto um lugar em seu estado original, ou até mesmo como um lugar selvagem, o que foi possível constatar por meio dos diferentes sentidos que a floresta ocupou e ocupa na memória dos sujeitos. Para a floresta ser compreendida como um espaço selvagem, um lugar em seu estado original, foi necessário a intervenção humana marcando e criando sentidos para a floresta, delimitando assim um ideal de paisagem para o PNI. Lembro neste sentido do trabalho de Schama quando o autor chama atenção para a formação do parque de Yosemite Valley: “A natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia. Foi uma lei do congresso, em 1864 que designou Yosemite Valley como o lugar de significado sagrado para a nação.” (SCHAMA, 1996, p. 17)

Assim como no Yosemite Valley, o Parque Nacional do Iguazu foi constituído a partir de um conjunto de leis e decretos que ampliaram e delimitaram sua extensão territorial ao longo dos anos. Entretanto para a efetivação do panorama legal é necessário que os discursos e as políticas de valorização e proteção ambientais cumpram o seu papel de conscientização da opinião pública. Estes discursos não são estanques e permanecem em movimento em diferentes conjunturas. Seja pelo valor da biodiversidade, ou pelos valores estéticos, são estes discursos que construirão uma base sólida para demarcar aquilo que deve ser preservado, em outras palavras, vão definir o que é paisagem e como deve ser mantida na memória pública difundida.

Investigando de forma cautelosa as bordas da floresta às margens da BR 277, um detalhe gritante chamou-me atenção neste percurso: a presença acentuada de cultivo mecanizado em uma grande faixa de terra entre a rodovia e o parque. Em um primeiro momento acreditando se tratar de uma faixa de terra da União sob domínio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, fiquei intrigado como aquela área tão próxima do PNI, estaria sendo utilizada. Na busca pela compreensão deste cenário, constatei que o plantio mecanizado que ousa encostar de forma suave na floresta, foi promovido e estimulado pelos discursos e agentes de proteção ambiental do próprio parque. Os processos de cultivo e mecanização da terra que muitas vezes aparecem como degradantes do solo e da biodiversidade,

surgem nesta conjuntura como agentes fundamentais para a manutenção da floresta.

Destaco duas imagens produzidas no ano de 2013, que auxiliam na compreensão e visualização desta parte do entorno. A primeira apresenta na parte esquerda uma infraestrutura que demarca o fim da área urbana no município de Céu Azul. Ainda do lado esquerdo, sobre a elevação de terra, está inserida a BR 277. Entre esta e o parque, localizado no lado direito da imagem, encontra-se a grande extensão de terra com cultivo mecanizado, o qual irei chamar de entre lugar. Na segunda imagem é possível visualizar outra parte desta extensão de terra com plantio em diferentes estágios de cultivo.

É interessante pensar como esse conjunto paisagístico não esboça ou estimula as mesmas sensações e emoções percebidas no cenário composto pelas Cataratas do Iguaçu e todo o aparato criado para receber os visitantes. É ainda mais intrigante notar como o PNI muitas vezes é substituído por um discurso comercial que só evidencia as Cataratas do Iguaçu e silencia o restante do parque. Se por um lado existe um intenso investimento nos espaços destinados a exploração turística, outros pontos do parque permanecem pouco explorados ou até mesmo ocultados do imaginário construído.

Fotografia 44 Entre lugar: cultivo mecanizado.



Fonte: Acervo do autor.

Nas duas imagens é possível obter noção acerca da amplitude que esta faixa de terra ocupa. O cultivo presente nas fotografias se estende pelo horizonte juntamente com a floresta. Observando as imagens não fica difícil de compreender como PNI assume outros sentidos nesta área do entorno, diferente dos sentidos construídos no espaço destinado a exploração turística. Perceber nas narrativas a ausência do espaço selvagem e intocado tão reivindicado pelos órgãos e empresa que administram o parque, reflete o cenário que a floresta assume na vida dos sujeitos nesta localidade.

Enquanto no espaço das Cataratas do Iguaçu o mito moderno da natureza intocada favorece a criação das noções de contemplação da natureza e da fuga da vida urbana, neste ponto em específico, o entre lugar e a ausência de atrativos turísticos, transformam o parque em uma mera faixa de floresta que insiste em permanecer ao longo da rodovia. É neste sentido que o PNI não deve ser entendido apenas como o paraíso perdido ou o lugar da contemplação, mas deve ser levado em conta a diversidade das relações que são estabelecidas no entorno do parque e principalmente, como ao longo dos anos a floresta foi sendo reconstruída.

Fotografia 45 Entre lugar: cultivo mecanizado 2.



Fonte: Acervo do autor.

Em entrevista realizada com Apolônio Rodrigues, em 2014, biólogo chefe e vice diretor do PNI na época, o mesmo apresentou de forma clara e detalhada os fatores que levaram esta proporção de terras no limite do parque a serem transformadas em área de cultivo. Levantei tais questionamentos ao biólogo com intuito de colher informações a acerca dos agentes motivadores e quem eram as pessoas que exploravam aquelas áreas. Em suas palavras:

Em Céu Azul, naquele trecho na margem da BR, tem uma faixa do lado direito, quem vai, tem uma faixa. Sabe como era aquilo antes, aquilo foi idéia minha. Foi uma proposta minha que eu apresentei, todo mundo achou que era legal então nós colocamos em prática. Antes de ter aquilo a gente não permitia o uso. Porque ali era faixa de domínio do DNIT e se estendia até chegar na borda do parque. O que acontecia, crescia uma vegetação rasteira que era sempre mantido roçado mas essa vegetação no inverno secava e virava um estopim para incêndios. Passava gente na estrada e jogava ponta, andarilho ia dormir faziam fogo pegava fogo no mato e esse mato entrava no parque, então de vez em quando tinha incêndio lá. Então o que nós pensamos, se alguém cultivar isso aqui, alguém vai cuidar. Vai diminuir muito esse risco de fogo. O proprietário além de cuidar, a planta ou vai estar verde ou quando ela secar vai ser colhida, então ou vai ter vegetação verde ou vai ter terra nua e isso não vai servir de rastilho de fogo. Então nós adotamos isso, achamos legal e fizemos acordos assinados com os proprietários de frente para que eles façam a manutenção, mantenham aquilo tudo limpo. A prefeitura mantém o acero e com isso nós conseguimos defender melhor o parque contra incêndio. Melhorou muito. (RODRIGUES, 2014)

Me chamou atenção nesta fala o caráter de proteção levantado na medida tomada. Para minimizar os problemas com focos de incêndio em algumas épocas do ano, a escolha adotada foi ceder para o cultivo as áreas próximas ao parque, reduzindo a vegetação rasteira que em períodos de seca serviria como estopim para incêndios. Porém, para a efetivação desta proposta foi necessário recorrer ao auxílio dos

moradores do entorno e vizinhos do PNI que, mesmo afastados por meio da rodovia, foram os agentes fundamentais na efetivação do projeto.

Penso no naturalismo do início do século XX abordado por Diegues que lança as bases para a constituição dos parques nacionais da contemporaneidade. Naquele momento, as concepções para formação de parques buscavam isolar as unidades de conservação, transformando-as em espécies de ilhas que estariam longe da presença humana e conseguiriam assim, preservar a natureza em seu estado pleno. (DIEGUES, 2001). O PNI surge na primeira metade do século XX com os mesmos princípios, mas o que podemos perceber é que estas concepções se alteraram ao longo dos anos e para a manutenção da natureza selvagem foi necessário inserir neste espaço a participação dos sujeitos que vivem no entorno da unidade de conservação. Neste caso, é na relação imbricada entre culta e natureza que a paisagem do PNI foi sendo constituída e preservada.

É importante lembrar que estas ações não alteram o cenário mais amplo e o PNI permanece como unidade de conservação ausente da presença de moradores no seu interior. De qualquer forma, algumas dúvidas permanecem: quantos moradores do entorno assinaram esse acordo e qual o posicionamento dos agentes de proteção frente aos defensivos agrícolas que serão empregados nestas lavouras tão próximas do parque? Apolônio Rodrigues enquanto proponente da ação e biólogo chefe do parque apresenta a posição e concepção da gestão neste processo.

Olha eu não sei esse número não, porque sempre tem uns que estão desistindo, acho que tem poucos agora. Ali o problema é passar com a máquina para o outro lado da BR. No começo a gente queria fazer com o proprietário que estava de frente, automaticamente onde terminava a propriedade de um já passava para o outro. Aí alguns foram desistindo e foram passando para os vizinhos. Então tem menos gente mas não lembro o número agora, perto de uns 8 ou 9. Mas isso foi uma estratégia de proteção mesmo para a gente poder proteger melhor o parque. Foi uma iniciativa nossa. Aí muita gente liga, olha estão plantando aqui, metendo defensivo aqui na beira do parque. Melhor do que fogo. Antes o defensivo do que o fogo. (RODRIGUES, 2014)

Apesar da medida paliativa encontrada para a proteção do parque, vale lembrar que a terra cultivada nesta localidade constitui-se como área da União sob domínio do DNIT. Cabe aqui um questionamento: os moradores que assinaram esse contrato e hoje plantam e colhem, pagam impostos sobre o uso desta porção de terra? Se no lugar do cultivo realizado por moradores houvessem plantações oriundas de outros grupos que não residissem no local, as medidas e ações dos agentes do parque seriam as mesmas? Por mais que seja uma medida interessante para prevenção e combate aos focos de incêndio, é bom lembrar que ainda assim, neste processo, algumas pessoas estão lucrando com o uso de terras da União.

Outro ponto em questão é a postura adotada pela administração do parque com relação ao uso de defensivos nesta área em específico, “Antes o defensivo do que o fogo.”. A grosso modo, existe coerência na forma de pensar e na ação adotada, porém, há de se ponderar que o defensivo agrícola será utilizado de forma regular em diversas etapas do plantio, várias vezes ao ano. O incêndio por outro lado, é algo corriqueiro e a sua existência está fadada ao acaso ou a ineficiência da fiscalização e controle, tendo em vista que o trecho em questão é de apenas 31 quilômetros. Para além de ser tratada como uma medida de proteção da floresta, não seria antes de tudo, uma ação de redução de gastos com a manutenção preventiva? Tal medida não seria uma forma de transferir a responsabilidade de manutenção do entorno para terceiros? O uso regular de defensivos não interfere na biodiversidade do parque? Estes são alguns questionamentos que deixo em aberto para reflexão.

Por fim, mas sem pretensão de limitar e esgotar a discussão, nosso caminho ao longo da BR 277 margeando o PNI se aproxima do município de Santa Tereza. A partir deste momento o parque se afasta da rodovia e se desejarmos andar pelo entorno, será necessário adentrar em diversas propriedades particulares. Para quem segue trafegando pela BR 277, a floresta lentamente vai ficando para trás sendo reduzida a um simples reflexo no retrovisor. Se no início do percurso investigativo a existência do parque fora marcada por uma placa informando sua presença naquele local, aqui não será diferente e também podemos notar uma placa delimitando o fim do trajeto às margens do parque.

A torre de observação e controle simboliza a fiscalização do PNI e demarca a existência de uma importante Unidade de Conservação naquele local. Por outro lado, as marcas de ferrugem estimulam a pensar como estes mecanismos de controle e proteção são pouco utilizados ou até mesmo abandonados pelas gestões do parque. O verde e os animais

mais uma vez se fazem presentes na placa. A torre figura na paisagem como um verdadeiro centurião que dia e noite garante o manto verde aos seus pés.

Diante das diversas considerações lançadas ao longo do caminho, faz-se necessário seguir adiante e observar outros espaços e sentidos que a floresta ocupa nas memórias e vida dos sujeitos. O PNI vai além do espaço demarcado para exploração turística e as distintas maneiras de se relacionar com a floresta ao longo dos anos, demarcou e remodelou as paisagens do parque. Se para alguns o parque é pouco notado, para outros, conferiu identidades e fez parte do dia a dia. Sendo assim, deixo a imagem a seguir para reflexão do percurso analisado e convido a seguir em frente pois, neste ponto em específico já não é possível olhar para a floresta, e como a própria placa nos alerta, “Você está deixando o Parque Nacional do Iguaçu”.

Fotografia 46 BR 277 Final da extensão do PNI no trecho Céu Azul / Santa Tereza.



Fonte: Acervo do autor.

3.2 RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS: O PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU E OS MORADORES DO ENTORNO.

Desde o início desta pesquisa uma pergunta permaneceu latente por um grande período de tempo e foi motivadora na busca pela compreensão das condições de sociabilidades estabelecidas e vivenciadas no entorno do PNI. Conforme a pesquisa avançava senti a necessidade de compreender as relações estabelecidas entre os moradores do entorno e os órgãos que administram e realizam o controle e proteção do parque. Como estava constituída esta relação e quais eram os embates e tensões presentes entre estes dois grupos frente à Unidade de Conservação?

Neste caso, de um lado estão os moradores do entorno e do outro estão o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, órgão federal responsável pela gestão das Unidades de Conservação do Brasil e a Polícia Ambiental Força Verde, que entre as diversas atribuições está a de “orientar a população acerca da legislação ambiental e da importância de seu cumprimento, relacionando-a com a necessidade de criação, conservação e proteção das Unidades de Conservação”. (POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, *Histórico*)

Com relação ao perfil dos moradores do entorno, de uma maneira geral são agricultores de pequeno e média propriedade, e foi com este grupo de sujeitos que realizei as entrevistas. Entretanto é necessário destacar que as grandes fazendas também se fazem presentes neste cenário mas infelizmente pela falta de contato e dificuldade em obter acesso às propriedades não foi possível contemplar nesta pesquisa os depoimentos destes sujeitos. Em alguns casos não foi sequer possível identificar o local de residência dos proprietários das fazendas.

Definidos os atores nesta trama de significados e embates, cabe agora buscar compreender como este universo no entorno da Unidade de Conservação foi experimentado ao longo dos anos e quais as mudanças e/ou permanências que nos dias de hoje definem as relações entre estes dois grupos. Como é viver no entorno da floresta? Quais os prejuízos e/ou vantagens em estar tão próximos do PNI? Existem práticas culturais que deixaram de ser realizadas em decorrência dos avanços e mudanças promovidos pela legislação ambiental? Estas são apenas algumas perguntas que lanço como pontapé na compreensão deste processo.

Conforme foi apresentado no primeiro capítulo, as concepções ambientais do final do século XIX e início do século XX, funcionaram como bases norteadoras das legislações ambientais que perduram nos

dias de hoje. Ao que tange os parques nacionais, a principal concepção visa tornar as áreas de preservação lugares que não permitam a presença de moradores no seu interior e são destinados apenas para a contemplação das belezas cênicas e naturais. Os parques neste sentido tornaram-se unidades de conservação isoladas a ponto de visualizar como ameaça os próprios moradores do entorno.

No início do século XXI, as relações unilaterais estabelecidas entre comunidade e parque nacionais passaram ser revistas com o intuito de repensar o isolamento das unidades de conservação e a manutenção e preservação de seu espaço. Ao que tudo indica, os diálogos entre comunidades do entorno e os órgãos de controle e gestão passaram a ser retomados diminuindo os embates e fortalecendo a conscientização ambiental. Mas como essa relação foi construída no Parque Nacional do Iguaçu e como perdura nos dias de hoje?

Durante o levantamento de entrevistas, muitos depoentes relataram que ao longo dos anos perceberam uma mudança gradativa no contato e na forma que os diálogos passaram a ser executados pelos agentes de controle e fiscalização. Segundo os entrevistados, a grande maioria residente no entorno a mais de 30 anos, até os anos 1990 o contato ocorria de forma rude e muitas vezes eram tratados como invasores ou transgressores.

Outra questão fortemente levantada nos relatos foi o impacto que os animais silvestres causam em suas propriedades, desde aos ataques promovidos pelos felinos às criações de gado, porcos, ovelhas e animais domésticos, ou nas áreas de plantio, muitas vezes utilizadas como pontos de alimentação por bandos de macacos e varas de porcos do mato. Segundo os depoentes, não há esforços por parte dos órgãos responsáveis em estabelecer diálogos e medidas para diminuir os impactos e ressarcir os produtores.

Do ponto de vista ambiental e da gestão do PNI, há um reconhecimento de que os diálogos com os moradores do entorno aconteceram com lentidão, pois a concepção de parque nacional estava fortemente centrada em manter a unidade de conservação isolada do contato humano, inclusive dos próprios moradores do entorno. Na medida em que esta concepção se mostrou insuficiente as mudanças passaram a ser inseridas, porém, ainda, de maneira simplificada. Com relação às predações de animais selvagens nas propriedades rurais, há neste ponto divergência de ideias e cada grupo tenta justificar as suas concepções.

Neste espaço de embates onde cada qual defende seus posicionamentos, as relações entre moradores e PNI vão sendo tecidas

ao longo dos anos e delimitando as experiências de vida entre cultura e natureza. Neste sentido, cabe ao pesquisador olhar para as narrativas na tentativa de compreender o estado da arte das relações socioambientais em movimento no entorno do PNI.

O primeiro depoente que trago para essa reflexão é o senhor Ego Mahl, morador do entorno no município de Serranópolis do Iguaçu. Aposentado, o senhor Ego viveu experiências de luta e enfrentamento nos anos de abertura da Estrada do Colono e suas memórias remetem a sentimentos de angústia pelo fechamento da estrada. Entretanto, as relações com os órgãos de controle e fiscalização são muito mais amplas, e produzem sentimentos diversos. Durante a entrevista solicitei que falasse um pouco sobre a sua relação ao longo dos anos como morador do entorno e os órgãos que administram o parque. Em suas palavras:

Olha, não posso me queixar. Antigamente sim, eles passavam do limite da lei, tudo, mas hoje não. Ta dentro da lei, a gente sabe, eles fala é isso e assim. No início eles passavam por cima dos limites e hoje tem a lei deles. É isso aqui, não pode, a gente respeita eles, eles também respeitam a gente e to achando ótimo assim, não posso me queixar mais. Antigamente eles sabiam que a gente não sabia nada, nada da lei então eles abusavam, mas hoje não. (MAHL, 2014)

Há na narrativa do senhor Ego um sentimento de revolta por um passado segundo ele, onde os limites legais não eram respeitados. Apesar de mencionar que nos dias de hoje estas relações foram apaziguadas, é importante observar que em sua narrativa, a mudança só ocorreu, pois, os próprios moradores estão mais informados quanto aos seus direitos enquanto cidadãos e aos procedimentos que podem ser realizados pelos órgãos de controle.

Os abusos aos quais o senhor Ego se refere estão relacionados aos tipos de abordagens e a forma como os agentes de controle e a Polícia Florestal adentravam em suas propriedades. Chamou-me a atenção o trecho onde trata especificamente dos embates vividos neste passado: “[...] a gente respeita eles, eles também respeitam a gente e to achando ótimo assim [...]”. A narrativa em si rememora um passado onde as imposições das leis ambientais eram de alguma forma transgredidas e violentas refletindo em ações arbitrárias por parte dos

agentes de controle. Uma espécie de ação e reação onde o resultado colhido era um ambiente de desconfianças e tensões.

Mas qual o posicionamento da gestão do PNI frente a estas questões? Durante a entrevista com Apolônio Rodrigues, biólogo chefe, alguns pontos importantes foram abordados. Segundo ele:

Até 1997, 1998, a relação do parque com o entorno era bem controversa. Era uma relação que não existia. Nós nos fechávamos aqui dentro. A filosofia da instituição era essa, de isolar as Unidades de Conservação, não se aproximava muito da comunidade e o trabalho era mais o de manter as pessoas longe dos parques. Isso era uma filosofia da instituição, governo né. De 1997, 1998 pra cá isso mudou. Veio diretor novo para o parque, o parque passou por um processo de revitalização, e também mudou essa filosofia, pois a gente tinha que se aproximar da comunidade do entorno, se aproximar de quem nos cercava. (RODRIGUES, 2014)

Apolônio Rodrigues que atua como servidor público no PNI desde início dos anos 1990, em sua narrativa, assim como na do senhor Ego, expressa esse sentimento dos distanciamentos que existiam entre os dois grupos. Sua frase “era uma relação que não existia”, apresenta a dimensão dos embates que perduravam na vida dos moradores do entorno bem como no trabalho de proteção da Unidade de Conservação. Quanto a mudança, que surge a partir das novas concepções que passaram a determinar as ações da gestão do parque, começam a ser revistas na tentativa de envolver os diversos atores sociais na proteção e conservação do PNI. O processo de conscientização ambiental começa a ganhar espaço dentro das novas políticas de gestão que o parque passou a adotar.

A narrativa de Apolônio não difere daquilo já analisado no primeiro capítulo, ou seja, a concepção dos parques nacionais estava centrada na ideia de manter o seu interior isolado da presença das pessoas. Para, além disso, negava a importância das relações com os moradores do entorno na tentativa de ampliar a proteção das unidades de conservação e a conscientização ambiental. Penso novamente nas considerações de Simon Schama ao alertar que a natureza não demarca a si mesma e neste caso, os parques só podem existir a partir das

intervenções de setores e entidades que por motivos diversos, elegem uma área que deve ser mantida preservada. Neste cenário, as populações que ali viviam, ou ao redor dele, foram forçadas a deixar seus lugares de permanência para a edificação do mito moderno da natureza intocada.

Outro depoente também residente do entorno no município de Serranópolis do Iguaçu, relata esse processo de convivência com os órgãos que administram o PNI ao longo dos anos. O senhor Agostinho Belão, (Belão) como é conhecido, é morador do entorno desde criança e hoje está com pouco mais de cinquenta anos. Ao narrar suas experiências entre os agentes de controle e fiscalização do PNI relembra:

É primeiro eles achavam que tudo era bicho. Lá antes eles tinham nós assim como invasor, falavam de nós lá como se fossemos bicho, o pessoal do parque, os invasor. Aí como tinha esse amigo nosso lá que conhecia nós, ele começou a falar de nós e trouxe eles aqui (se refere ao pessoal do parque das aves, não tem relação com o PNI). Aí eles começaram a contar nas reunião do IBAMA que o povo daqui não é assim né, então eles estão mais manso. Mas antes, eles chegavam aqui assim, viravam a volta e não davam satisfação. Mas hoje eles chegam conversam, cumprimentam. Antes parecia que a gente ia destruir tudo. Antes até cerca elétrica eles derrubaram, passavam com a camionete por cima, passavam no meio da lavoura por desaforo pra estragar planta. Era tudo assim, agora que mudou. Na verdade a gente pensava que eles eram o bicho e eles pensavam que nós era bicho. E faltava diálogo só isso. E assim ta ficando mais fácil para eles também porque primeiro eles pensavam que era os lindeiros que eram caçador, mas não era os lindeiros os invasor. (BELÃO, 2014)

A narrativa do senhor Belão é rica em detalhes e é preciso seguir com cautela para analisar as entrelinhas que delineiam as historicidades das relações estabelecidas entre moradores e PNI. O ponto mais forte apresentado foi a imagem que acreditam ter assumido, enquanto moradores, diante dos olhares e concepções dos agentes de controle e fiscalização. Para eles, enquanto moradores, a forma com que as ações aconteciam os colocava no patamar de bichos ou invasores. Há

neste sentido, violação de direitos e abordagens irregulares muito semelhantes ao que fora narrado anteriormente pelo senhor Ego.

O sentimento de indignação é tão presente que um simples gesto ou ação é suficiente para em suas leituras, entenderem que as relações na contemporaneidade estão sendo melhoradas. Uma conversa e um cumprimento são gestos que para estes moradores simbolizam um avanço nas relações entre os lindeiros e os agentes ambientais. Há também nesta narrativa a preocupação em afastar de si, a visão muitas vezes constituída de forma equivocada, de que os moradores do entorno são também caçadores.

De uma forma geral, o relato do senhor Belão vai de encontro às demais narrativas ao anunciar que durante um período de tempo, as relações entre moradores do entorno e os órgãos de gestão e controle do PNI, foram tensas e conflituosas. Havia uma necessidade de estreitar laços na tentativa de fomentar o debate e ampliar a proteção do parque mas para que isso fosse possível, foi necessário que a gestão do PNI percebesse a importância do papel destes sujeitos no processo de formação e manutenção do parque. No século XXI, essa linha de discussão finalmente foi aberta e deu início a uma nova fase, menos conflituosa, porém, ainda necessitando ser ajustada. Nas memórias do senhor Belão, “faltava diálogo, só isso”.

O que mudou a partir dos anos 2000? Quais ações foram importantes para o rompimento do estranhamento existente entre moradores e órgãos de gestão? Pode-se ponderar que a gestão do parque resolveu ampliar a sua área de abrangência e estendeu o parque para além de seus limites territoriais indo ao encontro das pessoas que residem no entorno da floresta. Segundo Apolônio:

Com isso nós criamos aqui uma escola de educação ambiental. Os trabalhos desta escola são voltados para a comunidade. Criamos um programa de atendimento a professores e estudantes aqui no parque e passamos a oferecer cortesias para alunos. Nós recebemos mais de 20 mil alunos por ano aqui no parque com cortesia. A escola parque trabalha nas comunidades e também recebe crianças aqui. Todo dia tem agenda para receber crianças aqui no parque para trabalhar educação ambiental com eles. Nós temos lanche para essas crianças, fazemos passeio nas cataratas e tem também atividades lúdicas que despertam neles a necessidade de conservação e o

conhecimento sobre a importância dos parques nacionais. Também temos desenvolvido alguns projetos com as prefeituras municipais. Céu Azul, por exemplo, nós temos um posto em Céu Azul, tem uma relação bem estreita entre o parque e o município. Santa Tereza tem outro e Capanema tem outro também. Nestes postos nós atendemos o público, atendemos denúncias, licenciamentos e atividades que envolvem o parque de alguma forma. Isso é uma forma de nos aproximarmos da comunidade. (RODRIGUES, 2014)

O ponto que mais chamou-me atenção na fala do biólogo Apolônio, foi o processo de inserção e ampliação da educação ambiental voltado principalmente para as comunidades do entorno. As políticas ambientais do PNI sofreram uma mudança significativa, pois através da educação ambiental seria possível conscientizar as gerações futuras e coibir as práticas culturais de caça, as quais, em muitas famílias e culturas, são constituídas historicamente como atividades de lazer da vida no campo.

Envolver a comunidade do entorno em atividades planejadas e executadas pelas equipes do PNI foi uma forma encontrada para aproximar as pessoas e reduzir os atritos fomentados em diferentes temporalidades. Ainda segundo Apolônio,

Minha avaliação, de [19]97 pra cá é que quebrou aquela barreira que tinha. Antigamente eu conversava com as pessoas era só o parque está aí só pra atrapalhar é um estorvo e tal. Isso tem mudado. Acredito que essa aproximação nossa e a educação ambiental e com a mídia, essa história de redes sociais, as pessoas estão percebendo que realmente existe e é preciso ter unidades de conservação, é preciso ter parque. Isso faz com que a gente trabalhe de uma forma diferente. Hoje nós temos o Conselho Consultivo do parque que dá transparência para a comunidade de todas as nossas ações. Tudo o que nós estamos fazendo a comunidade fica sabendo através dos representantes que estão nesse conselho. (RODRIGUES, 2014)

É importante frisar nesta fala que o fato da barreira ter sido quebrada não significa que os enfrentamentos e angústias tenham deixados de existir. Apesar de alguns depoentes alegarem que viver perto do parque é algo maravilhoso, ainda existem questões ambientais que diferem do pensamento e propostas dos moradores como por exemplo nos casos de ataques de onças às criações de animais. Há neste tema um embate não resolvido e pouco realizado que ainda gera atritos e leva muitas vezes os moradores a cometerem atos ilícitos para garantir a proteção de sua propriedade.

Mas qual o posicionamento e entendimento da gestão do PNI frente aos problemas de predação causados por incidências de onças nas propriedades rurais? Há algum projeto que auxilia estes moradores na resolução destes problemas? Existe alguma indenização que possa suprir os moradores? Conforme relata Apolônio Rodrigues:

O projeto Carnívoros também trabalha com os moradores lindeiros, vizinhos. Essas pessoas tem problemas de predação nas propriedades, acontece muito de uma onça ir lá e pegar algum bicho na propriedade. Nós vamos lá orientamos as pessoas, em alguns casos fazemos um projeto piloto de como a pessoa pode proteger seu rebanho, ensinamos a proteger seu rebanho, damos a orientação, entregamos cartilha e deixamos nosso contato para no caso de novas ocorrências. (RODRIGUES, 2014)

O projeto Carnívoros do Iguazu ao qual o biólogo Apolônio faz menção, trata-se de um projeto de controle e monitoramento das espécies carnívoras presentes no PNI. Além do caráter de manter um senso em permanente atualização, o projeto visa orientar os moradores do entorno quanto aos problemas que podem ser presenciados nas propriedades onde existam criações de animais. Apesar das orientações e acompanhamentos, o que pude perceber nas entrevistas foi uma população descontente e que, na maioria das vezes, se utilizam de qualquer meio possível para proteger suas propriedades.

Em algumas entrevistas os depoentes narraram histórias de pessoas que optaram por matar os animais que estavam predando o seu rebanho, preparando esperas e eliminando o problema. O interessante é que todas as versões contadas relatavam situações vividas por terceiros e nunca por eles mesmos. De qualquer forma, optei por não trazer esses relatos e preservar a identidade dos depoentes. Mas como a gestão do

PNI lida com isso? Qual seu posicionamento frente às cobranças por indenizações defendidas pelos moradores do entorno? Nas palavras de Apolônio,

A gente entende que as pessoas tem que cuidar de seus animais, quem está criando animal tem que cuidar de seus animais. Do mesmo jeito que o cara vacina o gado para ele não morrer de alguma doença, tem que cuidar do gado para não ser predado também. A doença é uma coisa natural, o predador também é natural, nós invadimos a área desses animais silvestres, nós nos aproximamos deles, então nós temos que nos cuidar. Eu vou promato eu tenho que ter os cuidados para o bicho não me pegar no mato. Então o cara ta plantando, ta criando gado do lado de um parque nacional lógico que ele vai ter problema com predadores. Tem o predador que vai pegar a galinha dele, a galinha o cara não cobra porque é barato, mas as pessoas tem que cuidar de seus bens. Do jeito que você coloca um cadeado no portão da casa, põe um sistema de alarme para não te roubarem, você tem que cuidar da sua vaca para onça não comer. Esse é o entendimento dentro da legalidade, os juristas vêem isso e nós achamos que é o certo. (RODRIGUES, 2014)

Este é o ponto com maior divergência entre os moradores e a gestão do PNI e talvez uma das questões que mais merecesse ser debatida entre os envolvidos. Para os moradores, a culpa é do parque e eles precisam ser ressarcidos, para a gestão do PNI, a culpa é dos moradores que ali estão e cabe a eles se protegerem dos ataques. Não há um consenso estabelecido e no final, uma única coisa é certa: muitos moradores realmente irão se proteger porém, não será da maneira orientada pela gestão do parque. Há uma resistência por parte dos órgãos ambientais em compreender que não há conservação permanente se os moradores do entorno não forem incluídos no parque como sujeitos ativos deste processo e não apenas como meros espectadores.

Apesar da intensificação do contato entre órgãos de gestão e moradores do entorno do PNI, é possível ponderar que estas relações de conflito de interesses e concepções unilaterais do problema acirram os ânimos e favorecem a criação de um clima de tensão entre os dois

grupos. Há também em muitos relatos um sentimento de indignação quando se trata das concessões existentes nas áreas destinadas a exploração turística e na negação do contato com o parque prevista para estes moradores. O que percebi durante as entrevistas é que muitos moradores se sentem prejudicados por não poderem fazer parte do PNI, adentrar na mata, tomar banho em alguma cachoeira que fizera parte de sua infância, relações culturais que foram construídas ao longo dos anos e nos dias de hoje são proibidas de acontecer.

Jonas Welter, natural e morador do município de Capanema e lindeiro ao parque, narra seus sentimentos de angústias onde suas práticas cotidianas foram negadas ou dificultadas. Ao mesmo tempo, em outras partes do PNI, as empresas que possuem concessões utilizam os espaços do parque de maneira muito além daquilo que os moradores possam realizar. Para ele, essa diferenciação torna a relação com a gestão do parque algo conflituoso. Em suas palavras:

Só que o parque nacional em vez de ajudar nós eles estão atrapalhando na verdade. Tipo assim, o que seria benefício para nós não é benefício. Nós não podemos usar, duzentos metros longe do parque não pode construir nada, é tudo burocracia, então na verdade não ta beneficiando. Do outro lado o Macuco explora, pode fazer tudo o que eles querem, asfalto no parque e aqui não podemos nem chegar na metade do rio, não podemos nem navegar no rio, é tudo proibido. Se pegarem nós dentro do parque lá nós somos preso. Só tem prejuízo com o parque, prejuízo porque tu não pode nem chegar perto. Aqui na ponte as pessoas podem pescar, pode navegar, pode fazer o que quiser, começou Capitão pra baixo começa a burocracia. Dificuldade total. (WELTER, 2014)

Porque esse sentimento de indignação aparece de forma gritante na narrativa de Jonas? Seria porque toda sua infância e adolescência tenha vivido ao lado do Rio Iguazu e do PNI e suas relações de identidades e laços de pertencimento estejam conectados ao parque? Para alguém que cresceu se relacionando com o rio e com a floresta, aceitar tais imposições torna-se uma tarefa árdua, pois obriga este sujeito a ressignificar o seu passado e suas experiências de vida a partir das imposições e concepções ambientais. Com relação a navegação no

Rio Iguaçu, existe a Portaria 91 de 13 de Agosto de 2012, que autoriza a navegação e o uso de alguns modelos de embarcações para os moradores do entorno, entretanto, também delimita uma série de restrições e condições para que esse acesso seja realizado.

O que me chamou atenção na narrativa de Jonas foi sua indignação com a política de exploração adotada pelos órgãos de gestão do parque. Enquanto para as empresas que geram lucro o acesso é permitido e uma série de alterações podem ser realizadas, para eles, enquanto moradores, o tratamento e as condições não são as mesmas. Nas memórias destas pessoas, estas ações muitas vezes soam como traições, pois, apesar de possuírem um passado de ralações com o PNI, em algumas ocasiões, são tratados pelos órgãos de gestão como infratores ou não recebem o reconhecimento que deveriam. Nesse sentido sua narrativa destoa daquilo que foi apresentado pelo biólogo Apolônio e a relação aqui apresentada é conflituosa e pouco discutida.

Mas nem tudo é só tensão e conflito. É necessário estar atento para as relações e experiências travadas entre cultura e natureza, neste caso, entre moradores do entorno e floresta. Durante as entrevistas, vários depoentes rememoraram um passado de convivência com o espaço do PNI, muito mais amplo do que as concepções levantadas pelos órgãos de controle que na maioria das vezes definiam estas ações como predatórias ilegais. É importante frisar que muitas destas pessoas que vivem no entorno, passaram boa parte de suas vidas nestas propriedades e durante este tempo construíram laços de pertencimento e identidade com o local. Para muitos, o PNI não era apenas um parque, mas também uma extensão de suas atividades de vida.

Alguns depoentes relataram que, quando mais jovens, entravam no parque para tomar banho de cachoeira. Outros, disseram que gostavam da sensação de andar pela mata como uma espécie de desbravadores. Porém, o que mais me chamou a atenção foi o relato do senhor Arno Gauer que trouxe para esta pesquisa, os usos da floresta na extração de plantas medicinais e confecção de remédios caseiros. Durante sua narrativa, o PNI figurou em seu relato como uma extensão de seu quintal, de sua propriedade. Em suas palavras:

Eu venho aqui. Eu pego aqui e levo. Lá na cidade não tem nada. Eu pego mais no mato. Lá no mato, aqui no parque. A força verde lá de Foz do Iguaçu vem aqui pegar remédio. Pra eles eu não poço cobrar né. Tem que fazer de sempre né. Pego ali, nos mato, na beirada do rio. (GAUER, 2014)

O senhor Arno Gauer fala do PNI com a naturalidade de alguém que estivesse falando de sua propriedade. Não há uma preocupação em esconder que ainda na contemporaneidade se utiliza da floresta para obter a matéria prima necessária para a feitura de seus medicamentos caseiros. É como se não houvesse nenhuma barreira legal que lhe impedisse de realizar tais ações e na sua concepção, estar naquele espaço de floresta é apenas mais uma simples atividade que realiza dentre tantas outras. Essa naturalidade em falar do PNI e sua relação com a floresta é algo que foi sendo construído ao longo das décadas que residiu ao lado do parque.

Mesmo diante dos embates e tensões existe um passado de experiências vividas no interior do PNI que precisa ser compreendido no processo de formação do parque. Apesar das proibições, ainda assim, muitos moradores não deixaram de se relacionar com a floresta e se arriscam no seu interior para que seja possível experimentar lugares de memórias e sociabilidades. Um rio, uma cachoeira, uma trilha, são apenas alguns destes lugares que mesmo nos dias de hoje, são frequentados e demonstram a dimensão das relações socioambientais construídas no interior da floresta. Neste conjunto de relações humanas é extremamente importante levar em consideração que nem tudo o que se vivencia no PNI, longe dos lugares turísticos, deve ser entendido como caça e agressão. Existe nestas relações entre cultura e natureza, um conjunto de atividades que simplesmente são constitutivas e constituintes destes sujeitos que vivem no entorno.

Mas como ocorre a participação das populações do entorno no processo de gestão do parque? Segundo Apolônio, existe o Conselho Consultivo formado por diversas entidades e setores dos municípios que englobam o PNI. Há, segundo ele, representantes destas comunidades que ocupam cadeiras no Conselho e participam das discussões. Em suas palavras:

Então a gente tem várias atividades envolvendo a comunidade do entorno. Nosso Plano de Manejo está para ser revisado, nós temos um prazo para isso. A comunidade vai revisar também, o Conselho vai participar, os representantes dos municípios, vamos ter várias audiências nos municípios, para que a comunidade possa se manifestar. Então assim, mudou muito desde que eu cheguei aqui, mudou muito essa relação e a comunidade tem respondido e percebemos que tem melhorado muito esta questão. Gente que

antes achava que o parque era um problema, hoje defende, são parceiros nosso. (RODRIGUES, 2014)

A participação da comunidade é de extrema importância para que se possa garantir uma gestão democrática da Unidade de Conservação, entretanto, há nesse processo aqueles que mesmo diante das atuais mudanças ocorridas, não se sentem representados ou não aceitam as normas de gestão presentes no PNI. É de extrema importância entender que pela proporção que o PNI ocupa e sua diversidade, existem normas e diretrizes distintas para cada realidade apresentada. É possível neste sentido, compreender o sentimento de indignação narrado anteriormente por Jonas Welter.

Um exemplo disso são as normas de navegação no Rio Iguaçu no trecho do município de Capanema. A Portaria 91 de 16 de Agosto de 2012, em seu artigo 5º apresenta a seguinte norma:

Art. 5º - Fica expressamente proibido aportar e desembarcar na margem direita do rio Iguaçu, bem como adentrar os rios Silva Jardim, Floriano e Gonçalves Dias, com exceção de empreendimentos turísticos ou atividades devidamente aprovadas e especificamente autorizadas pelo PNI. (ICMBio – Portaria 12 de Agosto de 2012)

O artigo é incisivo quanto a proibição para a navegação nos rios Silva Jardim e Floriano, salvo exceções de cunho turístico. É neste sentido que a indignação de Jonas Welter é apresentada, pois a legislação presente impede que ele ou demais moradores possam utilizar os trechos descritos para fins diversos. Neste caso, o rio Silva Jardim, o qual é contemplado com alguns saltos, só pode ser acessado para fins comerciais turísticos. E como ficam os moradores que em sua trajetória de vida se utilizaram do rio como espaço de lazer e identidade? Por que é permitido o acesso com fins lucrativos e negado o acesso aos moradores que constituíram seu passado de existência naquele lugar? São estas perguntas que nortearam o relato de Jonas Welter e o seu sentimento de indignação. Ao olhar para esse cenário é possível compreender porque o PNI figura em suas memórias como um empecilho e não como um atrativo.

Nesse sentido é possível ponderar que apesar dos estreitamentos entre gestão do PNI e moradores do entorno, os laços construídos estão ainda voltados para a exploração dos potenciais turísticos da paisagem, deixando de lado as manifestações e sentimentos das comunidades do entorno. É importante ressaltar que alguns destes moradores não querem criar atividades turísticas, apenas gostariam de ter acesso a floresta de forma legal, para que pudessem reviver experiências que são constitutivas de suas identidades. Neste ponto há de se ponderar que a aproximação promovida pela gestão do PNI está longe de ser efetivada.

A última frase do relato de Apolônio me chamou atenção e acredito que expressa um pouco das concepções que permeiam as relações hoje estabelecidas entre moradores e PNI. Em sua fala, aparece a seguinte afirmação “Gente que antes achava que o parque era um problema, hoje defende, são parceiros nosso.” Fiquei pensando no papel que os moradores assumem nesta narrativa. Sua relação é secundária e ocupam um papel de auxílio ao parque como se a presença deles nestes locais fosse menos importante do que a própria existência da unidade de conservação. Por que o efeito não pode ser contrário? Por que o parque não pode ocupar o papel de parceiro dos moradores e ouvir suas indignações? Conforme os posicionamentos até agora apresentados é possível afirmar que, mesmo diante de um cenário com menor atrito, nas relações ainda presentes, os moradores ocupam um papel secundário e coadjuvante ao parque.

Ao longo da pesquisa percebi que muitos moradores do entorno se sentem prejudicados pelas políticas ambientais, pois apesar de estar do lado do parque, não podem acessá-lo, mesmo que seja, apenas para pegar frutas ou tomar banho em um rio e cachoeira que muitas vezes de forma ilegal, fizeram parte de suas memórias. Além disso, enquanto eles são proibidos do contato com a floresta, empresas possuem o acesso liberado em determinados pontos para explorar as potencialidades turísticas do parque. Neste cenário, nasce um sentimento de desdém com a floresta e o crime ambiental que poderia ser evitado ou denunciada pode acontecer sem que as populações do entorno se envolvam no processo de proteção.

O posicionamento ambiental que diminui a importância dos moradores do entorno é também prejudicial para a preservação do parque, pois a partir do momento que as comunidades do entorno não se sentem inseridas ao parque, elas passam a não se preocupar com o destino da floresta nas mãos daqueles que cometem crimes ambientais. Esse distanciamento é prejudicial ao parque enquanto reserva e também aos próprios moradores que muitas vezes vêem suas memórias sendo

apagadas pela legislação ambiental. Nesse processo, as relações que permanecem na atualidade são tensas e não apresentam um direcionamento claro de que possam trilhar um mesmo caminho de forma mútua.

3.3 PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: PAISAGENS DO ENTORNO.

Durante a pesquisa uma preocupação latente era conseguir percorrer um maior trajeto possível no entorno da Unidade de Conservação para que fosse possível perceber as diferentes paisagens presentes no PNI e nas bordas da floresta. Neste processo foram percorridos aproximadamente 100 quilômetros em todo o entorno do parque, trajeto realizado de motocicleta e muitas vezes grandes trechos a pé, fotografando e adentrando na floresta em busca de possíveis indícios humanos.

Apesar de se tratar de um dos períodos mais desgastantes e de maior custo financeiro da pesquisa, tendo em vista o grande deslocamento até chegar nos pontos definidos para o trabalho de campo, foi também um dos momentos mais gratificantes e inspiradores. Acordar cedo, fazer os preparativos para passar o dia vasculhando lugares que nunca havia percorrido, estabelecer um contato com o objeto de pesquisa, construiu uma atmosfera investigativa emancipadora que foi enriquecida principalmente pelo conhecimento adquirido junto aos moradores que encontrei nos caminhos da pesquisa.

De uma maneira geral a dinâmica do trabalho no entorno foi realizado em duas etapas. No primeiro momento havia o contato com o lugar na tentativa de obter conhecimento de todo o trajeto, localizar os moradores e percorrer trechos dentro da mata em locais que apresentavam sinais de picadas, trilhas, clareiras ou qualquer outro indício de que o espaço havia sido modificado pelas mãos humanas. Em um segundo momento ocorreram as entrevistas com os moradores, as quais, em alguns casos, foram realizadas em duas etapas o que ajudou na feitura das narrativas e no contato entre entrevistado e entrevistador.

Mesmo se tratando de um dos momentos mais estimulantes da pesquisa, este período no qual me desloquei pelo Oeste e Sudoeste do Paraná foi marcado por diversas surpresas e emoções. Percorrer de motocicleta por estradas rurais em alguns pontos pouco utilizadas, atrai a atenção dos moradores que em um primeiro contato, ficam receosos e desconfiados das intenções da presença naquele local. Romper este

estranhamento foi uma das tarefas mais árduas. Além disso, houve situações que se colocaram de forma embaraçosa neste labor científico, como por exemplo, os ataques de cães que recebi ao chegar em algumas propriedades, quedas com a motocicleta em dia de chuva, um problema mecânico que me fez percorrer a pé alguns quilômetros em busca de ajuda, muita poeira com os caminhões em épocas de colheita, enfim, experiências que apesar das dificuldades foram de grande enriquecimento para minha formação enquanto sujeito.

Os deslocamentos no entorno do Parque Nacional do Iguaçu iniciaram no ano de 2012. Naquele período com a pesquisa em seu estágio inicial, em busca de vestígios habitacionais na floresta, resolvi percorrer o trajeto denominado Estrada Velha de Guarapuava, em um trecho entre os municípios de São Miguel do Iguaçu e Foz do Iguaçu. A estrada por sua vez, constitui um dos limites norte do PNI e atualmente, em alguns pontos deixou de existir, pois foi tomada pelas plantações. Entretanto, há ainda alguns trechos que permanecem sendo utilizados principalmente pelos moradores lindeiros.

Na busca por vestígios ou até mesmo, na simples tentativa de visualizar o PNI para além das narrativas construídas pelos discursos dos órgãos e empresas que administram e exploram o parque, pude vislumbrar um cenário que difere daquele proposto quando se visita a sede oficial do parque em Foz do Iguaçu. Percorrer esta estrada me possibilitou ver outra parte do PNI sem a interferência das vozes dos biólogos, botânicos ou órgão de gestão do parque.

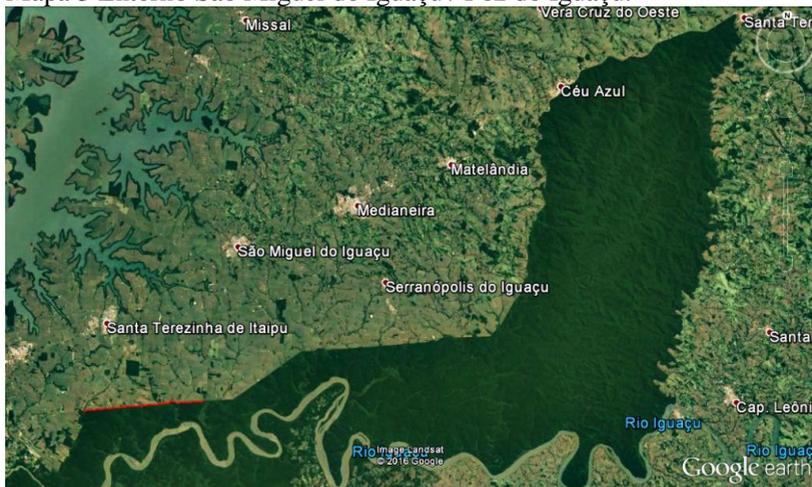
Para não ficar preso a imagem do PNI vinculada principalmente ao espaço de exploração turística nas Cataratas do Iguaçu, senti a necessidade de apresentar como está constituído o entorno do parque e quais foram as paisagens encontradas durante os deslocamentos na pesquisa. Para isso, faço o uso das imagens neste item como instrumento de análise e principalmente para dar visibilidade a diversidade paisagística que envolve o PNI. Percorrer pelas bordas da floresta permite repensar o próprio processo de formação do parque e sua demarcação territorial. É importante deixar claro que apenas utilizo tais fotografias para esclarecer os pontos explicitados contrastando com o imaginário selvagem construído nas narrativas ambientais do PNI. É possível neste sentido, ir além da compreensão do parque enquanto um espaço original e intocado.

Para pensar no entorno e na multiplicidade de paisagens, indícios humanos e na própria amplitude do parque, foi estabelecido um recorte territorial com intuito de apresentar com maior clareza os diferentes cenários e conjunturas existentes no entorno. Para isso, serão

apresentados três itinerários realizados em pontos específicos do parque, que não exigiam a necessidade de adentrar em propriedades particulares. Estes por sua vez, foram percorridos nos municípios de São Miguel do Iguçu, Santa Terezinha de Itaipu, Foz do Iguçu, Céu Azul e Capanema.

Em um primeiro momento trago para esta reflexão uma parte do entorno que constitui os limites territoriais do PNI nos municípios de Foz do Iguçu, Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguçu. Para melhor compreensão do espaço estudado destaco a seguir um mapa do parque com o trajeto percorrido. O verde escuro marca o território do parque e a linha vermelha que contorna a floresta, define a estrada pela qual realizei este trabalho de vasculhamento e percepção da paisagem existente, somando um total de aproximadamente 20 quilômetros.

Mapa 3 Entorno São Miguel do Iguçu / Foz do Iguçu.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).

O trabalho realizado nesta parte do entorno não se resumiu a um único momento. Pelo fato de se tratar de um trecho relativamente de fácil acesso, este foi um dos caminhos mais percorridos e fotografados. Foi exatamente neste trajeto que tive a oportunidade de sentir os percalços da pesquisa com quedas de motocicleta e uma pane mecânica. Mas também foi realizando este percurso que descobri um importante cenário escondido em meio à floresta e uma paisagem no entorno que me fez repensar meus olhares sobre o parque.

É importante lembrar que as primeiras viagens investigativas começaram a ser realizadas no ano de 2012 e algumas fotografias aqui utilizadas são frutos deste trabalho inicial, quando a tese ganhava corpo e amadurecimento teórico. A primeira imagem que trago para observar este espaço e a paisagem existente no entorno, permite compreender a atividade agrícola que envolve o parque, que de uma maneira geral, salvo os limites ao sul, demarcados pelo Rio Iguçu, são estes os aspectos encontrados por todo o entorno da floresta. Plantações de soja, milho e trigo, são os principais vizinhos do PNI e com eles, todo o aparato de defensivos agrícolas.

Fotografia 47 Entorno do PNI: São Miguel / Foz do Iguçu.



Fonte: Acervo do autor.

É possível visualizar alguns caminhões e mais ao centro da foto, uma máquina de escavação. No dia em que a fotografia foi confeccionada, havia uma equipe realizando a manutenção na estrada, cortando árvores e abrindo o trajeto, tendo em vista o avanço da floresta sobre os limites que definem os contornos do parque.

Cabe refletir sobre o espaço da reserva ambiental. Apesar de estar demarcada, a vegetação continua em seu movimento de

transformação e avança sobre a estrada. Neste caso, são as mãos humanas que definem não apenas os limites mas também a paisagem que o parque ocupa diante dos olhares que serão lançados sobre a borda da floresta. A paisagem neste sentido só pode existir por meio do imbricamento com a cultura, e esta por sua vez, define os valores e sentidos que serão expressos sobre a natureza.

Para oferecer maior clareza dos aspectos paisagísticos do entorno do parque, destaco a seguir uma imagem, que foi produzida do alto de uma das torres de fiscalização presentes neste ponto do parque. Como nas demais torres, as condições de segurança não existiam, os alçapões estavam com cadeados violados e a estrutura da torre e da cabine eram assustadoras devido o excesso de ferrugem e a falta de manutenção. Mesmo diante destas condições optei pela subida com intuito de registrar um pouco da dicotomia entre floresta e espaço agrícola, e principalmente, para dar maior visibilidade da amplitude territorial que está sendo aqui discutida. Ao lado esquerdo da imagem nota-se o espaço de floresta e no canto direito está localizada a estrada, bem como as plantações que contornam o parque.

Fotografia 48 Entorno São Miguel / Foz do Iguaçu: torre de observação.



Fonte: Acervo do autor.

Um dos momentos mais marcantes no trabalho realizado neste ponto do entorno aconteceu ainda no ano de 2012, quando percorrendo as margens da floresta em um dia extremamente quente, com muita poeira, percebi em meio aos galhos e árvores um tom amarelo que destoava do verde predominante. Retornei, estacionei a motocicleta e desci para verificar o que havia chamado minha atenção. Em meio à mata, fortemente reivindicada em seu estado primitivo encontrei o primeiro indício das ocupações que existiram no interior do PNI e com isso, o que antes era apenas intento ou cogitações, passaram a ser objetos de estudo que revelaram a diversidade das experiências humanas que se constituíram no interior do parque e de alguma maneira, ajudaram a compor os aspectos hoje presentes na floresta.

Ao centro da fotografia, em uma marcação vermelha realizada para dar destaque, está o tom amarelo que chamou atenção durante meu deslocamento. Em um primeiro momento pode parecer confuso compreender os motivos de haver uma construção em alvenaria naquele exato local, principalmente se levarmos em consideração os discursos ambientalistas que legitimam o PNI enquanto uma floresta preservada e intocada. Entretanto, cabe pensar que este é um espaço não destinado ao turismo e poucas são as pessoas que transitam por esta estrada, ficando reservada aos moradores locais, produtores e trabalhadores rurais, assim, os questionamentos que poderiam ocorrer durante um processo de visitação, passam despercebidos como a própria ruína residencial em meio a floresta.

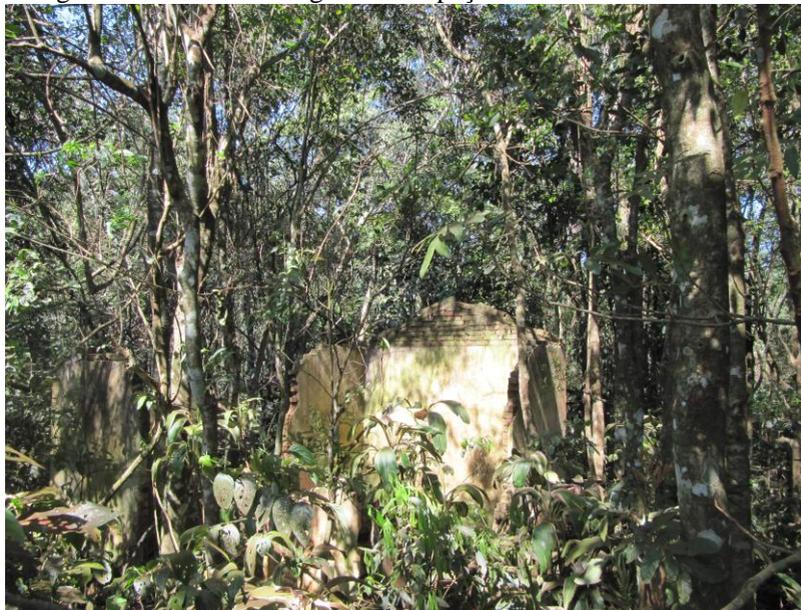
Fotografia 49 Ruínas de uma residência: São Miguel do Iguaçu / Foz do Iguaçu.



Fonte: Acervo do autor.

Na próxima imagem é possível visualizar com mais detalhes as características físicas desta construção que agora repousa quase esquecida em meio à floresta. Aparentemente uma pequena residência construída em tijolos maciços, que de alguma maneira não é explicitada no Projeto Memória das Cataratas e na memória pública difundida pela gestão do parque. Sendo assim, paira a dúvida de quem eram as pessoas que viviam nesta localidade, pergunta que infelizmente não foi possível responder. A única afirmação que pode ser realizada é a de que neste espaço onde hoje a floresta avança e cresce, em um passado recente haviam vidas humanas e relações sociais.

Fotografia 50 Ruínas: vestígios de ocupação.



Fonte: Acervo do autor.

Percorrer os arquivos nada convencionais da floresta tornou-se um exercício investigativo exaustivo e intrigante, pois na medida que me deslocava era inevitável não pensar nas pessoas que por ventura viveram naquela residência e como haviam configurado a paisagem ao seu redor. Conforme caminhava pela floresta, as práticas de vidas destes sujeitos surgiam como elementos que inspiravam os olhares sobre a paisagem hoje estabelecida.

Entretanto, este não fora o único vestígio de ocupação encontrado neste percurso do entorno do parque. Conforme os quilômetros foram sendo percorridos, outras duas ruínas surgiram em um cenário que certamente muitos duvidariam de se tratar do PNI. Gramado, pastagem, árvores frutíferas e animais de criação compuseram a paisagem no lugar onde outrora fora reivindicado como o lugar sacralizado da natureza primitiva.

Também em destaque no centro da imagem, pode ser visualizado outro resquício das habitações que um dia existiram no espaço demarcado do parque. Assim como anteriormente, apenas os vestígios em alvenaria insistem em resistir em meio à floresta que de maneira gradativa tenta recompor a suas características, mas sem deixar

de apresentar as modificações implementadas pelas mãos humanas, como por exemplo, as plantas frutíferas inseridas que passaram a fazer parte do espaço do parque.

Fotografia 51 Ruínas: São Miguel do Iguaçu / Foz do Iguaçu.

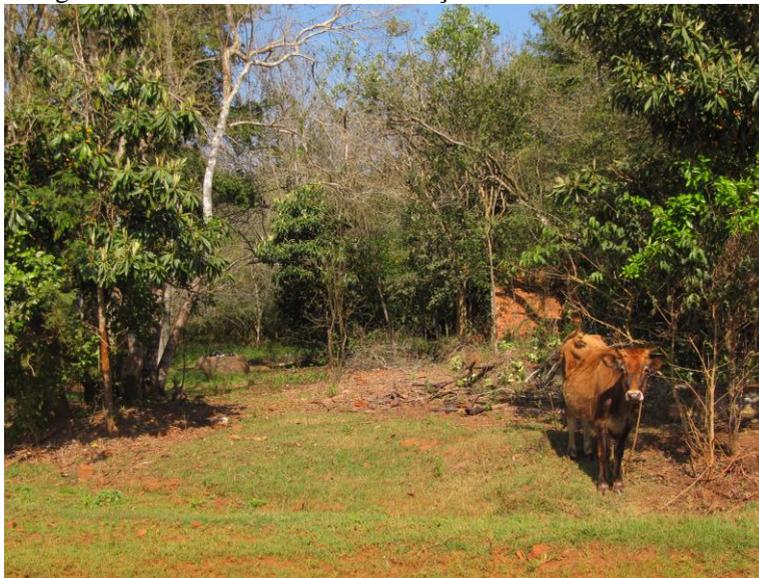


Fonte: Acervo do autor.

Ainda durante este deslocamento chamou-me atenção a presença de animais de criação pastando dentro do território demarcado do parque. Encontrar esta paisagem no entorno do parque me fez pensar nos discursos e propagandas das empresas que exploram o espaço turístico do parque. É possível para quem visita o parque, ler e ouvir sobre a existência de animais como a onça-pintada, puma, anta, cutias, quatis entre outros, os quais, realmente fazem parte deste espaço demarcado.

Todavia, existem outros animais que mesmo de forma indesejável fazem parte da paisagem do PNI. Talvez pela falta de atrativos que eles forneçam para a imagem do parque, sua existência é silenciada. Na tentativa de corrigir este silêncio procuro proporcionar uma leve visibilidade a estes inquilinos. Para aqueles que não conhecem a região, seria quase impossível perceber que a paisagem ao lado da estrada de terra, faz parte da floresta primitiva do PNI.

Fotografia 52 Ruínas e animais de criação.



Fonte: Acervo do autor.

Fotografia 53 Animais de criação.



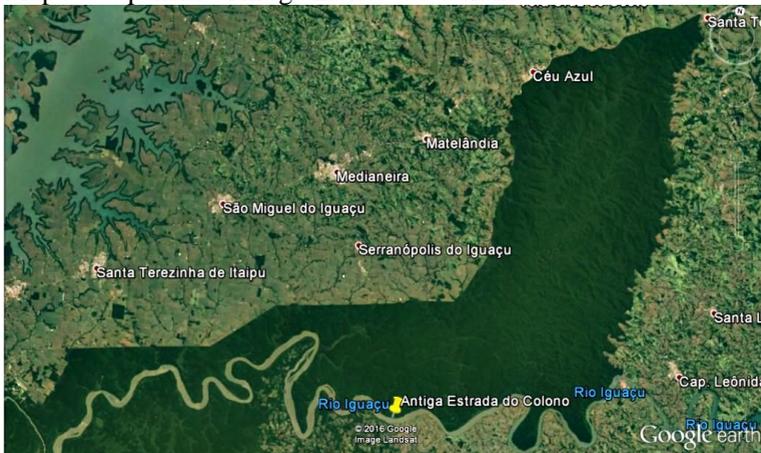
Fonte: Acervo do autor.

Apesar de não parecer, ambas as imagens retratam partes do PNI, o espaço selvagem e livre da presença humana tomado pela Mata Atlântica em seu estado original. Além do animal que contrasta com o imaginário de espaço selvagem do parque, é possível perceber ao fundo fotografia 51, resquícios de mais uma habitação. O proprietário do animal por sua vez, reside do outro lado da estrada que contorna o parque, em uma pequena propriedade. Cabe ressaltar que este cenário não é atípico, trata-se de uma imagem comum para quem percorre este trajeto do parque.

Talvez para os turistas que visitam o PNI, vir em busca da onça-pintada e ao invés destes, encontrar bovinos, não seja algo tão esperado nem tão pouco empolgante. O que é possível dizer é que a paisagem longe das Cataratas do Iguazu e da sede do parque, possui diferentes concepções e acima de tudo, contradiz com os discursos produzidos que almejam uma floresta intocada e selvagem.

Mas esta é apenas uma das várias paisagens presentes no entorno do PNI. Outro ponto investigado e de extrema importância para esta análise encontra-se no município de Capanema no Sudoeste do estado. Apesar do Rio Iguazu estar colocado como marco divisor, existe nas bordas da floresta, marcas de um passado de ocupação e viveres humanos. No mapa a seguir, o marcador amarelo e denominado de Antiga Estrada do Colono delimita o ponto exato onde o levantamento de imagens foi realizado.

Mapa 4 Capanema: Antiga Estrada do Colono.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).

O levantamento de fontes e imagens neste local do PNI ocorreu entre os anos de 2013 e 2015. Em um primeiro momento foi realizado o contato com os moradores e a realização de entrevistas. Após concluído este processo, que resultou em várias viagens até o município, foi realizado o levantamento de imagens seguindo pelo Rio Iguaçú e culminando no ponto onde outrora estivera localizada a Estrada do Colono, uma estrada traçada em meio ao território do PNI que ligava as regiões Oeste e Sudoeste do estado, fechada definitivamente no início do século XXI. Diferente do que se possa imaginar, o cenário encontrado foi muito semelhante a campos de pastagens ou jardins, principalmente no trecho onde havia a estrada.

Grandes extensões de clareiras compostas por capim colônio demarcam lugares hoje no PNI, onde outrora as mãos humanas haviam modificado a paisagem natural. De uma maneira geral, a extremidade sul da antiga Estrada do Colono está hoje composta por uma vegetação superficial que parece não dar trégua ao crescimento de árvores de grande porte. A seguir imagens do local estudado. Mesmo com o fechamento da estrada as marcas do período em que fora utilizado como rota permanecem na floresta. Ainda que os esforços da vegetação sejam realizados na tentativa de recompor o solo, a antiga estrada figura hoje como uma cicatriz que corta o parque ao meio.

Fotografia 54 Estrada do Colono: Capanema.



Fonte: Acervo do autor.

Fotografia 55 Estrada do Colono: Capanema 2.



Fonte: Acervo do autor.

Fotografia 56 Estrada do Colono: Capanema 3.



Fonte: Acervo do autor.

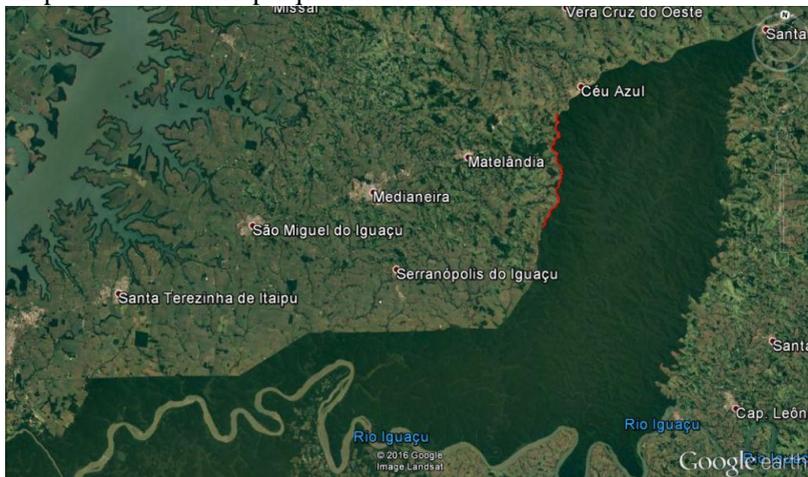
Se por ventura as imagens supracitadas fossem apresentadas de maneira descontextualizadas com o tema aqui proposto, seria pouco provável que alguém afirmasse que se tratam de lugares do PNI. É comum pensar que a floresta está composta apenas por grandes árvores e em sua maioria, quase intransponíveis. Entretanto, cabe ressaltar que ao se tratar do PNI, para além das questões ambientais deve ser levado em consideração todo o processo de formação do parque o qual, foi marcado pela presença de pessoas no seu interior e com isso, toda uma série de intervenções que modificaram o espaço natural, ou como Crosby vai chamar, a biota portátil inserida no espaço ocupado.

Durante a pesquisa, conforme fui conhecendo diferentes extensões do PNI, a sensação que obtive foi de estar não apenas em um único parque mas sim em vários, tendo em vista as diferenças encontradas e a multiplicidade de influências humanas presentes em vários locais. Em alguns momentos da pesquisa quando adentrei em áreas não destinadas ao turismo, havia um misto de curiosidade e apreensão pela dificuldade de deslocamento na floresta e a sensação de perigo que a paisagem proporcionava. Entretanto, em outros momentos, parecia estar pisando em um jardim qualquer, com flores, plantas frutíferas e até gramado. Conforme a pesquisa fora avançando percebi que o PNI é muito mais que uma floresta, ele é também um espaço que demarca o processo de ocupação do Oeste do Paraná, e para perceber isso, basta estar atento as manifestações humanas que estão por todas as partes do parque.

Outra extensão do entorno estudada está localizada no município de Céu Azul, porém, não se trata do trecho da BR277 já discutida em outro item. Este em específico também é marcado por uma estrada rural, mas diferente da estrada que liga São Miguel do Iguaçu a Foz do Iguaçu, esta por sua vez se encerra em uma propriedade privada. Neste caso o trecho percorrido e fotografado foi de aproximadamente 19 quilômetros de muita poeira e nenhuma residência próxima a floresta.

Assim como em outros pontos, aqui a floresta foi impedida de avançar por meio da estrada que contorna sua extensão. Se olharmos do outro lado da estrada, a paisagem que toma conta do cenário é de grandes plantações de soja, milho ou trigo. Ainda neste trecho, no final da estrada, o que difere dos demais, foi a existência de uma grande faixa de terra ocupada por plantação de eucaliptos que se estende até a margem do parque. Para melhor compreensão destaco a seguir o mapa do PNI com a marcação em vermelho do trajeto percorrido e uma fotografia que ajuda a visualizar como está constituído esta parte do entorno.

Mapa 5 Estrada beira parque em Céu Azul.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).

Fotografia 57 Estrada beira parque em Céu Azul.



Fonte: Acervo do autor.

Durante o percurso, quase ao final da estrada, me chamou a atenção às margens do parque, a presença de uma cruz em madeira de aproximadamente três metros de altura. No local havia sinais de que um dia houvera naquele espaço a presença de uma pequena capela. Entretanto mesmo diante do cenário de abandono, havia no solo marcas de pneus que permitem ponderar que o local é ainda freqüentado. A julgar pela aparência da cruz que mesmo desgastada encontra-se pintada, seria possível pensar que o espaço ainda é utilizado como ponto de cerimônias religiosas?

Mesmo não sendo possível responder tal questionamento o que me chamou a atenção foi a existência deste local próximo a floresta. Por todo o trecho percorrido não encontrei casas, apenas estradas secundárias que levavam para comunidades presentes no interior, mais afastadas do parque. Entretanto, o local onde um dia fora uma capela é justamente ao lado do parque. A estrada que contorna o parque parece se tornar o ponto de referência e nesse sentido, a floresta e o parque se destacam como elementos fundamentais no processo de criação de sentidos e identidades nesta região.

Conseguir depoimentos neste local em Céu Azul foi uma tarefa difícil, pois não havia moradores próximos do parque. Mesmo assim, consegui conversar com o senhor Alberto Gusmão, agricultor aposentado, e residente na região a mais de quarenta anos. Ao ser indagado sobre o local onde hoje existe apenas uma cruz proferiu a seguinte fala:

Antigamente era a capela da comunidade naquele local. Era ali mesmo na beira parque. Era o ponto mais movimentado né. Hoje aquilo mudou muito. Muitas famílias foram embora e acabou que foi ficando abandonado. Teve um ano que deu uma tempestade e destruiu boa parte da capela e depois nunca mais foi arrumada. Ficou abandonada. Mas assim, ficou abandonada porque tinha outra aqui mais perto e aquela foi deixada de lado. As vezes o pessoal ainda se reúne lá mas é muito difícil. É mais gente que fica lá sabe fazendo o que né. Isso aqui mudou muito, onde antes tinha dez, vinte família hoje é só fazenda, então vai ficando abandonado. (GUSMÃO, 2015)

Intrigante pensar na narrativa do senhor Gusmão e no processo que levou ao esvaziamento da comunidade. Porém, mais surpreendente

é pensar que, mesmo com a destruição da capela, a cruz em madeira continuou no mesmo local, simbolizando o lugar religioso e sagrado que um dia existiu. Apesar do abandono perpetrado, a cruz simboliza a cultura religiosa que resiste com o tempo ao lado da floresta. Mesmo que não exista mais a capela, as pessoas que passam pelo local compreendem que o lugar em questão foi um dia, espaço de crenças e tradições religiosas.

Fotografia 58 Cruz / Céu Azul.



Fonte: Acervo do autor.

Por fim, mas não menos importante, me chamou a atenção a forma abrupta que o meu deslocamento foi interrompido durante o trajeto realizado na estrada Beira Parque em Céu Azul. Em outros lugares ocorreram situações semelhantes, porém, o fim da estrada estava sempre definido por uma plantação. Entretanto, em Céu Azul, o fim da estrada foi marcado por uma porteira e a partir daquele momento não insisti em seguir caminho. A incerteza de estar pisando em propriedade particular sem saber qual seria a reação das pessoas naquele lugar me fez retroceder e encerrar os trabalhos. Mesmo assim, cabe dizer que visualizar esta outra proporção do parque foi gratificante, pois me fez

perceber alguns padrões presentes na paisagem do entorno, como por exemplo, as lavouras, a estrada e a pouca presença de pessoas, bem como os próprios contornos da floresta que estão repletos de marcas humanas, entre elas, plantas frutíferas e muitas picadas ou trilhas.

Diante da tentativa de afastamento das pessoas, o PNI continua a ser um espaço da presença humana, seja por meio das marcas deixadas de um passado de ocupações recentes ou até mesmo pelas incursões que ainda nos dias de hoje são realizadas de forma ilegal. A floresta e o seu entorno apresentam uma variedade de plantas e outros indícios que permitem ler a paisagem e perceber as manifestações culturais inseridas. Vivenciar o PNI pelas rotas menos utilizadas permite perceber como o parque está constituído e quais são os sujeitos que na contemporaneidade ainda com ele se relacionam. Mesmo que o acesso seja negado, ainda assim, existe vida e práticas culturais que permanecem em pleno contato com a floresta. Como reflexão, deixo a imagem a seguir que apresenta com clareza o final da estrada Beira Parque, bem como a porteira que marca o início da propriedade privada. O que antes fora uma paisagem de Mata Atlântica, rapidamente tornou-se plantações de eucaliptos.

Fotografia 59 Final da estrada beira parque / Céu Azul.



Fonte: Acervo do autor.

CAPÍTULO 4 – PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: UM ESPAÇO DA PRESENÇA HUMANA

Lá pra cima do salto eu plantei limão, vergamota. Pra fazer caipira e comer. Plantei pé de laranja que já carrega a anos. Mais pra cima bem pra cima lá na minha ilha. Pinhão, pinha. Já tinha uns pezinho grande. Levava pinhão junto pra cozinhar né aí plantava. Aqui pra baixo tinha roça. Lá hoje ta cheio de pé de laranja, banana, limão. Tem pé de limão grande, carregado. Aí não precisava levar limão, já tinha lá. Tem pé de limão daquele lima, mas daquele graúdo, lá no meio do mato e são gostoso. (GAUER, 2014)

4.1 QUESTÕES FUNDIÁRIAS NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU: AS ILHAS DO RIO IGUAÇU.

Conhecer o PNI como turista, cumprindo todo o protocolo de visitação imposto, permite ao usuário perceber uma floresta muitas vezes narrada e apresentada em seu estado original. Entretanto, percorrer o PNI como pesquisador, seguindo por trilhas e rumos não convencionais, possibilita vivenciar como os discursos sobre a natureza outrora construídos, não são suficientes para cobrir a diversidade de manifestações humanas presentes e inseridas na floresta.

E se durante um processo de visitação as pessoas descobrissem que o parque possui algumas questões fundiárias não resolvidas? Qual seria a reação dos visitantes se durante um passeio de barco pelo Rio Iguaçu constatassem que algumas ilhas que fazem parte do PNI encontravam-se ocupadas há poucos anos atrás? Ou, se neste mesmo passeio descobrissem que há gente habitando o parque? Fica impossível imaginar as reações que estas informações poderiam causar, ou simplesmente, não causar espanto algum, porém, para esta pesquisa, descobrir que a natureza outrora reivindicada como intocada, encontra-se ocupada, é algo de extremo valor investigativo e que estimula o olhar historiográfico.

Durante a entrevista realizada com o biólogo chefe do parque, Apolônio Rodrigues, indaguei sobre o processo de regularização fundiária do parque e as ilhas existentes no Rio Iguaçu. Durante a pesquisa alguns depoentes haviam mencionado a presença de pessoas e a exploração turística de uma das ilhas que pertenciam a uma mesma

família há vários anos. Segundo o conhecimento local, estas ilhas possuíam proprietários e diante disso, resolvi averiguar se as informações eram legítimas e como ocorrera aquele processo.

Segundo Apolônio Rodrigues,

A história das ilhas é assim, elas fazem parte do parque, está regulamentada fundiariamente, o parque tem 100% de regulamentação fundiária. Essas ilhas fazem parte do parque, está regularizada fundiariamente, então elas estão integradas ao parque só que muito tempo atrás, já com o parque criado e tudo certo, a Marinha tem um poder sobre as ilhas. Aí teve uma sobreposição de legislação que a Marinha se viu no direito de fazer concessões, a Marinha faz isso até hoje. E a Marinha fez documentos para algumas pessoas para que eles pudessem ocupar as ilhas, usar essas ilhas. E essas pessoas, alguns tem esses documentos e outros não. (RODRIGUES, 2014)

Me chamou atenção a forma como essa narrativa foi apresentada. Em um primeiro momento, Apolônio Rodrigues deixa claro que o parque está sem pendências fundiárias levando a entender que não há fissuras no processo de regulamentação das terras, mas logo em seguida seu discurso se altera. A presença do poder e papel da Marinha brasileira emergem como um contra peso nesse discurso e o próprio depoente fica com dificuldades em explicar a atual situação fundiária que essas ilhas se encontram.

O primeiro ponto a ser destacado nesta análise é a plenitude da questão fundiária mencionada na entrevista. O processo de ampliação e legitimação do PNI ocorreu de maneira gradativa, e, ao longo dos anos, desde sua criação, foi incorporando novas porções territoriais na medida que as concepções ambientais e econômicas redefiniam os discursos e as práticas para consolidação de Unidades de Conservação com caráter de parque nacional. Nesse processo, o PNI foi palco de várias expropriações principalmente na década de 1970.

Muitas das famílias expropriadas nos anos de 1970 possuíam escrituras que legitimavam a compra e a posse da terra. Além disso, as escrituras eram as provas legais de que o Estado reconhecia estas terras e a presença destas pessoas nelas. Mesmo assim, centenas de famílias foram expropriadas e pequenas vilas foram apagadas da história regional

do Oeste do Paraná, em nome dessa concepção de parque nacional. Se foi possível expropriar e remover centenas de pessoas que viviam em vilas que já contavam com estruturas de uso coletivo como escolas, comércio, igrejas, clubes de recreação, quais foram os empecilhos que não permitiram a remoção de algumas poucas pessoas que residiam nas ilhas?

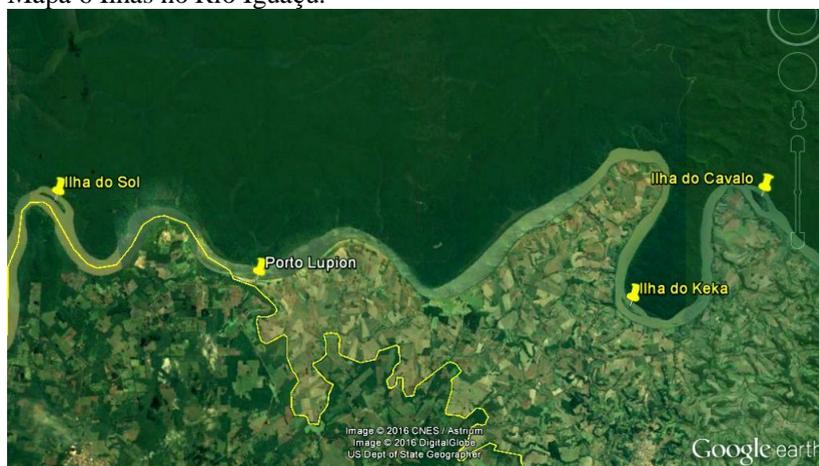
Além da sobreposição de legislação mencionada na narrativa, há também desencontro nas informações quando comparadas com o Plano de Manejo do parque. Analisando o Plano de Manejo, um dos problemas teria sido causado pelo Departamento de Patrimônio da União que até dado momento não teria formalizado nenhum termo de cessão das ilhas presentes no trecho compreendido pelo PNI, para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Além disso, o próprio Plano de Manejo evidencia que algumas destas ilhas permanecem ocupadas.

Atualmente o PNI apresenta poucos problemas fundiários. Praticamente toda a sua área está regularizada. Perdura, entretanto, algumas situações como o fato do Departamento de Patrimônio da União (DPU) ainda não ter formalizado um termo de cessão das ilhas do rio Iguazu, no trecho compreendido pelo PNI, para o IBAMA. Também algumas das ilhas têm ocupação, sendo elas a do Sol, a do Cavalo e a do Keka. A ilha do Sol (ou do Pesqueiro), situa-se a aproximadamente 18km à jusante da localidade de Porto Lupion, no Município de Capanema, e possui uma área de 41ha. A ilha do Coco (ou do Keka) tem cerca de 14,5ha de área, situando-se à montante de Porto Lupion. Sua denominação local (Keka) deve-se, provavelmente, ao fato da ilha ter estado sob a posse de um alemão Augusto Keck, durante um determinado período. Por último, a ilha do Cavalo (ou do Estreito) possui cerca de 36,3ha, e situa-se a 12km de Porto Lupion. (PLANO DE MANEJO, 1999.)²²

²² O Plano de Manejo analisado foi a versão online disponível no site da empresa Cataratas do Iguazu S/A. Ver: Acesso em: <http://www.cataratasdoiguacu.com.br>

Para melhor visualização da localização das ilhas destaco a seguir um mapa confeccionado por meio do Google Earth. Em verde escuro está o Parque Nacional do Iguaçu e logo abaixo, delimitando o seu contorno, o Rio Iguaçu. A linha amarela, define os limites territoriais entre Argentina e Brasil. Com relação as três ilhas, estas podem ser observadas a partir dos marcadores e da nomenclatura definidos na cor amarela. Também aparece no mapa o Porto Lupion, acentuado com marcador amarelo com escrita na cor branca. Este último é estabelecido pelo Plano de Manejo como ponto de referência para medição da distância e posicionamento de cada uma das ilhas.

Mapa 6 Ilhas no Rio Iguaçu.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo Autor).

Considerando que a última atualização do Plano de Manejo do PNI ocorreu em 1999 conjecturamos que em 2016 a situação fundiária pode ter sido alterada. Ainda em 2014, durante o levantamento de entrevistas, o biólogo chefe Apolônio Rodrigues, relatou que naquele ano estavam iniciando os trabalhos de revisão do Plano de Manejo, porque dentre outros aspectos, que exigiam modificações, dentre eles, constava a situação fundiária das ilhas.

De qualquer forma é interessante pensar que no ano de 1986 o Parque Nacional do Iguaçu foi a primeira Unidade de Conservação do Brasil a ser reconhecida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, como Patrimônio Natural

da Humanidade. Neste período, as práticas ambientais estavam estritamente pautadas no isolamento e na exclusão de pessoas do interior das unidades de conservação. Tendo em vista que o último Plano de Manejo foi emitido em 1999, significa dizer que mesmo diante do reconhecimento obtido internacionalmente, o PNI continuou habitado durante as décadas de 1980 e 1990. A floresta intocada e em seu estado original foi também, naquela temporalidade, um lugar de pessoas, pastagens e campos de plantio.

Ainda sobre o Plano de Manejo, chamou-me atenção as descrições do impacto ambiental, ou marcas humanas, presente em cada uma das três ilhas.

A origem do nome da ilha do Cavalo deve-se ao fato de ter sido solto lá um cavalo que era usado para retirar palmito de dentro do Parque por infratores. Como o pessoal da fiscalização, que o deixou na ilha, não sabia o seu nome oficial, passou (todos os funcionários do Parque) a se referir a ela como "ilha do Cavalo", que lá se encontrava ainda, quando dos trabalhos de campo pela Equipe de Planejamento. A ilha do Cavalo possui inúmeras cabeças de gado bovino, área de pasto, curral, luz elétrica, uma pequena casa de alvenaria nova. Cite-se ser a última a mais bela das ilhas, com três lagoas, um brejo e ainda uma mancha de Floresta Estacional Semidecídua.

A ilha do Sol encontra-se sob ocupação pela Agência Ilha do Sol Turismo e Navegação Ltda - Macuco Safari (ou Macuco Safari, como é conhecida), que mantém funcionários em uma casa precária na ilha, e onde a agricultura é praticada. A maior parte da ilha encontra-se desmatada.

A ilha do Keka está bastante degradada e em entrevista com o seu ocupante, esse afirmou ocupá-la há vinte anos, mantendo gado lá. Cite-se que a ilha está bastante degradada, apresentando grandes vossorocas, por onde entra água do rio Iguaçu. (PLANO DE MANEJO, 1999)

A partir do conteúdo expresso no Plano de Manejo é possível perceber quanto aos usos a que estavam destinadas, na década de 1990, as três ilhas que fazem parte do PNI. A concluir pelo Plano de Manejo

são as áreas utilizadas para a criação de gado, como as existentes na Ilha do Cavalo e na Ilha do Keka. Estas áreas destinadas para pastagens geralmente levam um grande período de tempo para se recompor ou em muitos casos, permanecem como grandes campos alterando a longo prazo, a paisagem de Mata Atlântica. Sendo assim é necessário estar atento a estas ponderações para que, quando olharmos para o PNI possamos identificar estes espaços e perceber as intervenções humanas dispostas no terreno evitando assim, as névoas construídas pelo mito moderno da natureza intocada.

Durante o processo de revisão do Plano de Manejo editado em 1999, foram levantadas algumas condições necessárias para que as ilhas do Sol, do Cavalo e do Keka, pudessem ser desapropriadas e anexadas ao PNI de maneira integral.

Segundo o Representante da Superintendência do IBAMA no Paraná (SUPES/PR) que acompanha os trabalhos de revisão deste PM, são necessárias as seguintes condições para a regularização das ilhas:

1 - levantamento topográfico planialtimétrico, com amarração a marcos geodésicos lançados na região, e elaboração do respectivo memorial descritivo;

2 - pesquisa junto aos cartórios de registro de imóveis da região, para identificação de possíveis registros de posse ou títulos emitidos antes de 1946;

3 - avaliação das benfeitorias das ilhas com títulos anteriores a 1946, que são passíveis de indenização, sendo que os emitidos após tal ano não têm qualquer direito à indenização;

4 - contato com o DPU, anexando os levantamentos topográficos e memoriais descritivos, para que se proceda ao registro das ilhas em nome da União e

5 - solicitação, após o registro, dos termos de cessão em nome do IBAMA, para inclusão das ilhas em seu patrimônio.

Cabe salientar que a construção de benfeitorias nas ilhas, por parte do IBAMA, e, conseqüentemente, as atividades de uso público, fiscalização e controle só poderão ser efetivadas

quando esse tiver com os termos de cessão concedidos.

Outro problema fundiário é que a situação dominial do PNI ainda não foi efetivada pelo INCRA, que não emitiu o termo de cessão para que a área do Parque passe em definitivo para o patrimônio do IBAMA.

Existem alguns desencontros nas informações obtidas pela Equipe de Planejamento, em relação à situação fundiária do PNI, conforme entrevistas feitas e uma vez que não teve acesso a documentos sobre o caso. Assim, o caso requererá uma pesquisa detalhada, inclusive com acesso até a documentos históricos, para os esclarecimentos necessários. (PLANO DE MANEJO, 1999. Acesso em <http://www.cataratasdoiguacu.com.br>)

Mesmo diante das questões apresentadas por Apolônio Rodrigues é de se considerar que a situação fundiária do PNI está repleta de desencontros e embates que refletem o quanto o processo de ampliação e demarcação do parque foi palco de disputas entre diferentes interesses e setores sociais. Outra prova está na área destinada para visitação das Cataratas do Iguaçu. Com uma abrangência de 1.008 hectares, foi oficialmente transferida do Governo do Estado do Paraná para a União somente no ano de 2012, um espaço de tempo de 73 anos desde a criação do parque. (INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ, 2012) Sendo assim é possível ponderar que a regularização fundiária das ilhas talvez seja um caminho longo a ser percorrido.

Entre 1999 e 2016, qual a real situação destas ilhas? Qual foi o impacto da presença de pessoas nestas localidades? A partir do mapeamento realizado por imagens de satélite e disponíveis pela ferramenta Google Earth, é possível visualizar que o cenário na atualidade não é o mesmo citado no Plano de Manejo de 1999. Os campos e pastagens podem ser facilmente identificados entretanto, as benfeitorias e criação de animais não aparecem mais em duas das três ilhas. Destaco a seguir imagens individuais de cada ilha para pensar este processo.

A primeira delas é a Ilha do Cavalo, a qual, em 1999 contava com inúmeras cabeças de gado, áreas de pastagem, curral, luz elétrica e uma pequena casa de alvenaria. Além disso, uma parte da ilha estava constituída por floresta e existiam três lagoas, as quais, não há menção alguma se foram forjadas por ações naturais ou pelas mãos humanas.

Mesmo diante da presença de pessoas e animais de criação, este é o espaço que na mesma temporalidade foi reivindicado como uma floresta em seu estado original, construindo vagarosamente, o mito moderno da natureza intocada.

Na imagem a seguir, produzida no ano de 2016, é possível identificar em verde claro, as áreas de pastagens que outrora foram destinadas para a criação de gado e em verde escuro, a floresta ainda presente. No centro da ilha encontram-se as três lagoas mas com relação as benfeitorias, como o curral e a casa de alvenarias, não foi possível localizá-las o que significa dizer que a ilha passou por um processo de desapropriação.

Para aquele que se aventura pelos caminhos da História Ambiental, é extremamente importante estar atento às modificações inseridas na paisagem em diferentes temporalidades e conjunturas. Neste caso, assim como Schama identificou túmulos, trilhas e diversas outras marcas humanas em seu objeto de pesquisa, uma floresta na Polônia, cabe aqui ao historiador estar atento a multiplicidade de indícios que permanecem na floresta, mas ao longo do tempo serão ocultados, não apenas pelas ações naturais mas principalmente, pelos discursos construídos para e sobre a floresta. Neste caso, as áreas de pastagens presentes na ilha, que ao me ver, irão resistir bravamente às incursões da floresta, simbolizam e demarcam a vida humana que um dia ali existiu, identificá-las e separá-las dos neomitos construídos são obrigações do historiador.

Mapa 7 Ilha do Cavalo.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).

A próxima a ser analisada é a Ilha do Keka a qual, em 1999, estava gravemente degradada devido a criação de gado. Na época fora constatado a existência de um morador o qual, residia na ilha há aproximadamente vinte anos. (PLANO DE MANEJO, 1999). Na imagem a seguir é possível visualizar esta parte do PNI nos dias de hoje.

Mapa 8 Ilha do Keka.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).

Na imagem produzida em 2016 é possível constatar o processo de degradação existente na Ilha do Keka que, mesmo após dezessete anos desde o levantamento publicizado no Plano de Manejo, as marcas desta ocupação permanecem extremamente fortes. A ilha fora quase que em sua totalidade devastada e a floresta deu lugar a campos de pastagens destinados a criação de gado. Entretanto, assim como na Ilha do Cavalo, não foi possível identificar por meio da análise das imagens, benfeitorias ou outras marcas destas edificações. De qualquer maneira, esta é mais uma peça que permite pensar nas relações socioambientais constituídas no PNI.

Por último, mas não menos importante, está a Ilha do Sol, que em 1999, encontrava-se ocupada pela empresa de turismo conhecida como Macuco Safári. Com uma área destinada para o cultivo e a existência de uma casa utilizada pelos funcionários da empresa, este pedaço do PNI é mais um entre os lugares onde a paisagem remodelada pode ser facilmente identificada. Na imagem a seguir, produzida em 2016, ficam evidentes as marcas das áreas destinadas ao cultivo e as

benfeitorias ainda existentes, estas últimas, aparecem de forma peculiar no canto inferior direito da ilha, como pequenos pontos esbranquiçados na área desmatada.

Mapa 9 Ilha do Sol.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).

Por meio destes documentos percebemos o que denominamos por fissuras nas versões que envolvem a questão fundiária do PNI, é possível ponderar com certa segurança que mesmo diante dos processos de reconhecimento e dos discursos legitimadores construídos para sacralizar uma natureza intocada, que o parque estava nas décadas de 1980 e 1990, também constituído como lugar da presença humana, e nos dias de hoje, há algumas ocupações ou, partes do PNI que permanecem sob domínio de terceiros. Além disso, diante do cenário paisagístico completamente remodelado pelas vivências humanas torna-se impossível conclamar o PNI como uma floresta intocada e em seu estado original de conservação.

É importante também destacar que a ocupação da Ilha do Sol, citada no Plano de Manejo como área de domínio da empresa Macuco Safári, não está vinculada às concessões de áreas públicas para exploração turística como ocorre em outros pontos do parque. Neste caso em específico, a Ilha do Sol está sob domínio da empresa, pois antes mesmo de ser destinada a exploração turística, pertencia ao pai do atual dono da empresa Macuco Safári. Nas palavras do biólogo chefe, Apolônio Rodrigues:

Então tem um dos nossos concessionários aqui do parque (se refere ao dono da empresa Macuco Safári) que o pai dele tinha concessão de uma das ilhas, que é a Ilha do Sol, que é a melhor, mais bem estruturada, tem alguma estrutura em cima da ilha. Moravam lá e tal. Então essa ilha, ele tem esse documento da Marinha, e os outros perderam ou não tinham então já desocuparam não tem gado mais em cima, ta, ta livre. Mas tem duas destas ilhas que tem alguma estrutura e estas pessoas tem esses documentos então nós estamos começando um processo para ir atrás disso junto com a Marinha para a Marinha cancelar isso e a gente pedir que as pessoas desocupem essas ilhas. (RODRIGUES, 2014)

Neste processo me chamou atenção o fato da mesma família que outrora habitava uma das ilhas, ao longo dos anos, tornou-se a empresa detentora das maiores concessões para exploração do turismo de aventura dentro do PNI. Apesar de ser uma questão na qual não foi possível o aprofundamento, deixo como uma incitação para a reflexão e curiosidade e talvez, como um eixo investigativo no futuro. Além disso, cabe destacar que algumas das recomendações publicizadas no Plano de Manejo de 1999, não foram cumpridas e entre todas as ilhas, a única que não foi desocupada por completo foi justamente aquela que pertenceu a um dos grandes empresários que na contemporaneidade explora o turismo de aventura no parque.

Diante destas questões, durante a entrevista com o Apolônio Rodrigues indaguei se na atual conjuntura, com as autorizações expedidas pela Marinha, a ocupação da Ilha do Sol estaria isenta de pressões por parte dos órgãos do Estado e da própria gestão do parque. Em suas palavras:

Sofre porque é um furo na legislação, é uma sobreposição de legislação, a Marinha tem realmente este poder sobre os rios, ainda mais rio de fronteira. E tem uma unidade de conservação em cima. E tem esse conflito de legislação aí. Então a gente tem que resolver isso, conseguir desenrolar essa coisa para a gente conseguir desocupar. Já conseguimos tirar o gado, só tem uma ilha que tem gado e outra que tem uma

estrutura, inclusive com a enchente agora levou parte da estrutura. Mas isso nós estamos começando a desenrolar, mas é um processo demorado porque envolve legislações de dois órgãos federais, uma força armada e um órgão ambiental. Tem que descobrir a ponta desse novelo pra gente conseguir desenrolar essa história. (RODRIGUES, 2014)

Ao que tudo indica, por mais que a questão fundiária do PNI esteja colocada como 100% resolvida, como mencionado na primeira narrativa da entrevista realizada com o biólogo chefe e na época vice-diretor do parque, Apolônio Rodrigues, existe pendências neste processo de regulamentação que ainda não foram resolvidas. Além disso, o fato do PNI apresentar ilhas sob concessão de terceiros se constitui como um elemento que não aparece na memória pública difundida, ocultando assim, o processo mais amplo de formação do parque. Estas questões parecem estar colocadas de maneira que possam a longo prazo serem esquecidas ou silenciadas reforçando para o PNI, o mito moderno da natureza intocada, e reduzindo os questionamentos sobre o problema. Diante dos registros e da paisagem existente, não tenho dúvida em afirmar que o PNI é hoje, uma floresta ainda habitada e acima de tudo, remodelada pelas mãos humanas.

4.2 UM RIO REDESENHADO

Durante este percurso conhecendo os espaços no interior e entorno do Parque Nacional do Iguaçu – PNI, foi possível constatar os discursos que reiteram o parque como um local, onde a natureza pode ser encontrada em seu estado original, uma espécie de sacralização do natural, o que Diegues muito bem vai denominar de neomito, ou mito moderno da natureza intocada. Ao longo desta pesquisa procurei evidenciar que a multiplicidade de intervenções humanas no PNI é muito maior do que anunciada e por sua vez, são agentes ativos na formação da floresta que hoje engloba o parque.

Seja por meio de projetos memorialísticos ou das práticas e discursos dos órgãos ambientais de controle, fiscalização e administração do parque, o PNI eclode na memória pública como uma Unidade de Conservação livre da presença humana e em estado natural intocado. É certo que na atual conjuntura o PNI constitui-se como uma

unidade que não permite a existência de moradores no seu interior, porém, alegar que a floresta encontra-se de forma intocada é negar um passado de experiências humanas constituídas no interior da floresta.

E se por ventura tivéssemos a oportunidade de navegar pelas águas do Rio Silva Jardim, um rio que atravessa o PNI no sentido norte/sul e lança suas águas no Rio Iguaçu, quais seriam as surpresas pelo caminho? Um trajeto que conduz ao interior do parque certamente estimula a imaginação e deve revelar muitas surpresas, porém, acredito que nem todas seriam percebidas da forma como foram constituídas. Para estes navegadores imaginários, estar no coração do parque seria uma viagem que os levaria a naturalizar a paisagem encontrada.

Como pesquisador, este é mais um percurso que tive a oportunidade de realizar, porém não em sua totalidade, ficando restrito a apenas alguns quilômetros rio à cima os quais, foram suficientes para identificar as relações socioambientais ali constituídas. Navegar pelas águas do Rio Silva Jardim, ou “Silva”, como é conhecido e chamado pelos moradores de Capanema, antes de ser uma experiência sensorial voltada para a floresta, foi também, uma experiência capaz de sentir como alguns sujeitos locais, se identificam com o rio a ponto de reivindicarem em suas memórias, as nomenclaturas e a própria forma que o rio adquire naquele lugar. Assim, como a floresta foi sendo constituída pelas relações socioambientais, o rio Silva também possui as marcas humanas que o redesenharam e demarcaram seus limites em alguns pontos do parque.

Navegar por um rio em um parque nacional fundando na primeira metade do século XX, mais precisamente com 77 anos desde a oficialização, leva-nos a pensar que a paisagem debruçada diante de nossos olhos é resultado das ações da natureza no tempo. Por outro lado, devemos levar em consideração que esta mesma floresta já fora habitada por centenas de famílias que por ventura poderiam ter modificado a paisagem presente.

Imagine-se a bordo de uma pequena embarcação descendo às águas do Rio Silva. Em ambas as margens o cenário é semelhante, o verde da floresta, os rastros de animais, os troncos e galhos encostados na água, tornam-se elementos comuns durante percurso. De repente você começa a perceber que logo à frente, existe uma bifurcação e fica indeciso em qual das direções deve seguir. Independente de qual caminho seja tomado, ambos levam para a mesma direção, ou seja, as águas do Rio Silva. A única diferença é que um destes percursos conduz por um caminho mais curto. Se por ventura resolve-se seguir pelo trajeto

mais longo, seria possível perceber que a bifurcação existe, pela formação de uma ilha que surge no meio do rio.

Encontrar uma ilha relativamente grande em meio ao Parque Nacional do Iguaçu significa pensar que as ações da natureza ao longo dos anos esculpíram aquela formação no meio do rio. Entretanto, o que muitas vezes se apresenta como natural, pode também ser algo introduzido pelas ações humanas. Muitas pessoas podem não conhecer, mas no Rio Silva, localizado no interior do PNI existe uma ilha que não foi delimitada por ações naturais no tempo. A ilha em questão foi construída pelas mãos humanas com um objetivo muito prático, reduzir o tempo de deslocamento pelas águas do Silva. Na tentativa de encurtar o caminho percorrido com pequenas embarcações à remo, o leito do rio Silva foi modificado e suas águas lapidaram a paisagem, dando origem a uma ilha, que por sua vez foi batizada por seus construtores de Ilha do Arno.

Em 2015, realizei uma entrevista com o senhor Arno Gauer, aposentado, residente no município de Capanema desde 1957, passou a maior parte de sua vida vivendo às margens do Rio Iguaçu. Durante este período, várias foram as experiências estabelecidas entre o senhor Arno e a floresta do PNI. Nesta relação quase cotidiana com o parque, muitas foram às interferências e modificações implementadas na floresta, as quais, nos dias de hoje, passam despercebidas e são naturalizadas por meio dos neomitos ou até mesmo ocultadas pelas ações do tempo.

Segundo a narrativa, o objetivo de antemão para além de construir uma ilha era antes de tudo, diminuir o tempo de deslocamento pelo rio, e para que isso fosse possível fazia-se necessário criar um córrego em um trecho do rio onde às margens eram mais próximas. Com a criação do córrego, a água lentamente foi lavando a terra e com o passar do tempo, tornou mais eficiente a bifurcação e separou uma porção de terra que se transformou em uma ilha. Nas palavras do senhor Arno:

Pois é! A ilha lá, eu fiz, daí fomos lá pra cima caçando, ia matar uma anta pra fazer salame e aquela volta era muito grande, mais ou menos uns, bom, dava uns 3 alqueire. Estávamos subindo, com caíco, a remo né. Daí lá faltou dois metros pra encostar. Daí abriu fazia tudo a volta. Daí eu falei pro vizinho: vizinho, vamo corta, vamo fazer uma ilha? Ele disse: vamo! Com facão, um pedaço de pau aí furemo. Daí quando furemo tava a ilha

pronto. Não era ilha, e agora todo mundo sabe, a ilha do Arno. (GAUER, 2015)

Apesar do trabalho ter sido realizado em conjunto, o senhor Arno reivindica para si o pioneirismo da ilha. Em um primeiro momento durante a entrevista fiquei me questionando porque aquela reivindicação era tão forte a ponto de denominar a ilha com o próprio nome. Seria porque o senhor Arno era o mais velho e experiente? Essa fora minha dúvida por algum tempo, porém, conforme a entrevista foi se desencadeando, os motivos ficaram mais transparentes. Segundo ele, quem teve a idéia e planejou o projeto foi ele próprio, e até aquele momento, aquilo era inusitado e inovador, algo que alguém jamais havia pensando. Desta forma, a partir daquele período a ilha passou a ter um nome e passou a figurar em suas memórias e nas memórias dos moradores locais como a Ilha do Arno.

Fizemos. Não era ilha foi eu e o vizinho que fizemos. Meu plano. Aí era pertinho pra subir, cortava muita a volta né! Tinha dois metros e a volta dava, acho que dava uns dois quilômetros. Pois é, tinha que fazer né. E ninguém tinha aquela ideia daí eu disse: espera! Um tal de (nome do vizinho inaudível) vamo! Vamo fura essa coisa ali! Vamo! Se atraquemo, trabalhemos quase dois dia. Com o facão não rende e alto, um barranco alto. (GAUER, 2015)

Na primeira narrativa, segundo o senhor Arno, o objetivo de estar naquele espaço do PNI era a caça ou também como vai revelar em outros trechos da entrevista, a pesca em lugares específicos do rio. Na segunda citação, evidencia o tempo gasto para a construção do canal que mais tarde iria transformar aquela parte do parque em uma ilha. De qualquer maneira, as memórias narradas trazem para este trabalho um pouco das experiências e práticas vivenciadas por diferentes grupos sociais no PNI. Neste caso, a floresta era forma de lazer e sobrevivência. Esta relação era tão presente que proporcionou aos sujeitos a segurança e sensação de serem detentores daquele lugar de floresta, um espaço que poderia ser por eles modificado como se fosse sua propriedade.

O tempo de permanência na floresta era flexível e estava condicionado ao sucesso ou não, da pesca e da caça. Nas palavras do senhor Arno:

Ficava as vezes três, quatro dias lá. Até que matava um bicho, fazia um charque. Daí furemo! Daí: olha agora tem uma ilha e quem fez? Quem fez? (se refere as conversas que passaram a surgir) E nós quieto né, eu e o vizinho. Depois que digo: a vocês querem saber, foi eu e o vizinho lá. Aí ficou. E agora entro o IBAMA e Força Verde, tudo sabe, é a Ilha do Arno agora. E é bonito lá, pô! (GAUER, 2015)

Neste trecho da entrevista o senhor Arno de maneira muito feliz narra como ao longo do tempo, as demais pessoas tomaram conhecimento da existência da ilha. Se em um primeiro momento apenas as pessoas mais próximas eram a detentoras destas informações e narrativas, com o passar dos anos os próprios órgãos de controle e fiscalização passaram a reconhecer as ações perpetradas pelo senhor Arno. Se este processo foi oficialmente reconhecido, é algo que não foi possível apurar, todavia, nas memórias do senhor Arno, a própria presença destes órgãos foi suficiente para legitimar suas ações.

Após toda a narrativa do processo de formação da Ilha do Arno no Rio Silva Jardim, em meio ao Parque Nacional do Iguaçu, fiquei intrigado quanto às possibilidades de identificar este lugar ou chegar até ele. Infelizmente não foi possível realizar o percurso pelo rio e conhecer a ilha narrada, principalmente pela distância e pouca disponibilidade da equipe do PNI. Entretanto, utilizando a ferramenta do Google Earth em consonância com as informações descritas pelo senhor Arno, foi possível mapear a localização da ilha e dar visibilidade a toda esta narrativa.

No desejo de encontrar a ilha solicitei informações mais precisas do caminho percorrido pelo rio e principalmente, a distância aproximada da localização da ilha. Para minha surpresa, as informações foram extremamente eficazes e revelaram aquilo que muitas pessoas poderiam pensar ser uma formação natural, ou seja, a Ilha do Arno.

É longe dá no mínimo uns quinze quilômetros. É longinho, longinho. Por causa das curvas e coisarada. (galhos e locais rasos onde o deslocamento é lento) E é brabo pra chegar por que tem três, quatro saltinho, tem o salto grande e corredeira. Depois não, depois é poço e continua até quase lá em cima fora. (GAUER, 2015)

Nesta narrativa o senhor Arno deixou evidente uma pista importante, em aproximadamente 15 quilômetros rio acima, seria possível identificar traços da presença da ilha. Se não era possível realizar o trajeto pelo rio, decidi realizá-lo por meio do mapeamento via satélite, lançando-me aos usos da ferramenta Google Earth. É certo que como a distância estava marcada de forma aproximada e não exata, foi necessário estar atento as características do terreno e as particularidades narradas. Foi justamente a confluência destas informações que permitiram o mapeamento e localização da ilha.

Iniciei o traçado partindo da foz do Rio Silva Jardim seguindo cada curva de maneira cautelosa para não acarretar em grandes erros na distância narrada. Ao chegar nos 15 quilômetros, percebi que as características do local não eram condizentes com as narrativas do senhor Arno, uma grande curva e um local onde as margens eram bem próximas. Entretanto um pouco mais acima, somando um total de aproximadamente 17 quilômetros as memórias do senhor Arno pareciam ganhar vida. Era possível identificar uma grande ilha no meio do Rio Silva, e não só isso, ao percorrer todo rio foi possível constatar que aquela era a única grande ilha em todo leito do rio. Sendo assim, estava ali a Ilha do Arno, uma remanescente das vidas humanas que se relacionaram com o parque e ressignificaram a paisagem.

Na imagem a seguir trago uma visão mais ampla da ilha em relação a toda extensão do PNI. O traçado azul marca o percurso realizado no Rio Silva Jardim e o marcador amarelo, o lugar exato da localização da ilha. Por meio do mapa é possível perceber que a ilha encontra-se em um local de difícil acessibilidade tanto pela distância como pelas condições impostas pela floresta e pelas águas. De qualquer forma, mesmo se tratando de um lugar muitas vezes entendido como um espaço natural e intocado é possível refutar estas afirmações e pensar na floresta como um lugar em constante movimento, transformações estas muitas vezes inseridas pelas experiências de vidas humanas, pelas relações socioambientais constituídas em diferentes conjunturas.

Mapa 10 Ilha do Arno 1.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).

O verde escuro demarca os limites territoriais do PNI e na parte inferior da imagem é possível identificar o Rio Iguaçu contornando e delimitando a floresta. Os pontos com aparência esbranquiçada que se estendem da esquerda ao centro da imagem, seis pontos bem definidos, são as regiões de maior concentração urbana dos municípios que estabelecem divisa com o parque. Trago mais duas imagens a seguir, para dar maior clareza ao espaço aqui analisado. Apesar da imagem “Ilha do Arno 2”, permitir uma maior compreensão do cenário estudado, é na imagem “Ilha do Arno 3” que os detalhes dessa trama podem ser identificados.

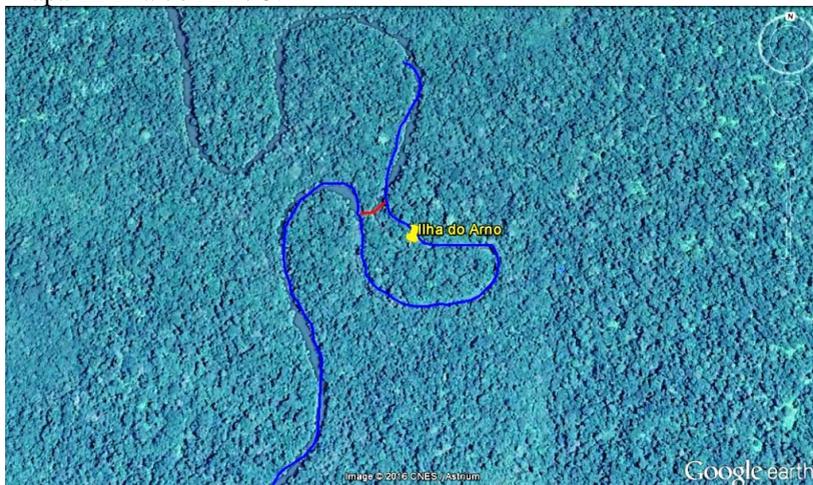
Na imagem “Ilha do Arno 3”, além do traçado azul que demarca o leito do Rio Silva Jardim e o marcador em amarelo que delimita a ilha, existe um terceiro elemento que foi incorporado à imagem, uma linha em vermelho. É exatamente esta linha em vermelho que demarca o canal construído pelo senhor Arno e seu vizinho, canal este que redesenhou o leito do rio desprendendo uma porção de terra do PNI e transformando-a em uma ilha. Equipados com facões e pedaços de pau, estes sujeitos conseguiram modificar de forma permanente um rio em meio a uma extensa Unidade de Conservação e inseriram uma ilha na paisagem redesenhada.

Mapa 11 Ilha do Arno 2.



Fonte: Google Earth. (Elaborado pelo autor).

Mapa 12 Ilha do Arno 3.



Fonte: Google Earth. (Elaborado pelo autor).

A ilha está localizada em um ponto central do PNI e para chegar até ela, é necessário passar por diversos pequenos saltos que estão inseridos no rio Silva Jardim. É possível ponderar que a Ilha do Arno constitui-se como um importante símbolo das relações socioambientais construídas no espaço demarcado do PNI e da capacidade das

transformações paisagísticas perpetradas pelas ações humanas pois diferente das plantas exóticas que podem ser facilmente identificadas pelos botânicos e biólogos, a ilha só pode ser entendida como um projeto humano a partir das memórias narradas por estes sujeitos. Além disso, a ilha, como remanescente das ações culturais na floresta, representa os vestígios que devem ser retirados da ocultação produzida pelos mitos modernos da natureza intocada.

Outra questão muito importante tanto quanto a construção da ilha e a mudança na paisagem do PNI motivada pelas mãos humanas, é a relação construída entre cultura e natureza, entre as pessoas e a floresta. Independente da existência da ilha existe também um nome para a ilha, nome este que com o passar dos anos foi sendo reconhecido pelos demais moradores próximos ao senhor Arno. Esta relação de propriedade simboliza também a relação estabelecida entre os sujeitos e o PNI, marcando suas memórias e o seu passado de existência. Enquanto para alguns o parque é um lugar de contemplação e visitação, para o senhor Arno e outras pessoas, o PNI é um lugar de existência enquanto sujeitos, um lugar onde o seu passado pode ser narrado constituindo significados para o seu presente. O parque para ele não é mera contemplação, antes de qualquer coisa, figura em suas memórias como um espaço de sociabilidades.

Atravessei. Atravessei três vez. (Atravessou o parque navegando pelo Rio Silva Jardim) O mapa foi feito, foi eu que levei os florestal. Vieram lá de Foz do Iguaçu, sabiam que eu conheço fora e fora, vieram ali me convidar pra ir junto. Entremos lá em Flor da Serra na fazenda Três Pinheiros, lá largamos o barco mas a remo, eu mais cinco guardas e descemos, descemos eu e eles, aí fizeram o mapa. Eles pediam eu como que era assim, ou assim, aquele riozinho, esse Benjamin, esse, salto, e como que é o salto e foi, foi indo. Daí fizeram o mapa. Ninguém não passou. Guarda não. Depois começaram a passar, por causa de eu, eu foi junto. Aí eu falei: eu posso ir mas eu quero levar a espingarda! Senão não vou! Não, pode levar. Por acaso não matamos nada! E tinha bicho de mais e não conseguimos matar nada. Faz 49 anos que fizeram o mapa. (GAUER, 2015)

Um ponto importante nesta narrativa é a relação estabelecida entre órgãos oficiais e comunidade local, entre conhecimento técnico e conhecimento popular, em outras palavras, entre os membros que representam o Estado e os sujeitos que vivem no entorno do PNI. Não ficou evidente quem são “os florestal” mencionados na fala do senhor Arno, porém, independente da função que ocupam, IBAMA, Polícia Ambiental, ou outros órgãos de controle e fiscalização da época, representam neste cenário o papel do Estado nos uso de suas funções.

Nesta relação o senhor Arno assume o papel de guia, mas em suas memórias sua função é muito maior. Para ele o mapeamento só foi possível devido a sua presença. Além de reivindicar um pioneirismo neste espaço, o senhor Arno se coloca como parte ativa no processo de reconhecimento do parque. Antes que houvesse o reconhecimento oficial do rio Silva, o mesmo já fazia parte da vida de diversas pessoas, entre elas, o senhor Arno. É possível perceber que antes do PNI assumir historicamente uma imagem de lugar de contemplação, para diversos outros sujeitos, era compreendido como um espaço de vivências, de trajetórias de vida, um lugar de historicidades, que nos dias de hoje só pode ser reconstituído por meio das memórias daqueles que fizeram parte deste processo.

Nas relações estabelecidas entre cultura e natureza, é possível que a paisagem receba novos significados e valores em diferentes temporalidades e conjunturas. Segundo o senhor Arno, ao realizar o mapeamento oficial, quem determinou os sentidos ocupados em diferentes partes do Rio Silva foi ele próprio, ou seja, o conhecimento popular prevaleceu sobre o conhecimento técnico. Talvez o mapeamento mais tarde tenha ganhado outros sentidos científicos, entretanto, para alguns moradores de Capanema, navegar pelo o rio Silva significa percorrer uma historicidade diversa e peculiar.

Avançar mata adentro seguindo pelas águas do Rio Silva, permite perceber outros significados e sentidos que denominam e marcam o caminho. Cancha Comprida, Sanga Funda, Cachaço, são apenas alguns dos diversos nomes que demarcam pontos específicos do rio. A presença desta nomenclatura popular e local demonstra o quanto a floresta se constituiu como um lugar de memória e onde a natureza foi demarcada pelas ações culturais.

O fato de não conseguir chegar na ilha construída, a Ilha do Arno, devido a distância e dificuldades presentes no percurso não diminuíram minhas esperanças de adentrar no PNI seguindo pelas águas do Rio Silva. Durante a entrevista com o senhor Arno levantei a possibilidade de realizarmos um pequeno trajeto e a ideia foi muito bem

recebida por ele e seu neto, Jonas Welter. De imediato se colocaram a disposição e cederam a embarcação para que na parte da tarde pudéssemos navegar por aquelas águas. Confesso que receber esta notícia foi uma injeção de ânimo para o momento da pesquisa, ainda mais pelo fato de poder contar com a presença de um dos sujeitos que vivenciou inúmeras experiências naquele local.

Desta maneira, no mesmo dia, após o almoço, preparamos a embarcação e nos lançamos nas águas do Rio Iguazu e do Rio Silva Jardim. Durante o percurso tive a oportunidade de realizar a gravação das narrativas daquela experiência. Em alguns momentos além do equipamento de captação de áudio, optei pelo uso de filmagens captando áudio e imagem do trajeto que foi sendo narrado, pelo senhor Arno e seu neto Jonas Welter. Durante o deslocamento, o barulho do motor por diversas vezes foi interrompido para dar lugar as histórias e memórias que eclodiam diante da paisagem que se dispunha aos nossos olhares.

Já nas águas do Rio Silva, em meio ao PNI, em um determinado momento o neto do senhor Arno, Jonas Welter, que seguia como nosso piloto, diminuiu o ronco do motor e começou a explicar como se chamava aquele determinado local ao qual estávamos passando. Em suas palavras:

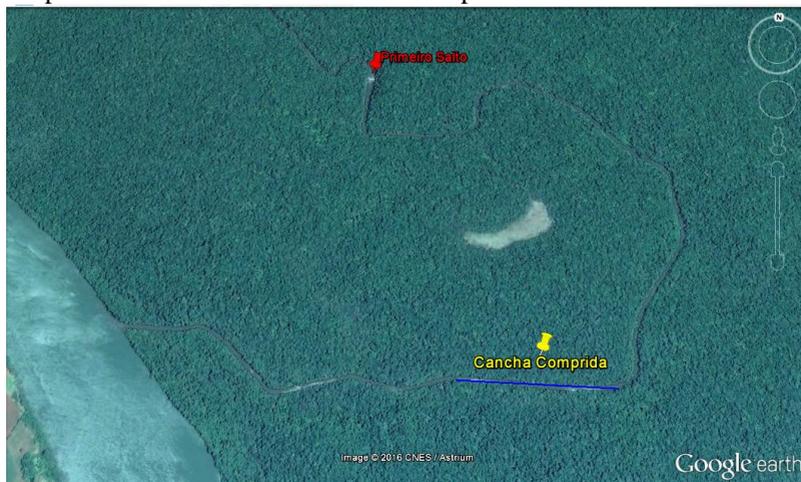
No momento estamos aproximando da maior reta que tem até o salto, onde esta reta aproximadamente tem mil metros, é considerada Cancha Comprida o nome disso. Esta é nossa dificuldade de navegar nestas águas, muito raso, muita madeira, muita pedra, então portanto tem que ser profissional, não é para amadores. (WELTER, 2015)

Segundo Jonas Welter, o trecho do rio em que estávamos inseridos, era chamado de Cancha Comprida pois até chegar no primeiro salto subindo o Rio Silva, existem sete retas, as quais são chamadas de canchas, devido suas características que lembram canchas de bocha. A Cancha Comprida como o próprio nome sugere, é a maior de todas e pode ser observada na imagem a seguir. Os moradores locais nomearam o rio em vários lugares e o rio, com sua diversidade de nomes e sentidos foi sendo transmitidos entre as gerações. Apesar de Jonas Welter não ter vivenciado os anos iniciais da formação do parque, sua narrativa está repleta de sentidos que só foram possíveis existir a partir das memórias narradas pelo seu avô.

É neste sentido que Halbwachs ajuda a compreender a construção das memórias de um sujeito pautada nas memórias coletivas de um determinado grupo. Neste caso, Jonas Welter, narra o percurso no rio Silva incorporando significados que não foram conferidos por ele, mas sim, por seu avô e outros sujeitos em um passado ao qual ele não vivenciou. As memórias deste grupo são revividas por meio das narrativas que passaram a ser recontadas por filhos e netos que se apropriaram das memórias e passaram a utilizá-las como próprias.

É de extrema importância entender que a imagem e os sentidos que o PNI ocupa na vida e memória destes sujeitos vai além das concepções científicas ambientais. A paisagem que o PNI assume nos discursos preservacionistas não é a mesma paisagem presente nas memórias do seu Arno, de Jonas ou de tantos outros moradores do entorno. O PNI é apresentado como parte de suas experiências de vida e conseqüentemente, como instrumento fundamental para a construção de identidades e laços de pertencimento.

Mapa 13 Rio Silva Jardim: Cancha Comprida.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).

É interessante pensar como estas memórias são reconstituídas ao longo das temporalidades. Apesar do senhor Arno ser um dos moradores mais velhos desta localidade, quem assumiu o lugar do narrador na maior parte de nosso deslocamento foi o seu neto. A forma como o cenário foi contado, as expressões e a entonação de voz, me levaram a refletir nos processos de construção de identidades que o PNI

ocupa na vida destes e de muitos outros sujeitos. Durante o percurso, ao invés de me sentir visitando o PNI, ou ter a sensação de estar em uma floresta intocada, a impressão que tive foi de estar conhecendo algo quase de cunho pessoal, como se estivesse pisando no quintal da casa do senhor Arno ou de Jonas. A floresta narrada não era assustadora nem tão pouco intocada. Em suas memórias ela aparecia como um lugar repleto de trajetórias de vida que poderiam ser recontadas.

Continuando nossa navegação por águas pouco exploradas na contemporaneidade, em um determinado momento o senhor Arno fez um sinal em direção da barranca e o seu neto diminuiu o ronco do motor. Apontando para um afluente do Rio Silva, fez questão de explicar como se chamava aquele riacho:

Sanga do Cachaço, ela nasce dentro do parque a uns seis mil metros. Chama de Cachaço porque antigamente matou um porco do mato, um cachaço, o mais grande aqui na sanga, aí ficou o nome de Sanga do Cachaço. Mas faz muitos anos já. O cachaço mais grande que foi matado foi aqui, aí deu o nome de Cachaço. (GAUER, 2015)

Conforme fomos subindo o leito do rio, a paisagem ao nosso redor ganhou significados que foram constituídos através das relações socioambientais estabelecidas em diferentes temporalidades. Não se trata de descrições de cunho técnico ou científico, nem tão pouco de uma nomenclatura pautada pelos órgãos de administração e controle do parque. O rio e a floresta ganharam sentidos a partir das experiências de vida de diferentes sujeitos que se relacionaram ou ainda se relacionam com o parque. A paisagem narrada se constitui de maneira relacional com as experiências humanas.

A Sanga do Cachaço, a Cancha Comprida, ou até mesmo a Ilha do Arno, revelam os diferentes sentidos e valores que o PNI assume nas memórias dos grupos humanos que se relacionaram ou ainda se relacionam com o parque. Além disso, permite perceber como natureza e cultura se encontram de maneira imbricada em um processo complexo onde ambos se mantêm em movimento. Se por um lado a natureza sofre modificações que são causadas pelas ações naturais e do tempo ou até mesmo pelas ações humanas, o próprio olhar sobre a natureza sofre as interseções causadas pelas diferentes concepções teóricas e emocionais que constituem a bagagem cultural que cada sujeito carrega consigo.

Conforme a pesquisa ganhou volume ao longo dos anos e o contato com os moradores do entorno ou ex-moradores do PNI foi ampliado, ficou mais fácil perceber que a floresta hoje reivindicada como um espaço intocado é na verdade um lugar repleto de vestígios humanos, os quais, muitas vezes podem estar ocultos ou não se revelarem de maneira material. Entretanto, as marcas culturais muitas vezes só podem ser notadas a partir das memórias narradas e estas, estão constituídas como múltiplas trajetórias carregadas e redefinidas pelos sujeitos. Neste caso, subir o rio sem a presença do senhor Arno seria uma experiência limitada tornando-se impossível identificar os elementos culturais presentes na paisagem e desta forma, cairia no equívoco de pensar que a floresta visitada fosse um espaço selvagem e intocado.

Apesar das dificuldades, identificar no meio da floresta os vestígios materiais frutos das ocupações humanas é uma tarefa fácil de ser realizada quando a comparamos com os vestígios culturais. Para identificar estes últimos na paisagem primeiramente é preciso ter acesso às memórias que vivenciaram aquele lugar, e para que isso seja possível, é de extrema importância saber localizar quem são e onde estão os protagonistas destas experiências. No caso desta pesquisa, foi uma tarefa árdua mas também, enriquecedora.

Mesmo que os discursos instituídos pelos órgãos de controle e fiscalização e pela empresa que explora o parque, estejam voltados para a sacralização da natureza e efetivação de um ideal de natureza intocada, os inúmeros vestígios apresentados nesta pesquisa apontam em outra direção. Ainda que permaneçam obscurecidos, para onde olharmos no PNI, é possível compreender que a floresta foi lugar da presença humana e está repleta de marcas e intervenções que redesenharam a paisagem.

4.3 POMARES SELVAGENS: O NATURAL REFLORESTADO

Até o momento são incontáveis as manifestações humanas presentes no Parque Nacional do Iguaçu – PNI. Seja no espaço destinado para a visitação e exploração turística, no entorno, ou em pontos hoje pouco acessados, a floresta guarda em seu interior vestígios de um passado onde o parque ocupava outros sentidos na vida de diferentes grupos sociais. Além disso, é importante lembrar que apesar das marcas presentes na floresta há um esforço na contemporaneidade

que busca construir para o PNI, um imaginário de lugar intocado, uma floresta em seu estado original, o mito moderno da natureza intocada.

É importante frisar que este pensamento não ocorre de maneira inocente ou por falta de conhecimento das características da floresta. A equipe de biólogos e a própria gestão do parque tem total conhecimento da ocorrência de plantas invasoras e da existência de ruínas das antigas vilas que um dia fizeram parte da paisagem do PNI. Todavia, tais informações não fazem parte do roteiro turístico e as memórias dos antigos moradores desapropriados lentamente vão sendo esquecida sob as folhas da floresta.

Michel Pimpert e Jules Pretty, em seu texto *Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo Participação no Manejo de Áreas Protegidas*,²³ historicizam a construção das áreas protegidas assim como os conceitos que definem tais espaços. Porém, o ponto que mais chama atenção trata-se da ausência do reconhecimento dos saberes populares de pessoas que viviam ou ainda vivem nas áreas demarcadas como reservas ambientais.

Segundo Pimpert e Pretty, a degradação das áreas protegidas ocorre de maneira mais intensa quando não incluem nos projetos de manejo as populações locais. (PIMPERTY, Michel; PRETTY, Jules. p.184, 1999) Neste sentido, o que prevalece são os olhares dos biólogos e botânicos os quais, adotam os critérios de manejo dentro de suas áreas de formação, excluindo assim, os saberes das pessoas que se relacionam com estas áreas.

Rinaldo Arruda, também problematiza essa concepção que busca entender a natureza como um elemento externo ao ser humano. Para ele trata-se de um equívoco pensar em unidades de conservação como espaço em seu estado original. Uma visão fruto do ambientalismo ainda do século XIX que ganhou forças no século XX e perdura constituindo e determinando reservas ambientais, muitas vezes, através de expropriações de camadas humanas que habitaram espaços por várias décadas.

Segundo Arruda é necessário rever esta concepção de floresta primária em seu estado original bem como as definições científicas tomadas enquanto superiores aos conhecimentos e práticas de comunidades locais. Por meio das reflexões lançadas por Arruda, penso

²³ Ver: PIMPERT, Michel P.; Pretty, Jules N.. *Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo Participação no Manejo de Areas Protegidas*. In: Diegues, Antonio C. (org) *Etnoconservação – Novos Rumos para a Conservação da Natureza*. 2ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

que entender as unidades de conservação enquanto espaços não intocados significa romper com a dicotomia entre homem e natureza assim como, visualizar a natureza no movimento relacional com a vida humana. (ARRUDA, Rinaldo. 1999)

E se por ventura tivéssemos a oportunidade de adentrar na floresta em lugares que não são destinados às visitas turísticas, qual seria a paisagem encontrada? Seria possível imaginar em uma floresta como o PNI fileiras de pés de laranja, ou talvez um pomar de tangerinas? Seria equivocado pensar na floresta com floreiras ou algumas folhagens decorando o seu interior? Se a ótica do neomito fosse encarada de maneira rígida, todos estes elementos soariam estranhos e a sua presença seria julgada impossível. Entretanto, não estamos falando de uma floresta isolada do contato humano, diferente daquilo que o discurso ambiental tenta transmitir, o PNI é e foi um espaço da presença humana, a qual, remodelou e reconstituiu sua paisagem.

Para começar a responder estas perguntas busco nas memórias dos ex-moradores da floresta indícios que auxiliam na reconstrução, em nosso imaginário, de outras características para a floresta. As primeiras narrativas que trago para esta reflexão são frutos de entrevistas realizadas no ano 2009 e 2012 no distrito de Santa Cruz do Ocoí e Santa Rosa do Ocoí, ambos localizados no município de São Miguel do Iguçu.

É importante destacar que o processo de construção das narrativas ocorreu em dois momentos completamente distintos e com espaço de tempo considerável entre cada entrevista. Desta forma é possível ponderar que a dinâmica em duas etapas enriqueceu o processo de captação das narrativas pois a confiança que se construiu durante este período permitiu maior fluidez na relação estabelecida entre entrevistado e entrevistador culminando em uma rememoração mais transparente e detalhada. Temas e assuntos que num primeiro momento poderiam ser ocultados, na segunda etapa vieram à tona revelando um passado oculto nas memórias públicas da região.

O primeiro depoente trata-se do senhor Eugênio, entrevistado no ano de 2009 e 2012 no distrito de Santa Cruz do Ocoí no município de São Miguel do Iguçu. O senhor Eugênio, migrou do Rio Grande do Sul para o Paraná na década de 1960 quando, ainda adolescente, juntamente com sua família, passaram a viver na área do atual PNI. Em 2009, quando questionado sobre como era viver no PNI ou o que ele ainda mais lembra das terras onde morava, o mesmo narrou:

Uma coisa importante do parque, não sei se era época ou se era o solo, o que tinha muito era fruta. Lá plantava uma frutífera ela ficava saudável, deve ter até hoje lá meio abandonado, no lugar onde tinha pomar deve ter vestígio hoje ainda. Tem gente que sabe que tem né. (SAUZEN, Eugênio. 2009-2012).

Em um primeiro momento é possível através das memórias do senhor Eugênio repensar na ideia de uma floresta primária em seu estado original reivindicada nos dias de hoje. Estas famílias quando migraram trouxeram não somente móveis, trouxeram consigo, alimentos, animais, sementes e mudas de árvores. Estas por sua vez, foram perpetuadas no solo onde hoje está o PNI e desta forma, fica difícil elevá-lo ao patamar de floresta primitiva como o discurso ambiental costuma assumir.

Outro ponto que estimula reflexão é a esperança em sua memória da existência dos vestígios desta ocupação. Esta esperança de vestígios significa também perceber-se enquanto agente deste processo. Significa nas memórias do senhor Eugênio, olhar as marcas deste passado que busca de alguma maneira, não ser apagado em suas lembranças. Se por um lado, os discursos ambientais do PNI não dão ênfase a este passado, para o senhor Eugênio, as marcas desta ocupação através da esperança da existência destas mudas de árvores que foram por ele plantadas, significam não silenciar este processo.

Para além da esperança, o senhor Eugênio finaliza sua fala dando a certeza que estas árvores existem. Ao falar sobre isso, expressa que há pessoas que sabem da existência destes lugares e destes vestígios. Paira a dúvida de quem seriam estas pessoas que dão a certeza para o senhor Eugênio, da existência destes lugares. Seja qual for a relação estabelecida com a floresta, fica a reflexão de um processo em movimento.

A esposa do senhor Eugênio, Claudete, também participou da entrevista e quando o marido passou rememorar aspectos da ocupação, ela, que vivera juntamente com sua família uma trajetória de migração semelhante e habitavam terras dentro do PNI, também fez questão de contribuir com suas lembranças. Em suas palavras:

É quem tinha mato que nem nós, tinha um mato de frutífera a laranja, só a laranja meu pai tinha 82 pé, só laranja comum e aquilo era fechado, eu

acho que isso hoje ainda existe deve de existir.
(SAUZEN, Claudete. 2009-2012)

A senhora Claudete ao se referir ao “mato de frutífera”, está explicitando o pomar que seu pai havia constituído em suas terras dentro do PNI. Estas por sua vez frutos do trabalho na terra, também foram introduzidas naquilo que nos dias de hoje é chamado de floresta tropical em seu estado original. A senhora Claudete também traz em sua memória a esperança da existência destas árvores, o que para ela também significa, lembrar do passado de sua família e daquilo que deixaram enquanto marca neste processo de migração e ocupação. Em suas memórias, se há algumas espécies de plantas dentro do PNI, é porque eles plantaram e não por ação natural.

Estas famílias que migraram e estabeleceram ocupações dentro do atual PNI, em sua grande maioria eram famílias de pequenos proprietários. Desta forma, viver da terra significava desenvolver diversas atividades como, por exemplo, o plantio de milho, mandioca, soja, criação de animais, formação de pomares, horta entre outros. Porém, quando foram expropriados e reassentados em outra área a aproximadamente 40 quilômetros, devido ao tempo para readaptar suas novas propriedades, tentavam de alguma maneira manter um contato de subsistência com suas antigas áreas.

O senhora Irma Sauzen, mãe do senhor Eugenio e sogra de Claudete, atualmente aposentada, ajuda a entender estes laços de dependência que haviam nos primeiros anos desta expropriação e reassentamento. Segundo ela, durante o período que já haviam deixado as terras que habitavam dentro do PNI, retornavam com alguma frequência para coletar frutas pois, suas novas propriedades não estavam produzindo tudo o que precisavam. Em suas palavras:

Aí nós fomos lá, pedir licença se nós podia apanhar fruta na propriedade que era nossa, mas a senhora tava a recém ontem eles [refere-se aos agentes do IBDF na época] falaram. Eu disse sim eu falei. Eu tava ontem, mas hoje aquilo não era pra mim, é pras irmãs. Eles falaram, podem ir mas cuidado não quebrem galho. Mas elas encheram aquela picape eu acho que, não sei como é que elas conseguiram comer tudo aquilo, eu falei, eu vou perder o ônibus vocês vão ter que me levar embora, chegemos na rodoviária o ônibus tava pronto pra sair aí eu peguei o ônibus. Mas como

tinha, tinha fruta, era incrível. (SAUZEN, Irma. 2009)

A senhora Irma Sauzen rememora um episódio no qual, ela, juntamente com algumas integrantes de um convento ao qual ela conhecia, foram até sua antiga propriedade apanhar frutas. Para além da dependência destas áreas, chama atenção a quantidade de frutas que ela busca dar ênfase em sua fala. Assim como os outros depoentes, a senhora Irma deixa claro, a existência destes pomares e que de alguma forma é possível que estejam presentes nos dias de hoje dentro do PNI.

Neste sentido cabe pensar que, para além de um espaço de floresta em seu estado original, o PNI trata-se de um espaço calcado e também delimitado pelas ações humanas. As matas que o constituem também possuem as influências de seres humanos, pois, algumas sementes que contribuem para a constituição da fauna do PNI, não viajaram em bicos de animais ou através dos ventos, atravessaram estados dentro de caminhões e carroças.

Para finalizar sua fala, é impossível não perceber as marcas e sentimentos que aquelas terras deixaram nas memórias da senhora Irma. Mas será que são as características do lugar ou a maneira forçada ao qual foram submetidos para deixar suas propriedades que de alguma maneira traz esse sentimento de saudade e apego? Se por ventura não tivessem sido expropriados o sentimento seria o mesmo? De alguma maneira, o fascínio apresentado em sua última frase, “Mas como tinha fruta, tinha fruta, era incrível”, deixa transparecer um sentimento de dor e perda, um abandono forçado ao qual foram submetidos. Neste processo de colonização que durou poucos anos, só restaram as lembranças de como estariam se a desapropriação nunca tivesse ocorrido.

Seu Eugênio também busca explicar esta relação que se estabeleceu nos primeiros anos da expropriação. Segundo ele,

O IBDF, a policia florestal né, então nesse aspecto eles eram, foram até num certo ponto, assim, tolerantes. Porque, talvez a obrigação deles era dizer: aqui não entra mais ninguém né! Então as pessoas não tinham ainda frutas, já tinham plantado mas não tava produzindo ainda, então sabendo que eles tinham lá então eles até. Daí ia lá e pegava só que tinha que dizer onde que ia e

tinha um certo horário também pra permanecer e voltar. (SAUZEN, Eugênio, 2009-2012)

De certa forma, pensar no PNI através destas memórias narradas significa também, visualizá-lo por outros olhares. É possível através das narrativas, entender o espaço de reserva ambiental não somente pela perspectiva biológica mas também, pelo conhecimento tomado enquanto popular. Ouvir estas lembranças narradas significa também, abrir novos horizontes para a compreensão não somente deste parque em questão, mas de outras áreas demarcadas ou que estão em processo de demarcação.

Mesmo após o processo de desapropriação estar efetivado, muitas famílias continuaram estabelecendo contato com suas propriedades por um período de tempo. É possível que os fatores de sobrevivência prevaleçam enquanto motivadores para estes deslocamentos, entretanto, não é possível descartar que algumas destas visitas tinham como objetivo retornar aos lugares de memória, reencontrar pertences deixados ou abandonados ou simplesmente lembrar experiências de vida que a partir daquele momento seriam engolidas pela floresta. A forma como a expropriação foi desencadeada deixou marcas que ainda nos dias de hoje permanecem vivas em muitos destes antigos moradores.

No ano de 2009 durante entrevista realizada como o senhor Severino Berres, mais indícios destes pomares foram levantados incitando cada vez mais a vontade de percorrer e encontrar estes lugares de memória. O senhor Severino Berres, migrante do estado do Rio Grande do Sul e antigo morador do parque, também rememora seu processo de ocupação no PNI e destaca o conjunto de plantas que acredita estar ainda presente no interior da Unidade de Conservação. Segundo ele:

E aqui em cima, (se refere ao parque), não tinha fruta não tinha nada. Não tinha nada pra come (risadas). É! Bergamota, laranja, isso não existia ali! Nós trouxemos tudo do Rio Grande, tinha muda de laranja, bergamota, lima, limão. Um tempo antes de vim pra cá nós já tinha as muda pronta. Até no caminho nós perdemos umas muda porque o gado estragou, achamos que tava bem protegido num tonel e o bicho não sei como lá pulou com as pata da frente dentro, pisou tudo,

mas salvamos algumas. Aí quando chegamos aqui plantamos. Mas demorou um pouco porque tinha que limpar a terra. (BERRES, 2009)

O processo narrado pelo senhor Severino foi o mesmo vivido por centenas de outras famílias que habitaram o PNI. A grande maioria formada por migrantes dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, pequenos proprietários, deslocavam-se trazendo em suas bagagens tudo o que seria necessário para começar uma nova ocupação em suas propriedades rurais. Entre os seus pertences estavam animais e plantas que foram inseridos na paisagem do PNI, e em alguns casos, remodelaram de forma permanente a paisagem da floresta.

É interessante pensar na narrativa do senhor Severino quando ressalta que não havia nada para comer, ou em outras palavras, que não era possível sobreviver da floresta. Esse trecho da entrevista traz para a narrativa a bagagem cultural e os modos de vida que ele e sua família possuíam, ou seja, a forma de subsistência estava ligada ao trabalho na lavoura, ao plantio e criação de animais, ao espaço de terra formado pela derrubada da floresta. Neste caso, a mata representava o retrocesso que precisaria ser superado para alcançar o estágio de sobrevivência. Viver, na concepção do senhor Severino, era viver do e no campo.

O que me intriga neste relato é que em outros momentos da entrevista a floresta surge em suas memórias como o lugar do lazer, da diversão e da possibilidade de conseguir comida durante os primeiros meses de ocupação. Em suas palavras:

A no começo era difícil, aí eu pegava os cachorro e ia pro mato caçar e sempre pegava algum bichinho, um nambu, uma paquinha, sempre tinha alguma coisa. Tinha umas ceva também, às vezes até um pardinho²⁴ pegava. Depois mais pra frente quando tava tudo pronto produzindo não ia tanto, era mais pra diversão mesmo. Não tinha muito tempo né tinha que trabalhar, aí ia lá uma ou outra vez só pra divertir. As vezes pegava e ia buscar uns palmito, tinha bastante. Aí fazia aquelas conserva deixava tudo nos pote de vidro assim, nossa era gostoso. (BERRES, 2009)

²⁴ Pardo é o nome popular do Veado Mateiro, espécie muito presente no PNI.

Se em um primeiro momento a floresta é o lugar do desencontro que precisa ser substituída para dar espaço ao campo e aos modos de vida instituídos por estas famílias, com o passar do tempo ela ganha outras conotações e sentidos nas memórias do senhor Severino. Logo, a floresta é transformada no espaço de sociabilidades, mas acima de tudo, de onde era possível obter recursos de consumo. Nas memórias narradas pelo senhor Severino, a floresta deixou de ser o espaço vazio de recursos e tornou-se o lugar de recreação e complementação da subsistência de sua família.

Para além destes elementos, cabe mais uma vez pensar naquilo que estes moradores deixaram para trás quando de maneira compulsória, precisaram sair de suas terras. Este episódio cravado na história do Oeste do Paraná que ocorreu à mais de 30 anos, deixou seus vestígios na floresta hoje muitas vezes percebida e aclamada como lugar intocado. Para além das diversas espécies de plantas introduzidas por estas famílias, os restos das ocupações também permanecem escondidos e cobertos pela vegetação que se reconstituiu.

Mas os ex moradores de São José do Iguaçu não são os únicos a relembrar o seu passado vivido no interior do PNI e a destacar as variedades de plantas que foram introduzidas no interior do parque. De uma maneira geral, todas as entrevistas que foram realizadas com ex moradores, que na época eram pequenos proprietários, trouxeram à tona um passado que revelou as variedades de plantas introduzidas e que de alguma forma podem estar presentes no interior do parque.

No ano de 2014, durante os trabalhos de campo no entorno do PNI, realizei algumas entrevistas em uma pequena Comunidade Quilombola localizada no município de São Miguel do Iguaçu às margens do Parque Nacional do Iguaçu. Não tenho aqui o interesse de historicizar o processo de reconhecimento e formação desta comunidade, mas sim em compreender as relações estabelecidas com o parque bem como as mudanças na paisagem vivenciadas por alguns sujeitos.

Sendo assim, nas visitas que realizei tive a oportunidade de conversar com três moradores, dentre estes, dois deles haviam residido e trabalhado no interior do PNI, a senhora Aurora e o senhor Zacarias ambos aposentados. Em suas narrativas, o PNI emergiu com outras características e paisagens. Após o encerramento das entrevistas, durante meu deslocamento de retorno foi impossível olhar para a floresta sem se lançar em uma soma de pensamentos que buscavam da melhor forma possível reviver ou reencontrar as lembranças e detalhes revividos nas narrativas.

Durante a entrevista realizada com o senhor Zacarias, na tentativa de colher maiores informações sobre as características da paisagem do PNI nos anos de 1960-1970, foi possível constatar que a floresta que agora se encontrava tão próxima, em outra temporalidade estava destinada ao plantio, apresentando assim, uma paisagem agrícola, um cenário de vida rural. Em suas palavras:

Você já pensou, dentro de quarenta anos, essa frente aqui era tudo mandiocal. (fala isso apontando para o PNI). Aquele mato que o senhor ta vendo ali, aquilo ali era tudo terra mecanizada. Tudo no boi. Era uns 5 alqueires. Mais pra baixo ali tinha 18 alqueire de varjão de arroz plantado. Era um varjão coisa mais linda. Quem vê assim hoje não imagina, não faz ideia de como era isso. E tinha de tudo ali, planta que tu imagina tem. Laranja, mexerica, lima. Tinha gente que tinha pomar né, outros era só alguns pé assim ao redor da casa, o resto era lavoura. Nós sabemos bem direitinho porque nós nascemos aqui dentro. (ZACARIAS, 2014)

“Quem vê assim hoje não imagina, não faz ideia de como era isso”. Essas palavras do senhor Zacarias permaneceram por muito tempo em minhas reflexões e ainda provocam uma sensação de curiosidade. De alguma maneira elas sintetizam todo o contexto e a problemática da pesquisa. As palavras lançadas pelo senhor Zacarias durante a entrevista, as quais surgem em um momento no qual o próprio depoente realiza uma auto reflexão de seu passado, falam de lembrança, de paisagem e do imaginário. De maneira crítica elas estimulam a reflexão sobre a paisagem hoje constituída.

Não há qualquer indício que possa deslegitimar a reflexão proposta pelo senhor Zacarias. Para qualquer pessoa que não tenha vivenciado um passado de experiências sociais constituídas no lugar hoje ocupado pela floresta, fica de alguma maneira desprovida de elementos necessário que possam ajudar na reconstrução da paisagem em sua imaginação. O exercício de olhar para a floresta e conseguir identificar por meio da imaginação, um campo de plantio ou vilas, é algo extremamente complexo e por mais que em alguns momentos as cenas sejam construídas diante do olhar do pesquisador, de alguma

maneira, não dão conta de expressar a riqueza de detalhes de um passado vivido.

Confesso que durante a pesquisa, nos diversos deslocamentos que realizei pelo entorno do parque, muitos dos quais encostando na borda da mata, ficava imaginando como teria sido a vida das pessoas naquele lugar, ou, tentava de alguma maneira olhar para a floresta e visualizar as casas ou plantações que um dia ocuparam aquela paisagem. Esse processo por sua vez estimulava um sentimento de esperança de que em algum momento seria possível me deparar com vestígios das ocupações. Apesar de parecer impossível encontrar tais indícios em uma floresta tão extensa, em algum momento esse desejo investigativo foi atendido e as marcas humanas foram reveladas.

O senhor Zacarias não foi o único morador a lembrar da paisagem que em outros tempos fizera parte do PNI. Nas memórias da senhora Aurora, o verde da floresta hoje predominante, nos anos de 1960-1970 dera lugar a núcleos populacionais. Em suas palavras:

Aqui tinha serraria, tinha tudo. Caminhão puxando tora. Tinha tudo, tinha muita coisa. Aqui mesmo na frente tem mexerica, lima, só que a gente não vai buscar né, a gente sabe que tem. E depois tem uns poço ali também que a gente nem sabe onde é né, porque o mato escondeu né, então é perigoso. Nossa se chegar a cair num buraco daqueles. Eu escutei falar que tem duas casas ali ainda que não tiraram. Olhar assim é difícil acreditar que aconteceu tudo isso. Era um lugar bem diferente mesmo. (AURORA,2014)

Na narrativa rememorada pela senhora Aurora, existe uma grande semelhança com o relato apresentado pelo senhor Zacarias ao mencionar: “Olhar assim é difícil acreditar que aconteceu tudo isso”. É como se ao realizar a entrevista, os dois moradores puderam se deslocar até o passado e reviver a partir de suas memórias, não somente as experiências mas também todo o cenário paisagístico que em outra temporalidade estava colocado diante de seus olhos, muito próximo de suas residências. Como pesquisador, a sensação e impressão construída naquele momento era como se estivessem olhando para a borda da floresta e se perguntando: e se nada disso tivesse ocorrido, como estaria este lugar hoje?

Tais previsões não são possíveis de ser realizadas, entretanto há de se ponderar que o processo de desapropriação foi crucial na formação e constituição da paisagem hoje existente no PNI. É de extrema importância salientar que a partir do momento que as desapropriações foram efetivadas a floresta passou a viver um estágio de reestruturação incorporando em seu interior a diversidade de plantas que foram introduzidas pelas mãos humanas e redefinindo aquilo que poderia ser considerado como característica natural da Mata Atlântica, o que a botânica irá denominar de plantas exóticas ou espécies invasoras.

Mas que paisagem é esta mencionada pelo senhor Zacarias? Que lugar é este capaz de provocar suas memórias a reviver um passado de vida no campo? Durante a entrevista, realizada na varanda de sua casa, era possível ter uma visão clara e privilegiada do PNI e foi exatamente direcionado para este espaço, fazendo gestos com as mãos e apontando para a borda da mata que o senhor Zacarias recontou o seu passado. Seria possível em nosso imaginário reconstruir as memórias do senhor Zacarias?

Ou ainda, como estaria composta a paisagem neste local se levarmos em consideração as memórias de dona Aurora, que trouxeram não somente a vida no campo, mas também o início de um ciclo industrial que se formava na região Oeste do Paraná. As serrarias teriam permitido que a formação do parque assumisse tamanha proporção se por ventura as expropriações não tivessem ocorrido?

Para provocar esta reflexão, destaco a seguir uma imagem produzida na propriedade onde reside o senhor Zacarias, uma fotografia feita após a realização da entrevista. O espaço registrado é também o lugar de memória utilizado pelo senhor Zacarias durante o seu depoimento. Se levarmos em consideração o ângulo da imagem, a residência do senhor Zacarias e a varanda onde estávamos sentados encontram-se localizada atrás do fotógrafo, bem de frente a esta paisagem. Neste caso, cabe aqui uma provocação: onde agora a floresta se levanta, seria imaginável uma lavoura?

Fotografia 60 Comunidade Apepu / Entorno.



Fonte: Acervo do autor.

Na fotografia produzida ficam perceptíveis os limites constituídos entre a Comunidade do Apepu e o PNI, formados pela cerca que aparece ao fundo e a borda da mata que se estende pelo horizonte. Entretanto, devido o ângulo e distância de captação da imagem, a estrada de terra responsável pela divisão e demarcação da fronteira territorial entre estas duas paisagens ficou oculta na imagem.

Se por ventura fosse possível voltar no tempo e realizar o mesmo exercício fotográfico, o que veríamos nesta imagem não seria uma floresta se estendendo pelo horizonte, mas sim, uma paisagem de plantações onde as árvores estariam impedidas de se fazer presentes. A terra mecanizada e o mandiocal rememorados pelo senhor Zacarias estariam localizados exatamente no lugar hoje ocupado pela mata. Talvez algumas casas estariam localizadas ao fundo da imagem mas de qualquer maneira, o cenário hoje tomado como selvagem seria substituído por assentamentos humanos.

Neste sentido, as memórias narradas são de extrema importância não apenas para a pesquisa, mas principalmente para a história de ocupação e formação do Oeste do Paraná bem como, para compreensão da constituição do próprio Parque Nacional do Iguaçu.

Sem a presença da história oral, permitindo recontar e reconstituir a paisagem do PNI em diferentes pontos de sua extensão, o processo de formação do parque estaria relacionado apenas aos marcos legislativos, às versões memorialísticas construídas pelos órgãos que administram o parque e aos discursos ambientais construídos em diferentes temporalidades.

Diante da diversidade de relatos que reconstituem as formas de vida e ocupações que um dia existiram no atual PNI, fica cada vez menos sustentável a premissa da floresta preservada em seu estado original, tendo em vista que esse processo de colonização ocorrido nos anos de 1960, trouxe consigo não apenas pessoas, mas um conjunto de plantas que foram inseridas onde hoje cresce a floresta do parque. Mas é correto pensar que estas modificações ocorreram apenas nas áreas ocupadas e/ou colonizadas?

As narrativas do senhor Arno Gauer apontam o contrário. Mesmo tendo nunca residido no interior do PNI, sua trajetória de vida e relações estabelecidas com o parque fez com que suas ações modificassem não somente a floresta mas também o rio que a corta. Como já fora relatado, o senhor Arno juntamente com ajuda de outro colega, foram capazes de recortar um pedaço do PNI e o transformar em uma ilha. A ação foi ousada e remodelou permanentemente a paisagem e leito do rio.

Ao narrar o processo de construção da Ilha do Arno, o motivo apresentado para justificar a implementação do projeto foi o encurtamento da distância percorrida à remo no Rio Silva, com o intuito de facilitar e acelerar o percurso realizado na época para a chegada em pontos de pesca e caça. Entretanto, o senhor Arno revelou que esta foi apenas uma das outras modificações realizadas e entre elas, a que chamou mais atenção foi a reestruturação da paisagem natural no espaço utilizado como acampamento de caça.

Em um primeiro momento, a palavra acampamento incita a pensar em barracas de lona no meio da mata, sustentadas de maneira rudimentar por estacas de madeira cortadas da própria floresta. Penso também em um espaço onde a vegetação superficial e a cobertura de folhas deixa de existir dando lugar ao chão nu com área para descanso, instalação de redes e um ambiente específico destinado para a preparação das refeições. Todos estes elementos fazem parte do cenário de acampamento de caça, porém, o que me chamou a atenção não foram os materiais usados e inseridos na floresta, mas sim, o conjunto de plantas introduzidas no entorno do acampamento, com o objetivo de

melhorar e facilitar as condições de permanência dos sujeitos que se lançavam em expedições de caça.

Trago neste momento a narrativa do senhor Arno que auxilia na compreensão das relações socioambientais construídas no PNI em diferentes temporalidades e conjunturas. Em suas palavras:

Lá pra cima do salto eu plantei limão, vergamota. Já carrega faz anos. Plantei pra fazer caipira e comer. Plantei também pé de que já carrega a anos. Plantei perto do Silva. Mais pra cima bem pra cima lá na minha ilha. Pinhão, pinha também. Já tinha uns pezinho grande. Levava pinhão junto pra cozinhar né aí plantava. Aqui pra baixo tinha roça. Lá hoje ta cheio de pé de laranja, banana, limão. Tem pé de limão grande, carregado. Aí não precisava levar limão, já tinha lá. Tem pé de limão daquele lima, mas daquele graúdo, lá no meio do mato e são gostoso. (GAUER, 2014)

No início deste item o Senhor Severino Berres destacou a importância de modificar o espaço com a inserção de algumas variedades de plantas com o objetivo de extrair recursos que a floresta não fosse capaz de suprir. Porém diferente do senhor Severino, o lugar modificado pelo senhor Arno não se tratava de terra ocupada/colonizada mas sim de um acampamento de caça introduzido no interior do PNI. Há, portanto, nestas ações, a tentativa de transformar a floresta em lar, tornando-a o mais habitável possível, mesmo que o tempo de permanência no seu interior seja apenas de alguns dias.

Apesar da variedade de plantas introduzidas pelo senhor Arno me chamou a atenção a justificativa para o plantio de limão. Segundo senhor Arno, o plantio do limoeiro está relacionado com possibilidade de ter a matéria prima necessária para a confecção da caipirinha, uma bebida alcoólica feita com cachaça, açúcar e limão. Esta ação está mais pautada na preocupação de estabelecer condições de lazer do que da própria subsistência no espaço de floresta. Não haveria necessidade alguma de consumir a caipirinha como forma de sobrevivência a não ser, a própria necessidade de entender a atividade de acampamento e caça no meio da PNI como um espaço de lazer e descontração e dentro destas circunstâncias, introduziu-se na floresta novos elementos paisagísticos.

Outra planta que me chamou a atenção foi a introdução da Araucária através do plantio de suas sementes o pinhão. Se nos dias de

hoje o local rememorado fosse encontrado por equipes de controle e estudo ambiental, estas mudas de Araucárias, já transformadas em grandiosas árvores, seriam registradas ou entendidas como frutos das ações culturais naquele espaço de floresta ou apenas como ações naturais? Neste sentido, mesmo sem ter acesso ao local na floresta ao qual o senhor Arno se refere, suas memórias ajudaram a entender o PNI como um lugar constituído no processo relacional entre cultura e natureza.

Banana, laranja, limão, vergamota e pinhão, uma variedade de plantas que só passaram a existir no PNI por meio das atividades humanas vividas no interior da floresta, sejam elas nos locais onde houveram ocupações e colonizações, ou nos acampamentos de caça embrenhados na mata. Como estariam estes lugares nos dias de hoje? Seria possível que estas plantas resistissem ao avanço da floresta ou a sua existência não passa de mera esperança de um tempo vivido e hoje guardado nas memórias de alguns sujeitos? Independente de qual seja o cenário nestes lugares no interior do PNI, a paisagem presente nas memórias narradas foram capazes de revelar muito mais do que qualquer outra área do conhecimento pudera fazer. Os usos da História Oral e da História Ambiental de maneira imbricada introduziram novos sentidos nas concepções de paisagem construídas no PNI.

4.4 SÃO JOSÉ DO IGUAÇU: MEMÓRIAS E RUÍNAS

Na medida que novas fontes foram surgindo durante o processo investigativo, novas perguntas passaram a ser formuladas. Conforme a pesquisa avançava nos trabalhos bibliográficos, nos acervos documentais, depoimentos orais e visualização do entorno, uma parte deste processo permanecia longe de ser alcançada e só eclodia por meio das memórias narradas, ou seja, qual seria a paisagem existente na atualidade nos lugares onde a desapropriação dos anos de 1970 foi efetivada? Essa foi uma dúvida que me perseguiu por muito tempo e de alguma maneira transmitia uma sensação de que se por ventura não encontrasse alguma resposta, estaria deixando de cumprir com o papel social do pesquisador.

Caminhar pelo acervo da floresta se tornou um pensamento incessante e por algum motivo, quanto mais eu pesquisava nas fontes escritas e orais, maior era o impulso de presenciar e sentir os lugares de memórias narrados nas entrevistas. Diante do estado de emoção que a pesquisa começou a estimular, percebi que chegara o momento de ir em

busca dos vestígios deste passado, pois de alguma maneira, se fossem encontrados, poderia contribuir para que as experiências vividas no interior do PNI não fossem apagadas da memória pública difundida.

Entre todos os estágios desta pesquisa, este foi o mais difícil de ser realizado principalmente pelos trâmites legais necessários para adquirir a autorização para a realização da pesquisa no interior do Parque Nacional do Iguaçu, em pontos de difícil acesso e não destinados a visitação. Cada viagem realizada a Foz do Iguaçu, onde as etapas começavam a ser superadas uma a uma, ficava evidente a importância do trabalho do historiador que ocorre longe da bancada do computador, uma experiência extremamente importante e enriquecedora para o processo de análise e leitura das fontes. Havia um acervo escondido na floresta e de alguma maneira ele precisava ser encontrado.

Os trâmites desta jornada começaram a ser desenvolvidos no primeiro semestre de 2014 e a partir desta data, foram aproximadamente 12 meses até que fosse possível realizar o primeiro trabalho de campo no interior da floresta. Durante este período foi estabelecido o contato com o biólogo chefe do parque Apolônio Rodrigues e na época, vice diretor do parque, preenchi alguns formulários no site do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, troquei vários emails com a equipe de controle e fiscalização do parque e ao final de todo o processo consegui a liberação para a realização da pesquisa juntamente com o apoio de uma equipe do PNI.

O objetivo proposto era ter acesso aos locais onde nas décadas de 1960-1970, estavam localizadas as comunidades de São José do Iguaçu, na área de abrangência do município de São Miguel do Iguaçu e Santo Alberto, localizado em Foz do Iguaçu. É importante ressaltar que desde o início dos trâmites para obter a autorização de acesso, fui prontamente e cordialmente atendido pela equipe de gestão e controle do PNI e recebi as orientações e informações necessárias.

Assim, no dia 06 de maio de 2015, em uma quarta-feira, por volta das 08:00 horas da manhã, com um amanhecer nublado e frio, me desloquei em direção ao município de São Miguel do Iguaçu para encontrar com a equipe do PNI no local previamente combinado, para juntos, começarmos os trabalhos de localização das ruínas da comunidade de São José do Iguaçu. Após o encontro, o trajeto percorrido até o ponto de entrada no PNI, foi todo realizado por meio dos veículos oficiais do PNI e equipe de controle e fiscalização, que somou um total de seis servidores e posteriormente um morador do entorno.

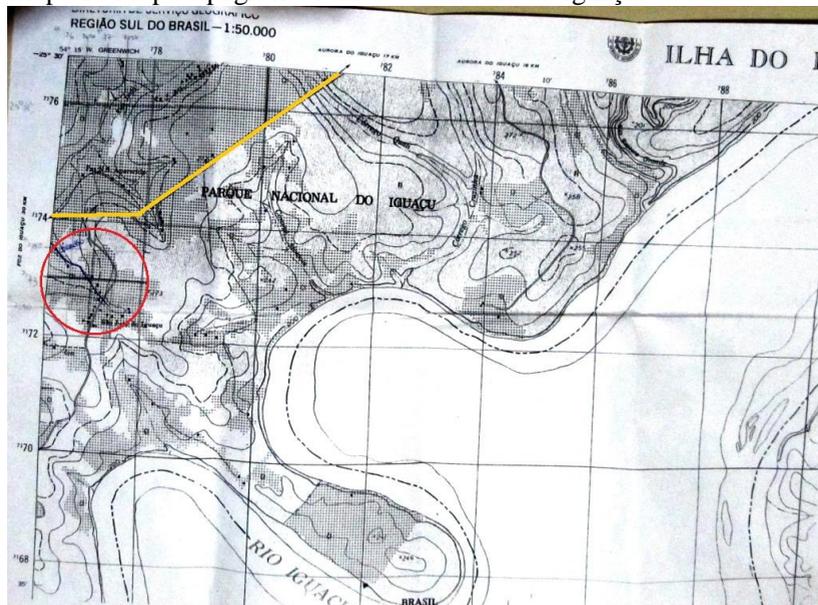
Após chegar no ponto de entrada, cada qual iniciou seus preparativos com mochilas, perneiras para evitar picadas de cobra, facões e uma boa reserva de água. Quanto a mim, não fiz por menos, minha mochila continha alguns lanches para o dia, meus dois cantis estavam plenos de água, minha roupa estava adequada para enfrentar os arranhões causados pelas plantas e minhas botas dariam conta de enfrentar o terreno a minha frente. Câmera nas mãos, gravador sempre apostado para captar qualquer informação que surgisse pelo caminho, caderneta e caneta no bolso, daquele momento em diante, iniciava o trabalho do historiador na busca por fontes em um arquivo pouco utilizado e nada convencional. Confesso que diante das circunstâncias, havia uma mistura de ansiedade e angústia que só seria sanada dependendo dos resultados colhidos na incursão.

É extremamente importante deixar claro que não pouparei esforços na utilização de imagens neste item do capítulo, pois, foi justamente por meio delas que a paisagem do PNI pode ser repensada ou em outras palavras, que a floresta do PNI foi revisitada. As imagens mostram que as vozes dos depoentes não se silenciaram e foram capazes de rememorar um passado vivido onde hoje encontra-se o PNI. Por outro lado, os vestígios destes gritos em busca do reconhecimento na memória regional, surgem em meio às folhas e musgos e se apresentam como lugares de memória que ajudam a materializar na imaginação dos leitores as experiências vividas e apagadas de maneira compulsória.

O ponto de entrada estava localizado em São Miguel do Iguaçu, e segundo o que foi apresentado pelo diretor do parque e chefe da equipe, Ivan Carlos Baptiston, seguiríamos em um percurso de aproximadamente três quilômetros por uma antiga trilha de caça que havia sido mapeada, até chegarmos ao ponto específico, onde com sorte, poderíamos encontrar algumas ruínas. Trago a seguir o mapa utilizado com algumas alterações feitas para dar maior visibilidade e facilitar a compreensão do objeto analisado.

A linha amarela marca o limite norte do parque e simboliza a antiga Estrada de Guarapuava, o círculo vermelho delimita a área de pesquisa e no centro deste está o ponto principal que deveria ser encontrado. Abaixo, marcando o limite sul pode ser visualizado o Rio Iguaçu. É possível identificar no mapa alguns pequenos pontos pretos, os quais, segundo Ivan, são restos de construções ou poços que foram localizados no interior na floresta e mapeados, a meu ver, formam um conjunto interessante das manifestações humanas que insistem em resistir ao esquecimento.

Mapa 14 Mapa topografia: ruínas de São José do Iguaçu.



Fonte: Acervo do autor (Mapa alterado).

Tendo em vista que torna-se um pouco confuso visualizar a dimensão do parque e analisar o local onde possivelmente fora constituída a comunidade de São José do Iguaçu, resolvi utilizar a ferramenta Google Earth com o objetivo de transmitir com clareza a amplitude do trabalho de campo realizado. Para execução desta tarefa, utilizei como base de apoio todos os dados de mapeamento apresentados e cedidos pela equipe do PNI e desta forma, o mesmo ponto apresentado pelo mapa anterior, pode ser analisado em melhores condições.

Mapa 15 Localização das ruínas de São José do Iguaçu.



Fonte: Google Earth (Elaborado pelo autor).

Esclarecido o ponto de entrada e o destino previsto, é chegado o momento de adentrarmos a mata em busca dos vestígios escondidos no interior da floresta. O primeiro indício da presença dos antigos moradores neste local apareceu por meio de uma grande dobradiça toda enferrujada cravada em um pilar de madeira escondido entre as folhagens. Pelo tamanho e características, trata-se de uma dobradiça de porteira ou portão de madeira, e de alguma forma estava simbolizando a entrada para a floresta. Certamente este era o exato local que demarcava o início e/ou entrada de alguma propriedade particular dentro do PNI.

Fotografia 61 Fragmentos de dobradiça e pilar de uma provável porteira.



Fonte: Acervo do autor.

Ao fundo da imagem é possível visualizar uma grande claridade. Isso ocorre pois o ângulo e a direção escolhida para a produção da fotografia foi um posicionamento de dentro para fora do parque, com o objetivo de demonstrar o quão próximo do limite do parque estava localizado este indício. O pilar que sustentava a porteira está a poucos metros do limite do parque, pois na época, estava inserida neste limite a estrada que ligava Foz do Iguaçu a Guarapuava, hoje chamada de Estrada Velha de Guarapuava. A porteira não mais existe, assim como, o caminho que ela guardava foi apagado pela vegetação, entretanto, o pouco que restou ressalva os traços culturais marcados na natureza dita intocada.

Na medida em que nos embrenhamos na floresta, me mantive atento para identificar qualquer elemento que por ventura não deveria estar naquele local. O primeiro rastro da comunidade estimulou a procura, mas por algum motivo, estava isolado naquele espaço e a sensação era de que o achado não era suficiente. Somente após aproximadamente uma hora e meia, novos indícios começaram a surgir, e qual foi a nova surpresa? Os pés de laranja fortemente rememorados nas narrativas dos depoentes erguiam-se na paisagem da floresta de tal

maneira que, para olhares menos atenciosos, seria impossível dizer que haviam sido plantados pelas mãos humanas.

Destaco a seguir três imagens que elucidam tais questões e auxiliam na reflexão das relações e socioambientais construídas e vividas no PNI. Além disso, contar com estas fontes visuais permite repensar nas concepções e significados construídos para e sobre a natureza intocada e a partir disso, lançar um olhar cauteloso sobre a paisagem que visa ser construída pelos órgãos que administram o PNI.

Fotografia 62 Pés de laranja.



Fonte: Acervo do autor.

“Lá plantava uma frutífera ela ficava saudável, deve ter até hoje lá meio abandonado, nos lugar onde tinha pomar deve ter vestígio hoje ainda.”(SAUZEN, Eugênio). “Meu pai tinha 82 pé, só laranja comum e aquilo era fechado, eu acho que isso hoje ainda existe deve de existir.” (SAUZEN, Claudete. 2009).“Bergamota, laranja, isso não existia ali! Nós trouxemos tudo do Rio Grande, tinha muda de laranja, bergamota, lima, limão.” (BERRES, 2009) Ao que tudo indica, as memórias não estavam equivocadas em insistir na existência dos pomares em meio a floresta.

A partir daquele momento, a esperança presente nas narrativas rememoradas que se negaram a aceitar a ocultação de um passado vivido foi alcançada e de certa forma, as vozes outrora sozinhas receberam um apoio significativo na luta pelos espaços de memória. Conforme fora rememorado em diversas entrevistas, havia na paisagem da floresta contornos que só foram possíveis de serem delineados por meio da relação imbricada entre cultura e natureza.

Fotografia 63 Pés de laranja 2.



Fonte: Acervo do autor.

Infelizmente não foi possível enquadrar em uma única imagem todas as laranjeiras presentes, mas é importante ressaltar que em um único local haviam três espécimes da planta. A espécie encontrada é a *Citrus sinensis*, pertencente a família Rutaceae, conhecida popularmente como Laranja Comum ou Laranja Doce. Em trabalhos realizados no campo da Botânica na Trilha do Poço Preto, espaço destinado a visitação, também foram constatadas espécies do gênero e outras plantas chamadas de invasivas ou exóticas, entretanto, estas espécies não se

restringiram a estes espaços e encontram-se espalhadas por outros pontos do PNI.²⁵

Em um artigo publicado na Revista Brasileira de Biociência, intitulado *Levantamento de plantas exóticas na trilha do Poço Preto, Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, Brasil*, os biólogos José Flávio Candido; Allyne Mayumi Rodolfo; Livia Godinho Temponi, destacam que os estudos sobre espécies exóticas invasoras no Brasil são recentes e de certa forma, insuficientes para a compreensão da diversidade de plantas inseridas em ecossistemas alterados. Segundo o estudo, em florestas tropicais, neste caso o PNI, as quais são menos suscetíveis a invasões, só poderia haver a incidência destas espécies no seu interior se alterações fossem realizadas no ambiente natural tais como: trilhas, estradas, linhas de transmissão de energia elétrica e clareiras. (CANDIDO, José F.; RODOLFO, Allyne M.; TEMPONI, Livia G., p.22-24, 2008)

É interessante pensar no artigo citado, pois, apesar do estudo ter sido realizado no interior do PNI, não há menção alguma aos antigos núcleos populacionais que existiram no parque. A presença de um complexo sistema de comunidades onde hoje cresce a floresta não foi discutida muito menos citada. Cabe neste sentido, ao campo da História dar vida aos personagens que fizeram parte deste processo e remodelaram de forma permanente a floresta e suas características paisagísticas, contribuindo assim para feitura das historicidades existentes na região.

A imagem a seguir revela outro detalhe importante para esta reflexão. Além dos frutos da Laranja Comum espalhados pelo chão, gostaria de chamar a atenção para a claridade e o espaço de livre trânsito existente neste local. Ao contrário da maior parte do deslocamento com muitos cipós, galhos, arbustos de pequeno porte, neste ponto em específico, a sensação que obtive era de como se estivesse em um jardim muito bem cuidado. Foi possível andar sem se enroscar, o chão não possuía armadilhas de cipó e o espaço entre as árvores era relativamente grande. Independente do que possa parecer é possível ponderar que a paisagem encontrada naquele ponto, em algum momento fora modificada pelas mãos humanas. Apesar de emocionante, foi preciso

²⁵ Ver: CANDIDO, José Flávio; RODOLFO, Allyne Mayumi; TEMPONI, Livia Godinho. *Levantamento de plantas exóticas na trilha do Poço Preto, Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, Brasil*. Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 6, supl. 1, p. 22-24, set. 2008.

seguir em frente para tentar descobrir o que a floresta ainda tentava esconder.

Fotografia 64 Laranja Comum / Área aberta.



Fonte: Acervo do autor.

Conforme seguimos em direção ao ponto definido no mapa, novos indícios começaram a surgir pelo caminho. Em um determinado momento percebi que a forração do solo estava se alterando e no lugar das folhas secas passou a prevalecer uma vegetação rasteira que parecia ter saído de um jardim. Ao questionar a equipe sobre a presença daquela espécie de planta, fui informado que tratava-se de uma planta invasora da espécie *Tradescantia zebrina*, pertencente a família *Commelinaceae* e popularmente conhecida como Zebrina; Trapoeraba Lambari, Trapoeraba-roxa, Trapoeraba-zebra. (CANDIDO, José F.; RODOLFO, Allyne M.; TEMPONI, Lívia G.. p.22-24. 2008)

A área de domínio da Trapoeraba era relativamente extensa e ao olhar com cautela para o solo com ares de jardim, percebi que outra espécie se diferenciava da paisagem natural, a *Sansevieria trifasciata* da família *Ruscaceae*, também conhecida como Espada de São Jorge. Para qualquer das direções que fossemos olhar, era possível encontrá-la

misturada com o restante da vegetação. Tendo em vista que as duas espécies foram e são largamente utilizadas em jardinagem e paisagismo, a conclusão que cheguei é de que estávamos nos aproximando da vila de São Jose do Iguazu e conseqüentemente, próximo do local onde deveria ter existido alguma residência.

Fotografia 65 Trapoeraba e Espada de São Jorge.



Fonte: Acervo do autor.

Confesso que se alguns anos atrás alguém me mostrasse tais imagens sem mencionar que eram resultados de uma longa pesquisa, não acreditaria que haviam sido produzidas no interior do PNI. Isto porque os discursos construídos para a floresta e difundidos na região surgem impregnados do mito moderno da natureza intocada, o que de certa forma cria uma espécie de nuvem sobre a diversidade de paisagens presente no parque. Sendo assim, é possível ponderar que ao invés de existir um único PNI, existam vários, construídos em diferentes conjunturas e temporalidades frutos das relações socioculturais e socioambientais.

Seguindo caminho pela mata e a poucos metros do jardim encontrado, mais um indício das historicidades vividas neste espaço de floresta, uma flor de Hibisco colibri ou Malvavisco destoava do restante

do verde e a sua presença naquele espaço tinha um significado importante: era sinal de que a poucos metros, provavelmente, havia existido um lar. Chamo aqui de lar pois, apesar dos usos medicinais, o hibisco foi muito utilizado na decoração de ambientes, no paisagismo e somando com as demais plantas encontradas, é possível compreender as sensibilidades que transformaram uma possível residência em lar. Havia algo de humano em todas estas plantas encontradas, como se em algum tempo recente alguém se dedicou para transformar um espaço rural e em processo de colonização, em algo aconchegante e acolhedor. Para que isso fosse possível, as flores e folhagens assumiram um papel de harmonização e rompimento com o espaço selvagem.

Fotografia 66 Hibisco colibri ou Malvavisco.



Fonte: Acervo do autor.

Segundo informações da equipe, todas as flores e folhagens que havíamos encontrado estavam enquadradas como plantas exóticas as quais, em algum momento da história da região, foram inseridas no interior do parque através das pessoas que viveram nestas localidades. Estar nestes lugares que em um passado recente estavam repletos de atividades humanas, foi algo que contribuiu com as análises lançadas sobre as fontes orais e visuais coletadas ao longo da pesquisa. A partir

daquele momento ficou mais fácil compreender os sentimentos de angústia, esperança, dor e felicidade, que emergiram ao longo de cada conversa estabelecida.

Em um determinado momento, durante nosso deslocamento, algo à frente se diferenciava do restante da paisagem vista até aquele momento. Com uma altura de aproximadamente 50 centímetros, em um tom esverdeado, erguia-se do solo uma estrutura em formato arredondado com um grande vão ao centro. Diante de nós estava o primeiro resquício de uma ocupação em melhores condições de preservação e maiores proporções. A ruína de um antigo poço artesiano escondido em meio a floresta revela o que as memórias narradas já haviam previsto, os vestígios ainda existem e fazem parte de um importante processo histórico vivenciado na região Oeste do Paraná.

Fotografia 67 Ruínas de um poço.



Fonte: Acervo do autor.

Os poços artesanais construídos nos anos 1960-1970, seguiam um padrão, eles eram escavados próximos às residências ou muitas vezes se edificava ao redor deste, uma parte da casa, como por exemplo, a varanda. Neste caso, não encontrei nenhum vestígio de colunas de sustentação que fizessem menção de que naquele espaço teria existido

uma casa, porém, a própria presença do poço já delimita a vida humana e as manifestações culturais que existiram no lugar hoje ocupado pela floresta. Sendo assim, determinei este ponto como a primeira residência de São José do Iguaçu encontrada nesta pesquisa.

O poço era apenas uma pequena parcela de tudo o que poderia ser encontrado, bastava calma e olhares atentos para começarmos a procurar ao redor, os vestígios deste passado. Após o achado, fizemos uma parada para um breve descanso e alimentação. Segundo o chefe da equipe, estávamos próximo da parte central da antiga vila e a partir disso, me orientou a estabelecer um raio de aproximadamente 50 metros para a realização dos trabalhos. Confesso que no início tentei cumprir as orientações, mas na medida que os achados foram acontecendo simplesmente me deixei levar por cada vestígio encontrado.

Após o descanso, defini como ponto de partida a primeira residência encontrada e lancei-me na floresta na busca dos indícios das ocupações em São José do Iguaçu. Não foi difícil para que o rastro deixado pela desapropriação nos anos de 1970 começasse a aparecer. Em meio as Trapoeirabas-lambari um pedaço de balde em metal, completamente enferrujado resistia às investidas naturais para se manter presente naquele espaço.

Fotografia 68 Fragmentos de balde de metal.



Fonte: Acervo do autor.

Encontrar este pedaço de balde me levou a imaginar quantas pessoas e histórias estavam por trás daquela peça. Na vida do campo, baldes como este são comumente utilizados no processo de retirada de leite em vacas leiteiras. Também poderia ser uma peça que fora utilizada para a execução de trabalhos domésticos ou por ventura em outras atividades realizadas no mundo do trabalho do campo, como por exemplo, na preparação do trato para os animais. Independente dos usos destinados a esta peça e impossíveis de serem previstos com exatidão, poder vislumbrá-la em meio à floresta significa romper com o mito moderno da natureza intocada e acima de tudo, recontar a história do Oeste do Paraná e a própria história de formação do PNI.

Correndo contra o tempo na tentativa de encontrar um maior número possível de fontes materiais neste lugar de memória, percebi uma estrutura curiosa escondida em meio às árvores de pequeno porte. Pela forma e proporção, em um primeiro momento cogitei se tratar de um antigo forno ou fogão a lenha, ou até mesmo os restos de uma churrasqueira. Conforme me aproximei do objeto pude constatar que nenhuma das opções cogitadas era a correta. A obra humana no meio da floresta tratava-se de mais um poço artesiano que se erguia do chão a uma altura de aproximadamente um metro e meio.

Fotografia 69 Fragmentos de um poço artesiano: Residência 2.



Fonte: Acervo do autor.

Em uma rápida observação no local, outros resquícios se ocultavam em meio às folhagens, galhos e musgos. Entre eles e muito próximas do poço, estavam as colunas que provavelmente sustentavam a casa que um dia existiu neste local. Nota-se que estas estruturas seguem o mesmo padrão de altura do poço, o que significa que ambos objetos faziam parte da mesma edificação. A contar pelos vestígios deixados, a casa que ficava a uma boa altura do chão, protegida das intempéries e do contato com animais, deveria estar construída toda em madeira e muito provavelmente tenha sido desmontada para que fosse reaproveitada na construção das benfeitorias onde foram reassentados.

Fotografia 70 Colunas de sustentação: Residência 2.



Fonte: Acervo do autor.

Encontrar estas evidências no meio da floresta não é tarefa fácil pois estruturas como colunas de sustentação ou cercas, quando vistas de longe, tendem a passar despercebidas devido sua aparência com o restante da vegetação. Por se tratarem de vestígios feitos em madeira e cobertas com musgos e fungos são capazes de adquirir um alto grau de simulação com as características do terreno. Neste caso, cabe ao historiador que ousa pisar neste arquivo nada convencional, perceber estas características peculiares, entre elas, o formato muitas vezes

retilíneo, o corte em sua base de apoio e principalmente, a altura e o alinhamento entre um objeto e outro. Estar atento a estas características e metodologia, permite cometer menos erros durante o deslocamento atencioso pela mata e identificar com maior cautela o objeto encontrado.

Durante o deslocamento que deixou de ser planejado e passou a ser motivado pelos rastros materiais ainda presentes onde hoje cresce a floresta, me deparei com vários objetos que fizeram parte do cotidiano destas pessoas. Devido a quantidade encontrada, optei por selecionar apenas algumas imagens que de certa forma, dão conta de apresentar a diversidade e as condições do local. A paisagem existente neste pedaço de floresta, digna de qualquer roteiro de filme, lembra lugares onde a população deixou de existir, restando apenas os rastros e a situação de abandono. Pisar nestas memórias trouxe uma sensação de angústia e ao mesmo tempo foi inevitável não pensar nos sentimentos de centenas de famílias forçadas a deixar para trás seus lugares de memória e identidade.

A primeira imagem dos objetos de maior porte encontrados lembra um tacho ou um cocho feito em metal. Apesar de se tratar de um importante item para a vida e trabalho no campo, por algum motivo foi deixado para trás. O objeto de aproximadamente um metro e meio de comprimento e setenta centímetros de largura, estava completamente enferrujado e corroído pela ação do tempo.

Fotografia 71 Fragmentos de tacho ou cocho.



Fonte: Acervo do autor.

Também encontrei na área de estudo, três tonéis em lata cada qual em diferentes pontos da floresta. Um deles estava parcialmente coberto pela vegetação, o outro com árvores de pequeno porte crescendo no seu interior e o terceiro, simplesmente jogado sobre o solo a mercê das ações naturais que lentamente realizam o trabalho de ocultá-lo em meio à floresta ou corroê-lo até que um dia deixe de existir. É certo que um dia alguns destes objetos desaparecerão por completo mas independente disso, estas trajetórias de vida narradas e agora fotografadas poderão perdurar por muito mais tempo na memória pública difundida.

Fotografia 72 Tonel de lata.



Fonte: Acervo do autor.

Além dos vestígios materiais que remetem a vida no trabalho e no campo, também encontrei uma grande quantidade de objetos de cunho doméstico, tais como, potes de vidro, garrafas dos mais variados tamanhos e formatos, latas de condimentos e restos de louça e cerâmica. Espantou-me a quantidade encontrada desta categoria de materiais o que me fez cogitar que, por ter se tratado de uma desapropriação compulsória, muitos moradores devem ter deixado no local tudo o que

não fossem precisar ou que já estivesse sem uso. Ao que tudo indica não houve preocupação com as condições de higiene deixadas, pois de certa forma, tratou-se de um processo forçado e que gerou sentimentos de revolta nos seus envolvidos.

Fotografia 73 Fragmentos de louça ou cerâmica.



Fonte: Acervo do autor.

Outro material fartamente encontrado foram restos de telhas e tijolos, porém a grande maioria em condições de difícil identificação. Devido o tamanho e a facilidade em absorver a umidade são facilmente ocultados pela floresta que os cobre com folhas ou com musgos e cogumelos. Ainda assim, encontrei uma quantidade considerável, alguns como peças isoladas e outros em pequenas estruturas que deveriam formar a base de casas que já contavam com piso em alvenaria.

É impressionante pensar como em um espaço de tempo de aproximadamente quarenta a floresta se constituiu ao redor e sobre os vestígios deixados para trás. Em alguns lugares onde a base da casa fora feita de tijolos e concreto, é possível perceber uma relação imbricada na constituição da paisagem da floresta, onde ora a floresta modifica e

altera o objeto presente, ora é o objeto que delimita o contorno e a forma que a floresta deve adquirir para que possa crescer. Neste processo cultura e natureza se fundem em uma relação de disputa mas ao mesmo tempo de reconstituição de sentidos paisagísticos.

Na imagem a seguir a relação entre cultura e natureza pode ser percebida com maior clareza e mesmo que algum dia a natureza consiga esconder por completo estes vestígios, ainda assim existirão no seu subsolo, as marcas culturais de um tempo vivido.

Fotografia 74 Pedacos de tijolos.



Fonte: Acervo do autor.

Gostaria de destacar outras duas fotografias de ruínas de residências encontradas. As duas em questão estavam em melhor estado de conservação pois uma parte da base da casa fora construída em alvenaria, facilitando também a sua localização no meio da mata. Na imagem descrita como “Residência 3”, as poucas árvores que crescem ao redor da estrutura são de pequeno porte e em algumas partes a natureza conseguiu romper a resistência e a força perpetrada pela ação humana e remodelou a paisagem que um dia existiu.

A fotografia intitulada, “Residência 4”, é a última imagem de residência que trago para a confecção deste item e a escolha de trazê-la nesta parte do texto se deve ao fato de que optei por deixar o melhor para o final. Entre todas as estruturas encontradas, esta foi a que estava em melhores condições de preservação. Em uma única obra foi possível identificar um poço artesiano, a base de alvenaria de uma casa e uma escada também construída em alvenaria. Ainda neste mesmo local, havia colunas de sustentação em madeira que faziam parte dos outros cômodos da casa, mas infelizmente não foi possível enquadrar todos os elementos em uma única imagem. Estas duas imagens são capazes de demonstrar a dimensão e complexidade da vida humana que estava constituída neste local, e em um período curto de tempo, deixaram de existir dando lugar a floresta.

Fotografia 75 Fragmentos de uma residência 3.



Fonte: Acervo do autor.

Fotografia 76 Fragmentos de uma residência 4.



Fonte: Acervo do autor.

Após permanecermos no local por aproximadamente três horas, localizamos um total de oito possíveis residências com colunas de sustentação em madeira ou base de alvenaria, vários objetos de uso doméstico e trabalho no campo, palanques de cercas, pedaços de telhas e tijolos e muitas plantas frutíferas e ornamentais que provavelmente eram cultivadas no entorno das casas. Entre as espécies encontradas estão: laranja comum, limão, ameixa, lima, zebrina e a espada de são jorge.

Por volta das três horas da tarde iniciamos o deslocamento de retorno e lentamente entre galhos e folhas fomos deixando para trás os resquícios materiais de um tempo vivido. As trajetórias de vidas humanas presenciadas naquele local, os laços de reciprocidades construídos entre os vizinhos e as tensões e embates, que só podem ser recontados pelos sujeitos que viveram estas experiências, também permanecem como fantasmas nas ruínas que não se deixam encobrir pela floresta. Poder caminhar, relatar e fotografar este lugar de memória foi uma experiência única e enriquecedora para a pesquisa. Depois de alguns anos de espera, a sensação de poder contribuir para a compreensão da história regional e do processo de formação do parque

foi algo acolhedor, mas não deixou de implicar em novas incitações e perguntas.

De qualquer maneira, percorrer o arquivo da floresta me fez perceber o quanto o mito da natureza intocada construído para o PNI é insustentável diante de tantos indícios e marcas humanas que de alguma maneira reconstituem o parque nos dias de hoje. O que pude concluir com todo esse processo investigativo em meio a mata é de que o PNI não é natural em sua plenitude e que as paisagens que o constituem foram constituídas em diferentes temporalidades e conjunturas. Por fim, trago uma última imagem a qual, na minha opinião retrata com maior fidelidade os sentidos que a floresta do PNI pode ocupar. Havia gente na floresta e esse vivenciar remodelou o espaço tomado enquanto natural.

Fotografia 77 Chinelo de borracha.



Fonte: Acervo do autor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o processo investigativo e feitura da tese, estabeleci como eixo de análise e pesquisa a busca pela compreensão do processo de construção de valores e significados que foram estabelecidos para e sobre a floresta que constitui o Parque Nacional do Iguaçu - PNI. Entender o parque como um espaço marcado pela presença humana e as intervenções motivadas durante este processo de relações socioambientais, foi uma das tarefas que permitiu expandir o horizonte de análise sobre a diversidade de discursos, legislações e práticas desenvolvidas no espaço demarcado da floresta.

Outro ponto de grande relevância foi entender o PNI em sua diversidade e amplitude que sua proporção territorial ocupa. De uma maneira geral, as Cataratas do Iguaçu, principal ponto de exploração turística do parque, assume no imaginário dos visitantes, o papel protagonista que constrói significados para o parque, ocultando desta forma, a diversidade de culturas, experiências e embates que foram constituídas em outros pontos do parque e principalmente, no entorno da floresta. Entender o PNI para além do espaço das Cataratas do Iguaçu constitui-se como fio condutor desta pesquisa.

Também foi de fundamental importância analisar a construção e manutenção dos sentidos que configuram ao PNI o lugar demarcado como espaço selvagem e intocado. Perceber como nos dias atuais, estes discursos são empregados e quais os artifícios utilizados como instrumentos que permitem construir no imaginário dos visitantes, os valores necessários para entender o parque como um lugar que lhe confere características de um paraíso perdido, ou de uma natureza em seu estado original, possibilitou desvendar os mitos e os vestígios que a floresta possui.

Ao longo da pesquisa foi possível entender que a floresta hoje reivindicada pela empresa que administra e explora as atividades turísticas de visitação e pelos órgãos de controle, como o lugar intocado ou em seu estado original, fora em outras temporalidades, formada por agrupamentos populacionais que de alguma maneira alteraram as características da floresta. Estes agrupamentos foram responsáveis pela inserção de uma variedade de plantas e pela reconstituição da paisagem deixando marcas que lentamente passaram a ser entendidas como elementos naturais da floresta.

No primeiro capítulo foi possível analisar as conjunturas nacionais e internacionais que ao longo do século XX definiram padrões e sistemas legislativos que tornaram-se determinantes no processo de

criação e reafirmação do Parque Nacional do Iguaçu. Além disso, por meio de uma análise e reflexão bibliográfica, o primeiro capítulo permitiu compreender como a dicotomia entre homem e natureza ou, entre parques e sujeitos, foi construída e ressignificada, alegando valores simbólicos e estéticos que passaram a definir os recortes na paisagem que deveriam ser resguardados e preservados para as futuras gerações, ou, para a exploração turística.

Foi possível ao longo do primeiro capítulo entender o processo de construção da legislação ambiental brasileira imbricado com movimentos e discussões de cunho ambiental que eclodiram em outros países. Neste processo de ressignificação da natureza e preocupação com os avanços industriais, houve a necessidade de resguardar porções territoriais com marcas e características específicas de cada região com o intuito de formação de parques que pudessem oferecer aos sujeitos, lugares de contemplação do espaço natural. Sob este viés, o Estado brasileiro iniciou a implantação de unidades de conservação, os parques nacionais, na década de 1930, culminando na implantação do Parque Nacional do Iguaçu – PNI, em 1939.

Com relação ao processo de reconhecimento do PNI, promulgado na década de 1960, chega-se a conclusão que ao mesmo tempo em que teve como objetivo realizar o levantamento das espécies de plantas e características do parque houve de maneira precisa, a ocultação da presença das centenas de famílias que residiam no interior do parque durante os anos de 1960-1970. Também ficou evidente que enquanto unidade de conservação, os limites territoriais do parque não estavam consolidados apresentando uma situação fundiária complexa que permanece com pendências na atualidade.

Outro objetivo lançado nesta tese foi mergulhar nos espaços destinados para a exploração turística buscando compreender como os discursos construídos para os visitantes são empregados e quais os elementos simbólicos presentes que possam por ventura construir e reconstruir os mitos da floresta e da natureza em seu estado original. Apesar das dificuldades e limitações de acesso, este labor foi desenvolvido com grande empenho. Ficou evidente que os espaços destinados para a visitação são preparados com o objetivo de encantar olhares, mas acima de tudo, de ressignificar a natureza muitas vezes ocultando as intervenções humanas e em outros casos, remodelando a paisagem com intuito de permitir aos sujeitos, melhores condições de contemplação. De qualquer forma, em ambas as ações, a natureza apresentada está repleta de manifestações e motivações culturais que

conferem valores aos espaços e definem a paisagem que deve ser preservada.

Durante o conjunto de análises sobre os lugares de destinação turística do PNI, constatou-se que o espaço das Cataratas do Iguazu assume, nos discursos e práticas turísticas, o lugar protagonista do Parque Nacional do Iguazu. Neste cenário, o Parque Nacional do Iguazu figura como um complemento às Cataratas do Iguazu e não o contrário. As Cataratas, parte significativa do parque, ocupa no imaginário dos visitantes o lugar central que define a plenitude dos sentidos e das ações do PNI. Neste processo, o conjunto da floresta, bem como, todo seu entorno, permanece como agente secundário no imaginário dos visitantes e nas políticas de incentivo e exploração turística.

Imerso na compreensão das hipóteses que apontavam para o universo artificial e cultural que porventura, estava sendo empregado na construção de sentidos para a floresta, foi possível identificar e problematizar a gama de recursos e situações utilizadas pelas empresas que administram e exploram atividades turísticas no parque, como mecanismos que auxiliam na valorização dos elementos naturais da floresta. Os sons de pássaros gravados em áudios, as inúmeras imagens de animais silvestres e a adequação da floresta para a realização de percursos, são apenas alguns dos diversos elementos que permitem às empresas de exploração turística, valorizar e ressignificar o imaginário selvagem da floresta do PNI.

Além dos espaços destinados a contemplação da natureza, fez-se necessário analisar os espaços de convivência e a estrutura física do parque. Um espaço em especial chamou a atenção, o museu de imagens localizado no Centro de Visitantes e ganhou um item completo desta tese destinado para compreensão de seu papel no conjunto memorial do parque. O local, equipado com um acervo fruto de doações oriundas de pessoas que em temporalidades diversas, tiveram alguma experiência com o PNI, é também um espaço construtor de significados para o parque.

Não há de forma explícita a apresentação de imagens que façam menção aos antigos moradores que viviam no interior do parque. O museu assume na memória do parque, um papel de valorização do espaço das Cataratas do Iguazu e deixa o restante do PNI e toda sua extensão territorial, oculto ou pouco abordado. Assim como os demais elementos simbólicos, o museu de imagens valoriza as Cataratas do Iguazu que assume neste sentido, o lugar central do parque e das memórias construídas pelo acervo.

Além disso, o museu localizado no Centro de Visitantes é apenas uma extensão do projeto Memória das Cataratas que culminou na publicação de duas obras que conferem destaque às imagens fotográficas. Entretanto, apesar da grande quantidade do acervo levantado, as obras dão destaque apenas a algumas famílias que ocuparam e ainda ocupam status econômico e social de grande relevância na cidade de Foz do Iguaçu. Neste sentido, foi possível constatar que o projeto memorialístico para além de reconstruir uma história para as Cataratas do Iguaçu, tem como objetivo, construir e destacar a história de algumas famílias que ocuparam espaços de poder político e econômico durante o processo de formação do município de Foz do Iguaçu.

Percorrer o entorno do parque foi uma das aspirações que motivou a pesquisa antes mesmo dela ocorrer. Quando, na condição de morador da região Oeste do Paraná, passei a ouvir as narrativas dos antigos moradores do parque, bem como, dos que residiam em alguns pontos no entorno, senti que não seria possível realizar esta pesquisa sem que ao menos me lançasse na tentativa de observar as paisagens do PNI que constituem e delinham as bordas da floresta. Inspirado pela obra de Simon Schama, *Paisagem e Memória*, debrucei-me sobre o acervo nada peculiar da floresta na busca pelos sentidos e sensações que pudessem me auxiliar na compreensão de todo o universo de valores e significados que foram construídos sobre e para o PNI.

Apesar das lacunas que permitem novos questionamentos, é possível afirmar que avançar sobre este terreno de percepção da paisagem sob um olhar focado na compreensão dos mitos e significados construídos para a floresta, foi uma experiência que enriqueceu o desenvolvimento da pesquisa. Além disso, trilhar por estes caminhos possibilitou trazer para esta tese, outros olhares e paisagens que também fazem parte do PNI, mas que permaneceram ocultas ou pouco difundidas pelos discursos dos órgãos e empresas que administram e exploram o parque.

Caminhar investigando o entorno do PNI revelou que a floresta outrora reivindicada como o lugar selvagem ou, em seu estado natural original, está repleta de marcas e manifestações humanas, e suas paisagens, misturam-se com as paisagens da vida no campo. Em alguns pontos, no lugar da floresta havia pastagem e animais de criação, em outros, vestígios de ocupação. De qualquer maneira, ficou evidente que o PNI para além de ser entendido como o espaço natural, deve ser problematizado enquanto um espaço galgado pelas experiências

humanas que em outras temporalidades redesenharam a paisagem da floresta.

Outro ponto fundamental neste processo de investigação do entorno foi a oportunidade de localizar e ouvir diversos moradores que vivem às margens da floresta. As experiências narradas das relações sociais estabelecidas com a floresta permitiram analisar os embates e enfrentamentos experimentados entre os moradores do entorno e os agentes de controle e proteção do parque. Apesar da grande maioria das experiências evidenciarem um passado de agressão e ausência de diálogos, também destacaram que na atualidade, os debates entre os dois grupos foram estabelecidos e as tensões foram diminuídas.

Também foi possível compreender a diversidade de experiências vividas e construídas no processo relacional com a floresta. Os banhos de cachoeira, as trilhas, as árvores de fruta, os rios, a pesca, experiências vividas em diferentes temporalidades e que são constitutivas e constituintes dos sujeitos, mas que, devido o desenvolvimento da legislação ambiental, passaram a ser definidas como crimes ambientais e deixaram de fazer parte do cotidiano de muitas famílias. De uma maneira geral, as memórias narradas reivindicam um passado de relações com a floresta e expressam um sentimento de perda e ao mesmo tempo de revolta quando comparado com os usos e a exploração turística que ocorre no interior do parque.

Por fim, apesar dos discursos e dos esforços em transformar o PNI em uma floresta primitiva e em seu estado original, as marcas humanas encontradas pelos caminhos da pesquisa no interior do parque, permitiram repensar o mito moderno da natureza intocada e vislumbrar as relações socioambientais construídas ao longo do tempo. As plantas cultivadas, as trilhas planejadas, as construções e ruínas no meio da floresta, revelaram histórias do PNI pouco ou quase nada, divulgadas na memória pública do parque.

Além disso, apesar da regulamentação fundiária ser anunciada como um problema resolvido em sua totalidade, foi possível afirmar que este processo ainda continua incompleto, pois algumas das ilhas localizadas no Rio Iguaçu, trecho sob domínio do parque, permanecem ainda em nome de terceiros. Alegar que a situação fundiária encontra-se regulamentada quando na verdade existem sérias lacunas neste processo, contribui para a construção do mito da natureza intocada e acima de tudo, silencia e oculta uma situação de interesse público.

Por meio dos relatos orais, foi possível apreender diferentes formas e relações que os grupos humanos estabeleceram com o parque desde sua criação. Seja por meio daqueles que viveram no interior ou

dos moradores lindeiros, que ainda assim utilizavam o parque, foi possível compreender as variações de significados e valores que os sujeitos estabeleceram para o parque como, por exemplo, as nomenclaturas de lugares no interior da floresta que ainda são utilizadas como mecanismos de referência e identidade. Enquanto para agentes de controle ambiental o Rio Silva, por exemplo, pode ser entendido a partir de conceituações técnicas, para alguns grupos humanos, aquele espaço está repleto de marcas e terminologias que foram forjadas pelas experiências humanas em diferentes temporalidades.

Além disso, as narrativas orais permitiram problematizar o mito moderno da floresta intocada, pois revelaram um conjunto de experiências e manifestações humanas desenvolvidas no interior da floresta, a quais, modificaram e ressignificaram o espaço ocupado, inserindo plantas que não faziam parte da paisagem do parque. Também foi possível compreender que estas alterações na paisagem não ocorreram apenas no âmbito das antigas ocupações e colonizações. Estas por sua vez, incidiram de forma mais ampla por meio de grupos que adentraram o parque ao longo dos anos modificando a floresta para adaptá-la aos usos da pesca e da caça.

Neste processo de busca pelas marcas humanas em meio à floresta do PNI, apesar das memórias narradas revelarem a existência de vestígios de ocupação, havia um anseio que ficou latente desde o início da pesquisa, o qual, de alguma maneira, deveria ser aprofundado. Encontrar estes lugares não foi uma tarefa fácil, porém, foi uma experiência extremamente enriquecedora e permitiu lançar olhares sobre a paisagem fortemente rememorada pelos depoentes. Os vestígios revelaram os avanços da floresta, mas acima de tudo, as memórias de um tempo vivido e as marcas de um passado de cultura que lentamente passa a ser coberto pela vegetação.

É certo que algumas questões permaneceram sem respostas as quais, por diferentes motivos não foram alcançadas. Escolher mantê-las na tese têm como objetivo manter o papel ético de pesquisador o qual, antes mesmo de encerrar os debates possui a responsabilidades de revelar os indícios encontrados e apontar novas possibilidades de pesquisa. Acredito que as questões aqui levantadas servirão de inspiração para outros pesquisadores que almejem adentrar os caminhos investigativos do PNI ou até mesmo da História Ambiental contribuindo assim para o desenvolvimento científico e elucidação de diferentes conjunturas principalmente relacionadas ao espaço Oeste paranaense.

FONTES

ORAIS

AURORA; ZACARIAS. Entrevista de Aurora Correia e Zacarias, realizada em 2014. Residentes no município de São Miguel do Iguaçu. Comunidade Negra Apepu, lindeiros ao PNI.

BELÃO. Entrevista de Agostinho Belão, realizada em 06 de agosto de 2014. Residente no município de Serranópolis do Iguaçu, lindeiro ao PNI.

BERRES. Entrevista de Severino Berres, gravada em 29 de janeiro de 2009. Ex-morador do PNI. Migrou do Rio Grande do Sul com a família em 1965 e ocupou/colonizou Santo Alberto, interior do PNI. Foram desapropriados em 1975. Reside atualmente em Santa Rosa do Ocoí, no município de São Miguel do Iguaçu – PR.

GAUER. Entrevista de Arno Gauer (in memoriam), realizada em 2013. Aposentado, residente no distrito de Santa Clara, no município de Capanema, às margens do Rio Iguaçu. Faleceu no ano de 2015.

GUSMÃO. Entrevista de Alberto Gusmão, gravada em maio de 2015. Aposentado morador do município de Céu Azul próximo a Estrada Velha de Guarapuava.

MAHL. Entrevista de Egon Mahl, realizada em 06 de agosto de 2014. Residente no município de Serranópolis do Iguaçu, lindeiro ao PNI.

RODRIGUES. Entrevista de Apolônio Rodrigues, realizada em 30 de julho de 2014. Na época vice-diretor do PNI e biólogo chefe.

SAUZEN, C. Entrevista de Claudete Terezinha Sauzen, gravada em 17 de fevereiro de 2009. Ex-moradora do PNI.

SAUZEN, E. Entrevista de Eugênio Sauzen, gravada em 17 de fevereiro de 2009. Ex-morador do PNI.

SAUZEN, I. Entrevista de Irma Sauzen, gravada em 17 de fevereiro de 2009. Ex-moradora do PNI.

SOARES, A. Entrevista de Adelaide Almeida Soares, gravada em 20 de maio de 2013. Casada, residente no município de Céu Azul às margens da BR 277, próximo ao PNI.

SOARES, S. Entrevista de Sandra Soares, gravada em 2015 durante visitação. Casada, turista no PNI.

WELTER. Entrevista de Jonas Welter, realizada em 2013. Residente no município de Capanema.

Entrevista de Luiz Antonio Schneider, gravada em 15 de março de 2013. Casado, residente no município de Céu Azul, PR, próximo ao PNI.

ESCRITAS

CORREA, Marcos de S . *Meu vizinho, o Parque Nacional do Iguaçu*. Cascavel, PR: Tuicial, 2009.

BASSO, Lígia.(coord.). *Projeto Memória das Cataratas*. Foz do iguaçu, 2009.

Decreto n  1035 de 10 de janeiro de 1939. Delimita a criação do PNI.

Decreto n  6.505 de 17 de maio de 1944; n  6.587 de 14 de junho de 1944 e n  6.664 de 7 de julho de 1944. Definem ampliações da área de abrangência do PNI.

Decreto Lei n  289 de 28 de fevereiro de 1967. Cria o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e dá outras providências.

Lei n  4771 - de 15 de setembro de 1965. Institui o novo Código Florestal.

Lei n  5.197 de 03 de janeiro de 1967. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências.

Lei n  6634, de 02/05/79 e Decreto n  85.064, de 26/08/80, que dispõem sobre a Faixa de Fronteira

Portaria nº 91, de 16 de Agosto de 2012, que define normas e procedimentos para o ordenamento do uso público de parte do território do Parque Nacional do Iguaçu.

CGN. *Mandado determina reintegração de posse do Parque Nacional*. Dia 06 de maio de 2014. Cascavel, PR

DELEGACIA ESTADUAL DO PARANÁ - IBDF. *Relatório de 1975*. Arquivo do Parque Nacional do Iguaçu.

INVENTÁRIO DE RECONHECIMENTO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal e Centro de Pesquisas Florestais da Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 1968. Arquivo do Parque Nacional do Iguaçu.

JORNAL MENSAGEIRO. *Audiência sobre Estrada do Colono traz esperança*. Medianeira, 12 de dezembro de 2009.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza. Brasília. 1981.

PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Brasília, agosto de 2000.

CATARATAS DO IGUAÇU S/A.
(<http://www.cataratasdoiguacu.com.br/>)

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. *Iguaçu recebe 1.6 milhão de turistas em 2015*. Acesso em: (<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/7555-iguacu-recebe-1-6-milhao-de-turistas-em-2015>)

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio. *Cataratas do Iguaçu ganha espaço da memória*. 05 de janeiro de 2015. Acesso em: (<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/6683-cataratas-do-iguacu-ganha-espaco-da-memoria>)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÉU AZUL. *História do Município*. Acesso em (<https://www.ceuazul.pr.gov.br/municipio/historia>)

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Acesso em: (<http://cod.ibge.gov.br/7z4>)

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ, *Histórico*. Acesso em (<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=37>)

INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ. *Estado regulariza situação fundiária de área do Parque Nacional do Iguaçu*. 25 de abril de 2012. Acesso em (<http://www.iap.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=162>)

BIBLIOGRAFIA

ABDALA, Guilherme Cardoso. *Uma abordagem socioecológica do Parque Nacional de Brasília – estudo de caso*. Cadernos UNESCO Brasil. Série Meio Ambiente; 4 Brasília : UNESCO, 2002. 82p.

ALEGRETTI, Mary. *A construção social de políticas públicas. Chico Mendes e o movimento dos seringueiros*. In: Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 18, p. 39-59, jul./dez. 2008. Editora UFPR.

ALMEIDA, Paulo R.. “*Cada um tem um sonho diferente*”. *História e narrativas de trabalhadores no movimento de luta pela terra*. In: ALMEIDA, Paulo R.; KHOURY, Yara A.; MACIEL, Laura A. (orgs). *Outras histórias memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 44-60.

ARAUJO, Hermetes Reis. *Da Mecânica ao Motor: a idéia de natureza no Brasil no final do século XIX*. *Projeto História*, São Paulo, (23), p.151-168, nov. 2001.

ARRUDA, Gilmar. *Frutos da terra: os trabalhadores da Mate Laranjeira*. Londrina: Ed. Da UEL, 1997.

ARRUDA, Rinaldo. *Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em Unidades de Conservação*. In: Diegues, Antonio C. (org) *Etnoconservação – Novos Rumos para a Conservação da Natureza*. 2ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

ARSEGO, Ângela Marina; KONJUNSKI, Erica Natalia; SANTANA, Afonso Bueno. *Regularização Fundiária na Faixa de Fronteira do Estado do Paraná*. Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário – UFSC Florianópolis. 2002.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *A experiência humana e o ato de narrar: Ricoeur e o lugar da interpretação*. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 17, n. 33. 1997. p. 293-303.

BARBOSA, Marta E. J.. *Sobre História: imprensa e memória*. In: KHOURY, Yara Aun. (org.); *Outras histórias: memórias e linguagens*. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p.262-272.

BONASSA, Tânia L. *Estrada do Colono, ações e práticas discursivas na relação do homem com a natureza no Parque Nacional do Iguaçu*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2004.

BURIAN, Paulo Procópio. *Do estudo de impacto ambiental à avaliação ambiental estratégica – ambivalências do processo de licenciamento ambiental do setor elétrico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais); Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Campinas, 2006.

CANDIDO, José Flávio; RODOLFO, Allyne Mayumi; TEMPONI, Lívia Godinho. *Levantamento de plantas exóticas na trilha do Poço Preto, Parque Nacional do Iguaçu, Paraná, Brasil*. Revista Brasileira de Biociências, Porto Alegre, v. 6, supl. 1, p. 22-24, set. 2008.

CASTRO, C. F. de A. *Gestão Florestal no Brasil Colônia*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Gestão Ambiental) Brasília: Universidade de Brasília – UnB, 2002.

CROSBY, Alfred W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900-1900*. Tradução José Augusto Ribeiro, Carlos Afonso Malferrari. São Paulo: Companhia da Letras, 2011.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo. A história da devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Edson dos Santos. *Desenvolvimento regional e conservação ambiental: a “Estrada do Colono” como via de (des)integração do oeste-sudoeste paranaense*. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP, Presidente Prudente, 2006.

_____ *O Parque Nacional do Iguaçu e a Estrada do Colono no processo de ocupação do Oeste-Sudoeste paranaense*. In: Anais eletrônico do IV Congresso Internacional de História, UEM, Maringá, 2009. DOI: 10.4025/4CIH.PPHUEM.383.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. *O mito moderno da natureza intocada*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec / Núcleo de Apoio à pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

DRUMMOND, José Augusto. A legislação ambiental brasileira de 1934 a 1988: comentários de um cientista ambiental simpático ao conservacionismo. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v.2, n.3 e 4, p.127-48, jul./dez. 1998 e jan./jun. 1999.

_____ *A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, 1991. p. 177-197.

FORTKAMP, Cristiane. *Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (pest): história e conflito sócio-ambiental (1975-2007)*. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, Florianópolis, 2008.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

KHOURY, Yara Aun. *O historiador, as fontes orais e a escrita da História*. In: Outras histórias: memórias e linguagens. São Paulo: Olho d'Água, 2006. p. 22-43.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 5 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014.

KOSSOY, Boris. *Realidades e Ficções na Trama Fotográfica*. 3 ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.

LATOUR, Bruno. *A ecologia política sem a natureza?* In: Projeto História, São Paulo, (23), p. 31-44, nov. 2001.

LAVERDI, Robson. *Tempos Diversos: trajetórias itinerantes de vidas entrelaçadas. Trabalhadores no extremo oeste do Paraná*. Curitiba: Aos quatro ventos, 2005, 341p.

LEFF, Enrique. *Complexidade, interdisciplinaridade e saber ambiental*. In: Olhar de professor, Ponta Grossa., 2000.

LEUZINGER, Márcia Dieguez. *Natureza e Cultura: direito ao meio ambiente equilibrado e direitos culturais diante da criação de unidades de conservação de proteção integral e domínio público habitadas por populações tradicionais*. Tese (Doutorado em Desenvolvimento

Sustentável – Gestão Ambiental) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UnB; Brasília – DF, 2007. 358 p.

MARTINS, José de Souza. *Fronteira. A degradação do Outro nos confins do humano*. São Paulo: Hucítec, 1997.

_____. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

MIRANDA, E. E.; GAMBARINI, A. *Natureza, Conservação e Cultura. Ensaio sobre a relação do homem com a natureza no Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2003. 179 p.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. *Um encontro com as fontes em História Oral*. In: Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v.XXXII, n.1, jun 2006. p.117-125.

MURARI, Luciana. *Natureza e Cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda, 2009.

PÁDUA, José Augusto. *As bases teóricas da história ambiental*. Estudos Avançados. Dossiê Teorias Socioambientais. vol.24 no.68. São Paulo, 2010

PERLIN, J. *História das Florestas: a importância da madeira no desenvolvimento da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, Ed. 1992. 489 p.

PIMPERT, Michel P.; Pretty, Jules N.. Parques, Comunidades e Profissionais: Incluindo Participação no Manejo de Areas Protegidas. In: Diegues, Antonio C. (org) *Etnoconservação – Novos Rumos para a Conservação da Natureza*. 2ªed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

POLLAK, Michel. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3 1989, p. 3-15.

_____. *Memória e Identidade Social*. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. p. 200-210.

PORTELLI, Alessandro. *O que faz a história oral diferente*. In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e

do Departamento de História da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo, 1981. p. 25-39.

_____ *Forma e significado na História Oral. A pesquisa como um experimento em igualdade. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Puc-SP. São Paulo – Brasil, 1997, p. 7-24.*

_____ *A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. Tempos, Rio de Janeiro, vol. 1 nº 2, 1996, p. 59-72.*

RICOBOM, Arnaldo Eugenio. *O Parque do Iguaçu como Unidade de Conservação da Natureza no âmbito do Mercosul: os problemas decorrentes da degradação ambiental. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2001.*

SANTANA, Ricardo Felix. *Valor de existência, uma ferramenta para a gestão de políticas públicas: o caso do Parque Nacional do Jaú/AM. Dissertação (Mestrado em Economia dos Recursos Naturais); Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UnB, Brasília – DF, 2003.*

SANTOS, Cláudia de Souza. *A indústria cerâmica em Barra Bonita (SP) e suas relações com uma Usina Hidrelétrica de Beriri: Panorama e Perspectivas. Dissertação (Mestrado em Geociências) Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2003.*

SANTOS, José Vicente Tavares dos. *Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Hucitec. 1978.*

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias. São Paulo: Edusp. 1997.*

_____ *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Cia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.*

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.*

SCHREINER, Davi Félix. *Entre a Exclusão e a Utopia: Um Estudo Sobre os Processos de Organização da Vida Cotidiana nos Assentamentos Rurais (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)*. Tese (Doutorado em História) Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2002.

SEIXAS, Jacy Alves. *Tênuas Fronteiras de Memórias e Esquecimentos. A imagem do brasileiro Jecamacunáimico*. In: GUTIÉRREZ, Horácio; NAXARA, Márcia R.C.; LOPES, Maria Aparecida de S.; (orgs). *Fronteiras: paisagens, personagens, identidades*. Franca: UNESP, São Paulo: Olho d'Água, 2003. p. 161-181.

SIQUEIRA, J.D.P. *Os conflitos institucionais da gestão florestal no Brasil: um benchmarking entre os principais produtores florestais internacionais*. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, 2003. 176 p.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, E. P.. *A Formação da Classe Operária Inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

_____ *A peculiaridade dos ingleses e outros escritos*. Campinas: Editora Unicamp, 2001.

WESTPHALEN, Cecília Maria. [et. al]. *Nota Prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno*. Boletim do Departamento de História – UFPR, v. 7, p. 1-52, 1968.

WEY DE BRITO, Maria Cecília. *Unidades de Conservação: intenções e resultados*. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental), Universidade de São Paulo – USP, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura y sociedad. 1780-1950*. De Colerige a Orwell 1ª ed. Buenos Aires: Nueva Visión, 2001.

_____ *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____ *O campo e a cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WORSTER, Donald. *Para fazer História Ambiental*. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, n.8, 1991, p. 198-215.

WUNDER, Roni. *O Grupo de Estudos Multidisciplinares da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias: uma avaliação institucional do Setor Elétrico Brasileiro e da Legislação Ambiental no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal do Paraná - UFPR, Curitiba, 2003.

VIANA, M. B. *Contribuição Parlamentar para a Política Florestal no Brasil*. Brasília: Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. 2004. 34 p.

ZAGO, Luciana Grespan. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo – UPF, Passo Fundo, 2007.